



ANA PAULA FREIRE ARTAXO NETTO

**O FUTURO DA TERRA:
DISCURSOS *INCONVENIENTES***

CAMPINAS,
2013



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

ANA PAULA FREIRE ARTAXO NETTO

**O FUTURO DA TERRA:
DISCURSOS *INCONVENIENTES***

Orientador: Prof. Dr. Sírio Possenti

Tese apresentada ao Instituto de Estudos da
Linguagem da Universidade Estadual de Campinas,
para obtenção do Título de Doutora em Linguística.

CAMPINAS,
2013

FICHA CATALOGRÁFICA

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
TERESINHA DE JESUS JACINTHO – CRB8/6879 - BIBLIOTECA DO INSTITUTO DE
ESTUDOS DA LINGUAGEM - UNICAMP

F883f Freire, Ana Paula, 1970-
O futuro da terra : discursos inconvenientes / Ana
Paula Freire Artaxo Netto. -- Campinas, SP : [s.n.], 2013.

Orientador : Sírio Possenti.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de
Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Jornalismo. 2. Jornalismo científico. 3. Análise do
discurso. 4. Meio ambiente. 5. Mudanças ambientais
globais. I. Possenti, Sírio, 1947-. II. Universidade Estadual
de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III.
Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em inglês: The future of the Earth: inconvenient discourses.

Palavras-chave em inglês:

Journalism

Scientific Journalism

Discourse

Environment

Global environmental change

Área de concentração: Linguística.

Titulação: Doutora em Linguística.

Banca examinadora:

Sírio Possenti [Orientador]

Carlos Eduardo Lins da Silva

Pedro Leite da Silva Dias

Roberto Leiser Baronas

Marcela Franco Fossey

Data da defesa: 17-07-2013.

Programa de Pós-Graduação: Linguística.

BANCA EXAMINADORA:

Sirio Possenti

Sirio Possenti

Carlos Eduardo Lins da Silva

Carlos Eduardo Lins da Silva

Pedro Leite da Silva Dias

Pedro Leite da Silva Dias

Roberto Leiser Baronas

Roberto Leiser Baronas

Marcela Franco Fossey

Marcela Franco Fossey

Reynaldo Luiz Victoria

Dirceu Cleber Conde

Tania Maria Alkmin

IEL/UNICAMP
2013

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof. Dr. Sírío Possenti, um agradecimento especial pela paciência, pela consideração, por ter acreditado em mim (quando me aceitou como orientanda), e, principalmente, por não ter desistido de mim (nos momentos mais críticos).

Ao Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), pelo investimento na formação acadêmica de seus servidores, o que me possibilitou realizar este trabalho, e à Marcela Torres e Cristiane Okawa, pela ajuda inestimável;

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), não apenas pela concessão de bolsa, mas, sobretudo, pela política transformadora na área de C,T&I no Amazonas;

Ao Prof. Dr. Odenildo Teixeira Sena, pelo suporte fundamental na ocasião do meu afastamento;

Ao Instituto de Estudos da Linguagem (IEL), professores, servidores, amigos e colegas com quem aprendi e compartilhei conhecimentos e alegrias;

Às professoras Vandarsi Santana Castro, Tânia Maria Alkimim e Marcela Franco Fossey, pelas contribuições para o Artigo de Qualificação de Área.

Um agradecimento especial aos professores Dr. Roberto Leiser Baronas e Dr. Dirceu Cleber Condes, que se dispuseram a participar da Qualificação da Tese, apesar do pouquíssimo tempo que tiveram para leitura.

Aos professores Dr. Pedro Leite da Silva Dias, Dra. Marcela Franco Fossey e Dr. Carlos Eduardo Lins da Silva, e novamente a Dr. Roberto Leiser Baronas e Dr. Cleber Conde, que gentilmente aceitaram fazer parte desta banca.

Aos professores Dr. Reynaldo Luiz Victoria e Dra. Tânia Maria Alkimin, que se disuseram a compor a banca.

À minha família em Manaus, que, mesmo distante geograficamente, sempre se fez presente; em especial, ao meu irmão Sérgio Freire, pelas contribuições na leitura crítica da tese.

Ao meu marido, Paulo Eduardo, pelo amor, sempre, pela paciência e compreensão, nos momentos críticos, e pela leitura atenta do trabalho.

RESUMO

Esta pesquisa se propõe a analisar o discurso sobre meio ambiente na imprensa brasileira, com ênfase para o aquecimento global, tendo como principal referência a divulgação, em 2007, do Quarto Relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês), o AR-4. À luz da Análise do Discurso (AD) francesa, investigou-se como circulam os discursos científico e político acerca do tema nos principais veículos impressos do país e em que medida um vai influenciar (n) a tessitura do dizer sobre o outro, numa teia argumentativa que envolve interesses científicos, econômicos e políticos diversos. Uma das questões mais importantes que identificamos na análise do noticiário foi o viés sensacionalista sobre as conclusões do IPCC, com formulações como “*apocalipse*”, “*caos*”, “*catástrofe*” e outras expressões correlatas. O que o AR-4 apontou como “inequívoco” sobre o aquecimento global, a mídia leu e deu a ler como “irreversível”. Outro aspecto relevante diz respeito às tentativas de desacreditar o IPCC, sobretudo no episódio que ficou conhecido como *Climagate*, e as “previsões erradas” para o derretimento das geleiras do Himalaia. Controvérsias reverberaram também na comunidade científica brasileira. Termos como “*alerta*” vs “*ecoterrorismo*” e suas paráfrases, ratificando ou refutando as análises do IPCC, circularam em artigos assinados por renomados cientistas, marcando a presença do ideológico no discurso científico. Discute-se, também, o *lugar* da ciência nos respectivos enunciados, isto é, como estes se constituem a partir das propriedades de um discurso dito científico, portanto “legitimado”, o que pressupõe como estratégia a *deslegitimação* de outro. A noção de formação discursiva (FD) é fundamental para compreender os diferentes sentidos no funcionamento dos discursos, uma vez que, observando as condições de produção e verificando o funcionamento da memória, pode-se remeter o dizer a determinada FD para tentar entender o(s) sentido(s). Na tarefa de problematizar os vestígios históricos de constituição dos sentidos na análise do *corpus*, faz-se necessária uma reflexão sobre ciência e divulgação da ciência, via jornalismo, e a noção de objetividade como estratégia para encobrir os interesses que constituem os processos de significação desses discursos. A ciência, como a notícia – e como notícia – também é produzida a partir de interesses econômicos, e é importante discutir quando interessa divulgar a ciência e como se dá essa divulgação na textualização jornalística. Nossa análise conclui que o fulcro da discussão sobre aquecimento global é a questão econômica, balizada principalmente pelo confronto entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento. Ainda que a maioria dos países reconheça a necessidade de se estabelecer metas de redução nas emissões de GEE, enquanto os principais emissores se recusarem a assinar acordos globais, qualquer tentativa de negociação será a priori um “fracasso”. Os conceitos de língua, linguagem, texto, sujeito, ideologia, discurso, marcas e propriedades do discurso, constituição-formulação-circulação foram fundamentais para subsidiar as considerações teóricas propostas neste trabalho. O *corpus* se constitui de exemplares representativos da mídia impressa, com ênfase para os veículos de maior circulação e influência no Brasil: Folha de S. Paulo e O Globo, em maior escala, e O Estado de S. Paulo e Veja.

Palavras-chave: 1. Jornalismo. 2. Jornalismo científico. 3. Análise do discurso. 4. Meio ambiente. 5. Mudanças ambientais globais.

ABSTRACT

This work aims at analyzing the discourse on the environment in the Brazilian media, with emphasis on global warming. The main reference is the publicity of the Intergovernmental Panel on Climate Change's fourth report, the AR-4, in February 2007. The objective is to investigate the ways the scientific and the political discourses circulate in the main printed media as well as to verify up to what extent they influence one another, involving scientific, economic and political issues. The French Discourse Analysis (AD) was used as the theoretical reference. One of the most important issues identified was the sensationalist bias on the IPCC's conclusions. Linguistic formulations such as "apocalypse", "chaos", "catastrophe" and other related expressions have been used profusely. What AR 4 pointed as "unequivocal" about global warming, the media read and offered to be read as "irreversible". Another important aspect concerns the attempts to discredit the IPCC, especially in what became known as *Climategate* and the "wrong predictions" for the melting of Himalayan glaciers. Controversies also reverberated in the Brazilian scientific community. Terms such as "alert" vs "eco-terrorism" and their paraphrases, confirming or refuting the IPCC's analyzes, circulated in articles written by renowned scientists, bringing to light the presence of the political debate in the scientific discourse. We analyzed how these statements appear coming from the so-called scientific discourse, being thus legitimated, which presuppose the delegitimation of the other. It is essential to recover the notion of discursive formation (DF) in order to understand the different meanings in the functioning of the discourses, since by observing the conditions of production and by checking the functioning of memory, one can refer the meaning to a determined FD to try to understand the meaning(s) of what is said. In the task of questioning the historical traces of the constitution of meaning, it is necessary to reflect on the role of science in society and the role of science dissemination, via journalism, and the notion of objectivity as a strategy to cover up the subjectivism and other interests that constitute the processes of signification of these discourses. Science, like the news - and as news - is also produced from economic interests, and it is important to discuss when it is convenient to disseminate science and how it happens. Our analysis concluded that the focus of the discussion on global warming is the economic issue, focused mainly by the confrontation between developed and developing countries. Although most countries recognize the need to establish goals for reducing GHG emissions, while major emitters refuse to sign global agreements, any attempt at negotiation is a priori a "failure". The concepts of language, discourse, text, subject, ideology, marks and properties of discourses and of constitution-formulation-circulation were critical to support the theoretical considerations proposed in this work. The *corpus* consisted of representative samples of the print media, with an emphasis on groups with the largest circulation and influence in Brazil: *Folha de S. Paulo* e *O Globo*, mainly, and also *O Estado de S. Paulo* e *Veja*.

Palavras-chave: 1. Journalism. 2. Scientific Journalism. 3. Discourse. 4. Environment. 5. Global Environmental Change.

EPÍGRAFES



Fonte: latuffcartoons.wordpress.com



Fonte: bremen4u.weser-kurier

SUMÁRIO

SIGLAS	17
INTRODUÇÃO	19
Capítulo 1 – CIÊNCIA E JORNALISMO: A OBJETIVIDADE COMO ESTRATÉGIA RETÓRICA	
PRIMEIRA PARTE – As matrizes da narrativa jornalística	
1.1.1. O discurso jornalístico e sua relação com o cotidiano	27
1.1.2. O jornalismo como prática discursiva	44
1.1.3. A notícia na lógica de mercado	52
SEGUNDA PARTE – A circulação do conhecimento na mídia	
1.2.1. Jornalismo, ciência e sociedade	61
1.2.2. A ciência como notícia	74
Capítulo 2 – A TERRA EM TRANSE: IMPACTOS DO NOVO TEMPO	
PRIMEIRA PARTE – Meio ambiente e mudanças socioambientais globais – O apelo ecológico como discurso para um planeta sustentável	
2.1.1. Rio-92: grito de alerta do Brasil para o Mundo	81
2.1.2. Leituras da floresta: a Amazônia como súpula da problemática ambiental	109
SEGUNDA PARTE – A fonte do conhecimento sobre a ciência do clima	
2.2.1. O IPCC como sujeito midiático	127
2.2.2. O passo a passo até a <i>agenda-setting</i>	131
Capítulo 3. FORECASTS: O CLIMA ESQUENTA	
PRIMEIRA PARTE – De prêmio Nobel a Painel da discórdia	
3.1.1. AR4 – O termômetro nas mãos do homem	153
3.1.2. Simulacros para (des)acreditar	190
SEGUNDA PARTE – Os <i>xamãs</i> e os <i>novos galileus</i>	
3.2.1. “Em nome da ciência”	208
Capítulo 4. O CLIMA ESFRIA	
PRIMEIRA PARTE – Rio+20: O fracasso anunciado	
4.1.1. Revisitando “Kyoto”	227
4.1.2. À guisa de fechamento	269
SEGUNDA PARTE – “There is no place for vested interests in any scientific dialogue or debate”	
4.2.1. Entrevista com Rajendra Pachauri, presidente do IPCC	271
CONSIDERAÇÕES FINAIS	275
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	289
ANEXOS	297

SIGLAS
(Em ordem alfabética)

AGNU – Assembleia Geral das Nações Unidas
AR (1, 2, 3 e 4) – Assessments Reports (Relatórios de Avaliação)
BASIC – [Grupo] Brasil, África do Sul, Índia e China
BRICS – [Grupo] Brasil, Rússia, Índia e China
CDB – Convenção da Diversidade Biológica
CFCs – Clorofluorcarbonetos
CFSC – Comitê Facilitador da Sociedade Civil Brasileira para a Rio+20
CO₂ – Dióxido de carbono
CH₄ – Metano
COP – Conferência das Partes
CQNUMC – Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas -
CQNUMC (do inglês UNFCCC, *United Nations Framework Convention on Climate Change*)
GEE – Gases de Efeito Estufa
IGBP – International Geosphere-Biosphere Programme
INPA – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPCC – Intergovernmental Panel on Climate Change (Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática)
NASA – Administração Nacional da Aeronáutica e do Espaço (do inglês *National Aeronautics and Space Administration*)
OMM – Organização Mundial de Meteorologia (do inglês WMO, *World Meteorological Organization*)
ONU – Organização das Nações Unidas
PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (do inglês UNEP, *United Nations Environment Programme*)
RIO-92 – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
RIO+20 – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
TSU – Unidade de Apoio Técnico (do inglês *Technical Support Unit*)
UE – União Europeia

INTRODUÇÃO

Crédito: paixaopelomeioambiente.blogspot.com



S.O.S. PLANETA

Aquecimento global é irreversível

Último aviso. Cientistas prevêem futuro sombrio para a Terra. Pior do que pensávamos. A culpa nossa

O conjunto de enunciados acima, simulando a edição de um jornal ou revista, com *chapéu*, *título* e *subtítulo*, foi articulado a partir de manchetes¹ dos principais jornais do Brasil e de outros países, quando da divulgação do Quarto Relatório de Avaliação (4th *Assessment Report* ou AR-4) do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (doravante IPCC, na sigla em inglês), em 03 de fevereiro de 2007. O AR-4 teve ampla repercussão na imprensa, que tomou predominantemente como verdadeira a tese de que a ação humana está “inequivocamente” alterando o clima global. De acordo com as conclusões do IPCC, a Terra está aquecendo sobretudo por causa do aumento de emissões de gases de efeito estufa (GEE), principalmente dióxido de carbono (CO₂), metano (CH₄), óxido nitroso (N₂O) e CFCs (clorofluorcarbonetos), que acarreta o aumento das concentrações atmosféricas.

Duas das principais causas apontadas para esse aumento de emissões de GEE são a queima de combustíveis fósseis e as mudanças no uso da terra, sobretudo o avanço do desmatamento em regiões tropicais. O IPCC, em seu AR-4, afirma, “*com mais de 90% de confiança*”, que a responsabilidade do homem no processo de aquecimento global é

¹ **S.O.S. planeta**, *O Globo*; **Aquecimento global é irreversível**, *O Estado de S. Paulo*; **Último aviso** (Final warning), *The Independent*; **Cientistas prevêem futuro sombrio para a Terra**, *Folha de S. Paulo*; **Pior do que pensávamos** (Worse than we thought), *The Guardian*; **A culpa nossa**, *Folha de S. Paulo*.

“inequívoca”, de acordo com a síntese e a análise de dados da literatura científica. O que o IPCC apontou como “*inequívoco*”, a mídia leu (e deu a ler) como “*irreversível*”. Esse deslizamento de sentido foi observado em todos os veículos (brasileiros) analisados, que não se limitaram a repercutir os dados tais quais foram divulgados pelo Painel da ONU, mas, em vez disso, “anteciparam” um cenário “catastrófico” para o futuro da Terra. As matérias foram ilustradas com fotos ou infográficos mostrando destruição por catástrofes naturais, o planeta queimando, o mar invadindo cidades, lixo etc.

Segundo as “previsões” (muito mais da mídia do que dos cientistas do IPCC), a frequência de eventos climáticos extremos “naturais” vai se intensificar ainda mais nos próximos anos. APOCALIPSE JÁ, segundo a *Veja. Caos no clima*, de acordo com *O Globo. Futuro sombrio para Terra*, nas palavras da *Folha... não há mais o que fazer, o aquecimento global é irreversível*, conforme concluiu o *Estadão*. Em que pese a complexidade das questões científicas, e passado o impacto da “novidade”, o tom apocalíptico, em maior ou menor grau, foi o que norteou toda a cobertura da divulgação do AR-4, e reverberou de maneira controversa na própria comunidade científica e na esfera política.

Questões como “*Quem vai pagar a conta?*” e “*O quanto dessa conta caberá a cada nação?*” continuam sem resposta, depois de várias tentativas frustradas de acordos internacionais para reduzir as emissões de GEE. A dificuldade de estabelecer tais acordos esbarra, principalmente, no impasse sobre a responsabilidade dos países *desenvolvidos* em relação à dos países *em desenvolvimento* (o quanto e como cada um deve reduzir suas emissões). Os Estados Unidos, maior emissor do primeiro grupo, e a China, do segundo, vêm adotando posturas e políticas distintas, em uma demonstração de que o embate, na verdade, revela uma disputa entre os grupos também – e talvez principalmente – na esfera econômica.

Nesse particular, convém destacar o papel do *Stern Review* (o relatório do ex-economista-chefe do Banco Mundial, Nicholas Stern), lançado em 2006, que detalhou os impactos do aquecimento global sobre a economia mundial com inúmeras projeções pessimistas do ponto de vista econômico – ele previa gastos da ordem de até 20% ao ano do PIB mundial em decorrência das catástrofes naturais causadas pelo aquecimento do planeta.

Outro acontecimento que contribuiu para a notoriedade do IPCC e sua consequente – e definitiva – inserção na pauta mundial foi a conquista do Prêmio Nobel da PAZ, em 2007. O prêmio foi compartilhado entre o Painel, que converteu sua parte em bolsas de estudos para estudantes dos países do Terceiro Mundo, e o ex-vice-presidente americano Albert Arnold (Al) Gore Jr., por seus esforços para construir o conhecimento e disseminá-lo sobre como a ação humana atua nas mudanças climáticas. Al Gore foi agraciado por ter protagonizado o documentário “*An Inconvenient Truth*”, que descreve as possíveis consequências do aquecimento global. Esse trabalho deu visibilidade à militância ambiental do ex-vice-presidente americano, fundamental na conquista do prêmio, e colocou em evidência esse grupo de atores – os políticos – ampliando ainda mais os debates.

Mas, do ponto de vista da mídia, a concessão do Nobel da Paz ao IPCC foi muito mais significativa. Os cientistas, que antes eram vozes quase solitárias sobre questões relativas ao meio ambiente e às mudanças climáticas globais, passaram a ter muito mais visibilidade e ocuparam espaços editoriais importantes em praticamente todos os veículos de comunicação. A busca quase que diária por notícias sobre o tema mobilizou jornalistas e a própria comunidade científica. Por outro lado, as implicações científicas, políticas e econômicas suscitaram articulações por parte dos chamados “céticos” do aquecimento. O debate apontou claramente dois vieses: o discurso de “*alerta*”, da comunidade científica (ratificado pelo IPCC), *versus* o discurso de “*ecoterrorismo*” e suas paráfrases, dos “céticos”. Além da circulação como notícia, essa “polêmica” também se estendeu ao gênero opinativo, um dos mais importantes do jornalismo, deixando clara a posição ideológica inclusive dos jornais.

O objetivo principal deste trabalho é analisar os diversos discursos que circularam na mídia sobre *meio ambiente e aquecimento global*, levando em consideração a cobertura de três eventos: a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – Rio-92, a divulgação do AR-4 (incluindo-se aí as tentativas de desacreditar o IPCC por parte dos “céticos”) e a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – a Rio+20. A razão de voltar à Rio-92

se justifica no fato de que o amplo espaço dedicado àquela reunião, na mídia, colocou o tema *aquecimento global* na pauta jornalística e, principalmente, na agenda política internacional. A partir da Rio-92, o “*meio ambiente*” se tornou *acontecimento discursivo*, fortemente incrementado, nos anos seguintes, pela divulgação dos relatórios do IPCC, sobretudo o AR-4, e pelos sentidos construídos nas notícias sobre a Rio+20 e seus corolários.

O funcionamento do discurso como ponto de articulação dos fenômenos linguísticos e da ideologia é uma das teses fundamentais da Análise do Discurso (doravante AD), cujos procedimentos heurísticos vão nortear a análise do nosso *corpus*, a saber, um conjunto de textos publicados nos principais veículos impressos do Brasil: *O Globo*, *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e a revista *Veja*. Convém destacar que o *corpus* nunca é dado em AD, mas é uma construção. Olhar os textos como fatos – e não como dados, em sua concepção positiva – é observar como eles, enquanto objetos simbólicos, estão funcionando. Os dados, para AD, são já os discursos, organizados, de certa maneira, à luz de alguma teoria, em um gesto teórico do analista. Logo, não se busca a exaustividade quantitativa no *corpus*. Ela é inesgotável. Busca-se a exaustividade chamada vertical, que trata os dados como fatos da linguagem na relação com a memória.

Os sentidos, para a AD, são determinados pelas posições ideológicas dos enunciadores no processo histórico-social em que os enunciados são produzidos. Pêcheux (1993) afirma que “*um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas*”. Ao analisar os discursos sobre meio ambiente e aquecimento global na imprensa, procuro identificar as condições de produção que constituem a discursividade do *corpus* em sua materialidade. Interessa, portanto, explicitar os vestígios socio-históricos determinantes no processo de constituição, formulação e circulação dos discursos selecionados, especialmente evidenciando propriedades do discurso científico e do discurso de divulgação científica, no caso, o jornalístico científico.

Um das questões que me proponho a discutir é o *status* da “ciência” e seu efeito de “verdade” para o senso comum, o que, em certa medida, caracteriza o jornalismo. Sob o enfoque da AD, pode-se afirmar que o jornalismo, enquanto prática discursiva, se estabelece por meio de uma espécie de contrato (no sentido discursivo) com o público e sua crença de que o jornal lhe dá informações verdadeiras. Procuro mostrar como a

ciência é significada na imprensa, seja por meio de opiniões (artigos de especialistas, cartas de leitores) seja por meio de matérias assinadas (reportagens). Ambos os discursos – o científico e o jornalístico – à sua maneira, trabalham com informação e conhecimento. E ambos reivindicam a “objetividade” como um princípio e como uma (tentativa de) negação da subjetividade. Mas têm características distintas ao nível da constituição, circulação e formulação.

Objetividade e neutralidade são pressupostos desses dois discursos ao nível da constituição. A diferença está no efeito-leitor: enquanto no científico há uma relação simétrica (o cientista fala para seus pares), no jornalístico, essa relação é assimétrica (o jornalista noticia para um público diversificado). No discurso científico, a ciência é tratada como “conhecimento”, enquanto que, no discurso jornalístico, é tratada como “informação/notícia”.

No âmbito da formulação, o discurso científico apresenta textualização cuja linguagem é totalmente partilhada pelos pares, não havendo necessidade de explicações, e, além disso, a formulação é produto de trabalho mediato (às vezes, para se atingir resultados satisfatórios e “confiáveis”, são necessários anos de pesquisa). No discurso jornalístico, torna-se necessário que os termos sejam didaticamente explicados e a formulação é, portanto, produto de trabalho imediato (é o caráter instantâneo da notícia).

No que se refere à circulação, no discurso científico ela é restrita ao meio especializado, com efeito de simetria de interlocução, e um amplo espaço na esfera cronotópica – Maingueneau (2001) afirma que a cronografia pode indicar o lugar ideológico de onde se fala, sendo este lugar regulador de sentidos. Trata-se de “*fazer e divulgar ciência*”. Estes textos têm um *status* e um valor peculiares. Já o discurso jornalístico tem circulação ampla, há um efeito de assimetria de interlocução, visto que se destina a um público heterogêneo e possui espaço restrito na esfera cronotópica; seu *status* é o de noticiar/repercutir o que a ciência faz.

Essas questões são discutidas no Capítulo 1, relacionadas a outros aspectos que podem interferir nas condições de produção de ambos os discursos, como, por exemplo, questões comerciais e de concorrência. Ou seja, a ciência, como a notícia – e como notícia – também é produzida a partir de interesses diversos, como políticos e econômicos. Por vezes, é a informação transformada em “mercadoria”, com todos os seus

apelos estéticos, emocionais e sensacionais (e por que não dizer éticos?), sujeita às normas mercadológicas de generalização, padronização, simplificação e tentativa de negação do subjetivismo. Na análise do *corpus*, procuro mostrar como esses “critérios” aparecem nos discursos.

No Capítulo 2, me debruço sobre a cobertura da Rio-92, mostrando como, a partir dela, o tema *meio ambiente* não apenas entrou definitivamente na pauta, mas também abriu portas para outros debates, como *desenvolvimento sustentável* e suas paráfrases, *preservação de florestas*, *biodiversidade* e, em grande medida, o *aquecimento global*. O mundo voltou suas atenções para o Rio de Janeiro, para discutir *os impactos do novo tempo*. A Rio-92 foi um divisor de águas na cobertura do meio ambiente. Desde então, as notícias relativas a esse tema em toda a sua complexidade tornaram-se um *espaço discursivo* de destaque nos veículos de comunicação do Brasil e de outros países.

Também nesse capítulo explicito o contexto político da criação do IPCC, detalhando a sua estrutura e o passo a passo na elaboração de seus *assessments*. Destacamos as estratégias – bem sucedidas, diga-se – de divulgação do AR-4 por parte do IPCC, o que acabou lhe conferindo o *status* de mais importante *fonte* do conhecimento sobre a ciência do clima para a cobertura jornalística e tomadores de decisão.

Os discursos da mídia sobre as conclusões do AR-4, quando da sua divulgação, são discutidos no Capítulo 3. Prevaleceu no noticiário brasileiro o viés sensacionalista, com formulações como “*apocalipse*”, “*caos*”, “*catástrofe*” e outras expressões correlatas. Observo que, na passagem do discurso científico (DC) para o discurso da divulgação científica (DDC), via jornalismo científico, outros sentidos vão aparecendo. Como já disse no início desta introdução, para o IPCC, o “*aquecimento antropogênico*” é “inequívoco”. Para a mídia, é “irreversível”. E a “culpa” é do homem. Por essa conclusão do IPCC, *o clima esquenta*, e a imprensa se vê “comprometida” a dar voz à polêmica provocada pelos “céticos” – até para eles o Painel é a maior referência, ainda que seja para discordar.

Dois episódios foram explorados pelos “céticos” para tentar desacreditar o IPCC: (1) o “*Climagate*”, que diz respeito ao vazamento de e-mails supostamente revelando manipulação de dados que foram incorporados ao AR-4, e (2) a utilização da chamada *grey literature* (no caso, relatórios de uma ONG), que teria induzido a erros nas previsões

para o derretimento de geleiras no Himalaia. Em ambos os casos, o presidente do IPCC, Rajendra Pachauri, foi obrigado a se manifestar publicamente. Inclusive, para o “*Climagate*”, foram constituídas diferentes comissões independentes, que concluíram não ter havido manipulação dos dados, mas recomendaram mais rigor em relação à checagem das fontes consultadas pelos cientistas que integram o Painel.

Toda a problemática envolvendo meio ambiente e aquecimento global na esfera científica reverbera nas reuniões políticas da ONU. Cada vez mais, cresce a expectativa para a estruturação de acordos com vistas à redução de emissões de GEE, e à implementação de políticas de desenvolvimento sustentável. Ao mesmo tempo, a cada evento desses, *o clima esfria*, pois interesses econômicos acabam se sobrepondo, inviabilizando qualquer tentativa de estabelecer metas globais (no sentido de envolver todas as nações) de redução de emissões de GEE. A Rio+20, ocorrida em junho de 2012, na cidade do Rio de Janeiro, foi um exemplo emblemático. Diferentemente da Rio-92, na Rio+20 as expectativas de acordos foram dadas como frustradas pela mídia já antes da realização, devido à ausência de líderes de Estados Unidos, Alemanha e Inglaterra. O *fracasso* da conferência, em muitas de suas variáveis, foi a tônica da cobertura jornalística desse evento, que será objeto do Capítulo 4.

Para melhor compreensão da estrutura deste trabalho, digressões e comentários adicionais estão nos quadros de cor lilás. As análises da materialidade do *corpus* se encontram nos quadros azuis. Optei por essa divisão para destacar dois modos diferentes de avaliação de um tema ou contexto. Ressalto que as análises não têm a finalidade de tomar partido acerca da problemática ambiental, mas apenas de descrever os diferentes sentidos dos enunciados sobre ela. Contudo, a condição de analista não apaga a de jornalista, com todas as implicações dessa dupla posição: postura crítica em relação à cobertura (que considero problemática) e a convicção de que o espaço dedicado aos “céticos”, fundamentado no princípio jornalístico de “ouvir os dois lados” da questão, também é problemático.

Por fim, espero que este trabalho possa de alguma forma contribuir para melhor compreensão de funcionamento da práxis jornalística na sua relação com a ciência e

como mediadora desse discurso para a sociedade. Quanto melhor e mais cuidadosa for a cobertura de temas como os aqui abordados, mais a população mundial se dará conta de que é preciso cuidar dos recursos naturais do Planeta para que o futuro não seja tão *apocalíptico, sombrio e catastrófico*. O sistema terrestre é complexo, como mostra a figura a seguir (a que melhor representa essa complexidade em todos os seus compartimentos), e a ciência é o caminho para encurtar minimamente o abismo do conhecimento integrado sobre esse sistema. Mas, sem dúvida, precisa do bom jornalismo como um dos seus principais aliados.



Fonte: IGPB

1. CIÊNCIA E JORNALISMO: A OBJETIVIDADE COMO ESTRATÉGIA RETÓRICA

**“Quando *eu* uso uma palavra”, disse
Humpty Dumpty, num tom de desdém,
“ela significa exatamente aquilo que eu quero
que ela signifique – nem mais nem menos”.
“A questão”, disse Alice, “é se você *pode*
fazer as palavras significarem
tantas coisas diferentes”
Lewis Carrol, em *Alice no País dos Espelhos***

PRIMEIRA PARTE – As matrizes da narrativa jornalística

1.1.1. O discurso jornalístico e sua relação com o cotidiano

A ideia de que as notícias de jornal “retratam a realidade” de maneira “objetiva” é uma ilusão que se sustenta no imaginário² coletivo sobre a prática jornalística. Deve ser claro que a função do jornalista é a de informar. Mas informar pressupõe noticiar fatos do cotidiano, geralmente de interesse público, a partir de critérios de seleção, crítica e orientação próprios ou, mais precisamente, da instituição jornalística. Em outras palavras, os jornalistas são os profissionais “autorizados” a julgar, em meio a uma série de informações, as que mais interessam à sociedade, e divulgá-las, de maneira “objetiva” e “imparcial”, observando níveis de importância diferenciados na edição.

Digo que se trata de uma ilusão porque, embora a atividade jornalística reivindique a legitimidade para noticiar os “fatos do cotidiano”, há algo na natureza do fato – e do que se toma como fato jornalístico, em particular – que já é, desde sempre, relato, e, portanto, supõe um ponto de vista. No discurso jornalístico, a prática do texto,

² Aqui, o termo é usado no sentido como definido em Lacan, sendo imaginário um conjunto de imagens (que não têm nada a ver com imaginação) socialmente construídas que regulam a prática do dizer/fazer. (Cf. Vallejo & Magalhães, 1979:101).

em seu funcionamento ético e técnico ao mesmo tempo, implica um gesto que “legisla” sobre palavras e construções, em função de um saber sobre os seus efeitos. Assim, recuperando o aforismo nietzschiano, todo fato já é uma interpretação.

Obviamente, essa ilusão não se sustenta dada a própria historicidade dos discursos e também pelas relações econômicas e de dependência decorrentes do crescimento desenfreado das organizações da mídia. São elas que, segundo Thompson³, vão reger o discurso jornalístico mantendo determinadas ordens do discurso e determinadas ordens sociais. Ou seja, o discurso é sempre moldado pela estrutura social, mas é também parte dela. Assim, a “neutralidade” e a “objetividade” são efeitos de sentido que na verdade procuram esconder os controles externo (comercial, político-partidário etc.) e interno (política editorial) da prática jornalística.

Para a pesquisadora norte-americana Gaye Tuchman (1993), esses controles, bem como as constantes pressões porque passam os jornalistas, podem ser mitigados sob o argumento da “objetividade”. Tuchman compreende a objetividade como um ritual estratégico da rotina do jornalista, que vem proteger esse profissional dos riscos de sua profissão, e não como um “efeito de sentido” (veremos, mais adiante, como esses “efeitos de sentido” estão relacionados à dimensão social da língua).

Como exemplo desse ritual, Tuchman recorre a três fatores que influenciam a noção de objetividade dos jornalistas: a forma, as relações interorganizacionais e o conteúdo. Por forma, compreende-se os atributos das notícias e dos jornais que exemplificam os processos noticiosos, como, por exemplo, o uso das aspas (muito significativo em AD), por meio do qual o jornalista pode citar outras pessoas em vez de emitir as suas próprias opiniões.

Por conteúdo, entende-se as noções da realidade social que os jornalistas consideram como adquiridas. Segundo Tuchman, o conteúdo também está intrinsecamente ligado às relações interorganizacionais do jornalista, pois suas experiências com essas organizações levam-no a tomar por certas algumas diretrizes por elas apontadas.

³ Em **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa** (2002), J.B Thompson oferece uma importante contribuição para o estudo da práxis jornalística na era moderna ao interpretar a relação entre as formas simbólicas (ideologias transmitidas pelos meios de comunicação) e a estrutura social que as determina.

Entre outros indícios, as aspas são um sinal da presença de *outras vozes*, que podem ser uma citação direta, uma ironia, palavras atribuídas a outros, ou com sentidos muito específicos (por exemplo, técnicos). Esses diferentes efeitos das aspas podem ser encontrados frequentemente no discurso jornalístico. No entanto, um dos usos mais recorrentes, o da citação direta, dá ao jornalista a ilusão de que, ao inserir a opinião de alguém, estaria deixando de participar da notícia, permitindo que “apenas” os fatos e os personagens “falem”. Tuchman admite que essa e outras estratégias, como a estruturação da informação numa sequência apropriada, não eliminam a subjetividade do jornalista, uma vez que um acontecimento, ao ser transformado em notícia, parte do que é captado pelos sentidos.

Calabrese (1987) afirma que a “voz do outro” no discurso jornalístico é uma estratégia de que a mídia se vale para apoiar-se em especialistas na construção e legitimação dos acontecimentos que põe a circular, ou seja, é muito mais uma questão de deferência epistêmica do que simplesmente de “deixar os personagens falarem”. Dependendo da sua natureza, a citação pode significar uma estratégia para indicar princípios de autoridade ao *outro* que fala no “meu” texto. Para esse autor, antes da sua “verdade”, a citação é um “efeito de texto”. Isto ocorre quando se emprega, por exemplo, uma “frase imprópria”, ou em virtude de seu significado ambíguo, ou pelo seu “belo efeito”.

Todas as práticas de produção de sentido, da seleção dos atos de fala e dos próprios fatos relatados na notícia, conferem ao “detalhe” e ao “fragmento” um *lugar interpretativo* na narrativa jornalística (afinal, ela se caracteriza principalmente pelo relato detalhado e pormenorizado de fatos do cotidiano). Desse modo, tomo emprestados os conceitos de Calabrese (1987) sobre *detalhe* e *pormenor*, buscando compreender, no jornalismo, os mecanismos que, segundo o autor, revelam muito acerca do modo como se constrói o discurso por meio do detalhe. Para Calabrese,

[produzir detalhes] depende de uma ação explícita de um sujeito sobre um objeto, e pelo fato de inteiro e partes estarem simultaneamente presentes, o discurso por detalhes prevê a aparição de marcas na enunciação, isto é, do *eu-aqui-agora* da produção do discurso (p. 86).

Em outras palavras, o “detalhe” é fundamental para a construção de um discurso e também para legitimar o próprio discurso que se constrói. É no detalhe que o discurso jornalístico vai se caracterizar como *o mesmo* ou como *diferente* na cobertura de determinado fato e até na percepção seletiva dos fatos e de *como* eles devem ser noticiados, incluindo-se aí, o modo como a voz do outro será (re)formulada por meio da citação, por exemplo.

Calabrese destaca dois princípios necessários ao funcionamento da citação, ambos pragmáticos, isto é, constitutivos da relação entre texto e leitor implícito. O primeiro é semântico, e o segundo diz respeito à relevância do enunciado citado, explica o autor.

Ao lado do relevo semântico, enunciativo, expressivo, tem lugar efetivamente um tratamento persuasivo do leitor que consiste em fazer-lhe crer que a citação é *verdadeira*, o que acontece com a inserção de referências bibliográficas com o objetivo de fornecer elementos de controle), e em torná-la relevante (de outro modo por que é que seria preciso citar alguém?). Esta segunda característica reveste-se de grande importância justamente onde faltam algumas das regras textuais registradas antes, isto é, quando a citação está oculta. A relevância de citação pode de fato por si só produzir o efeito de citação mesmo quando ela não foi indicada. (p.189-190).

Para Tuchman, a estratégia da citação leva a uma percepção seletiva dos fatos mas com um certo grau de distância, como se ao jornalista coubesse *apenas* mostrá-los em forma de notícia. É nessa perspectiva que os jornalistas acreditam estar se “resguardando”, sobretudo ao imputarem à fonte a responsabilidade pelas informações publicadas, eximindo-se da autoria. É o que ocorre na sentença marcada por aspas, quando, segundo Tuchman, o jornalista marca o seu distanciamento.

A posição de Authier-Revuz (2004) sobre os diferentes usos das aspas é a de que sempre há como a questão mais relevante o fato de que se trata de heterogeneidade, isto é, de mais de um discurso, havendo ou não ruptura sintática. Toda sequência aspeada – o fragmento designado como “outro” – é integrada ao fio do discurso e, de alguma maneira, o elemento mencionado é inscrito na linearidade sintática do discurso, mas, ao mesmo tempo, remete a um exterior, a outros discursos que escapam ao domínio do jornalista.

Esse fragmento equivale a uma glosa do gênero “como afirma X”, isto é, trata-se, de uma ou de outra maneira, de sentidos outros cuja responsabilidade o sujeito não quer assumir (sentidos de uma outra formação discursiva, de outro campo, de outro nível de linguagem etc.), embora a seleção das falas pressuponha a heterogeneidade.

Authier-Revuz estabelece uma diferença entre *heterogeneidade constitutiva* da linguagem, que não é marcada em superfície, e a *heterogeneidade mostrada*, cujas manifestações explícitas podem ser recuperadas a partir de uma diversidade de fontes de enunciação (glosas, ironias etc.) Sobre *heterogeneidade mostrada*, a autora faz também uma distinção no procedimento de distanciamento metalinguístico, denominando de *autonímia* os casos em que o locutor faz “menção” e não “uso” das palavras aspeadas.

Quando a palavra marcada é usada com conotação de “menção”, isto é, o locutor faz ao mesmo *menção e uso* da palavra aspeada, ocorre o que Authier-Revuz chama de conotação *autonímica*. Na estrutura canônica do discurso jornalístico, imagina-se que as formas de heterogeneidade são as classicamente articuladas pelos discursos direto e indireto, em que o uso das aspas separam o dizer do “outro”. No entanto, também é comum a marcação com aspas de outras palavras cujo sentido o enunciador jornalista assume ou põe à distância.

Portando, a definição do que é relevante, a nuance a ser dada a um fato e a própria forma de relatar o fato, recorrendo ou não ao uso das aspas, não são produtos da casualidade. Pode haver uma não-coincidência da opinião do jornalista com o enunciado, mas não há o “distanciamento” pretendido. Isso se comprova também na escolha do que vai estar entre aspas. São marcas de heterogeneidade discursiva, que implica um sujeito discursivo marcado pelo inconsciente e pela ideologia.

Essa noção é um exemplo crucial do movimento de significação do discurso jornalístico, se compreendermos – e compreendemos – a palavra como “um material ideológico, por excelência” (BAKHTIN, 1992). É pela compreensão da heterogeneidade discursiva que será possível entender a ‘cisão’ entre o sujeito que ocupa uma determinada posição de fala e de um locutor, o indivíduo que fala (no enunciado, o que é apresentado como seu responsável; na notícia, o jornalista). Como assinala Maingueneau (1997), levar em conta a heterogeneidade discursiva é “*tomar conhecimento de um funcionamento que representa uma relação radical de seu ‘interior’ com seu ‘exterior’*” (p.75) .

Importante teórico da Comunicação, Lage (1985) afirma que “*a linguagem jornalística é referencial, isto é, fala de algo do mundo, exterior ao emissor, ao receptor e ao processo de comunicação em si*”. Essa proposição não dá conta da complexidade da construção da notícia, se considerarmos o discurso – incluindo-se o jornalístico – como ideológico e em sua historicidade. O processo de comunicação não se configura apenas pela transmissão de informações, e nem há uma linearidade na disposição dos elementos “comunicacionais”, como se a mensagem resultasse de um processo assim serializado: alguém fala, refere a alguma coisa, baseando-se em determinado código, e o receptor capta a mensagem, decodificando-a.

Desse modo, quando o *Manual de Redação e Estilo* do jornal *O Estado de S. Paulo* (1990), por exemplo, ordena aos seus profissionais: “*Não exponha opiniões, mas fatos, para que o leitor tire deles as próprias conclusões*”, está considerando o texto jornalístico apenas como unidade formal dotada de estrutura técnica própria, a partir de uma construção que não leva em conta todo o processo de significação constitutivo do discurso. Por outro lado, pressupõe que o público, ao “tirar suas conclusões”, também o faça de modo asséptico, isto é, imune aos valores, conceitos, pré-conceitos e ideologias subjacentes à tessitura da notícia. Ou seja, tais regras partem de uma concepção de língua como “instrumento”, que não dá conta da complexidade das funções da linguagem. A esse propósito, Fossey (2006) comenta:

Enquanto nos estudos discursivos e textuais as discussões acerca das funções da linguagem têm se distanciado cada vez mais da noção de língua como instrumento, evidenciando o seu caráter constitutivo do sujeito e de suas ações, tem sido perceptível que este é o paradigma em que trabalham os jornalistas, pelo menos os que escrevem manuais e livros a respeito do fazer jornalístico. A instrumentalização da linguagem é fato aceito e difundido pelos manuais de redação jornalística. (Pág. 6)

Leal e Diniz (2007) afirmam que os textos (orais, escritos ou construídos com qualquer matéria prima de signos verbais ou não verbais) também são compreendidos a partir de diferentes “camadas de significação”, isto é, “*por debaixo da região mais superficial daquilo que está dito, os níveis mais profundos de interpretação podem*

revelar visões de mundo, perspectivas filosóficas e, fundamentalmente, valores ideológicos” (p.4).

Do ponto de vista da AD, não há uma estrutura “profunda” e uma estrutura “superficial” do discurso. Não são diferentes níveis, são diferentes significações, que, por sua vez, não estão numa relação de profundidade, mas de horizontalidade. O caminho, para a AD, não é o que apontam Leal e Diniz, que pressupõe *emissor-enunciado-sentido escondido-mensagem-receptor*, mas sim *enunciado-sentidos*. Em outras palavras, o sentido não vai lá “embaixo” do enunciado do emissor para ser “descoberto”. Ele é interpretado no contexto, no interdiscurso.

Não há, portanto, um “emissor” puro, um *primeiro locutor a quebrar o silêncio do universo* (BAKHTIN, 1992). O processo de significação entre os interlocutores é concomitante. Por mais que confie ao jornalista a função de “porta-voz” dos fatos de seu interesse, e que de um modo geral tenha a ilusão de que tais fatos são relatados com certa “fidedignidade”, em dado momento, o público é capaz de perceber as nuances ideológicas de determinado discurso, a partir da sua historicidade, e da relação entre memória e acontecimento.

Porque também é ingenuidade imaginar um “receptor” puro. Mas, como afirmam Barnhurst e Nerone (2002), o público precisa evocar transparência e imparcialidade, pois esse é o termômetro para avaliar o jornalismo e legitimar o seu papel de discorrer e disciplinar sobre fatos do cotidiano.

O funcionamento do discurso como ponto de articulação dos fenômenos linguísticos e da ideologia é uma das teses da AD, cujos procedimentos heurísticos vão nortear a análise do *corpus* deste trabalho. Os sentidos, para a AD, são determinados pelas posições ideológicas dadas no processo histórico-social em que os enunciados são produzidos. Saliento que não é meu objetivo, aqui, resenhar os fundamentos teóricos da AD. Mas, sendo o jornalismo um *locus* privilegiado de (re)produção de sentidos – e, portanto, de ideologias – convém retomar alguns conceitos básicos para melhor compreensão de nossa análise dos discursos sobre o aquecimento global na mídia quando mobilizarmos os seu conceitos.

Uma das estratégias para apresentação das teses da AD é retomar a contribuição de Mikhail Bakhtin⁴, que promove uma ruptura com os preceitos da linguística tradicional. Por meio da crítica aos extremos – linguística só da língua *versus* linguística só da fala – Bakhtin compreende o subjetivismo na perspectiva da língua como um fato social. Segundo ele, a matéria linguística é apenas parte do enunciado. Existe também outra parte, não-gramatical (o enunciado concreto, a intertextualidade, gênero etc.), que corresponde ao contexto da enunciação. Assim, Bakhtin promove a situação de enunciação como determinante para a compreensão da estrutura semântica de qualquer ato de comunicação verbal.

As condições de produção são, pois, introduzidas como elementos cruciais para o discurso. O enunciado, para Bakhtin, é a língua mais as condições em que o enunciado concreto foi produzido. Significa dizer que, ao aproximar e associar o linguístico e/ao social, Bakhtin apresenta a necessidade de buscar as relações que vinculam linguagem à ideologia. A compreensão do fenômeno da linguagem sai, então, da dicotomia proposta por SAUSSURE (1916, trad. 1978). Não obstante o deslocamento operado por Bakhtin, as condições de produção têm outras apresentações.

Nas décadas de 60 e 70, Pêcheux se debruçou sobre essas questões, período em que a AD se afirmou ainda mais nos estudos da linguagem, a partir da articulação de três regiões de conhecimento científico: a) o materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, aí compreendida a teoria das ideologias; b) a linguística, como teoria ao mesmo tempo dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação; e c) a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos. Tais regiões são, de certa maneira, atravessadas e articuladas por uma noção psicanalítica de sujeito, ou seja, um sujeito cuja subjetividade é exterior à sua consciência (PÊCHEUX, FUCHS: 1975).

Do ponto de vista da AD de linha francesa, o modo de funcionamento da linguagem não é integralmente linguístico. O sentido é histórico, e procura-se compreender a língua como estrutura e acontecimento. A AD introduz a noção de sujeito e de situação na análise da linguagem, retomando a ideologia⁵ – cuja presença é atestada

⁴ Outras alternativas seriam apresentar a AD a partir de Pêcheux, ou de Foucault, ou de Maingueneau etc.

⁵ Bakhtin e Pêcheux convergem no modo de ver a linguagem como ideológica, porém, divergem quanto ao conceito de ideologia – em Pêcheux, é mais althusseriano e menos marxista clássico (porque é baseado na leitura

na concepção de que não há sentido sem interpretação –, e sua articulação com os fenômenos linguísticos. “*Diante de qualquer objeto simbólico o homem é levado a interpretar, colocando-se diante da questão: o que isto quer dizer? Nesse movimento de interpretação o sentido aparece-nos como evidência, como se ele estivesse já sempre lá*” (ORLANDI, 2001: 45).

Esse gesto de interpretação é dialético: ao mesmo tempo em que se interpreta, nega-se a interpretação, colocando-a, como afirma Orlandi, no grau zero, resultando na naturalização do que é produzido na relação do histórico e do simbólico.

Por esse mecanismo – ideológico – de apagamento da interpretação, há transposição de formas materiais em outras, constituindo-se transparências – como se a linguagem e a história não tivessem sua espessura, sua opacidade – para serem interpretadas por determinações históricas que se apresentam como imutáveis, naturalizadas. Este é o trabalho da ideologia: produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência. (Op.cit: 46).

Em suma, é a ideologia que permite o efeito imaginário de o sujeito se supor a origem do sentido, porque mascara, pela suposta transparência da linguagem, aquilo que se chama “*caráter material do sentido das palavras e do enunciado*” (Pêcheux). A pergunta da AD não é o que um texto quer dizer, mas, sim, *como significa*. Conforme Maingueneau (1997),

Não se trata, pois, de examinar um corpus como se tivesse sido produzido por um determinado sujeito, mas de considerar sua enunciação como o correlato de uma certa posição sócio-histórica na qual os enunciadores se revelam substituíveis. Assim, nem os textos tomados em sua singularidade, nem os corpus tipologicamente pouco marcados dizem respeito verdadeiramente à AD” (Cf Maingueneau, 1997:14).

Mas, para haver sentido, é preciso que o sujeito se inscreva em determinada formação discursiva (FD), que pode ser entendida à luz da definição de Foucault como

de Althusser sobre a obra de Marx) – e, por consequência, ao conceito de sujeito. O sujeito bakhtiniano é agente. O de Pêcheux, desde o início de sua teoria, é assujeitado. Somados a esses, o aporte da Psicanálise com sua teoria do sujeito clivado, e da teoria foucaultiana, ficam claras as diferentes concepções.

“um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram em uma época dada, e para uma área social, econômica geográfica ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 1969: 2003).

Para Pêcheux, dizer é filiar-se a uma FD que, por sua vez, está inserida em uma determinada formação ideológica. O sentido é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas, e que, segundo ele, mudam de acordo com as posições daqueles que as empregam.

Ainda de acordo com Pêcheux, as palavras tiram seu sentido dessas posições, isto é, em relação às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem. E assim falam com outras palavras, ou seja, toda palavra é sempre parte de um discurso. Segundo essa concepção, todo discurso é demarcado pela relação com outros: dizeres presentes e dizeres que se alojam na memória. É pela referência à FD que se torna possível compreender os diferentes sentidos no funcionamento discursivo. Uma mesma palavra pode significar diferentemente ao se inscrever em formações discursivas distintas.

Podemos citar, como exemplo, e já no escopo do nosso trabalho, a compreensão polissêmica do termo “*preservação de florestas*”, que significa “uso racional dos recursos naturais”, para a Organização das Nações Unidas (ONU); “entrave ao desenvolvimento”, para os desenvolvimentistas; “prejuízo”, para os ruralistas; e “vida”, para as populações indígenas. Apesar de se tratar da mesma língua, não há coincidência no discurso, isto é, no sentido. Isso porque todos esses usos se dão em condições de produção diferentes e podem ser referidos a diferentes formações discursivas. Em certa medida, é o que norteia a AD, uma vez que, observando as condições de produção e verificando o funcionamento da memória, é possível remeter o dizer a uma FD e não a outra para compreender o sentido do que está dito.

Essa noção é fundamental na análise do discurso jornalístico. O fato de assinalar que não há sentido sem interpretação na construção da notícia não significa *a priori* pôr em xeque a conduta ética da imprensa (embora, em alguns casos, seja possível identificar o desprezo a critérios básicos, como o equilíbrio entre “os dois lados” para determinado tema/debate). À luz de Pêcheux (1993), na sua proposição de que um discurso é sempre proferido a partir de condições de produção dadas, faz parte da minha proposta discutir

esses conceitos para compreender em que condições são produzidos os discursos midiáticos sobre aquecimento global. Interessa desvendar os vestígios sócio-históricos que orientam esse dizer.

Todavia, concordo com Bucci (2002) quando afirma que, por maior que seja o esforço dos jornalistas no sentido de garantir uma certa fidelidade ao seu relato, e mais, admitindo que sejam bem sucedidos, ainda assim os fatos não possuem sentido como característica imanente. Para Bucci, “*Ele [o fato] não acontece assim, puramente como fato, um dado do mundo concreto, do mundo independente de qualquer linguagem, para, só depois, ser traduzido num relato*” (p.10). Ou seja, a noção de que os fatos “falam por si” não se sustenta porque nenhum acontecimento é “evidente em si”, sempre resulta de uma construção. Como afirma Paul Henry (1994), “*os fatos reclamam sentidos*”. É o olhar, ou seja, a posição ideológica, que “constrói” os sentidos para determinado acontecimento.

Se é “fato”, por exemplo, que integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) se organizaram com o objetivo de lutar pela reforma agrária e por uma distribuição de renda mais equilibrada no País, e que uma de suas estratégias é acampar em propriedades privadas, os relatos dando conta de que isso é “ocupação” ou “invasão” já são sentidos. E sentidos atravessam a língua. Assim, a notícia é um elemento discursivo. Em outras palavras, um fato é a versão que ele gera e só existe para gerar uma versão, mesmo que seja a versão do silêncio ou do apagamento. “*E que depois dará lugar a outra versão, e mais outra e depois outra*” (GOMES, 2003). Dito isto, não será difícil compreender que a realidade (ou o que o senso comum entende como realidade) não antecede o discurso.

Por sua vez, os fatos jornalísticos não antecedem o discurso jornalístico. O que tomaremos como realidade será sempre a realidade discursiva. Para Bucci, de algum modo, todos têm consciência disso. Todos, menos os jornalistas, que

Não estão autorizados (...) porque o relato jornalístico, ou melhor, o discurso jornalístico supõe uma separação nítida entre fato e relato e, sem que exista essa separação, esse discurso se comporta como se a sua própria autoridade interna estivesse prestes a ruir. O jornalismo ainda crê e faz crer no discurso positivista. O discurso jornalístico, de que o profissional de imprensa é o operador, supõe-se baseado na

premissa de que os eventos se sucedem independentemente da presença do observador. Por isso o jornalismo ainda não sabe, e não se deixa saber, como um fator essencial – talvez o fator – para a constituição do fato que relata (2002: 11).

Mais do que constituir os fatos, o fluxo das notícias acaba ordenando os fatos. Bucci afirma que o discurso jornalístico é um fator ordenador daquilo a que chamamos, “*por algum resíduo de inocência imperdoável*”, de realidade. E acrescenta: “*O que é a realidade senão a composição de sentidos e de significados tal como ela pode acontecer nos termos da comunicação social?*”. Ou seja, aquilo que não está na mídia, não está no mundo, afirma o autor.

A seleção por si só coloca o jornalismo numa posição privilegiada na tarefa disciplinar porque a ele cabe hierarquizar e difundir sentidos e valores, preconizar modos de falar, separar o que é dizível do que é indizível. Seu efeito primeiro é o de trazer à visibilidade aquilo que os jornalistas acham que interessa aos leitores e, portanto, aquilo que interessa a eles próprios (o que não significa que não seja de interesse também do público). Essa seleção é que vai garantir a adesão de um certo número de leitores (o seu público consumidor) e, por extensão, a sua “legitimidade” (SODRÉ, 1996).

Tanto a definição do que é relevante quanto a nuance a ser dada a um fato não são produtos da casualidade, mas constituem-se num ato ideológico e, em última análise, num ato disciplinar; é a educação determinada pelo visível (GOMES, 2002). E ninguém – nem mesmo os donos das empresas jornalísticas, que podem interferir no conteúdo editorial por conveniência ou interesse particular – tem o poder de controlar a função simbólica das notícias veiculadas, pois esse processo é controlado mais pela ordem da língua – ou do discurso – do que pela ordem das intenções dos agentes. Não há esse controle porque “*a ideologia não está só no conteúdo e nem apenas na intencionalidade do autor (que, de resto, não controla conscientemente todas as vozes que através da sua se expressam)*” (GOULART, 2003).

Se é verdade que no discurso a voz do autor não é mais do que uma entre as muitas vozes presentes, talvez uma boa metáfora é a de compará-lo a um maestro que organiza o que Bakhtin chamou de “*orquestração contrapontual de vozes*”. Isto quer dizer que, embora o sujeito esteja em permanente relação com o já-dito, ele não é um

mero repetidor de palavras já ouvidas, textos já lidos; também é capaz de constituir a si e ao seu discurso enquanto unidades coerentes, estabelecendo relações de saber e poder com o outro e atribuindo sentido ao mundo. Existe, pois, um ato criador em qualquer enunciação.

Seja como for, entendo que o sujeito se constitui pelo seu discurso e esse movimento não seria possível a partir de uma ótica (ingênua) da “objetividade”. *“Pelo mesmo motivo que faz o sujeito acreditar numa verdade transcendente, que o desobrigaria do gesto da interpretação, do movimento de atribuir sentidos, como se eles já existissem desde sempre”* (MENDONÇA, 2002). A reivindicação da “objetividade” como forma de legitimar os discursos jornalísticos é uma estratégia ideológica adotada pelos meios de comunicação de massa para dissimular a evidência de que os fatos são resultados de uma construção social, isto é, não possuem sentido como característica imanente.

Dito de outra maneira, o discurso jornalístico – como qualquer outro – está relacionado ao jogo de formulações ideológicas e imaginárias que constituem o sujeito. Os sentidos produzidos no/pelo texto jornalístico são inscritos em sua materialidade; não se trata de algo unívoco ou estático, mas incompleto por natureza. Por sua vez, a produção da notícia, assim como o discurso – e como discurso – também é resultado desse jogo ideológico, mesmo havendo um conjunto de regras de produção (apuração, redação, edição e circulação) que lhe dão autonomia e tentam imprimir um caráter “objetivo” à sua estrutura. É que essas regras não são técnicas neutras, ao contrário, também resultam de processos socialmente construídos.

O *Manual de Redação da Folha de S. Paulo*, um dos jornais que selecionamos para o nosso *corpus*, preconiza:

Não existe objetividade em jornalismo. Ao escolher um assunto, redigir um texto e editá-lo, o jornalista toma decisões em larga medida subjetivas, influenciadas por suas posições pessoais, hábitos e emoções. Isso não o exime, porém, da obrigação de ser o mais objetivo possível para relatar um fato com fidelidade, reproduzir a forma, as circunstâncias e as repercussões. O jornalista precisa encarar o fato com distanciamento e frieza. (*Folha de S. Paulo*, 2001, p.45)

Tal posição ideológica da *Folha* poderia parecer *a priori* uma contradição no que diz respeito à objetividade. Ao mesmo tempo que a nega (“*Não existe objetividade em jornalismo*”), a reivindica (“...*obrigação de ser o mais objetivo possível para relatar um fato com fidelidade...*”). Estou falando, pois, de um efeito de sentido⁶ que se constitui em um dos pilares do fazer jornalístico.

Não posso deixar de considerar também as influências mercadológicas na adoção dessas regras, influências que, no entanto, como afirma Sodré (1996), não são suficientes para definir a notícia como resultado da “manipulação” voluntária dos jornalistas (não estou falando de manipulação do público, mas sim das “escolhas” do jornalista enunciador para dizer de uma forma e não de outra) como sujeitos também dotados de um inconsciente.

“*Acima disso, e também abaixo disso, existem as determinantes do discurso, que submete a todos independentemente da intenção que os sujeitos tenham*” (BUCCI: 2002). Tanto o jornalista quanto seus interlocutores são sujeitos que compartilham discursos e portanto filiados a FDs diferentes, contraditórias, aliadas, alinhadas etc..

Por outro lado, os jornalistas têm de ser capazes de invocar algum conceito de objetividade. Se seguirem as estratégias de trabalho que eles identificam com as notícias “objetivas”, os riscos de processos e pressões podem ser minimizados, uma vez que cada notícia acarreta perigos para o corpo redacional e para a própria organização jornalística.

Mas, ao afirmar que é possível um relato “fidedigno” de um acontecimento, sob o argumento da objetividade, não se estaria enfatizando o “poder dizer”, isto é, uma onipotência do sujeito em relação à linguagem? Não seria, nesse caso, a linguagem predominante no discurso jornalístico um instrumento de comunicação construindo visão de um sujeito logocêntrico, um sujeito senhor de si e de suas falas?

Citando Roscho (1975), John Soloski afirma que a objetividade não reside nas próprias notícias, reside mais no comportamento dos jornalistas. Para eles, a objetividade não significa que eles são observadores imparciais de acontecimentos, mas que procuram relatar os acontecimentos de forma equilibrada. Não significa, portanto, “isenção” de

⁶ O sentido é da ordem do cognitivo, do referencial. O efeito de sentido, da ordem do pragmático, discursivo. Há uma dimensão formal nas línguas naturais e uma dimensão social, e são os elementos formais convencionais que nos possibilitam interpretar a materialidade. Essa distinção é importante para compreendermos o movimento de significação do discurso de “objetividade” como efeito de sentido, uma constituição discursiva necessária, não uma “invenção”.

quem fala em relação ao enunciado. Do ponto de vista da AD, sempre haverá uma correlação entre os vestígios sócio-históricos e o enunciador envolvido no processo de significação.

Para Soloski, a objetividade é um modo “eminentemente” prático de o jornalista lidar com as complexas necessidades do seu trabalho, das organizações jornalísticas e dos públicos. Ao apresentarem as notícias como uma série de fatos, as organizações jornalísticas estão protegidas de duas formas. A primeira se baseia no fato de que as fontes, e não os jornalistas, são “responsáveis pela exatidão dos fatos”, uma vez que os jornalistas apenas lhe dão voz. Até certo ponto, isso ajuda a isolar tanto os jornalistas quanto à sua organização das acusações de parcialidade e de reportagens imprecisas.

A segunda vantagem que a objetividade tem para as organizações jornalísticas é o fato de assegurar a sua posição de monopólio no mercado. Diz Soloski:

Se as notícias fossem relatadas de uma maneira abertamente política ou ideológica, o mercado estaria pronto para a concorrência das organizações jornalísticas que detêm pontos de vista políticos ou ideológicos opostos. Relatando a notícia objetivamente, a lealdade do leitor para com um jornal não é uma função da ideologia desse jornal, baseia-se mais na eficácia da cobertura jornalística.

Ferreira (2003) afirma que a objetividade é uma das marcas identificadoras do jornalismo, em especial do jornalismo americano, que acaba influenciando o de outros países, e pode ser apresentada de diversas formas e dimensões diferentes. Pode ser vista como um contrato entre jornalistas e empresas de comunicação, fomentando um tenso equilíbrio em que os jornalistas ganham certa independência, mas perdem a voz, ou seja, passam da condição de escritor – capaz de criar – à condição de escriba, isto é, podem até participar do processo de seleção de notícias, mas estarão cada vez mais presos às regras jornalísticas.

Outra forma para compreender a objetividade, segundo Ferreira, é tê-la como uma teoria que leva à verdade, “*uma sorte de epistemologia do jornalismo para alguns e de ideologia para outros*”⁷. O jornalismo, acrescenta, persiste em ser o guardião da

⁷ ROSEN, J. *Para além da objetividade*, In **Revista Comunicação e Linguagens – Jornalismo**. Lisboa: Relógio d'Água Editores, 2002, D027,

objetividade, transformando-a em sinônimo de equilíbrio, de equidade para seus relatos em forma de notícia. Mas até que ponto isso é possível, na perspectiva da AD?

A estratégia retórica

Ferreira assinala ainda que objetividade é um termo tradicionalmente associado à persuasão em razão das estratégias discursivas calcadas no entusiasmo, na paixão ou a partir de valores compartilhados socialmente. Assim, observa-se a retórica no discurso religioso, político, jurídico, entre outros. Mas, para o jornalismo, a objetividade constrói sua retórica pela anulação das estratégias tradicionais de persuasão. Não haveria paixões, nem convicções, nem Deus, nem teoria.

Segundo Ferreira, a força da persuasão do jornalismo, a partir do discurso da objetividade, está em contar as coisas, como se essas existissem tal como são contadas, como se houvesse um sentido único a ser transmitido pelo enunciado⁸. Essa retórica da objetividade busca confundir as coisas com seu relato, a representação como se fosse a apresentação. Trata-se de uma outra forma de se tentar esvaziar a crítica ao discurso jornalístico⁹.

Em busca da objetividade, a estrutura das notícias está articulada a estratégias subjacentes que emanam autenticidade, que é diferente de verdade. E recorre a recursos discursivos para criar autoridade no dizer sobre os fatos. Com isso, as notícias buscam ser sinônimo dos fatos. Assim, “*a autenticidade se constrói com recursos discursivos que constituem os elementos da notícia*”.

Ferreira afirma que no jornalismo impresso, por exemplo, a importância que adquiriu a fotografia não é casual, mas sim uma forte impressão de autenticidade. Já o telejornalismo constrói autenticidade explorando as coberturas ao vivo, articulando correspondentes em várias partes do mundo. Para o autor, esses e outros recursos retóricos, que clamam por autenticidade, fazem tomar transparentes as fronteiras que separam os fatos das narrações sobre eles, os fatos das histórias contadas.

⁸ Nenhum enunciado remete a uma única interpretação de um fato. O que ocorre são processos de reinscrição de ordem simbólica de determinado fato em uma outra ordem de discurso com características e injunções particulares. Vista superficialmente, essa reinscrição nos leva a crer que o fato é imutável, independentemente do ponto de vista que o acessa, e que qualquer alteração nele é indesejável e incorreta. Portanto, ao se “contar coisas”, estamos apenas exprimindo uma entre tantas possibilidades de contá-las.

⁹ Tal afirmação nos remete a Tuchman, quando afirma que, como estratégia, a objetividade é uma maneira de prevenir o ataque ou resguardar os jornalistas da crítica.

Em seu ensaio “*Declínio de um paradigma? A parcialidade e a objetividade nos estudos dos media noticiosos*”, Robert Hackett (1993) traz para a reflexão alguns pressupostos que ele considera “chave” para a investigação da parcialidade jornalística: 1) a notícia pode e deve ser objetiva, equilibrada e um reflexo da realidade social; 2) as atitudes políticas dos jornalistas ou dos executivos editoriais são fatores determinantes da parcialidade jornalística; e 3) a parcialidade no conteúdo noticioso pode ser detectada por meio da existência de métodos de leitura.

A notícia pode e deve ser um reflexo da realidade social, pode ser equilibrada na medida em que permite ao leitor uma compreensão dos fatos narrados; mas a objetividade fica comprometida justamente pela interpelação das atitudes políticas dos jornalistas, determinando uma certa interferência no “modo de dizer”, de contar os fatos. E quando falamos de atitudes políticas, não estamos nos referindo a opções partidárias, apenas. Mas a toda uma formação discursiva que permite ao jornalista falar sobre algo de uma determinada forma e não de outra, ainda que (aparentemente) ele possa escolher a forma de dizer.

Pelo fato de as escolhas de linguagem não se darem por mero acaso, embora essa ilusão se sustente no uso da língua, entendo que qualquer tentativa de ser “objetivo” ao se narrar um fato é apenas uma tentativa, ainda que o jornalista seja “fieis” aos acontecimentos. Assim, ao contrário do que propõe Tuchman, é justamente o discurso da objetividade que pode levar a “não objetividade” do jornalista na produção da notícia.

Em outras palavras, o jornalismo não é um espelho da realidade, tendo em vista que a posição ideológica do profissional está presente na abordagem dos fatos, assim como a sua ética, a sua ideologia e mesmo as condições de produção da notícia. É necessário, porém, haver um certo grau de objetividade em relação ao fato a ser noticiado, já que a captação de informações e sua transmissão devem respeitar uma base na realidade em função da credibilidade do veículo. Mas, em que pese o esforço ético e técnico do jornalista em seu relato, a notícia virá sempre carregada de sentidos, tanto pelo enunciado (a pretensa escolha do jornalista para dizer de um modo e não de outro), quanto pela própria formação do jornalista.

Como afirma Mariani (1998), o discurso jornalístico tem como efeito imediato tomar como objeto o que se fala, criando, sim, efeitos de sentido. Trata-se de um discurso

intermediário, pois ao falar *sobre* um *discurso de*, situa-se entre esse e o *interlocutor*, qualquer que seja. Não é o ‘mundo’, mas deve falar sobre esse mundo, retratá-lo, torná-lo compreensível para os leitores. Até aí, pode haver um certo espaço para a objetividade, mas que se estende até o limite das diferentes possibilidades de enunciados e enunciações do discurso jornalístico. Diz a autora:

Por esse viés, o sujeito enunciador produz um efeito de distanciamento – o jornalista projeta a imagem de um observador imparcial – e marca uma diferença com relação ao que é falado, podendo, desta forma, formular juízo de valor, emitir opinião etc., justamente por não 'se envolver' com a questão.

Para Charaudeau (2007), não há “captura da realidade” empírica que não passe pelo filtro de um ponto de vista particular, “*o qual se constrói um objeto particular que é dado como um fragmento do real*” (p.131). Diz o autor:

Sempre que tentamos dar conta da realidade empírica, estamos às voltas com um real construído, e não com a própria realidade. Defender a ideia de que existe uma realidade ontológica oculta e que, para desvelá-la, é necessário fazer explodir falsas aparências, seria reviver um positivismo de má qualidade. (...) Mortos são mortos, mas para que signifiquem ‘genocídio’, ‘purificação étnica’, ‘solução final’, ‘vítimas do destino’, é preciso que se insiram em discursos de inteligibilidade do mundo que apontam para sistemas de valores que caracterizam os grupos sociais. Ou seja, para que o acontecimento exista é preciso *nomeá-lo*. O acontecimento não significa em si. (...) só significa enquanto acontecimento em um discurso. (p.131-132).

1.1.2. O jornalismo como prática discursiva

A prática jornalística, em todo o seu funcionamento, é uma prática discursiva fundamentada na intertextualidade e na interdiscursividade. Foi sobretudo pelos estudos de Bakhtin (1992) que se chegou a abordagem intertextual. Para ele, o discurso está sempre impregnado das vozes que o constituíram e sempre interagindo com outros que se

ligam e se relacionam de algum modo com ele, de forma explícita ou não.

A experiência verbal individual do homem toma forma e evolui sob o efeito da interação contínua e permanente com os enunciados individuais do outro. É uma experiência que se pode, em certa medida, definir como um processo de assimilação, mais ou menos criativo, das palavras do outro (e não das palavras da língua). Nossa fala, isto é, nossos enunciados, está repleta de palavras dos outros, em graus variáveis, pela alteridade ou pela assimilação, caracterizadas, também em graus variáveis, por um emprego consciente e decalcado. As palavras dos outros introduzem sua própria expressividade, seu tom valorativo, que assimilamos, reestruturamos, modificamos (p. 314).

Desse modo, para Bakhtin, o dialogismo é um fato da ordem do discurso. Ao mesmo tempo em que toda expressão é significada pelos textos dos quais ela participou, da mesma forma um discurso ecoa outros tantos discursos anteriores e posteriores a ele. Em outras palavras,

o discurso vivo e corrente está imediatamente determinado pelo discurso-resposta futuro: ele provoca esta resposta, pressente-a e baseia-se nela. Ao se constituir na atmosfera do 'já-dito', o discurso é orientado ao mesmo tempo para o discurso-resposta que ainda não foi dito, discurso, porém, que foi solicitado a surgir e que já era esperado (BAKHTIN, 1975: 89).

É pela necessidade de responder ao discurso do outro e obter resposta ao seu que Bakhtin discute o dialogismo. Em "*Estética da Criação verbal*" (2003), afirma:

Vivo no universo das palavras do outro. E toda a minha vida consiste em conduzir-me nesse universo, em reagir as palavras do outro (as reações podem variar infinitamente), a começar pela minha assimilação delas (durante o andamento do processo original da fala), para terminar pela assimilação das riquezas da cultura humana (verbal ou outra). A palavra do outro impõe ao homem a tarefa de compreender esta palavra (tarefa esta que não existe quando se trata da palavra própria, ou então existe numa acepção muito diferente).

Fairclough¹⁰ (2001) desdobra o conceito de dialogismo para a noção de intertextualidade: os textos são “*inerentemente intertextuais, constituídos por elementos de outros textos*” (p.134). Ocorre que, mesmo sendo o dialogismo a condição fundamental da linguagem e do discurso, a partir das estratégias discursivas, os textos podem deixar de perceber as muitas vozes que os constitui e também escondê-las, sob a aparência do discurso único. Ele define as dimensões da intertextualidade levando em consideração como os textos explicitam ou não o seu caráter dialógico.

Para Fairclough, os textos em que os diálogos entre os discursos se deixam entrever e outras vozes sociais se fazem presentes na superfície textual estão na dimensão horizontal da intertextualidade. Já os textos em que o discurso do outro não está explicitado na superfície textual – muito embora se relacionem com outros textos estabelecendo elos com aqueles na cadeia dialógica das relações sócio-históricas – são situados na dimensão vertical da intertextualidade.

Assim, Fairclough distingue a intertextualidade manifestada da interdiscursividade. Na primeira, outros textos são explicitamente presentes no texto analisado, mediante marcas na superfície textual. A segunda, que também pode ser denominada intertextualidade constitutiva, ocorre quando um texto incorpora um outro texto, por meio de estratégias discursivas, como, por exemplo, a reformulação, produzindo, com isso, um discurso em resposta a outro discurso. A intertextualidade, portanto, está vinculada à heterogeneidade que é constituída por esse duplo dialogismo presente nas relações intertextuais.

Em seu estudo “*Journalism as an Anglo-American invention: a comparison of the development of French and Anglo-American Journalism*”, Jean Chalaby (1996) apresenta o conceito de práticas discursivas centradas-nos-fatos, que ele identifica como práticas jornalísticas porque têm o uso determinado por normas e valores condicionados por regularidades da área jornalística. Como exemplo, cita a reportagem e as entrevistas, que dão à escrita jornalística um novo formato, agora não mais de caráter literário. Chalaby se refere a entrevista do tipo pingue-pongue, com perguntas e

¹⁰ Entre tantos autores que abordam os conceitos de dialogismo e intertextualidade, citamos N. Fairclough pela relevância de seus estudos acerca da influência das relações de poder sobre o conteúdo e a estrutura dos textos, sobretudo os textos midiáticos, objeto de nossa análise. Tradução de **Discourse and social change**. Izabel Magalhaes (coordenadora), Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2001, 316 pp.

respostas, que se constituem na “fala” pretensamente *ipsis litteris* do entrevistado (embora haja uma escolha do jornalista para as perguntas e na edição).

O autor atribui aos jornalistas anglo-americanos a iniciativa de adotar o padrão tipicamente jornalístico da neutralidade e da objetividade. Estabelece-se, pois, uma nova concepção de notícia, de caráter informativo, e cria-se uma “*revolução discursiva única*”, para usar as palavras de Chalaby.

Essa nova prática discursiva adotada pela escrita jornalística passa a ser legitimada socialmente e “autorizada” a produzir a construção de eventos a partir do real, pelas vias de suas estruturas institucionais (suportes organizacionais, rede tecnológica, normas que modelam a profissão de jornalista etc.) e das relações sociais, do cotidiano. Flausino (2001) considera o cotidiano a grande fonte de informações do jornalismo e acrescenta que as notícias são, principalmente, produtos de uma cultura, entendendo como cultura todo o produto da relação do homem com seu meio ambiente. Mais:

[A notícia] tem como funções admitidas tornar os fatos públicos, informar, esclarecer, explicar, educar, influenciar e vender a imagem do veículo que é o seu suporte. Não cumpre estas funções sem, no entanto, falar a seu modo sobre o mundo, sua ideologia. Categoriza este mundo, ordenando-o, e o hierarquiza.

Retomando Mariani, o jornalismo tem como efeito imediato tomar como objeto o que se fala, retratando o mundo e tornando-o compreensível para os demais. Por isso, a produção jornalística determina um enquadramento, uma perspectiva de quem faz a mensagem, estruturando representações dos acontecimentos. A notícia não é o espelho do real, mas apenas uma representação de fatos que podem ser significados de diversas maneiras. Como afirma Flausino, os jornalistas, antes de serem meros observadores, participam da construção da realidade que os *media* estampam.

Mesmo obedecendo a uma tradição enquanto ramo da produção cultural, o jornalismo está submetido às leis de concorrência. E, nessa situação de concorrência, acaba sendo influenciado pela orientação do mercado, perdendo a sua “aura romântica” (imagem que o público comumente acaba tendo da prática jornalística). A notícia hoje é também produto de consumo. Os fatos, ao se tornarem notícias, são trabalhados de modo

a atraírem a atenção do leitor e, quase sempre, são produtos de uma lógica mercadológica, cuja base é a investigação daquilo que é mais interessante. Segundo Flausino,

apesar de estar óbvio que atuar no jornalismo não significa mais buscar a verdade dos fatos, hoje, mais do que nunca, trata-se de uma opção ideológica, porém, não segundo o imaginário da profissão (...) mas, principalmente, porque fica cada dia mais claro que definir a notícia, escolher sua angulação, a manchete, a posição na página ou simplesmente não dá-la é um ato de decisão consciente do jornalista.

Essa consciência a que se refere a autora é confirmada pela noção de notícia que Ciro Marcondes Filho apresenta em seu livro *O capital da notícia*:

notícia é a informação transformada em mercadoria com todos os seus apelos estéticos, emocionais e sensacionais; e que para isso a informação sofre tratamento que a adapta às normas mercadológicas de generalização, padronização, simplificação e negação do subjetivismo (p.13).

Flausino afirma que a possibilidade de uma notícia objetiva e imparcial “é impossível”. Para Chartier (1991), é impossível porque

(...) O simples consumo dessas notícias constitui representações que nunca são exatamente o que esperam seus produtores. As ideias apreendidas por meio da circulação de notícias promovidas pelos *mass media* tornam-se representações sociais, produtos da tecnologia da vigilância e da inculcação, que estão em sintonia com as táticas de consumo e de utilização daquelas que ela tem por função modelar.

Nessa linha de raciocínio, pode-se afirmar que, na construção da notícia, o real assume novos sentidos. Aquilo que é real, efetivamente, não é (ou não é apenas) a realidade visada pelo texto jornalístico, mas a própria maneira como ele a cria, na historicidade de suas condições de produção e na intencionalidade de sua escrita, considerando-se, também, os interesses da instituição a que pertence o jornalista.

Assim, o jornalismo, como campo¹¹ discursivo, representa, preliminarmente, um discurso institucional. Desse modo, é preciso levar em consideração o processo de discursivação da própria instituição jornalística, observando, além da historicidade da formação de seu discurso, a heterogeneidade constitutiva dos discursos institucionais em geral. Mariani (1999) afirma que a compreensão do funcionamento de um discurso institucional não permanece restrita a uma correlação mecânica entre o que se diz e um lugar institucional correspondente.

À luz de Mariani, compreende-se “instituição” como resultante de longos processos históricos durante os quais ocorre a consolidação de determinados sentidos em concomitância com a legitimação de práticas ou condutas sociais. Para a autora, são práticas discursivas que se legitimaram e se institucionalizaram, “*ao mesmo tempo em que organizaram direções de sentidos e formas de agir no todo social*” (Cf. MARIANI, 1999: 51).

Convém destacar que, ao longo de todo o processo de formação da imprensa, o poder político sempre exerceu um papel atuante, restringindo ou suprimindo material “perigoso”. Assim, a censura caracterizou a práxis jornalística durante os séculos XVII, XVIII e XIX, e, após a Idade Média, tornou-se uma prática secular (Cf. THOMPSON, 1995). É nesse contexto que surgem o pensamento liberal e a luta pela liberdade de imprensa com o objetivo de combater o poder repressivo do Estado.

Os liberais ingleses acreditavam que uma imprensa livre e independente desempenharia um papel de vigilante crítico do poder público, mas, para isso, era preciso garantir o direito à expressão livre dos pensamentos e opiniões, sem repressão ou censura prévia. Nos séculos XVIII e XIX, muitos países incorporaram esse princípio em suas constituições: o indivíduo então passa a ter o direito de expressar suas opiniões “numa imprensa livre e independente”, sujeita apenas às exigências de que o que era escrito não era obsceno, difamatório ou, de maneira geral, caluniador.

¹¹ O conceito, aqui, é entendido à luz de Maingueneau (2005: 36), como um conjunto de formações discursivas que se encontram em concorrência, delimitam-se reciprocamente em uma região determinada do universo discursivo. Por “concorrência”, compreende-se tanto o confronto aberto quanto a aliança, a neutralidade aparente etc.. Bourdieu (1998:133) define como um sistema específico de relações objetivas que podem ser de aliança e/ou de cooperação, entre posições diferenciadas, socialmente definidas e instituídas, independente da existência física dos agentes que as ocupam. Para Hanks (2008:43), campo é uma forma de organização social baseada em (a) uma configuração de papéis sociais, de posição dos agentes e de estrutura às quais estas posições se ajustam; e (b) o processo histórico no interior da qual estas posições são efetivamente assumidas, ocupadas por agentes (individuais ou coletivos).

Contudo, essas exigências não deveriam ser aplicadas de antemão na forma de censura ou de controle do Estado, mas apenas retroativamente, com a devida aplicação da Justiça para os que infringissem a lei. De certa forma, as mesmas leis que garantem à instituição imprensa a sua liberdade acabam elas próprias funcionando como reguladoras dessa liberdade que defendem. Por sua vez, o discurso jornalístico vai funcionar a partir dessas regulações e portanto como mantenedor de uma estrutura social de relações jurídico-políticas, produzindo em sua prática discursiva, como vimos, a ilusão da neutralidade e da verdade, apoiado na ideia de “imparcialidade” – o jornalismo é “objetivo”, os fatos “falam por si”.

Tais regulações também foram influenciadas pelo jornalismo norte-americano, nos séculos XIX e XX, que, por questões editoriais e de mercado, abriu mão de textos opinativos e “literários” por informações mais “precisas”, completas e atuais, sobre temas variados e com maior grau de proximidade ao cotidiano do leitor. Schudson (1978) aponta pelo menos dois fatores para a priorização desse novo modo de noticiar: a evolução das tecnologias de comunicação, sobretudo a invenção do telégrafo, que exigiu mensagens mais concisas e imprimiu mais velocidade na transmissão das informações, e a própria história de controle da mídia.

Essa história se caracteriza, inicialmente, pelo atrelamento ao Estado, cujos interesses estão presentes no noticiário como forma de manter o *status quo*. Depois, o controle passa a ser dos partidos políticos, sobretudo pela atuação de jornalistas militantes. Num terceiro momento, começa a prevalecer o interesse comercial da notícia, agora vista como produto, e a mídia então rompe com os partidos, a fim de ampliar a diversidade de seus leitores. Por último, a *era profissional*, preconizada por Lippmann¹² nos anos 30, que previa a institucionalização de uma “inteligência profissional treinada” à medida que essa etapa evoluísse e atingisse seu auge.

Essa etapa profissionalizada se configurou de modo muito particular no Brasil. Foi na década de 30, precisamente em 30 de novembro de 1938, no governo de Getúlio Vargas, que houve a primeira regulamentação profissional da atividade jornalística, por

¹² O norte-americano Walter Lippman foi escritor, jornalista e comentarista político. Intelectual prestigiado, ficou famoso por ter sido um dos primeiros a introduzir o conceito de Guerra Fria. Na década de 30, com o apoio da Helen Rogers Reid, proprietária do New York Herald Tribune, passou a trabalhar muito estreitamente com Coordenação de Segurança Britânica (BSC), relação que marcou a *era profissional*.

meio de Decreto. O objetivo era estabelecer a duração e as condições de trabalho nas empresas jornalísticas, bem como definir as principais funções ocupadas pelos jornalistas. Considerava-se jornalista todo aquele “homem de imprensa” devidamente registrado no Ministério do Trabalho; condição fundamental para sua admissão no jornal. Dessa forma, o Estado passava a ter o controle sobre aqueles que desempenhavam atividades em jornais (PETRACA, 2010).

Esse Decreto foi criado em um período de intensas crises do governo com a imprensa. O Estado Novo, instituído por Getúlio Vargas, estabeleceu a censura no país e criou órgãos como o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), cujo objetivo era controlar a imprensa e o rádio. Segundo Petraca,

A regulamentação da profissão de jornalista e o processo de estabelecimento dos primeiros critérios jurídico-institucionais estão relacionados tanto ao projeto para organizar a profissão proposto pelos jornalistas e às convicções políticas de que os mesmos estavam imbuídos, como à proposta do governo para a organização de um conjunto de profissões. Nesse processo de regulamentação dos ofícios, o Estado e seu aparato burocrático tornaram-se fundamentais para a formação dos grupos profissionais, proporcionando espaços em que poderiam atuar em nome de suas especialidades. Por meio de órgãos como o DIP e das revistas que propagandeavam o regime, o Estado oferecia aos jornalistas a possibilidade de intervir na burocracia pública e fazer desse espaço um trunfo imprescindível para o êxito do jornalismo.

A profissionalização da atividade jornalística teve como importante desdobramento o reconhecimento jurídico da necessidade de formação superior, em 1969, e aperfeiçoado posteriormente, pela legislação de 1979 (embora o primeiro curso de jornalismo tenha sido criado em 1947, com a fundação da Faculdade Cásper Líbero). O jornalismo adquire, então, o seu *ethos* profissional, validado socialmente, consolidando princípios teóricos, técnicos, éticos e estéticos.

É esse *ethos* que confere ao jornalista autoridade para reportar acontecimentos cotidianos como legítimos observadores do “mundo real”. Nas diferentes funções, exige-se dos profissionais que se relacionem com outras áreas do conhecimento e com a realidade a partir da especificidade profissional; que façam coberturas de ciência,

economia, política, esportes, cultura, saúde, educação, meio ambiente e outros temas, com qualificação ética e estética, incluindo concepção teórica e instrumental técnico. Essas tarefas pressupõem responsabilidade social, escolhas morais profissionais e domínio da linguagem especializada, da simples notícia à grande reportagem.

Como campo, o jornalismo é constituído pela articulação de um conjunto de práticas, regras e valores que condicionam a sua construção discursiva. E sua legitimação enquanto instituição social está fortemente baseada na ideia de que sua missão é reportar acontecimentos cotidianos. Sob o enfoque da AD, entendo que o jornalismo, enquanto prática discursiva, se estabelece por meio de uma espécie de contrato (contrato no sentido discursivo) com o público e sua crença de que o jornal lhe dá informações verdadeiras.

Como afirma Discini (2003):

Não é só de informar, portanto, que vive o jornal. Vive de crer e de fazer-creer, de saber e de fazer-saber; de fazer e de fazer-fazer. Vive também de ser e de fazer-ser; tudo sobremodalizado pelo parecer ou não-parecer, no referido jogo de verdade, compartilhado, de maneira cúmplice, pelo leitor. Esse leitor, lembremos, normatizado pelo hábito, torna-se o próprio jornal eleito. Trata-se de efeito de identidade e de identificação, construídos, ambos, dia após dia, pelo ato da leitura. (p.154)

Outras questões fundamentais norteiam a prática jornalística, entre elas os critérios para selecionar o que (não) deve ser divulgado quando são levados em conta critérios comerciais e outros que de alguma maneira impõem restrições. No tópico a seguir, veremos como, apesar de o jornalismo se debruçar sobre fatos do cotidiano de interesse público, a notícia também é produzida a partir de outros interesses, como, por exemplo, interesses econômicos.

1.1.3. A notícia na lógica de mercado

Foi em meados da década de 70, nos Estados Unidos, que o jornalismo passou a ter um caráter mercantil, em uma coexistência nem sempre exitosa de seu produto – a

notícia – com outros interesses comerciais (no Brasil¹³, esse processo ocorreu em concomitância com a emergência do espaço para as notícias sobre ciência, como veremos mais adiante). Na época, a maioria dos jornais norte-americanos investiu ações na bolsa de valores, e, como consequência, a produção de notícias se viu pressionada pela lógica do sistema capitalista, que visava lucro e benefícios a curto prazo. Os departamentos de marketing receberam incremento de pessoal com formação na área, e as empresas que ainda não possuíam esse setor específico trataram logo de criá-lo.

Essas mudanças tiveram impactos importantes no processo de produção jornalística. Além de colocar em xeque o mito da observação e do relato objetivos, que funcionavam como estratégias para esconder os controles (externo e interno) da profissão, o “jornalismo de mercado” viria, ao contrário, legitimar esses controles, evidenciando a submissão da pauta às regras comerciais. Visando a maximização do público, o que se refletiria na venda de espaços publicitários e dos próprios jornais, o conteúdo editorial foi adaptado ao novo modelo, e as *hard news* passaram a dividir – e a perder – espaço para as *soft news* (assuntos mais “vendáveis” e de conteúdo emocional).

Submeter a notícia à estrutura capitalista, reduzindo-a à condição de mercadoria, é torná-la ainda mais vulnerável às leis da oferta e da demanda em prejuízo de outros princípios que deveriam nortear a prática jornalística, tais como as regras cívicas e éticas (Cf. RAMONET, 2001: 60). Medina (1978) descreveu como o tratamento dado às informações resulta na notícia como produto, no âmbito das redações. Segundo ela, cada vez mais, o jornalista assume o caráter de “*técnico em informação*”, ou, como diz Pereira (2004), de “*simples operário de um sistema de produção taylorizado*”, tendo em vista que a notícia, como produto, necessita de profissionais que saibam manejá-la bem e em consonância com a produtividade que lhe é imposta e exigida. Para Marcondes (2000),

Jornalismo tornou-se um disciplinamento técnico, antes que uma habilidade investigativa ou linguística. Bom jornalista passou a ser mais aquele que consegue, em tempo hábil, dar conta das exigências de produção de notícias do que aquele que mais sabe ou que melhor escreve.

¹³ Diferentemente do que ocorrera nos EUA, no Brasil, o processo de profissionalização das empresas jornalísticas não passou pelo mercado de ações. Contudo, a lógica comercial também influenciou a produção da notícia, provocou um enrugamento nas redações e um processo de precarização do mercado de trabalho. Em seu estudo “*Sempre Alerta – condições e contradições do trabalho jornalístico*” (1994), Ribeiro aborda aspectos socioeconômicos da gestão em grandes corporações de comunicação.

Diante desse cenário, o jornalista adquire um novo *status*, agora mais instrumental, alinhado aos interesses comerciais das grandes corporações a que pertencem. Uma das maneiras de legitimar o caráter mercantil da informação, e, em última análise, da profissão, é conferir ao jornalista a “aura” de intelectual, não mais o intelectual tradicional, o *ideólogo* – aquele de quem se espera uma intervenção filosófico-moral, mas o intelectual do saber prático, ou *experto*, para usar as expressões de Bobbio (1997).

O autor utiliza essas categorias para diferenciar os dois tipos que considera mais relevantes de intelectuais: os tradicionais (*ideólogos*), que atuam como promotores do consenso (com valores, ideias e concepções de mundo), e os do saber prático (*expertos*), que detêm conhecimentos técnicos específicos.

O grande mérito de Bobbio, a meu ver, é não deixar escapar à sua intervenção a importância de refletir sobre a relação desses intelectuais com as estruturas de poder. Em seu ensaio “*Os intelectuais e o poder*”, Bobbio discute o papel dos intelectuais como criadores ou transmissores de ideias ou conhecimentos e as funções para as quais são chamados a desempenhar no contexto político em que vivem.

Todavia, salienta que a distinção entre princípios e conhecimentos técnicos não é clara a ponto de tornar possível uma separação igualmente clara nas discussões concretas. Segundo Bobbio, o *ideólogo* não está tão imerso no céu dos princípios para não perceber que precisa descer à terra e ver o que se passa – os que se enquadram nessa categoria são chamados de utopistas e ficam inteiramente presos ao fim, descuidando dos meios –, assim como o *experto* não está inteiramente preso aos meios – os que se enquadram nessa são os puros técnicos, que descuidam dos fins (Cf. SOUZA, 2008: 144-145).

Na era da “cultura eletrônica”, em que as tecnologias da informação – em particular a mídia – ocupam todas as esferas da sociedade, o modelo de intervenção política do vanguardismo já não impressiona tanto. É nessa fissura que o intelectual da mídia se notabiliza, promovendo uma reconfiguração do campo intelectual, com uma grande vantagem em relação aos tradicionais: a própria mídia os legitima.

A resposta vem em forma de um certo desprezo em relação à mídia. Em geral, os *ideólogos* são mais tolerantes com os meios impressos e costumam “satanizar” a televisão, por considerá-la o meio mais fértil de reprodução dos interesses mercantis da

indústria cultural, embotando a capacidade crítica das massas, em todos os seus domínios (Idem: 134).

Refletir sobre o papel do intelectual e do jornalista como intelectual na sociedade capitalista contemporânea dá relevo à importância cada vez maior do conhecimento e da sua influência nas demais esferas sociais. De acordo com Ortega e Humanes (2001), a decadência dos intelectuais tradicionais deixou um vácuo na produção do saber.

Dito de outra maneira, o enfraquecimento da ideologia resultou num golpe para o ideal de intelectual iluminista de vanguarda. “*Os gestos heroicos do intelectual santo ou profeta soam particularmente fora do ritmo com a melodia em surdina desses tempos*”, diz Sarlo (2000:166), referindo-se ao ocaso dos intelectuais tradicionais na pós-modernidade, que viu sua produção diluída num “pluralismo midiático”.

Para a autora, dois fatores foram preponderantes nesse processo: (1) a ascensão dos saberes técnicos em detrimento dos saberes filosófico-morais; e (2) o fim das utopias políticas. Esse vácuo intelectual é preenchido pelo jornalista na sua (inter)mediação entre o cientista e o público, por exemplo. É quando a mídia assume o papel de estabelecer um horizonte de referências culturais e também na construção social e simbólica daquilo que toma como realidade.

Por meio de uma *agenda-setting*¹⁴, o jornalista sistematiza a produção e a circulação das informações, factuais ou em forma de grandes reportagens, a partir de princípios que funcionam à maneira dos paradigmas científicos. Com efeito, a atividade jornalística nunca se distanciou do trabalho intelectual, mas o jornalista só atingiu esse *status* com a reconfiguração do campo intelectual, operado principalmente pela lógica de mercado – e quando, paradoxalmente, a qualidade das informações e do próprio meio passa ser mais questionada em decorrência justamente do domínio das regras comerciais sobre a pauta.

Transportando os conceitos de Bobbio (1997) para o papel social do jornalista e do cientista, e, em última análise, para o discurso jornalístico sobre ciência, pode-se afirmar que, enquanto os primeiros se estabelecem como *expertos*, os cientistas vão se

¹⁴ O termo *agenda-setting*, inicialmente pensado por McCombs e Shaw (1972) no âmbito da comunicação política, significa pauta de fixação, que visa direcionar a atenção do espectador de uma reportagem para temas considerados de interesse coletivo. Essa teoria estuda a influência que a mídia exerce no pensamento do cidadão e na agenda pública. No segundo capítulo, voltaremos a falar sobre *agenda-setting*.

distanciando cada vez mais da aura de *ideólogos*. De certa forma, os *ideólogos* e os *expertos* competem entre si, sobretudo no que diz respeito à “autoridade” para *falar sobre* ciência; o que vai diferenciá-los são as condições de legitimação e de concorrência (Cf. SOUZA, 2008:1 29), ou condições de produção, na perspectiva da análise do discurso.

Convém esclarecer que *ideólogos* e *expertos* não correspondem à clássica distinção gramsciana entre intelectuais *orgânicos* e *tradicionais*¹⁵ ou à corrente que distingue humanistas e técnicos. Tampouco se baseia na existência ou não de ligação com classes em luta pela hegemonia. O que se propõe discutir são as diversas funções que esses profissionais desempenham no contexto político contemporâneo, assumindo que desempenham funções intelectuais, e a relação de (inter)dependência que mantêm. Os cientistas produzem conhecimento, mas raramente são capazes de difundi-los para além dos seus pares (a rigor, a ciência não se propõe a ser divulgadora em larga escala, trata-se de uma característica do campo). Aquele que é “autorizado” a *falar sobre* esse conhecimento de modo que seja disseminado em larga escala é o jornalista.

Mas a notícia, como parte de uma estruturação capitalista, não é de todo autônoma. Bourdieu (1997) afirma que o jornalismo “se organiza segundo uma estrutura homóloga à dos outros campos” sendo que nele o peso “comercial” é muito maior. As forças externas às redações, notadamente os interesses da corporação, dos anunciantes e até do público-leitor, enquanto consumidor da notícia, interferem diretamente no exercício do jornalismo. Diz Bourdieu: “(...) *o campo jornalístico está permanentemente sujeito à prova dos veredictos do mercado, através da sanção, direta, da clientela ou, indireta do índice de audiência*”.

Segundo Bourdieu, os jornalistas orientam sua produção a partir de dois eixos: o comercial, da notícia como produto e portanto como geradora de lucro, e o intelectual, na produção mais autônoma e portanto mais independente dos interesses mercadológicos. Observando o critério da audiência, uma das bases do eixo comercial, as empresas midiáticas, em geral, e jornalísticas, mais especificamente, visam a conquista de cada vez

¹⁵ Antonio Gramsci distingue os intelectuais em duas categorias: os *tradicionais*, que têm a missão de garantir a hegemonia da classe dominante e de definir e organizar a reforma moral e intelectual, de adaptar à cultura à sua função prática; e os *orgânicos*, cuja missão é representar em relação ao outro um ponto de ruptura, ele deve ser a negação do tradicional e sua relação com a classe revolucionária é fonte de um pensamento comum (GRAMSCI, A. **A formação dos intelectuais**. In *Os intelectuais e a formação da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979).

mais “consumidores”. Nesse particular, o “furo”, a notícia em “primeira mão”, torna-se o maior capital, e estimula a concorrência entre as empresas e os próprios jornalistas.

Bourdieu chama a atenção para o que considera um paradoxo: a mesma concorrência que deveria promover conteúdos editoriais diferenciados entre um e outro veículo, é o que vai lhes comprometer a autonomia e oferecer notícias sobre as mesmas temáticas, com pequenos graus de variação. As empresas se vigiam mutuamente e se pautam, resultando num processo denominado pelo autor como “uniformidade”. Por outro lado, é preciso que o jornalista, sobretudo o jornalista-intelectual, continue atuando contra as pressões de mercado que regem a sua produção, e por extensão, o seu campo, e possa oferecer experiências diferenciadas, o que, para Bourdieu, significa escapar do jornalismo como um “instrumento de opressão simbólica”. Em outras palavras, trabalhar nas brechas da estrutura.

Mas a realidade do modelo capitalista é o que define esse embate para o exercício do jornalismo. Os proprietários dos grandes grupos de comunicação jamais vão abdicar do lucro e nem mesmo a força coletiva que teriam (têm) os profissionais de jornalismo é capaz de reconfigurar a estrutura comercial que se instalou nas empresas. E é aí que o poder desses grupos triunfa, e, num certo sentido, afeta a estrutura e o bom funcionamento das esferas sociais, da economia, da política e, em última análise, da democracia. Bourdieu afirma:

Este poder simbólico que, nas mais diferentes sociedades era distinto do poder político ou econômico, está hoje reunido nas mãos das mesmas pessoas, que detêm o controle dos grandes grupos de comunicação, isto é, do conjunto dos instrumentos de produção e difusão dos bens culturais.

Para o autor, romper com essa estrutura pressupõe desvelar as restrições (não tão) ocultas impostas ao campo jornalístico, mediante a conscientização dos profissionais (jornalistas) a propósito da influência desses mecanismos no seu ofício. Somente essa tomada de consciência e uma ação combinada entre jornalistas e profissionais de outros campos produtores de conhecimento – o científico, por exemplo – poderá garantir um trabalho mais eficaz da divulgação das contribuições da pesquisa, em todas as suas disciplinas. Bourdieu acredita que isso é possível, os jornalistas, e muito provavelmente

os cientistas, não. E, nesse confronto de ideias, ideais e concepções, a lógica comercial acaba prevalecendo. Nem sempre obedecendo a critérios éticos e técnicos, inclusive.

O espetáculo (da construção) da notícia

Parece haver consenso entre os teóricos de comunicação, das mais diferentes escolas, que um dos critérios para a seleção da notícia como produto é o do seu potencial de consumo. “*O que ‘vende’ mais é o que deve ser publicado*”, define a regra mercadológica, que, na versão simplificada “*isso vende*”, acabou se configurando num jargão bastante disseminado nas redações. Dito de outra maneira, a queda da Bolsa de São Paulo ou de Nova York pode até interessar a determinado segmento de leitor, mas, certamente, as imagens e as perdas decorrentes do furacão Catarina (em 2004, no Sul do Brasil) ou do seu quase homônimo Katrina (2005, Nova Orleans) terão sempre muito mais apelo jornalístico.

Nesses dois últimos exemplos, tem-se a possibilidade – e geralmente é o que acontece – de explorar a dramaticidade, para além do aspecto noticioso do acontecimento em si. A “familiaridade” do público com determinado tema ou personagem, a carga de emoção que recebe da (e projeta na) notícia e o processo de identificação que permite ao público viver tais emoções sem correr riscos garantem audiência, “vendem”. Do ponto de vista jornalístico, às vezes é possível conciliar o interesse comercial e o editorial, e nesse caso, prevalece o critério “vende mais”.

Um exemplo emblemático é a edição de 10 de novembro de 1989 da *Folha de S. Paulo*. No dia anterior, o mundo e o Brasil viviam as expectativas de acontecimentos que marcariam para sempre a História. Enquanto, na Alemanha, o Muro de Berlim começava a ser derrubado, no Brasil, naquela mesma data, o TSE cassava a candidatura do comunicador Sílvio Santos à Presidência do Brasil, nas primeiras eleições diretas pós-ditadura. Havia, de um lado, um evento de relevância mundial e crucial para os rumos da humanidade; de outro, um momento singular na história (da) política brasileira. A *Folha*¹⁶ optou pela notícia “local” e saiu com a manchete “*Tribunal cassa candidatura de*

¹⁶ O jornalista José Arbex Jr. cobriu a Queda do Muro para a *Folha* e participou de outras importantes coberturas como correspondente internacional. Organizou livro em que narra a sua experiência *in loco* na Alemanha e apresenta a sua visão, hoje, de como esse e outros acontecimentos de relevância mundial repercutiram na imprensa brasileira e como se dá a relação (da notícia) com o “consumidor”. (Cf. Arbex Júnior, J. 1993: 24).

Santos”, em seis colunas, com duas fotos, uma do Sílvio Santos e outra dos juízes, na sessão. A queda do Muro foi a sub-manchete, em três colunas e uma foto menor.

Obviamente, não é meu objetivo, aqui, discorrer sobre a cobertura da queda do Muro e suas consequências, mas convém destacar alguns aspectos que nortearam essa edição: (1) ambos os assuntos eram “factuais”, “quentes”, portanto, “notícia”; (2) era da *Folha* o único correspondente brasileiro (Arbex Jr.) presente naquela noite em Berlim, o que poderia ser um *diferencial* na cobertura, pensando em Bourdieu. (3) Se a *Folha* tivesse optado pela Queda do Muro como manchete, estaria obedecendo a um critério jornalístico que por si só se justifica: o de maior alcance e impacto¹⁷ (geograficamente falando). Além do mais, (4) privilegiar o caso Sílvio Santos contemplaria outros dois importantes critérios, o da proeminência (a figura pública) e o de impacto local (no Brasil); e, principalmente, (5) considerando a lógica do mercado, entre os dois fatos, o que “venderia mais” seria a notícia sobre o maior comunicador do Brasil estar fora da disputa pela Presidência.

Mas não é sempre que o editor se vê diante de dois fatos “quentes” cuja prioridade recaia sobre o que “vende mais”. Às vezes, na maioria das vezes, diga-se, é esse o critério que prevalece, mesmo que uma notícia factual seja preterida. Notem que não estou nem falando de outro componente do espetáculo da notícia muito disseminado no jornalismo: o sensacionalismo, que aparece em maior ou menor grau, dependendo da natureza do veículo. Em geral, notícias sensacionalistas são aquelas consideradas apelativas, grotescas e com textos de qualidade duvidosa, via de regra veiculadas em jornais ditos populares. Segundo Carneiro (2008),

Isso acontece porque o termo sensacionalismo vem sendo maciçamente utilizado para distinguir dois tipos de jornalismo: o primeiro, de qualidade, voltado para as classes sociais mais elevadas e com maior poder aquisitivo; e o segundo, mal feito, descomprometido com a realidade dos fatos e voltado para as classes sociais mais baixas. Essa

¹⁷ Além de dividir a cidade de Berlim ao meio, o Muro simbolizava a cisão do mundo em dois blocos: o capitalista, representado pela República Federal da Alemanha (RFA) e encabeçado pelos Estados Unidos; e o socialista, da República Democrática Alemã (RDA), orientado pelo regime soviético. A importância simbólica da derrubada, portanto, não se restringia ao território alemão, o que significa muito mais alcance e impacto mundial do que o episódio Sílvio Santos. Jornalisticamente, a opção pela Queda como manchete estaria aí justificada.

caracterização está intimamente relacionada a um processo velado de objetivação da distinção social. (p. 27).

Mas, ainda que prevaleça esse conceito, o caráter sensacional, que está relacionado ao interesse humano por temáticas de natureza apelativa (tragédias, violência etc.), pode figurar também em notícias voltadas para o primeiro grupo apontado por Carneiro. Assim, e para melhor compreensão quando da análise do nosso *corpus*, convém desnaturalizar o termo “sensacionalismo” como sinônimo de jornalismo chulo ou vulgar, evidenciando suas marcas discursivas em veículos ditos “sérios”. O que é importante, nessa discussão, é desconstruir a noção de que o interesse pelo sensacional é uma demanda apenas das camadas mais populares da sociedade e/ou de pessoas menos “instruídas”. Interessa, pois, discutir o caráter comercial da notícia sensacionalista, para que se possa, adiante, compreender *se e em que medida* está presente na cobertura sobre o aquecimento global.

Tanto Marcondes Filho (1986) quanto Pedroso (2001) afirmam que o sensacionalismo é resultado da mercantilização do jornalismo. Existe porque vende, vende porque explora a emoção do público. Num certo sentido, o caráter sensacional da notícia provoca, em algum grau, uma catarse coletiva, isto é, por meio desse tipo de notícia, o público projeta seus medos, anseios, desejos de vinganças, de “justiça com as próprias mãos” e outras emoções, sem, contudo, correr riscos. À luz de Barthes, Pedroso diz que, pela catarse, o indivíduo “*libera a fisionomia própria de seus sonhos, desejos, temores e horrores*”, o que (...) “*permite a expulsão fora de si dos sentimentos de medo, mal, fatalidade (...) que estão obscuros em si*” (p. 51).

Outra característica importante do sensacionalismo é o seu (pretense) papel de “alertar” para algo de interesse público, seja uma catástrofe, uma crise econômica, um escândalo político ou mesmo um fenômeno como o aumento da temperatura do planeta. Isso ocorre na medida em que o público busca maior compreensão e solução para os seus problemas por meio da informação jornalística. No caso específico do aquecimento global, como veremos no capítulo 3, o quarto relatório do IPCC, o AR-4, divulgado em 2007, suscitou, na comunidade científica, abordagens de alertas e mobilizadoras, amplamente disseminadas e debatidas nos veículos de comunicação.

Todo o movimento de significação que caracteriza o discurso jornalístico em torno da temática ambiental é, portanto, um campo muito fértil para análise, especificamente quando se trata da cobertura sobre ciência. Assim como o jornalismo, o conhecimento científico também reivindica uma certa aura de “verdade”, entre outras razões porque a fonte – o cientista – tem legitimidade para falar sobre aquilo que estuda. Por sua vez, o jornalista, como vimos, também é socialmente legitimado como mediador “objetivo” entre o público e os acontecimentos que relata.

SEGUNDA PARTE – A circulação do conhecimento na mídia

1.2.1. Jornalismo, ciência e sociedade

Os princípios epistemológicos e as regras metodológicas das ciências naturais fizeram com que, ao longo dos anos, a ciência atingisse um estatuto de discurso da verdade e assim ganhasse lugar de destaque na vida de todos os seres humanos. Pelo conhecimento científico, tendo o jornalismo como mediador, a sociedade é orientada sobre saúde, alimentação, qualidade de vida, aquecimento global etc., sem contar que a ciência também está presente na vida das pessoas por meio de equipamentos e tecnologias que têm facilitado o seu cotidiano. O jornalismo também divulga descobertas científicas cujo efeito pragmático é, pelo menos momentaneamente, nulo.

Essa influência na sociedade ocorreu porque se adotou uma definição de ciência e tecnologia que as interpreta como um padrão de racionalidade que dá conta de explicar o funcionamento do mundo, além de desenvolver mecanismo de controle dos processos naturais e de si mesma. Schor (2008) diz que esse padrão de entendimento científico aumenta o conhecimento do funcionamento da natureza e das relações sociais. Além disso, proporciona o desenvolvimento tecnológico, o qual influencia nas mudanças das relações sociais.

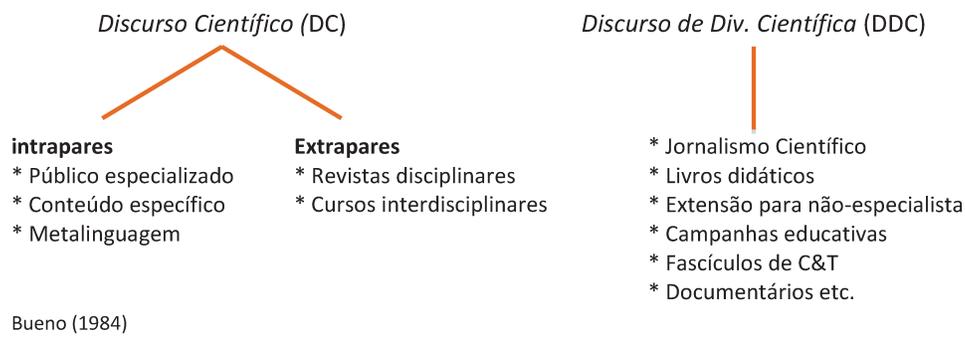
Schor afirma que a ciência, como forma de produção do conhecimento, diferencia-se dos outros campos porque se insere na estrutura social e nos seus conflitos e contradições devido à força de racionalidade. Assim, para a autora, sobrepõe-se aos

demais padrões de entendimento, entre os que podem ser explicados pela “racionalidade”.

Segundo Schor, é na modernidade que o desenvolvimento tecnológico se estabelece. Nessa época, se define uma relação entre forma de pensamento e desenvolvimento tecnológico. A autora afirma, por exemplo, que a expressão “desenvolvimento tecnológico” ganha contornos conceituais nas discussões de desenvolvimento social (para não dizer, simplesmente, econômico) como uma unidade para o qual tem um valor diferenciado. Isso porque é tida como “neutra” e “objetiva”, com isso, autônoma.

Contudo, para Schor, a ciência está longe de ser autônoma, pois encontra-se presa nas suas estruturas sociais de determinação. Nessa perspectiva, está a circulação do conhecimento e dos resultados científicos, e uma das principais ferramentas é o jornalismo científico, que se orienta pelos mesmos princípios básicos do jornalismo: atualidade, universalidade, periodicidade e difusão (BUENO, 1984).

Tanto o *discurso científico* (DC) quanto o *discurso jornalístico sobre ciência* – o *jornalismo científico*, para Bueno, são meios de *difusão científica*, categoria que se subdivide em *disseminação científica*, em que se enquadra o primeiro (DC), e *divulgação científica*, em que se enquadra o segundo. A classificação de Bueno aponta as diferenças de linguagem e finalidade de cada discurso, e auxilia na compreensão das condições de produção entre um e outro. Vejamos o esquema:



Baseado nessa classificação, Souza (2006) propôs uma categorização quanto às propriedades discursivas ao nível da constituição, da formulação e da circulação, para melhor compreensão do funcionamento de um (DC) e de outro discurso (DDC, aqui representado pelo jornalismo científico). Vejamos o quadro a seguir:

Nível	Discurso Científico (DC)	Discurso de Divulgação Científica (DDC)
Constituição	<ul style="list-style-type: none"> - Pré-construído: objetividade e neutralidade - Apagamento do sujeito - Efeito-leitor: relação simétrica - Ciência como conhecimento - Versão A de x 	<ul style="list-style-type: none"> - Pré-construído: objetividade e neutralidade - Explicitação do sujeito - Efeito-leitor: relação assimétrica - Ciência como informação - Versão B de x
Formulação	<ul style="list-style-type: none"> - Textualização dentro da ordem do DC - Sujeito não-formulado - Formulação como produto de trabalho mediato - Termos partilhados: metalinguagem 	<ul style="list-style-type: none"> - DDC: Textualização jornalística/didática do DC - Sujeito formulado - Formulação como produto de trabalho imediato - Termos partilhados: terminologia
Circulação	<ul style="list-style-type: none"> - Restrita - Efeito de simetria de interlocução - Espaço amplo na esfera cronotópica - Faz ciência 	<ul style="list-style-type: none"> - Ampla - Efeito de assimetria de interlocução - Espaço restrito na esfera cronotópica - Informa sobre o que a ciência faz

Segundo Moirand (2007), no entanto, a diferença entre os dois discursos é que o primeiro fala a partir de uma única voz, enquanto o segundo – que a autora classifica o jornalismo científico como parte de um grupo híbrido de mediadores – se caracteriza pela heterogeneidade mostrada ou constitutiva. Ao nível da constituição, o DC é dado como conhecimento – *“a ciência, livre de coerções religiosas e crenças diversas, se constrói sobre a razão”* (p.185) – a partir de uma relação simétrica entre os pares, em que o consenso é a regra e os termos geralmente são partilhados (*“atenuam-se os afrontamentos, explica-se mais os saberes estabelecidos, aqueles reconhecidos pelo conjunto da comunidade dos sábios”*).

Para Authier-Revuz (1988), o DDC é uma prática de reformulação textual-discursiva, resultado da reformulação de um discurso-fonte (DC) em um discurso segundo (aqui, o discurso jornalístico sobre ciência ou *jornalismo científico*), com objetivos diferentes ao nível da circulação (cada um possui um público específico). O

DDC é uma prática que visa à disseminação (para o grande público) de conhecimentos científicos que circulam dentro de uma comunidade restrita. Mas como essa busca opera sobre a linguagem?

Authier-Revuz considera o DDC uma espécie de “tradução” da “língua” dos cientistas (discurso-fonte) para a “língua” do público leigo (discurso segundo). Cabe ao jornalista divulgador a tarefa de operar como um “perito em tradução”, no papel de mediador entre esses dois discursos, reformulando o primeiro em função do segundo, o que atua diretamente no funcionamento da linguagem deste discurso segundo. O DDC, portanto, constitui-se em uma tradução bastante específica, explicitando sua origem no discurso-fonte da ciência.

Para Zamboni (2001), o DDC não seria uma “mera reformulação”, mas um gênero discursivo particular:

Vejo na divulgação muito mais o trabalho de formulação de um novo discurso, que se articula, sim, com o campo científico – e o faz sob variadas formas – mas que não emerge dessa interferência como o produto de uma mera reformulação de linguagem. (...) Contrariamente a esse modo de ver, vejo no discurso de divulgação científica um gênero discursivo particular, distinto do gênero do discurso científico, autônomo tanto qualquer outro discurso possa ser...

A autora argumenta que as diferenças entre os dois discursos não se limitam à circulação (público). Mais que isso, compreendem mudanças de outras ordens, como, por exemplo, todo o processo de produção do discurso científico (enunciadores e circunstâncias de produção), que fazem com que o seu espaço enunciativo seja essencialmente distinto do discurso da divulgação científica. O DDC, seja o enunciador um jornalista especializado em ciência ou cientista especializado em divulgação, não tem como objetivo de sua produção buscar validação de teorias científicas.

Zamboni rebate a concepção de que o DDC se inclui no campo da ciência, como parece propor Authier-Revuz, uma vez que

(...) Alterando-se os lugares dos protagonistas da cena enunciativa, restam alteradas todas as demais configurações do cenário, inclusive o canal da comunicação (...), a

modalidade de linguagem empregada, as fontes de informação, o tratamento do assunto, o formato do texto-produto. (pp. 61-62).

Uma leitura possível é a de o DDC estaria no campo jornalístico, o que implica que o seu funcionamento se dá de acordo com as regras gerais desse campo e dos gêneros que este campo admite. À luz de Maingueneau¹⁸ (1998), Fossey (2006) faz uma distinção entre *campo científico*, cujo discurso se materializa de muitos modos e admite certos gêneros (*papers*, relatórios e projetos de pesquisas etc.) e *campo jornalístico*, que inclui aquilo que ela chama de “subcampos” (isto é, jornalismo político, econômico, policial, de moda, científico etc.) e admite outros gêneros (editorial, notícia, notas rápidas, reportagem...). O DDC, neste caso o jornalismo científico, configura-se como um subcampo do jornalismo.

Tal qual outros subcampos jornalísticos, trata-se de um discurso que se define pela atualidade, ocupando-se de *fatos* (eventos, descobertas) ou *pessoas* (cientistas, tecnólogos, pesquisadores) que estejam diretamente ou indiretamente relacionados com o momento presente; pela *universalidade*, abrigando os diferentes ramos do conhecimento científico; pela *periodicidade*, mantendo o ritmo das publicações ou matérias, certamente antes em conformidade com o desenvolvimento peculiar da ciência do que com o próprio ritmo de edição dos veículos jornalísticos; e pela *difusão*, o que pressupõe a sua circulação pela coletividade.

Para Oliveira (1990), o casamento mais característico da ciência e do jornalismo se realiza quando a primeira, que busca conhecer a realidade por meio do entendimento da natureza das coisas, encontra no segundo um mediador eficiente, e essa eficiência dependerá do modo como o jornalista vai reformular o discurso científico. Diz a autora:

O uso e o abuso de metáforas são excelente recurso para aproximar o público leigo das informações científicas. Quando as pessoas conseguem associar um princípio ou uma teoria científica a alguma coisa que lhes é familiar, fica muito mais fácil a compreensão do assunto, e a comunicação científica torna-se eficaz. Associar, por exemplo, a segunda lei da termodinâmica ao fato de que um corpo mais frio não pode transmitir calor para outro mais quente torna muito mais

¹⁸ Conferir nota 11, p.49.

simples de entender e é tão correto quanto dizer, no jargão científico, que o “fluxo de energia é no sentido do aumento da entropia do sistema”. (p.44)

Mas sempre convém destacar que a tarefa de transformar um conteúdo com registros muito específicos, cuja compreensão é restrita a especialistas (efeito-leitor de relação simétrica), em algo que um leigo possa entender, não é fácil. A esse respeito, Fossey (2006) afirma:

Acertar a mão no didatismo não deve ser tarefa trivial, ainda mais se considerarmos a heterogeneidade do público e também dos suportes utilizados para fazer DC [divulgação científica]. Especificamente no caso das DC impressas, “converter” um artigo científico voltado para pares em uma reportagem acessível ao leigo exige inúmeras manobras, não só por parte dos jornalistas, como também por parte dos cientistas, que costumam ser uma das fontes de informação dos primeiros. (p.18)

A literatura sobre jornalismo científico tem se pautado por inúmeras vertentes, como, por exemplo, problemas específicos da prática profissional, como o tratamento da notícia como mercadoria, devido ao aumento expressivo da demanda pela DC, e sua consequente oferta, e o relacionamento conflituoso, mas absolutamente real, entre cientistas e jornalistas. Do ponto de vista da formulação, as notícias são discursos que vêm dar inteligibilidade a um outro discurso, o científico, de modo que o leigo possa compreendê-lo. Nessa ‘passagem’, há uma mudança da ordem discursiva. De um lado está quem produz o conhecimento – o cientista, do outro, está quem produz a informação sobre esse conhecimento – o jornalista. E a mudança produz algum tipo de ruído.

Burkett¹⁹ (1990), analisando o fazer jornalístico sobre ciência, afirma:

Nessa busca de algo novo para os leitores/espectadores, a situação menos administrável é o risco de se distorcer a notícia, especialmente se o assunto é ciência. Em alguma parte entre o processo de seleção de tópicos e o de redação, o cientista e o jornalista divergem. Isso é responsável por parte

¹⁹ Warren Burkett foi um militante do jornalismo científico na imprensa americana e professor da Universidade do Texas, Arizona. É autor de um dos mais importantes estudos sobre o tema.

das críticas sobre a popularização, dando uma impressão falsa do que é boa ciência e boa reportagem científica.

O que o autor classifica como distorção é, a meu ver, um processo de reinscrição de ordem simbólica do fato em uma outra ordem de discurso (que até pode significar distorção, mas não *aprioristicamente*) com características e injunções particulares²⁰. Vista superficialmente, essa reinscrição, em se tratando do discurso jornalístico sobre ciência, leva a crer que só há uma forma “correta” de narrar determinado fato científico, e que essa forma diz respeito à ótica do cientista e ao gênero *paper*. Um ponto de vista “divergente” é indesejável e incorreto, configurando as “distorções” a que se refere Burkett.

Entendo que a subjetividade do jornalista, particularmente no discurso sobre ciência, não exclui a possibilidade de narrativa sem que haja “distorção” – para Burkett, parece que sim. Mas admito que é muito tênue a linha que separa o outro olhar, o do jornalista (quando divergente do olhar do cientista), da imprecisão ou da “distorção” daquilo que se tem como efeito de verdade na informação científica. O desafio é sempre buscar (para pode oferecer) maior entendimento de temas científicos, e, desta forma, disseminar os benefícios sociais da ciência, promovendo reflexões sobre os aspectos éticos, econômicos e políticos da aplicação do conhecimento. Mas o compromisso de “dar ciência” à ciência para o público leigo deve ser assumido também pelos cientistas.

O cientista brasileiro José Reis (1907-2002)²¹, um dos maiores especialistas em doenças de aves no mundo, foi incansável nessa missão: durante mais de 54 anos, atuou como divulgador científico na imprensa, sendo o precursor do jornalismo científico no Brasil. Até pouco antes de morrer, publicou a coluna *Periscópio* no

²⁰ O sentido do que é notícia (sobre ciência) para o jornalista pode ser – e geralmente é – bem diferente do que é para o cientista. Não se trata de um problema de Formação Discursiva (FD), mas, partindo da noção é possível fazer esse deslocamento.

²¹ Formado pela Faculdade Nacional de Medicina, José Reis foi um dos fundadores da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e seu primeiro secretário-geral. Também fundou e editou por muito tempo a revista Ciência e Cultura, da própria SBPC, além de ter sido o idealizador no Brasil de feiras de ciência nas escolas. Embora não seja objetivo nosso uma abordagem prolongada de sua biografia, não se pode debater jornalismo científico no Brasil sem ao menos citá-lo.

jornal *Folha de S. Paulo*, onde também exerceu a função de diretor de redação (de 1962 a 1967). A propósito das desavenças entre cientistas e jornalistas, afirmou:

...a tradição isolacionista do pesquisador gerou muitos ressentimentos entre o cientista e os jornalistas. De um lado, os cientistas, muito ciosos da precisão da informação até mesmo em minúcios de nenhum interesse público, e de outros os jornalistas, mais estimulados pelo essencialmente novo e capaz de atrair os leitores. Pode-se dizer que em alguns centros se cavou um profundo fosso entre ciência e jornalismo, como se a notícia se apequenasse ou prostituísse quando veiculada pela imprensa. Se os jornalistas, algumas vezes por despreparo, outras pela ânsia de sensacionalismo, contribuíram para aquela situação, os cientistas não ficam absolvidos, pois muitos deles se negaram sistematicamente a dialogar com os repórteres ou atender aos pedidos de colaboração em termos simples. (1982, p.4)²²

Essa reflexão é importante para, quando da análise do *corpus*, se possa compreender o movimento de significação que caracteriza o jornalismo científico na cobertura do aquecimento global, com nuances ora alarmista e sensacionalista, ora descrente do que apontam os modelos climáticos em relação ao aumento da temperatura da Terra. É o movimento que expõe o caráter público da ciência por meio de gestos de interpretação que implicam escolhas lexicais e formações discursivas próprias dos jornalistas (Cf. FIORIN, 2001, p.32). Estou falando de um novo *modo de dizer*, no qual caberá ao jornalista ler em um discurso e dizer em outro, e as propriedades discursivas são o que vai diferenciar esse “novo dito”, a partir de suas condições de produção.

Nesse percurso, o jornalismo científico adquire o *status* de vetor de difusão de conhecimentos na/para a sociedade. É quando deixa o seu próprio meio para ocupar um lugar social e histórico no cotidiano dos sujeitos. O jornalista, ao falar *sobre* um *discurso de* (outrem), o discurso de origem (Cf. MARIANI, 1998), situa-se entre esse e o público, posição que lhe confere legitimidade para emitir opinião, crítica, dúvidas

²² REIS, José. Entrevista concedida a Alzira Alves de Abreu (CPDOC/FGV e UFRJ), publicada na revista *Ciência Hoje*, da SBPC (jul-ago. 1982) e republicada no livro *Cientistas do Brasil*, comemorativo ao cinquentenário da SBPC, em São Paulo (1988, p. 1-7).

etc., sempre buscando contextualizar o acontecimento científico nas suas dimensões econômicas, políticas e socioculturais.

Citando James (1896)²³, de quem foi assistente na Universidade de Chicago (EUA), Robert Park, um dos pioneiros dos estudos da comunicação em massa, toma emprestados dois de seus conceitos essenciais para melhor compreensão do processo de produção das notícias: o *conhecimento de* e o *conhecimento acerca de*. O primeiro diz respeito ao “senso comum”, intuitivo, inevitavelmente adquirido “*no curso de nossos encontros pessoais e de primeira mão com o mundo que nos rodeia. (...) Um conhecimento que se incorpora no hábito, no costume e, por fim, por algum processo de seleção natural, que não compreendemos plenamente no instinto; uma espécie de memória ou hábito social*” (PARK, 1979: 169).

O *conhecimento acerca de* é formal, racional e sistemático, e, por isso, pode ser científico, na medida em que é “*metodicamente buscado com todo o aparelhamento formal e lógico criado pela pesquisa científica*”, ordenado segundo o propósito do pesquisador. Embora esse conceito pressuponha sujeito “separado” de objeto, Park observa que “*não existe, falando-se de um modo geral, nenhum método científico totalmente independente da intuição e da percepção que nos dá o conhecimento das coisas e dos acontecimentos*” (Idem, p.173).

A distinção dessas duas formas de conhecimento fazendo parte de um “*contínuo dentro do qual encontram lugar todas as espécies e demais formas de conhecimento*” é fundamental para a compreensão das suas diferentes funções na vida das pessoas e da sociedade como um todo. Nesse contínuo, a construção da notícia, segundo Park, tem localização própria. A notícia não é um conhecimento sistematizado, como o das Ciências Físicas ou Matemáticas. E, apesar de guardar alguma semelhança com a História – ambas se referem a acontecimentos – a organização dos dados têm características e injunções próprias. Enquanto a História se ocupa do passado, estabelecendo conexões entre os acontecimentos e os incidentes que o precedem e os que se seguem, o jornalismo trata do presente.

²³ JAMES, W. **The Principles of Psychology**. Nova York: Henry Holt & Co., 1896, I, 221-22

Grosso modo, pode-se dizer que o discurso da História também é uma modalidade de discurso sobre os acontecimentos. É um processo de construção do historiador a partir de posições teóricas e ideológicas específicas, em relação com a memória. Para o jornalismo, aquilo que é noticiável também não se dá por si, como evidência, mas é constituído pela própria prática do discurso jornalístico. Guimarães (2001) afirma que *“enunciar na mídia é enunciar segundo a interdiscursividade que determina as formulações da mídia, por mais que os jornalistas possam ainda afirmar que eles se pautam pela objetividade dos acontecimentos”* (p.15).

Em outras palavras, ao tomar a ciência apenas como acontecimento e não como um processo de produção (de conhecimento) contínuo, apagando os percursos dessa produção, o jornalismo lhe confere o caráter do presente constitutivo da notícia. Desse modo, como observa Guimarães, o jornalismo acaba operando pelo desconhecimento do que é próprio do acontecimento: a sua temporalidade e, em última análise, a sua memória.

Este desconhecimento, no caso das matérias sobre ciências, pelo menos, coloca a notícia como um efeito de presente e da intenção do jornal. A imprensa opera, assim, pela busca de um efeito de memória zero. A grande mídia toma um conhecimento produzido por uma longa história como se ele fosse um acontecimento do presente (p.20).

Retomando os conceitos de AD, o processo de significação do discurso, e, portanto, do discurso jornalístico, envolve três etapas inseparáveis: a constituição, que ocorre a partir da memória do dizer, a formulação, determinada por condições de produção e circunstâncias de enunciação específicas, e a circulação, também em contextos e condições de produção passíveis de descrição. Ao reportar a ciência como notícia, tendo como objetivo levar de forma acessível os resultados das pesquisas ao público leigo, o jornalista estabelece uma relação imaginária com esse público e o cientista.

Nunes (2001) afirma que há um entrecruzamento de diferentes espaços de significação (o do próprio meio, o da ciência e o do universo do público) em que estão em jogo a homogeneidade/heterogeneidade dos campos de saber e a migração de sentidos

de um domínio a outro, sendo essa uma forma de recuperar o que Campbell (1991) descreve como “*metáfora do jornalismo como instrumento da ciência*”²⁴.

Se, como afirma Park (1979), a notícia se define também pelo interesse público, e se esse público pode estabelecer uma relação com a ciência a partir da (inter)mediação do jornalista, é certo que essa articulação reduz de alguma forma a “distância” entre o leitor e a ciência, e recupera-se “o elo perdido”. E, no tripé dessa estrutura enunciativa – o (1) *jornalista* que se dirige ao (2) *leitor* reformulando o que o (3) *cientista* diz – o jornalista acaba operando como um “perito em tradução”, “*a quem é necessário recorrer em virtude de uma ruptura de comunicação na sociedade*” (Cf. AUTHIER-REVUZ, 1999:11).

Entendo que a ruptura a que se refere a autora é resultado do processo de reinscrição da ordem simbólica de um acontecimento (científico) em uma outra ordem do discurso, uma espécie de migração do discurso da ciência para o discurso jornalístico *sobre* ciência, com perdas e fissuras. Não se trata, pois, de “tradução” de um discurso – o científico – para outro – o jornalístico, nem de vulgarização da ciência, como afirmam alguns, mas de um deslocamento do jornalista, atuando no entremeio desses dois discursos. Em outras palavras, o discurso jornalístico não é um mero receptáculo, é um meio, no sentido material, e meios não são indiferentes aos sentidos (Cf. GUIMARÃES, 2011:24)²⁵.

Nesse deslocamento, pode-se compreender o funcionamento do discurso jornalístico à luz do que Maingueneau (1997) definiu como *cenografia*. O autor chama a atenção para as instâncias de enunciação em termos de “lugares” (princípio da AD), que seriam determinados por uma topografia social sobre os sujeitos que nela se inscrevem. É esse conjunto de “lugares”, segundo ele, que determina o modo como o discurso vai funcionar. Citando Foucault (1969), Maingueneau explica a cenografia a partir da noção

²⁴ No final do século XIX, o jornalismo passou por um realinhamento aos moldes da ciência, operando o conceito de objetividade e priorizando conteúdos mais informativos e menos opinativos. Institucionalizaram-se as técnicas de apuração e de redação como métodos científicos a fim de legitimar o jornalismo como uma instituição confiável. Houve, por parte do público, uma aceitação do mundo como algo reportável e objetivo, ou seja, acreditava-se que, a exemplo da ciência, o jornalismo era capaz de apresentar “fatos puros” em um discurso objetivo e, portanto, confiável.

²⁵ A esse respeito, o conceito de *Medium* de Maingueneau (2001: 71 e ss) permite compreender ainda mais claramente que não há independência entre o conteúdo e o “meio”.

de formação discursiva, cujo preceito é circunscrever a posição que deve ocupar cada indivíduo para dela ser o sujeito (Cf. MAINGUENEAU, 1997: 33).

A cenografia é criada, instituída pelo próprio discurso, e é parte do que Maingueneau definiu como *cenos de enunciação*²⁶. Trata-se do modo como o locutor realiza a enunciação. Alguns gêneros do discurso não suscitam cenografia. É o caso, por exemplo, dos textos de lei, dos catálogos telefônicos, das receitas médicas, entre outros. Mas os que agem (ou pretendem agir) sobre o público para modificar suas convicções, o jornalismo, a publicidade etc., estes sim, exigem a cenografia, uma cenografia que, à medida que o texto vai sendo produzido, o legitima como o mais adequado para a finalidade a que ele se destina. De acordo com Maingueneau, a mídia, ao enunciar, constrói o quadro do seu dizer encenando seu próprio processo de comunicação.

Em outro ponto de vista, que não da AD, Carey (1987) afirma que, ao tornar um acontecimento (seja científico ou não) inteligível para o público em forma de notícia, o jornalista está dando novo(s) sentido(s) àquilo que, descrito de outra maneira, seria difícil compreender, e, além disso, não seria jornalismo. Para o autor, tudo o que é textualização jornalística, e incluem-se aí os escritos sobre ciência, é uma nova maneira de contar uma história, a partir de convenções, procedimentos, *ethos* e aparatos da profissão.

Nessa perspectiva, a notícia se configura como um *novo dizer*, o que elimina o efeito (ilusório) de transparência da linguagem no discurso jornalístico (Cf. CAREY, 1987:159. Tradução minha). Isso porque as matérias resultam de práticas de fabricação de uma dada realidade, constitutivas da profissão, interpeladas pelo jogo de formulações ideológicas e imaginárias dos jornalistas enquanto sujeitos.

Dito de outra maneira, embora o jornalista não domine a linguagem científica, está *autorizado* a falar *sobre* ciência para o público, e, num certo sentido, assim como o cientista, empresta unidade, lógica, sequência temporal e forma a um conjunto de dados que supostamente interessam à sociedade. A diferença está no modo de “contar a história”, que se apresenta conforme o *ethos* e o campo de cada um.

²⁶ Além da *cenografia*, Maingueneau (2001: 85 e ss) distingue de outras duas *cenos de enunciação*: A *cena englobante*, que se refere ao tipo de discurso (p.ex. o político, o publicitário, o religioso etc.) a que pertence um texto e ao lugar em que se deve colocar o seu destinatário (o eleitor, o consumidor, o fiel etc.) para interpretá-lo; e a *cena genérica*, que, definida pelas *cenos específicas* dos gêneros do discurso, estabelece os papéis dos parceiros do discurso; o lugar e o tempo; um suporte e finalidade.

O jornalismo científico, como prática discursiva, é, portanto, uma prática de (re)formulação do *dizer científico*, carregado de sentidos outros, cuja finalidade é fazer conhecer a ciência mediante ampla e “legítima” circulação. E é a garantia de circulação que realimenta o *locus* privilegiado do jornalista como *autoridade* para falar *sobre* e lhe confere um certo poder, na medida que seu trabalho influencia (positiva ou negativamente) os rumos socioeconômicos e políticos de seu meio.

Tal influência caracteriza a cobertura de meio ambiente, notadamente na questão do aquecimento global, escopo deste trabalho, visto que inclui outras abordagens além da científica, pois os problemas relativos às mudanças do clima do planeta envolvem diversos outros aspectos de ordem social (p.ex. deslocamento de populações), econômica (p.ex. a produção de energia e de alimentos) e política (p.ex. competitividade internacional e segurança alimentar e ambiental). O tema extrapolou as editorias de ciência e meio ambiente dos jornais para ocupar outros espaços, inclusive ganhando destaque nas *hard news*²⁷ ao entrar na *agenda-setting* mundial, como veremos no próximo capítulo.

Por sua vez, a ciência também abrange esses mesmos aspectos quando se debatem assuntos como o estabelecimento de políticas públicas, científicas e tecnológicas, além de suas implicações sociais e econômicas. Portanto, divulgar ciência é também uma maneira de despertar na sociedade um entendimento de que, cada vez mais, o campo científico (tal qual o jornalismo) se consolida como importante agente na busca de soluções para as demandas do mundo contemporâneo. Mas, como se dá esse processo de fazer circular o conhecimento científico se, como vimos, o ideal de objetividade como efeito de sentido é especioso, e a produção e circulação da notícia estão submetidas a pressões comerciais, ideológicas e políticas?

No próximo tópico, veremos quais os critérios para selecionar o que (não) deve ser divulgado da produção científica, que protagonistas dão sentido ao noticiário científico e

²⁷ Expressão que designa, em jornalismo, uma linha editorial com ênfase em notícias e coberturas mais densas e complexas, acompanhadas de análises conjunturais, projeções, etc., com predominância nos campos da economia e da política. Geralmente, por sua importância, ocupam lugar de destaque na primeira página dos jornais.

quais os limites entre a informação e a opinião no noticiário que privilegia os temas científicos.

1.2.2. A ciência como notícia

A ciência, tal como a notícia, também é uma espécie de “mercadoria”, e também é produzida a partir de interesses políticos, industriais ou econômicos, numa relação direta com o poder (e, em determinadas circunstâncias, com a conjuntura). Os compromissos se dão na medida em que os cientistas (ou grupos de pesquisas) recebem fomentos públicos e privados, e claro, representam posições ideológicas, mantêm afinidades com governos ou partidos políticos, correntes ideológicas e vínculos de toda ordem. Como diz Bueno (2005), é raro encontrar pesquisador independente uma vez que a ciência está cada vez mais burocratizada e comercializada. Em termos jornalísticos, o capital da ciência é cada vez mais valorizado, assim como o da notícia.

Sendo assim, o cientista, como *fonte*, tem compromissos para além da pesquisa, e é preciso que o jornalista, na cobertura de assuntos científicos e tecnológicos, esteja atento a esse aspecto. Em geral, não são os cientistas que definem as prioridades dos investimentos (públicos ou privados) em ciência e tecnologia, e, quando o fazem, ou seja, quando provocam a demanda, precisam justificar a “aplicabilidade” (o caráter “prático”) de seus estudos. Não convém, pois, imaginar que prevaleça a ciência pela ciência numa sociedade moldada pelos interesses comerciais e políticos, vide o exemplo do combate ao fumo, cujos “alertas” científicos, durante anos, não foram suficientes para enfrentar a indústria do tabaco.

Por sua vez, além de suas próprias idiossincrasias, os cientistas também enfrentam interesses adversos. Na questão do aquecimento global, conforme veremos no próximo capítulo, uma das causas apontadas pelo IPCC para o aumento da temperatura da Terra é a emissão em grande quantidade dos gases de efeito estufa por meio da queima de combustíveis fósseis. Admitindo que a hipótese seja verdadeira, difícil imaginar que a indústria do petróleo mundial não continuará investindo pesado para que a voz da ciência seja abafada, como aconteceu com o tabaco. E, caso os alertas do IPCC não se

confirmem, de qualquer modo, o debate (e embate) foi suscitado, o que já justifica o movimento por parte das petrolíferas.

Essas nuances que permeiam a atividade científica devem ser amplamente contextualizadas no discurso jornalístico sobre ciência. O jornalista que cobre temas científicos não pode se limitar a ser um porta-voz. Ao contrário, deve permanecer atento aos interesses que extrapolam a produção do conhecimento científico. José Reis, em sua atividade como cientista e divulgador, defendia uma visão ampla da ciência. Para ele, era fundamental identificar as dimensões política, econômica e sociocultural da pesquisa. A postura dos que buscavam examinar a ciência e o cientista à luz de seu próprio trabalho, sem a preocupação com sua aplicabilidade e interesses outros, era muito criticada por José Reis, que dizia:

...nunca me contentou a prática pura e simples de uma especialidade. Sempre procurei contemplá-la com a sua história e, se não a filosofia, pelo menos o filosofar sobre a essência do trabalho realizado, sua significação, sua posição no contexto geral do saber. Surgiu daí a preocupação, que se foi acentuando, com a história, a filosofia da ciência e a política da ciência. (p.4).

Para Reis, a divulgação científica também deveria observar esses critérios, uma vez que se constituía numa importante forma de inclusão ocupando a lacuna deixada pelas escolas, “*onde as dificuldades e precariedades fazem com que estudantes e professores obtenham informações sobre os progressos da ciência através de artigos de jornais*” (p. 22). Mas os jornalistas que cobrem C&T no Brasil também estão submetidos ao sistema de produção da notícia (e, por extensão, da ciência) como mercadoria(s), sobretudo no que se refere aos objetivos e ao tempo de execução. Enquanto o cientista pode esperar para obter resultados de seus estudos, o processo de produção do jornalista é atropelado pelo sistema *taylorizado* (PEREIRA, 2004), o que por vezes compromete a qualidade da informação.

As condições de produção são fundamentais para compreender de um lado a tendência isolacionista e desconfiada do cientista, de outro, o comportamento apressado e por vezes descuidado do jornalista, o que provoca resistência quanto à divulgação de pesquisas. É como se a ciência se “*apequenasse ou se prostituísse quando veiculada pela*

imprensa” (REIS, 1982:4), fruto do despreparo, da pressa ou da ânsia de sensacionalismo por parte do jornalista. Isso porque a notícia é transformada em “mercadoria”, e como tal, é preciso *vender mais*. De qualquer modo, se, no passado, a divulgação de C&T foi fruto do esforço isolado de alguns, inspirados pelo trabalho paradigmático de José Reis (MELO, 2003), hoje, e cada vez mais, o jornalismo científico se consolida como atividade intelectual no Brasil.

Essa tendência se acentuou principalmente nas duas últimas décadas do século XX, notadamente nos anos 90, com a realização da Conferência Mundial da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – a Rio-92 – no Rio de Janeiro, conforme veremos no capítulo 2. O progresso experimentado pela ciência brasileira a partir dos anos 50 não vinha sendo acompanhado pela mídia na mesma proporção. A cobertura esporádica de assuntos de C&T refletia, em grande parte, a pouca importância que os próprios cientistas atribuíam à divulgação de seus estudos para além de seus pares. Para Pretto (1993), antes da criação das editorias específicas de ciência e meio ambiente, as notícias e, principalmente, os cientistas, eram apresentados de forma *extremamente caricatural e sensacionalista*, sobretudo na televisão, a saber:

Na mídia, os cientistas são pessoas que desenvolvem pesquisas na busca do Bem coletivo e universal, como se fosse possível o desenvolvimento da ciência e o trabalho do cientista ser completamente desvinculado do mundo social que o rodeia e do qual é parte integrante. (Cf. Pretto, p.95).

Já àquela altura, a ciência, cada vez mais importante na lista de temas de interesse público, porém de difícil assimilação (inclusive por parte dos jornalistas) deveria ser veiculada tal qual os demais assuntos: era preciso *vender mais*. Mas, como fazer isso na divulgação de temas que não são de domínio dos jornalistas? Dito de outra forma, se um jornalista se depara com um acontecimento do qual foi testemunha, como, por exemplo, um jogo de futebol ou um acidente de trânsito, ele pode responder às questões básicas que compõem a estrutura canônica do jornalismo: quem, como, quando, onde, por quê e o quê (não necessariamente nessa ordem),

mesmo que seu relato esteja carregado de subjetividade. Ainda assim, esse tipo de notícia confere ao jornalista uma certa autonomia.

Na cobertura sobre ciência, contudo, não é possível, na maioria das vezes, a observação direta do jornalista. As reportagens geralmente decorrem de entrevistas com os cientistas sobre os resultados da pesquisa (e esta pode levar muito tempo, anos, talvez), e, em alguns casos, com uma cena “preparada” para demonstração ao leigo. Significa dizer que o jornalista precisa creditar basicamente à fonte – o cientista – a “veracidade” das informações. E de novo estamos diante do dilema: como conciliar os interesses dos cientistas, enquanto fontes, dos veículos, que visam o lucro, e dos jornalistas, que têm (ou deveriam ter) a responsabilidade de informar com qualidade e credibilidade o público leigo? Bueno (2007) responde (re)acendendo polêmica entre os próprios jornalistas:

O jornalismo não pode abrir mão da militância, entendida aqui como o compromisso primeiro e inadiável com a conscientização, com a superação das desigualdades, com a denúncia dos grandes interesses. Isso significa repudiar a neutralidade, tomar partido, investigar as causas e consequências da ação nefasta dos grupos econômicos, que visam o lucro a qualquer custo. (...) Não deve, sob hipótese nenhuma, se limitar ao chamado discurso competente, (...) que apenas legitima hierarquias e promove o distanciamento (p. 12).

Discordo, em parte, do autor, especificamente quando afirma que é preciso tomar partido (estamos nos referindo às notícias, não a artigos e editoriais, que são do gênero opinativo). Entendo que o jornalismo, como o discurso – e como discurso, já vem interpelado pela subjetividade, e não cabe ao jornalista dizer no texto – até porque ele dirá no seu discurso, o que elimina qualquer vestígio de neutralidade. Por outro lado, concordo que é preciso investigar e compreender as causas e consequências da influência econômica nas práticas sociais, sendo essa uma outra forma de dizer que é essencial a contextualização política e histórica quando, por exemplo, das notícias sobre ciência.

Se no jornalismo científico, geralmente a fonte (cientista) é a principal voz na notícia, uma boa cobertura não deve se limitar a esses atores. Tampouco pode ser refém do que Bueno classificou como a “síndrome do Lattes”. Segundo ele, o jornalismo científico brasileiro, “*equivocadamente, tem priorizado (ou, o que é mais dramático, se reduzido a) fontes que dispõem de currículo acadêmico, produtores de conhecimento especializado e que, muitas vezes têm, por viés do olhar ou em muitos casos por má índole, se tornado cúmplices de corporações multinacionais...*” (p. 15).

De novo, o autor traz à tona um importante aspecto da cobertura jornalística sobre ciência, mas cai na armadilha da generalização, no sentido de sugerir que os que possuem melhores currículos estão necessariamente servindo a grandes interesses capitalistas. Faço, com Galembeck (2004)²⁸, uma crítica a essa visão, por entender que a produção científica é uma das principais – senão a principal – referências para a busca de fontes especializadas.

Essa questão é essencial na análise do *corpus* deste trabalho, tendo em vista que há um embate entre os cientistas do IPCC e os que se colocam como “céticos” em relação ao discurso do Painel da ONU. Para nós, jornalistas e leigos em ciência do clima, é importante ter como parâmetro as publicações na área de climatologia e afins na hora de escolher as fontes e de analisar as notícias.

Em certa medida, conhecer o perfil da fonte também ajudará a identificar propriedades dos discursos jornalístico (sensacionalismo, alarmismo etc.) e científico (interesses políticos, ideológicos etc.), e quanto o enfoque está vinculado à lógica comercial da notícia como produto. A cobertura de C&T é movida por expectativas e interesses dos cientistas, mas é, principalmente, pautada pelos interesses de grupos políticos ou econômicos, e do público leitor.

Em seu estudo sobre jornalismo ambiental, Bueno (2007) alerta para o que classifica como *síndrome da erva daninha*, que metaforicamente consiste no descarte

²⁸ O químico Fernando Galembeck, da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), foi um dos palestrantes no 8º Congresso Brasileiro de Jornalismo Científico, em Salvador. Na ocasião, levantou polêmica entre os jornalistas ao dizer que o jornalismo científico ainda era visto pelos cientistas como de “baixa qualidade” porque não havia interesse em buscar fontes especializadas, por meio da consulta ao Sistema Lattes. Segundo Galembeck, a produção científica é o que “certifica” a qualidade da fonte (o cientista), e esse é um “diferencial” da cobertura científica em relação a outros temas de interesse do jornalismo. Não é meu objetivo debater a polêmica, aqui, mas concordo que a produção deve ser a referência para o jornalismo sobre ciência.

de tudo aquilo que não tem valor comercial. Segundo ele, a imprensa, diante de questões ambientais emergentes (mudanças climáticas, transgênicos, agrotóxicos etc.), age dessa forma, como *erva daninha* (p. 85).

Nessa perspectiva, a ciência é notícia quando é capaz de oferecer inovações tecnológicas, apontar soluções para os problemas da sociedade, fomentar debates etc.. Esse ciclo de interesses se fecha quando o público tem acesso aos resultados das pesquisas, seus impactos e benefícios para a sociedade. A ciência, como notícia, se constitui num espaço democrático de participação desse público, que aprende novos conceitos, em uma espécie de “alfabetização científica” para estimular novas práticas sociais. Mas, para alguns autores, não é função do jornalista educar. Aceitar que o público é “analfabeto” em ciência é assimilar o modelo de déficit, que se sustenta na diferença entre quem “sabe” e quem “não sabe”, sendo o público *um receptor de conteúdo redentor de conhecimento especializado* (MOREIRA, 2002).

Caldas (2003) afirma que o poder do jornalismo científico na “(de)formação” do indivíduo é incontestável (p. 74). Para ela, é necessário sim haver um diálogo entre os campos da comunicação e da educação, a fim de possibilitar uma “cultura científica”, e essa articulação é feita por meio do jornalismo. “*Democratizar o acesso ao conhecimento significa permitir a divisão do saber e do poder, significa reconhecer a força da informação como processo de libertação social*” (p. 80). A interação entre ciência e jornalismo, por sua vez, está relacionada aos critérios que definem a feitura de uma notícia – o valor jornalístico da ciência – e os que determinam a validade de uma informação científica – o valor científico do jornalismo (Cf. HERNANDO, 1970).

O capital da notícia e o capital da ciência se confundem, muito embora o sentido do que é notícia para uma categoria não é necessariamente para a outra, e muito menos para a empresa. Desse modo, selecionar o que vai ser publicado frente ao volume significativo de pesquisas é uma das tarefas mais difíceis para o jornalista. Até porque há outros atores envolvidos, e o que define, como já vimos, é o que *vende mais*. Funciona mais ou menos assim: um médico decide quando seus pacientes estão doentes; o jornalista decide quando isso é notícia; o mercado decide *se, quando e como* essa notícia será publicada.

Se fizéssemos uma análise, veríamos que a necessidade de *vender mais* não implica necessariamente conduzir a reportagem para uma perspectiva sensacionalista, um viés comum na cobertura de temas como meio ambiente, em que são explorados, por exemplo, os eventos naturais extremos (tempestades, tornados, deslizamentos por chuva etc.). As notícias sobre ciências, por sua complexidade intrínseca, devem, ao contrário, oferecer ao leitor outros elementos, tais como o caráter inovador e principalmente a sua relevância, naquilo que Burkett (1990) definiu como “parágrafo de significância”, que vai orientar a própria edição do trabalho jornalístico. O processo de captação das informações e de edição, portanto, são o que validam e qualificam a matéria jornalística.

No próximo capítulo, veremos como se deu a consolidação da pauta sobre meio ambiente na *agenda-setting* da imprensa brasileira e mundial; e como o apelo ecológico para viabilizar um planeta sustentável disputou – e garantiu – espaço frente aos interesses políticos e econômicos da própria comunidade científica, das corporações e dos diferentes agentes governamentais que debatem globalmente a questão do aquecimento do planeta.

2. A TERRA EM TRANSE: IMPACTOS DO NOVO TEMPO

“A mídia tem a função de esclarecer, conscientizar e mobilizar a sociedade para o imenso desafio proposto pela comunidade científica, que é o de neutralizar o mais rapidamente possível as emissões de gases do efeito-estufa”.

André Trigueiro, jornalista

PRIMEIRA PARTE – Meio ambiente e mudanças socioambientais globais – O apelo ecológico como discurso para um planeta sustentável

2.1.1. Rio-92: grito de alerta do Brasil para o Mundo

Há duas décadas, o mundo voltava a sua atenção para o que seria o maior encontro de lideranças políticas já realizado em defesa do meio ambiente: a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – também chamada de Rio-92. Foi a partir desse evento, conhecido também como a primeira Cúpula da Terra, que diversos temas do direito ambiental, além da noção de desenvolvimento sustentável, tornaram-se uma das prioridades mundiais.

A Conferência foi realizada entre os dias 3 e 14 de junho, no RioCentro, na cidade do Rio de Janeiro, e contou com a participação de 178 países. No plenário, o secretário-geral da Rio-92, Maurice Strong, deu o tom das expectativas com relação ao encontro:

É a primeira vez na história que temos uma reunião de todos os líderes de todas as nações da Terra reunidos para tomar decisões que vão literalmente determinar o futuro da Terra. Se nós não o fizermos aqui, se nós não permitirmos nosso interesse comum superar todas estas diferenças e a curto

prazo estreitar os interesses próprios, quando iremos fazê-lo? Haverá tempo? (*O Globo*, 3 de junho de 1992).

A questão formulada por Strong era, na verdade, o grande desafio daquela conferência, dada a complexidade do tema e a relevância das questões da pauta. Houve muito embates e dificuldade na busca de um consenso. Porém, ao final, mesmo não satisfazendo a todos, e apesar das dificuldades impostas pelos Estados Unidos para assinar os documentos propostos, os parâmetros fixados pelos acordos da Rio-92 passaram a servir de referência no tratamento de políticas socioambientais, e encabeçam a agenda internacional ainda hoje. No centro das discussões estão as mudanças climáticas globais, com ênfase para o aquecimento do planeta, devido à intensificação do efeito estufa natural²⁹ causada por emissões de gases como dióxido de carbono (CO₂), metano (CH₄), óxido nitroso (N₂O), entre outros.

Segundo o discurso dominante, esses gases, conhecidos como gases de efeito estufa – GEE, estão sendo emitidos em grande quantidade na atmosfera principalmente pela ação humana, por meio da queima de combustíveis fósseis, da atividade agrícola e do desmatamento, segundo o último relatório do IPCC, o AR-4, divulgado em 2007³⁰.

Na Rio-92, contudo, a discussão não se deu particularmente em torno da ação antrópica. A prioridade, naquele momento, era estabelecer políticas públicas com metas claras para a redução das emissões de GEE por parte das nações, principalmente as chamadas “grandes potências” industriais. O evento se baseou na recomendação do primeiro relatório do IPCC, o AR-1, divulgado em 1990, que colocou o tema “mudanças climáticas” na agenda socioambiental global e levantou a discussão sobre as consequências das mudanças climáticas.

Convém lembrar que a primeira Conferência da ONU sobre Meio Ambiente (note-se que sem o termo “Desenvolvimento”) ocorrera duas décadas antes, em

²⁹ Para melhor compreensão do conceito de aquecimento global, é preciso entender o que é efeito estufa natural. A atmosfera terrestre contém naturalmente gases que absorvem a radiação infravermelha (calor) emitida pela superfície do planeta. Os gases de efeito estufa (GEE) ajudam a manter o equilíbrio térmico do planeta. O aumento da concentração atmosférica desses gases aumenta a fração da energia retida na baixa atmosfera, aquecendo-a. Na análise dos jornais, veremos que há uma certa confusão conceitual sobre aquecimento global e efeito estufa. O aquecimento global depende das respostas do sistema planetário como um todo (albedo da superfície, cobertura de nuvens etc.). O efeito estufa depende da concentração atmosférica dos GEE e do fluxo da radiação infravermelha emitida pela superfície terrestre, dois fenômenos, portanto, diferentes.

³⁰ A criação do IPCC, os seus relatórios de avaliação e a respectiva cobertura da imprensa, no Brasil, são discutidos na segunda parte deste capítulo e ao longo da análise do *corpus*.

Estocolmo, na Suécia, e seu legado foi a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, o PNUMA (*United Nations Environment Programme*, UNEP, na sigla em inglês). Porém, devido à formulação de importantes acordos internacionais, entre eles a Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Convenção da Diversidade Biológica (CDB), a Declaração de Princípios das Florestas e a Agenda 21, foi a Rio-92 que acabou se tornando o marco para as discussões socioambientais em nível mundial.

No que diz respeito às mudanças climáticas, o legado mais significativo da Rio-92 foi a aprovação do tratado internacional Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas - CQNUMC (*United Nations Framework Convention on Climate Change*, UNFCCC, na sigla em inglês), essencial na proposição de compromissos para reduzir as emissões de GEE e lidar com as consequências das alterações do clima global. Pela primeira vez, houve um reconhecimento político e público de que o aquecimento do planeta, que vinha sendo estudado e monitorado pelos cientistas, podia ser resultado de emissões de GEE decorrentes de atividades humanas. A CQNUMC define mudanças climáticas como

mudança do clima atribuída de forma direta ou indireta à atividade antrópica, alterando a composição da atmosfera global, e que seja adicional à variabilidade natural do clima observada ao longo de períodos comparáveis (IPCC, 2007: 3).

Para o IPCC, “o termo **mudança do clima** refere-se a qualquer mudança no clima ocorrida ao longo do tempo, devida à variabilidade natural ou decorrente da atividade humana”³¹. Firmada por quase todos os países, que passaram a integrar a Conferência das Partes da Convenção do Clima (COP), a CQNUMC tem como preceito fundamental a responsabilidade comum, porém diferenciada, nas emissões de GEE e nas metas de redução. Coloca que a concentração atual de GEE na atmosfera é consequência, em maior parte, das emissões realizadas por países industrializados no passado. Por esta razão, ficou estabelecido que cada país tem uma responsabilidade diferente, daí porque a

³¹ Veremos, no Capítulo 3, que a diferença conceitual entre variabilidade climática natural e a influência humana no clima tem implicações nos debates sobre o aquecimento global entre os cientistas e também na esfera política, com amplo espaço na mídia, e na própria cobertura jornalística.

divisão em “blocos”, para efeito de melhor compreensão do compromisso individual.³²

A CQNUMC reconhece a mudança climática como processo de longo prazo, visto que os GEE permanecem na atmosfera por muitas décadas ou séculos após emitidos. A questão, agora, segundo os cientistas, é estabelecer medidas mitigadoras e adaptadoras, isto é, atuar para diminuir o impacto de tais mudanças, e para criar mecanismos de adaptação às que irão ocorrer. Em síntese, a Convenção-Quadro foi criada com o objetivo de propor estratégias para que a concentração dos GEE na atmosfera seja estabilizada em níveis que não representem interferência ainda mais danosa ao sistema climático³³.

Inicialmente, não foram fixados limites obrigatórios para as emissões, mas a Convenção elaborou dispositivos que permitissem atualizações (os chamados “protocolos”) que estabeleceriam limites e metas, observando as especificidades de cada país. O principal é o Protocolo de Kyoto, que se tornou muito mais conhecido inclusive do que a própria CQNUMC. Discutido e negociado na cidade japonesa de Kyoto, o Protocolo foi assinado em 11 de dezembro de 1997, mas só entrou em vigor a partir de 16 de fevereiro de 2005, depois que a Rússia o ratificou, em novembro de 2004³⁴. Por esse acordo, os países-membros (principalmente os desenvolvidos) ficaram comprometidos a reduzir a emissão de GEE em pelo menos 5,2% em relação aos níveis de 1990, no período entre 2008 e 2012.

O Protocolo de Kyoto ainda hoje é o único parâmetro para o debate ambiental no cenário mundial, e, na época de sua concepção, representava o tratado internacional de compromissos de redução da emissão dos GEE, mesmo com metas extremamente tímida. Parte da comunidade científica já afirmava que a meta de redução de 5% em relação aos níveis de 1990 seria insuficiente para a mitigação do aquecimento global, e que, se não houvesse medidas mais rígidas e efetivas, a situação pode ficar ainda mais crítica nas próximas décadas.

³² Na análise dos discursos sobre as conclusões do IPCC, no Capítulo 3, veremos como os discursos da “responsabilidade” de cada país circularam na mídia. Na época, o então presidente Lula disse que o “Brasil estava fazendo a sua parte”. (Cf. P. 161)

³³ Na época, não havia estimativa sobre o que seria um nível de concentração “seguro”, mas os cientistas consideravam que, se a emissão continuasse crescendo naquele ritmo, os danos ao meio ambiente poderiam ser graves e de muito longo prazo. Na COP-15, realizada em Copenhague, Dinamarca, em 2009, ficou estabelecido que o limite aceitável para o aumento de temperatura do planeta é de 2 graus, e que, nesse cenário, a concentração máxima dos GEE na atmosfera deve ser de 450 partes por milhão (ppm). Os níveis atuais já chegam a 400 ppm, enquanto os níveis pré-industriais eram em torno de 280 ppm.

³⁴ Para que entrasse em vigor, era necessária a ratificação de 55 países, que, juntos, seriam responsáveis por 55% das emissões. A resistência de alguns países comprometeu a implementação do Protocolo de Kyoto.

Do ponto de vista da mídia, pode-se afirmar que a Rio-92, em razão de todos os acordos e tratados estabelecidos, abriu um espaço sem precedentes nos principais veículos impressos para as notícias ambientais, especialmente as relacionadas ao clima do planeta, à devastação de florestas, à queima de combustíveis fósseis e à perda de biodiversidade (termo que se popularizou a partir da cobertura do evento). O tema *meio ambiente* deixou de ser pauta esporádica e tornou-se pauta frequente, vindo a ser um dos principais temas da mídia³⁵. É raro que um veículo não trate quase que diariamente da questão ambiental, em suas muitas vertentes.

Manchetes como as da revista *Veja* – na capa: “*O mundo se encontra no Rio*” (Fig. 1) e na página 52: “*A Terra em transe na Eco 92*” (Fig. 2), da Edição Especial de 3 de junho de 1992 (antes do evento), e de *O Estado de S. Paulo* – “*Rio-92 anuncia o começo de uma nova era*” e “*Rio-92 foi a ‘mãe de todas as conferências’*”, de 15 de junho de 1992 (depois do evento), são exemplos de como a imprensa brasileira, de um modo geral, cobriu a conferência com bastante destaque.

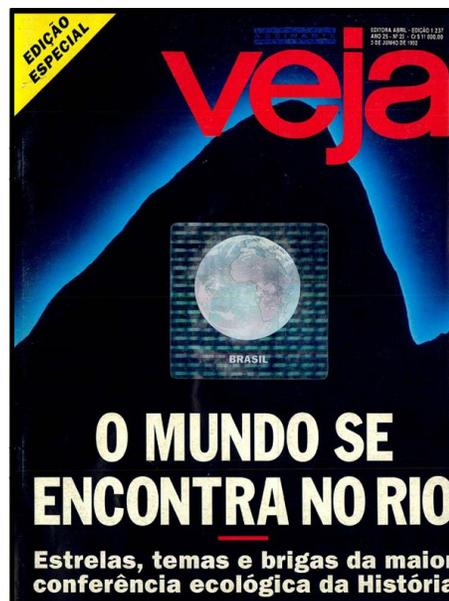


Fig. 1 – Capa e matéria de abertura da edição especial de *Veja* sobre a Rio-92, de 03/06/92

³⁵ Os analistas de discurso, em geral, concordam que não são os temas que definem os discursos, mas as diversas posições relativas a eles. Assim, o tema pode funcionar como um guia metodológico importante. A esse respeito, ver, por exemplo, MAINGUENEAU (2005: 81-87) e FOUCAULT (1969: p.40-43)

Veja dedicou 30 páginas à Rio-92 nessa edição. O texto da matéria de abertura (“*Terra em transe*”), editado na página 53 (Fig.3), contrapõe a grandiosidade do evento à foto de crianças desnutridas de Moçambique, que, na realidade, ilustra o box “*SUL: A falta*”, em oposição ao da página anterior: “*NORTE: O excesso*”, conforme mostram as figuras e a reprodução dos textos que seguem, colocando claramente o embate entre países ricos e pobres:



Fig. 2 - Modernidade compatível com a “Terra em transe

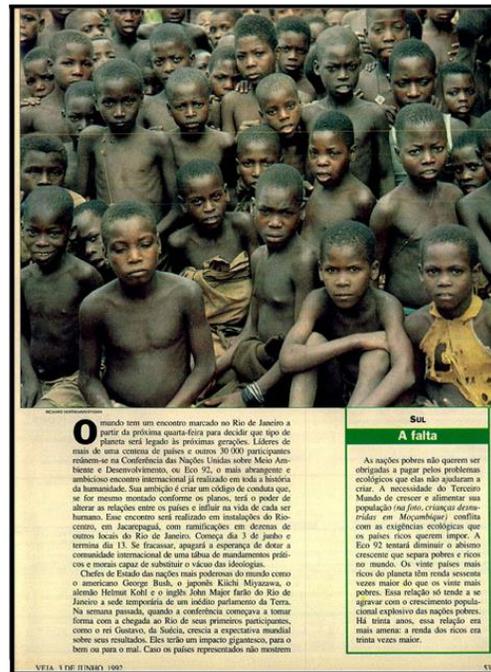


Fig.3 - Crianças destruídas compatível com a “falta”

Note-se que, tanto na capa (Fig. 1) quanto nas páginas internas (Fig. 2 e 3), as manchetes são validadas pelas imagens do Rio de Janeiro e da “modernidade”, respectivamente. Na capa, a foto de fundo (em silhueta) representa o morro, uma das mais fortes características da topografia da cidade. Ao centro, menor, dentro de um quadrado, a imagem do planeta: o Rio é maior do que a Terra. Em volta, o selo “Eco 92” repetidas vezes, “desfocados”, com um efeito visual de “estrelas” (um jogo com o termo abrindo o subtítulo (referência aos chefes de Estado), e o escrito “BRASIL” (o país sede, também “menor” do que Rio).

[Cont.]

Não há incongruência ou polêmica entre imagem e manchete. O mesmo pode-se dizer da página 52 (Fig. 2), que abre o Especial. A foto que exhibe exemplos de modernidade, de intervenção do homem, é compatível com a “Terra em transe” e com o “excesso” a que se refere o box à esquerda do título.

A edição:

Chapéu: ÚLTIMA CHANCE

Manchete: **A Terra em transe na Eco 92**

Subtítulo: **Começa no Rio de Janeiro a megarreunião ecológica que pode mudar os novos rumos do mundo**

Box 1: NORTE: **O excesso**

Box 2: SUL: **A falta**

Vejamos o texto correspondente à manchete “**A Terra em transe**”:

O mundo tem um encontro marcado no Rio de Janeiro a partir da próxima quarta-feira para decidir que tipo de planeta será legado às próximas gerações. Líderes de mais de uma centena de países e outros 30.000 participantes reúnem-se na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, ou Eco 92, o mais abrangente e ambicioso encontro internacional já realizado em toda a história da humanidade. Sua ambição é criar um código de conduta que, se for mesmo montado conforme os planos, terá o poder de alterar as relações entre países e influir na vida de cada ser humano. Esse encontro será realizado em instalações do Riocentro, em Jacarepaguá, com ramificações em dezenas de outros locais do Rio de Janeiro. Começa dia 3 de junho e termina dia 13. Se fracassar, apagará a esperança de dotar a comunidade internacional de uma tábua de mandamentos práticos e morais capaz de substituir o vácuo das ideologias.

Chefes de Estado das nações mais poderosas do mundo como o americano George Bush, o japonês Kiichi Miyazawa, o alemão Helmut Kohl e o inglês John Major farão do Rio de Janeiro a sede temporária de um inédito parlamento da Terra. Na semana passada, quando a conferência começava a tomar forma com a chegada no Rio de seus primeiros participantes, como o rei Gustavo, da Suécia, crescia a expectativa mundial sobre seus resultados. Eles terão um impacto gigantesco, para o bem ou para o mal. Caso os países representados não

mostrem o discernimento, a coragem e o músculo político para implementar as correções de rumo esperadas em torno das discussões sobre o progresso e meio ambiente, o desfecho da conferência poderá redundar num desastre global sem precedentes. Na hipótese oposta, as pessoas estarão impedidas de esquecer o Rio de Janeiro de junho de 1992. Ali se terá construído a mais profunda mudança em tempos de paz.

“Não se monta uma reunião dessa magnitude impunemente”, diz Gro Harlem Brundtland, primeira ministra da Noruega e ecologista. “A Terra está olhando para o Rio de Janeiro”, afirma o canadense Maurice Strong, um empresário de 62 anos escolhido pela ONU para organizar e chefiar a conferência. (...) Ele chegou ao Rio na semana passada e encontrou tempo para fumar cachimbo da paz com índios convidados para uma reunião paralela, a Conferência Mundial dos Povos Indígenas. Com seus cocares, danças e cânticos, os índios brasileiros e seus convidados de outras partes do mundo fornecem a moldura exótica para a reunião de técnicos, diplomatas e ativistas internacionalmente popularizada como a Cúpula da Terra. (...)

Box 1: NORTE: O excesso

Com apenas 20% da população mundial, a porção industrializada do mundo consome 8 em cada 10 toneladas de todos os alimentos e 7 em cada 10 quilowatts de energia gerada. (...) Por outro lado, apenas sete dos países mais ricos são responsáveis por lançar na atmosfera metade de todos os gases poluentes responsáveis pelo indesejável efeito estufa, o aquecimento anormal do planeta. A Eco 92 vai tentar conseguir que os ricos países do Norte paguem a conta da limpeza do planeta e da instalação do desenvolvimento sustentável, o tipo de progresso que não agride a natureza.

Box 2: SUL: A falta

As nações pobres não querem ser obrigadas a pagar pelos problemas ecológicos que elas não ajudaram a criar. A necessidade do Terceiro Mundo de crescer e alimentar sua população (*na foto, crianças desnutridas em Moçambique*) conflita com as exigências ecológicas que os países ricos querem impor. A Eco 92 tentará diminuir o abismo crescente que separa pobres e ricos no mundo. Os vinte países mais ricos do planeta têm renda sessenta vezes maior do que os vinte mais pobres. Essa relação só tende a se agravar com o crescimento populacional explosivo as nações pobres. Há trinta anos, essa relação era mais amena: a renda dos ricos era trinta vezes maior.

Em *Veja*, o sentido de *otimismo*³⁶ e suas paráfrases são construídos nos enunciados das seguintes formas:

(1) pela expectativa em relação ao encontro, conforme trechos em destaque:

O mundo tem um encontro marcado no Rio de Janeiro a partir da próxima quarta-feira **para decidir que tipo de planeta será legado às próximas gerações**. Líderes de mais de uma centena de países e outros 30.000 participantes reúnem-se **na Conferência** das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, ou **Eco 92, o mais abrangente e ambicioso encontro internacional já realizado em toda a história da humanidade**. Sua **ambição é criar um código de conduta** que, se for mesmo montado conforme os planos, **terá o poder de alterar as relações entre países e influir na vida de cada ser humano**.

(2) pelo registro da participação dos países desenvolvidos, os *legítimos protagonistas*:

Chefes de Estado das nações mais poderosas do mundo como o americano George Bush, o japonês Kiichi Miyazawa, o alemão Helmut Kohl e o inglês John Major **farão do Rio de Janeiro a sede temporária de um inédito parlamento da Terra**. **Na semana passada**, quando a conferência começava a tomar forma com a chegada no Rio de seus primeiros participantes, como o rei Gustavo, da Suécia, **crescia a expectativa mundial sobre seus resultados**. Eles terão um impacto gigantesco, para o bem ou para o mal. (...)

(3) pela responsabilidade e pelo poder que lhes são atribuídos:

No Box 1:
Com apenas 20% da população mundial, **a porção industrializada do mundo consome 8 em cada 10 toneladas de todos os alimentos e 7 em cada 10 quilowatts de energia gerada**. (...) Por outro lado, apenas **sete dos países mais ricos são responsáveis por lançar na atmosfera metade de todos os gases poluentes** responsáveis pelo indesejável efeito estufa, o aquecimento anormal do planeta. **A Eco 92 vai tentar conseguir que os ricos países do Norte paguem a conta da limpeza do planeta e da**

³⁶ Os sentidos de *otimismo ingênuo* e de *protagonismo legítimo*, serão discutidos na cobertura da Rio+20, no Capítulo 4.

instalação do desenvolvimento sustentável, o tipo de progresso que não agride a natureza.

Mas (os senões)

Caso os países representados não mostrem o discernimento, a coragem e o músculo político para implementar as correções de rumo esperadas em torno das discussões sobre o progresso e meio ambiente, **o desfecho da conferência poderá redundar num desastre global sem precedentes.**

Caso contrário (novamente o *otimismo*),

(...) as pessoas estarão impedidas de esquecer o Rio de Janeiro de junho de 1992. Ali **se terá construído a mais profunda mudança em tempos de paz.**

Tomando como exemplo os enunciados de *Veja*, pode-se perceber como a imprensa constrói sentidos vários da Rio-92 e seus corolários. Já àquela altura, começava a se intensificar, na política e na mídia, o embate entre *países ricos x países em desenvolvimento* (o “Terceiro Mundo”), conforme mostram os títulos e os excertos, respectivamente:

Box 1: NORTE: O excesso

Box 2: SUL: A falta

Com apenas 20% da população mundial, **a porção industrializada do mundo consome 8 em cada 10 toneladas de todos os alimentos e 7 em cada 10 quilowatts de energia gerada.** (...) **A Eco 92 vai tentar conseguir que os ricos países do Norte paguem a conta** da limpeza do planeta e da instalação do desenvolvimento sustentável, o tipo de progresso que não agride a natureza.

As nações pobres não querem ser obrigadas a pagar pelos problemas ecológicos que elas não ajudaram a criar. A necessidade do Terceiro Mundo de crescer e alimentar sua população (na foto, crianças desnutridas em Moçambique) conflita com as exigências ecológicas que os países ricos querem impor. A Eco 92 tentará diminuir o abismo crescente que separa pobres e ricos no mundo. (...)

A própria divisão dos dois boxes na edição mostra a polêmica: “NORTE” está em relação de oposição com “SUL”, assim como “O *excesso*” está com a “A *falta*”. As fotos estão de acordo com os respectivos textos do boxes, porém, se confrontadas, confirmam a oposição/polêmica NORTE x SUL; ricos x pobres, constatada pela edição.

Essa mesma questão aparece em *O Globo*, no caderno Especial de abertura, cuja manchete (“*Divergências marcam o início da Conferência*”) explorou as dificuldades para o acordo entre os governos. A polarização entre as grandes potências do Hemisfério Norte e os países do Terceiro Mundo, do Hemisfério Sul, era o prenúncio de “fracasso” da Rio-92, conforme o *lead* da matéria:

A Rio-92 começa sob o signo da divergência entre o Norte rico e o pobre Sul. A previsão é de difíceis negociações, já que pelo menos 15% dos temas ainda estão em aberto. Ontem, no Riocentro, já se respirava polêmica. Mostafa Tolba, diretor geral do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), advertiu que os países desenvolvidos que não assinarem a Convenção sobre Biodiversidade correm o risco de ter limitadas suas pesquisas biológicas nos países em desenvolvimento. E admitiu a possibilidade de os países pobres promoverem um boicote à Convenção do Clima, cujo conteúdo atende, em sua maior parte, às reivindicações dos Estados Unidos. (*O Globo*, 03/06/1992, Pág. 13)

Esse *lead* é relativamente longo e complexo. É quase uma espécie de súmula das razões pelas quais havia uma polêmica e das suas consequências. Primeiro, constata a polêmica (“*A Rio-92 começa sob o signo da divergência...*”). Depois, faz previsão (“... *de difíceis negociações*”) e explicita a razão (“... *já que pelo menos 15% dos temas ainda estão em aberto*”), para, em seguida, dar a palavra a um personagem relevante (*Mostafa Tolba*), que faz advertência sobre potenciais efeitos negativos se não houver acordo (“... *os países desenvolvidos que não assinarem a Convenção sobre Biodiversidade correm o risco...*”). Note-se que o verbo “*advertir*” significa *avaliação*, por parte do jornalista, do ato de fala de Mostafa Tolba, isto é, ele não “*afirmou*”, não “*declarou*”, ele “*advertiu*”.

Tanto a Capa do Especial quanto a página interna noticiavam o (des)acordo sobre clima e biodiversidade (começava a aparecer o termo), os “pivôs da briga”, conforme pode-se ver abaixo:

Manchete: ***Divergências*** marcam o início da Conferência
Retranca: **Cinco documentos e muita *polêmica***
Sub-manchete: **Proposta de Convenção do Clima *alternativa***
Retranca: **Tolba faz *ameaça* a países desenvolvidos**
Matéria: **Biodiversidade e clima: pivôs da *briga***

Na página 14, o mesmo tom:

Manchete: **Florestas: Malásia *endurece posição***
Sub-manchete: ***Divergências* não afetam clima do “Baixo Riocentro”**
Retranca: ***Os bichos vão pegar***
Matéria: **Strong sai em *defesa* dos Estados Unidos**

Considerando os termos em itálico (grifo meu), pode-se notar que os títulos acima são todos reveladores de posições de conflito, de polêmica, de dissenso. “*Ameaça*” e “*briga*” são indícios de polêmica, assim como “*endurece posição*” e “*os bichos vão pegar*”. Se há uma proposta “*alternativa*” é porque existem discordâncias. E se [Maurice] Strong, organizador do evento, sai “*em defesa*” dos Estados Unidos, é porque houve ataque.

Mesmo diante do “*mais abrangente e ambicioso encontro internacional já realizado em toda a história da humanidade*”, como noticiara a *Veja*, o tema *meio ambiente* disputou espaço com pautas “quentes” antes e durante a Rio-92, em um contexto político extremamente delicado: o Brasil vivia clima tenso e instável devido às denúncias contra o então Presidente da República, Fernando Collor de Mello. Em pouco tempo, seria instaurada uma CPI e, meses depois, o país testemunharia o *impeachment* de seu primeiro presidente eleito após a ditadura militar (1964-1984). De fato, a CPI foi

instalada na semana da abertura oficial no Rio de Janeiro. No cenário mundial, George Bush (pai) disputava sua reeleição, se iniciava a guerra da Bósnia, entre outros exemplos. Ainda assim, o espaço à estava garantido em praticamente todos os veículos.

Convém destacar que *O Globo*, sediado no Rio de Janeiro, foi o veículo que ofereceu a cobertura mais diversificada, com cadernos diários de 8 páginas (que circularam entre 3 de junho, início da conferência, e 14, encerramento). Diferentemente dos concorrentes paulistas, o veículo carioca deu inúmeras manchetes e matérias paralelas sobre como aquele megaevento movimentava a cidade, falando de miséria, reciclagem de lixo, saúde (sobre casos de malária no Riocentro), preservação de florestas tropicais, turismo “verde” etc.³⁷. Porém, o tema que mais mereceu a atenção do noticiário foi o da segurança pública, tendo em vista que o Rio vivia uma grave crise, com uma onda de sequestros e disputas entre facções criminosas.

Havia uma quase “obsessão” do então governador Leonel Brizola para tentar evitar incidentes mais sérios. A cidade era sitiada pelo tráfico organizado, e houve um acordo entre os governos federal e estadual para que as forças militares e as forças de segurança ocupassem as ruas. A presença ostensiva de policiais nos bairros da Zona Sul até o Riocentro, local da Conferência, e dos tanques de guerra apontando para as favelas (em especial a da Rocinha, próxima à região por onde passariam os chefes de Estado), garantindo a redução da violência, recebeu muita atenção dos veículos, principalmente em *O Globo* e *Veja*. Na cobertura da Rio+20, que analisaremos no Capítulo 4, veremos se essa questão vai aparecer com significativo destaque.

³⁷ Esse conjunto de questões mostra como o tema “meio ambiente” foi se tornando progressivamente mais complexo, anexando-se a ele temas que em tese poderiam ser tratados separadamente.

Outras polêmicas, como o acordo de participação de Dalai Lama, que não apareceria no RioCentro quando os chineses estivessem presentes, e o caso de denúncia envolvendo o índio Paulinho Payakã³⁸, também dividiram espaço com o meio ambiente no noticiário. O episódio Payakã causou um enorme ruído à cobertura, visto que se tratava de uma liderança conhecida como “bom selvagem”, “defensor da selva” e “politicamente correto”.

Pode parecer que essa questão é marginal, no entanto, vou comentar porque, como Paulinho Payakã representava de certa forma, por ser índio, a pureza ecológica, o clima anti “*Terra em Transê*”, talvez devesse ser tratado na página policial, mas há uma razão para ele ter sido noticiado no âmbito da cobertura da Rio-92. É que, na época, especulou-se que a denúncia seria uma articulação para que não apenas a imagem de Payakã, mas também a de ambientalistas do mundo inteiro fossem “maculadas” justamente durante o evento. A revista *Veja*, nesse particular, foi implacável, e não desperdiçou a oportunidade de “antecipar o julgamento” e associar Payakã a um “criminoso”.

Na capa, a foto de Payakã com o título – “O SELVAGEM” – em letras garrafais e o subtítulo “O *cacique símbolo da pureza ecológica tortura e estupra uma estudante branca e foge em seguida para a sua tribo*” (grifos meus). O uso da imagem de Payakã com adereços indígenas acompanhada do termo “selvagem” remete o “acusado” ao status de anti-herói nacional, ao nível de Saddam Hussein no exterior (na reportagem, havia diversas referências ao ditador iraquiano), provocando revolta e indignação em parte da opinião pública antes mesmo do julgamento.

O assunto também foi destaque na capa da *Folha* do dia 8 de junho, dividindo espaço com a manchete sobre política (“*Auditoria acha que PC tem negócio de fachada*”). A foto de Payakã foi publicada sob um fundo preto, com a seguinte legenda: “*Depois das denúncias de corrupção no governo e da ‘limpeza’ de mendigos, a notícia de que o índio Paiakan estuprou uma jovem abala a Eco-92*”.

Com o cenário político interno bastante tenso, e apesar de amplo espaço editorial nas páginas internas, era de se supor que a cobertura da Conferência não recebesse tanto destaque nas capas dos jornais, exceto em *O Globo*. “*A intenção era dar um destaque*

³⁸ Cacique da tribo caiapó, da aldeia Aukre, no sul do Pará, Paulinho Payakã, então com 37 anos, foi denunciado por estupro de uma jovem branca, Sílvia Letícia da Luz Ferreira, à época com 18 anos. O crime teria acontecido no final da tarde do dia 31 de maio de 1992, às vésperas da Conferência da ONU na capital fluminense, e ganhou destaque na imprensa nacional e mundial.

menor [à conferência] na capa e um aspecto negativo, enfatizando que a ONU estava dominando o Riocentro”, revelou o jornalista Fernando Rodrigues³⁹, referindo-se às inúmeras matérias que “sugeriam a ingerência dos EUA nos debates”, veiculadas na *Folha*. Como exemplo, cita a manchete da página 8 da editoria *Cotidiano*: “Ainda em obras, Riocentro passa a ser território das Nações Unidas”. O subtítulo foi igualmente provocador: “A cinco dias do início da Conferência, o secretário-geral Maurice Strong recebe sede sem estrutura”.

Note-se que, enquanto *O Globo* superdimensionava o evento, a *Folha* destacava a precariedade da organização. No veículo carioca, o discurso predominante era o de que o Rio de Janeiro estava se cercado de todos os cuidados para receber as autoridades com segurança e protagonismo político. No paulista, prevaleceu o discurso de que a cidade, em condições logísticas precárias, seria “dominada” pela ONU.

De acordo com Rodrigues, esse tom, principalmente da *Folha*, refletia a disputa velada, “mas muito acirrada”, que havia entre os jornalistas de veículos de outros estados, obrigados a “correr atrás” de *O Globo*, que, por ser sediado no Rio, tinha mais possibilidade de dispor de pessoal e de oferecer outros vieses ao leitor. Na avaliação do jornalista, que analisou a cobertura nos principais jornais do Brasil,

O Globo foi o que evidentemente deu mais destaque [à conferência]. Fizem matérias bem diferenciadas, matérias de comportamento, sobre as autoridades etc., além, é claro, do grande destaque ao esquema especial de segurança para reduzir os crimes e garantir a segurança dos chefes de Estado.

Um dos aspectos mais evidentes dessa disputa foi observado na referência ao evento. A maioria dos veículos brasileiros optou por chamar a conferência de “Eco-92”, e

³⁹ Por ter participado da cobertura do evento para a FSP, foi convidado a falar dessa experiência durante o Workshop *Bioen-Biota – Climate Change Joint Workshop: Science & Policy for a Greener Economy in the Context of Rio+20*, promovido pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), por meio do Programa FAPESP de Pesquisa em Mudanças Climáticas Globais, realizado de 5 a 7/02/2012.

não Rio-92, como fora tratada pelos jornais do Rio de Janeiro e pela imprensa estrangeira. Fernando Rodrigues comenta:

Olhando em retrospecto, deveria ser Rio-92 mesmo, tanto que não se falou em Eco+10, na [conferência] de Johannesbugo, em 2002, nem foi cogitado Eco+20 para a próxima do Rio. Mas, enfim, foi como ficou registrado na maioria dos jornais e revistas, num daqueles equívocos que a mídia comete nessas coberturas, mas que ficam perpetuados porque não tem como apagar os jornais.

Embora *O Globo* tenha oferecido a maior diversidade de pauta, foi em *Veja* que apareceu de forma explícita o conceito de “*desenvolvimento sustentável*”, em uma definição limitante a “*um tipo de progresso que não agride a natureza*” (Ex.1). A rigor, em relação de paráfrase, na *Folha*, o sintagma pode ser lido como “*o meio ambiente sendo ‘determinante’ para o futuro econômico mundial*”. Em certa medida, mas com sentido de “entrave” ou “oposição” a *desenvolvimento sustentável*, o sintagma “*protecionismo verde*” (uma “ameaça” que poderia paralisar as atividades industriais) faz parte dessa família parafrástica. Vejamos os exemplos:

Exemplo 1

A Eco 92 vai tentar conseguir que os ricos países do Norte paguem a conta da limpeza do planeta e da **instalação do desenvolvimento sustentável**, o tipo de progresso que não agride a natureza. (Veja, 03/06/1992, p.53)

Exemplo 2

Ambiente determina novo mercado mundial

(Folha: Título de submanchete, Caderno Especial, 01/06/1992, p.8)

Exemplo 3

Múltis atacam protecionismo verde

Câmara de Comércio Internacional trabalha para evitar que Eco-92 regule atividade industrial.

O presidente da CCI (Câmara de Comércio Internacional), Joseph Connor, disse que a entidade trabalha para evitar que a Eco 92 estabeleça um “tipo de regulamentação que paralise as atividades das indústrias”.

“Regulamentos ambientais não devem introduzir distorções no comércio internacional. **Os governos devem** coordenar as suas políticas de comércio e meio ambiente com o objetivo de

evitar ações unilaterais e protecionismo verde”, afirmou Connor. (*Folha*, 28/05/1992, p. 7)

Krieg-Planque (2009) desenvolveu um importante estudo sobre *fórmula discursiva* e analisou o sintagma “*desenvolvimento sustentável*” como um exemplo. Por considerar sua contribuição de extrema relevância e pertinência para este trabalho, faço uma digressão relativamente longa sobre seus conceitos, que serão muito produtivos na análise do nosso *corpus*.

Krieg-Planque (2009) classifica o sintagma “*desenvolvimento sustentável*” como uma “*fórmula discursiva*”, isto é, “*um conjunto de formulações que, pelo seu emprego em um momento e em um espaço público dados, cristalizam interesses políticos e sociais que estas formulações contribuem ao mesmo tempo para construir*” (p.7). A *fórmula* se caracteriza principalmente por ser um referente social, significando alguma coisa para todos (a expressão “cai no gosto” do enunciador), e seu emprego não significa compartilhamento de sentidos, que podem ser heterogêneos e mesmo antagônicos.

De acordo com a autora, há numerosos indícios de circulação que manifestam o “sucesso” do sintagma “*desenvolvimento sustentável*” – circula nos mais diversos setores socioeconômicos, por exemplo. Ou seja, os sentidos para “*desenvolvimento sustentável*” se constroem, também, por meio de múltiplas variantes que, ao utilizarem a *fórmula*, a transformam. “*Turismo sustentável*”, “*sustentabilidade urbana*”, “*economia sustentável*”, “*economia verde*” (por derivação de sentido) são algumas dessas variantes, conforme se pode ver nos exemplo 1, 2 e 3, mencionados anteriormente.

Krieg-Planque afirma que os nomes próprios de acontecimentos, como Rio-92 e Rio+20, por exemplo, constituem um tipo de contexto notável da *fórmula*. Segundo ela,

Na narração pública, esta [a fórmula] é apresentada segundo uma trajetória ascendente paralela a de acontecimentos que denominam topônimos empregados para designar acontecimentos, como são frequentemente os nomes de cúpulas e de conferências: “Conferência de Stockholm”, “Cúpula do Rio”, “Cúpula de Kyoto”, “Cúpula de Johannesburg”, “Conferência de Copenhague”... Pertencem

também a este tipo de contexto denominações de acontecimentos que podem ser apreendidas como metonímias de nomes próprios de acontecimentos formados sobre um topônimo, tal como “Grenelle do meio ambiente”.

Mas o contexto de *fórmula* também pode ser apreendido em um nível mais lexical, explica a autora. Isso porque “*As explorações lexicométricas permitem identificar, em corpus determinados, as colocações e os sintagmas associados*”. Desse modo, no contexto do sintagma “*desenvolvimento sustentável*”, podem aparecer formulações como “*boas práticas ambientais*” ou “*pelo planeta*”, e também fórmulas como “*preservação da floresta*”, “*economia solidária*” ou “*mudança climática*”, ou ainda a vasta série de compostos neológicos prefixados em “eco-” e em “bio-”, e, em certa medida, a expressão “*verde*” significando “*ambientalmente correto*” (nem sempre desejável pela atividade industrial), como “*protecionismo verde*”.

Os autores que se dedicam a problematizar o conceito de “*desenvolvimento sustentável*” de alguma forma reconhecem a relação estreita entre esta noção e outras que se revelariam a partir do “*consenso*” ou do “*compromisso*”. Citando diversos trabalhos, Krieg-Planque observa, no entanto, a escassez de estudos que deem conta da noção de “*concessão*”, segundo ela uma “*operação interdiscursivamente constitutiva*” da *fórmula* em questão. Os discursos que recorrem à *fórmula* “*desenvolvimento sustentável*” – acrescenta a autora – estão embasados em grande parte, nas concessivas e, mais especificamente,

nas concessivas reduzidas de gerúndio (**permanecendo**, por exemplo), ou nas concessivas reduzidas acrescidas da preposição *sem* + o verbo no infinitivo (**sem comprometer**, por exemplo) ou GN, ou ainda nas concessivas reduzidas acrescidas da preposição *sem* + verbo no infinitivo + advérbio ou GN (sem reduzir indevidamente ou **sem efeitos adversos**, por exemplo). (*Idem*, Grifos da autora)

Como exemplo, cito a seguinte formulação:

É possível o desenvolvimento sustentável?

Promover avanço sócio-econômico sem comprometer ecossistemas é um desafio

Como explorar as riquezas da Amazônia e promover seu avanço sócio-econômico **sem comprometer** o ecossistema local e global? Nesse debate, que mobiliza há décadas governos e cientistas, as soluções apontadas sempre aparecem associadas ao conceito de desenvolvimento sustentável. Mas o que isso quer dizer? O economista Cláudio Ferraz, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), define a expressão como “*um desenvolvimento que não comprometa as gerações futuras*”. No entanto, sua implantação efetiva não é simples. (*Ciência Hoje*, Edição de Maio de 2001)⁴⁰

Note-se que o trecho “*um desenvolvimento que não comprometa as gerações futuras*” remete ao sentido de “*compromisso*”.

Outras formulações correlatas de “*sem comprometer*” também são frequentemente usadas nos textos jornalísticos, tais como “*sem danos ao meio ambiente*”, “*práticas ambientalmente corretas*” etc.

Para Krieg-Planque, deve-se enfatizar a importância da *concessão* para a análise dos discursos sobre o “*desenvolvimento sustentável*”, principalmente porque (1) por um lado, a *concessão* permite a expressão de diversas mensagens suscetíveis de funcionar tanto como atos de linguagem produzidos concomitantemente por diferentes categorias de destinatários – o caráter pluri-endereçado dos discursos políticos e institucionais; (2) por outro, a *concessão* tem como característica argumentativa apresentar como passíveis de superação os elementos que ela mesma coloca em tensão.

Dito de outra maneira, em sua orientação argumentativa, a *concessão* apresenta os elementos passíveis de contradição, mas que não são contraditórios. Assim, “*nos enunciados que definem, parafraseiam ou reformulam, a fórmula ‘desenvolvimento sustentável’ aparece como um termo que expressa uma contradição, no entanto, uma contradição passiva de ser superada*”.

No interdiscurso, a fórmula “desenvolvimento sustentável” permanece em contato com enunciados de definição que expressam uma contradição superável: os variados enunciados de definição ordinários, relativas positivas,

⁴⁰<http://cienciahoje.uol.com.br/especiais/a-amazonia-em-debate/e-possivel-o-desenvolvimento-sustentavel> (acessado em 19/05/13).

aposições, retomadas, reformulações e paráfrases em torno do discurso sobre a fórmula “desenvolvimento sustentável”, são os alicerces sob os quais o termo elabora sua capacidade de incluir uma tensão que pode ser superada. (KRIEG-PLANQUE, *Linguasagem*, Edição 19: 2012, 148p).

No âmbito da cobertura jornalística sobre a Rio-92 e da Rio+20 (analisada no Capítulo 4), pode-se dizer, com base nas considerações de Krieg-Planque, que a *fórmula “desenvolvimento sustentável”* é ressignificada no discurso “*Ricos*” x “*Pobres*” e seus correlatos “*Norte* x “*Sul*”, “*Excesso*” x “*Falta*” etc. Em última análise, na grande questão mundial que norteia os debates sobre meio ambiente e aquecimento global: “*quem vai pagar a conta?*” (que implicam “compromisso” e “concessão”).

Entretanto, para a autora, embora a *concessão* seja constitutiva do “*desenvolvimento sustentável*”, ela expressa uma tensão que a *fórmula*, por sua vez, permite neutralizar.

É desse modo que podemos apreender “desenvolvimento sustentável” como um sintagma que, em razão do seu funcionamento discursivo, tende a evitar a divergência de pontos de vista, para despolitizar os temas nos quais se inscreve, para negar os conflitos de interesse, para ser um operador de neutralização de conflitos (...).

Em outras palavras, “*essa fórmula se inscreve produzindo os efeitos de evidência, não sem antes ocultar a contradição, que constitui sua fundação*”. Impõe sua “consistência formulaica” no espaço público totalmente constituída do que pode desencorajar as objeções num discurso. Assim, “*desenvolvimento sustentável*” é uma “*fórmula própria a iludir*”, para usar a expressão de Krieg-Planque, podendo (aparentemente) sugerir *consenso* entre diferentes enunciadores. Afinal, países ricos e países em desenvolvimento podem defender o “*desenvolvimento sustentável*”. A questão é: *sustentável* para quem?

Em relação às pretensões da ONU para um grande acordo internacional visando metas de redução nas emissões de GEE, a cobertura de *Veja* (edição de 3 de junho de

1992) foi implacável. Na matéria especial sobre *efeito estufa*, o título “*O tio sujismundo*” se referia a George Bush, “*presidente da nação que mais suja a atmosfera*”, como “*o inimigo da Eco-92*”. A seção “Personagens” era destinada a artigos ou entrevistas com os principais líderes presentes na Conferência. Um dos destaques da edição foi o artigo “OPINIÃO: *Um lugar na História*”, assinado por Thomas Lovejoy.

Considerado um dos mais influentes integrantes das campanhas do movimento ambientalista internacional pela preservação de florestas tropicais, Lovejoy, cientista e ecólogo norte-americano, salientou a importância da Rio-92 para firmar o Brasil como potência mundial a partir de um modelo capaz de combinar “desenvolvimento” e “respeito à natureza”.

“Se alguém presente em 1972, em Estocolmo, à Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, tivesse especulado onde a próxima conferência sobre o tema seria realizada, o Brasil certamente figuraria no final da lista de possibilidades. A posição brasileira naquela época era o modelo, talvez até a caricatura, do descompromisso e um reflexo das diferenças que separavam os hemisférios Norte e Sul nessas questões. (...)

Apenas vinte anos depois, o Brasil aproveita o momento certo e aparece como anfitrião da maior reunião ecológica da História: a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Foi uma ousadia por parte do Brasil, que na época da decisão sobre a localização da conferência aparecia para o mundo como um pária em razão das colossais queimadas na Amazônia”.

(...)

O Brasil pode ser a primeira nação a colocar os pés no Primeiro Mundo com um novo conjunto de valores e uma trajetória que aponta para o **desenvolvimento sustentável**. **A ecologia dá ao Brasil uma chance inigualável de se tornar líder. Há um lugar à espera na História.** (Veja, 03/06/1992, p.100-101).

O cientista constrói a sua argumentação em torno da fórmula “*desenvolvimento sustentável*”, operando com as noções de “*compromisso*” e “*preservação*”, invocando um “*Brasil protagonista*” que “*pode entrar para a História*”. Aqui, quem fala é o cientista, em um dos poucos destaques à voz da ciência.

Ao longo da cobertura, foram contados os espaços dedicados aos cientistas, como vozes autenticadores de temas discutidos na Rio-92. Além do artigo de Lovejoy, encontramos duas outras matérias na *Folha*. A primeira, “*Pesquisa compara queimadas na Amazônia à poluição por carros*”, noticiava uma palestra ministrada pelo cientista Philip Fearnside, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) no ciclo de debates “Rio Ciência 92”, programado no âmbito da Conferência (*Folha*, Cotidiano, p.3, 28/05/1992).

A outra, esta sim com bastante destaque, foi a manchete “CLIMA E FLORESTAS: *Governos ainda desprezam alerta dos cientistas sobre efeito estufa*”. (*Folha*, Especial Eco 92, p. 6, 01/06/1992). A asserção de autoridade não encontrava respaldo na esfera política, conforme mostrou o *lead* e a sequência:

Não foi ainda desta vez que os **governantes** se puseram **de acordo com cientistas**. A Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima, aprovada em Nova York no dia 9 de maio, não faz referência a metas ou prazos para controle de efeito estufa. Entre o **consenso alarmado** dos pesquisadores e o **conchavado pelos diplomatas**, há um abismo. A previsão de 1990 dos climatologistas reunidos no Painel Internacional (SIC) sobre Mudanças Climáticas (**IPCC**) foi reafirmada em janeiro, durante reunião realizada na China: a temperatura da atmosfera está subindo 0,3°C por década. (...)

Essa manchete foi ilustrada por uma foto da floresta amazônica depois de uma queimada, com a seguinte legenda: “*Paisagem amazônica depois da queimada, que transforma o Brasil em um dos grandes emissores de gases de efeito estufa*”.

Ao longo de toda a cobertura da Rio-92, alguns termos até então desconhecidos do grande público aos poucos foram se popularizando e se tornando *discurso*, aqui entendido como o conjunto de regras e práticas que constroem uma versão da realidade num momento histórico específico (FOUCAULT: 1995). Um exemplo é o acrônimo ONG, que, por força da textualização jornalística, foi aos poucos ganhando outros sentidos, adquirindo um *status* estabelecido por uma vocação política e solidária a

determinada causa (e já não se faz mais necessária a sua explicação quando mencionado nas matérias).

Em parte, esses outros sentidos podem ser atribuídos aos vieses ideológicos das notícias que circularam sobre as ONGs, na época. Como é sabido, no seu trabalho de apuração, os jornalistas fazem escolhas não apenas sobre *o que* será noticiado (a pré-seleção daquilo que considera relevante), mas, também, sobre *quem* falará (fonte) e, principalmente, sobre *o que* das declarações dessa fonte será mantido no texto e *como* este circulará. Ou seja, ao jornalista é conferido um *ethos* que o *autoriza* selecionar e destacar, em seu enunciado (a notícia), aquilo que lhe interessa da fala de *outro enunciator*, em articulação com a sua fala.

Maingueneau (2008) desenvolveu os conceitos de *destacabilidade* e *citação* que, de certa forma, explicam as manchetes dos jornais. Como vimos, os processos de produção do discurso compreendem a sua constituição, sua formulação e sua circulação. O autor trata desses conceitos basicamente no nível da circulação, classificando-os por enunciados curtos, genericamente denominados como “fórmulas”, que são facilmente memorizáveis e que circulam socialmente, funcionando como *enunciados autônomos*.

Tais enunciados marcam posicionamentos em determinadas interações entre interlocutores que não são especialistas no tipo de discurso de onde a fórmula deriva. De acordo com Maingueneau, geralmente esses enunciados são destacados de um texto e haveria neles uma predisposição à *destacabilidade*, isto é, um termo ou uma ideia que têm força sógnica para ocupar posição de destaque em outro enunciado, no caso, a textualização jornalística, e, especificamente, mas não necessariamente, na manchete. O autor explica que são enunciados “*curtos, bem estruturados, de modo a impressionar, a serem facilmente memorizáveis e reutilizáveis*” (MAINGUENEAU, 2008, p. 77).

O jornalista enunciator tem seu papel ampliado, na medida que, ancorado na fala do outro, assume determinada posição a respeito de temas que suscitam conflitos de valores. Formam-se, assim, novos sentidos na notícia e a partir dela, e esses sentidos ecoam na sociedade, constituindo diferentes representações⁴¹. Para melhor compreensão, vejamos os exemplos a seguir:

⁴¹ (Cf. Nota 2, p.27).

Exemplo 1.

ONGs elegem Estados Unidos o pior país da Conferência

Um grupo de 150 organizações não-governamentais elegeu ontem os cinco piores países participantes do primeiro round da Eco-92. O primeiro lugar, por unanimidade, ficou com os Estados Unidos, pelo seu papel destrutivo nas convenções de clima e biodiversidade.

A Arábia Saudita veio depois. Segundo as ONGs, o árabe age em interesse próprio ao procurar remover da Eco-92 qualquer referência a formas de energia que não sejam o petróleo. Ao Japão coube o terceiro lugar: ele se apresentou como superpotência ambiental e, até agora, apenas se escondeu atrás dos EUA.

A Malásia ficou em quarto por evocar a questão da soberania nacional acima das questões ambientais. O quinto lugar não ficou com um país, mas com a Agência de Energia Atômica. (Da enviada especial e da Sucursal do Rio, *FSP*, 9/6/1982)

Pode parecer óbvio para qualquer jornalista e para qualquer leitor minimamente informado que uma manchete não pode dar conta integralmente do sentido do texto que ela encabeça. Muito provavelmente, o jornalista diria que a manchete tem o papel de chamar a atenção para o que é mais importante na matéria. Mas as análises podem mostrar que uma manchete não (necessariamente) resume uma matéria. Muito frequentemente, destaca um aspecto dela, por razões diversas.

Nesse caso, a manchete destaca o país considerado o pior participante da conferência (“*Estados Unidos*”), enquanto que a matéria anuncia a lista dos cinco piores. Ou seja, uma manchete que quisesse dar conta do texto, diria, por exemplo, “*ONGs elegem os cinco piores da Rio-92*”. O destaque dado aos Estados Unidos conferindo-lhe um papel negativo, pode ter razões políticas, ideológicas, que eventualmente são inconscientes. Esse é um aspecto da análise.

Outro aspecto é a questão teórica da própria AD, à luz do que Maingueneau chamou de *destacabilidade/destacamento*. Segundo o autor, há enunciados que, por sua pregnância tanto relativa ao significante quanto ao significado, se destacam do texto e circulam independentemente dele. Como vimos, eventualmente esses *enunciados prégantes* são resultados de uma operação do enunciador (no caso, o jornalista), que modifica um texto para obtê-los.

Manchetes são, em geral, boas ilustrações desse fenômeno. Note-se, por exemplo, como essa manchete pode ser “extraída”, de certa maneira, do primeiro parágrafo da matéria:

[Cont.]

ONGs elegem Estados Unidos o pior país da Conferência

Um grupo de 150 organizações não-governamentais elegeu ontem os cinco piores países participantes do primeiro round da Eco-92. O primeiro lugar, por unanimidade, ficou com os Estados Unidos, pelo seu papel destrutivo nas convenções de clima e biodiversidade.

Observe-se a série de alterações: (1) “*um grupo de 150 organizações não-governamentais*” transforma-se em “ONGs”. (2) Como consequência, “*elegeu*” vai para o plural e para o presente. (3) O trecho que vai de “... *ontem*” até “... *Eco-92*” foi desconsiderado na construção da manchete. (4) Do período seguinte, a manchete recupera “*O primeiro lugar ficou com os Estados Unidos*”, transformado em “*Estados Unidos o pior país da Conferência*”, como consequente “esquecimento” de “... *o primeiro lugar por unanimidade*” e de “... *pelo seu papel destrutivo nas convenções de clima e biodiversidade*”.

O efeito discursivo, tanto para a interpretação quanto para a circulação desse texto, é que a manchete é o enunciado relevante, destinado a circular e cujo conteúdo daria conta do essencial, por esta razão excluindo outros “detalhes” da matéria em questão. Sem contar que a manchete não fornece o menor indício de que se trata da eleição dos cinco piores inimigos da conferência. O verbo “eleger” tem um sentido específico, próximo de “escolher, selecionar”, etc.. Dá a entender que houve um processo de escolha, com base em alguns critérios, explicitados genericamente. O fato de o enunciado ser manchete e ser breve e pregnante lhe confere ares de enunciado destacável/destacado, isto é, *sobresassurado*. É, pois, candidato a circular independentemente do texto. Algumas alterações levaram a esta forma, como assinalado acima.

Exemplo 2:

ONGs denunciam inimigos da ecologia

As delegações dos 168 países que participam da Rio-92 não escaparam do crivo dos ‘eco-patrolheiros’. Representantes de 150 organizações não-governamentais elegeram ontem os cinco países e órgão internacionais que, no seu entender, fizeram tudo para dificultar a primeira semana de trabalho da Conferência [Rio-92]. Por decisão unânime, os Estados Unidos ficaram com o papel de vilão número um da Conferência (...) por exercerem o papel mais destrutivo nas convenções e também por tentarem prejudicar sete dos dez itens da Agenda 21.

Para o segundo lugar da lista dos piores países, os eco-patrolheiros elegeram a Arábia Saudita, (...) por insistirem sistematicamente em eliminar qualquer referência a energias renováveis. Em terceiro lugar ficou o Japão, por se apresentar como uma superpotência do meio ambiente, ao mesmo tempo em que apoia de forma velada as posições dos EUA.

Em quarto classificou-se a Malásia, por usar a soberania nacional para se opor à biodiversidade das florestas e aos direitos dos povos indígenas. Por último, a International Atomic Agency entrou na lista dos que prejudicaram a Conferência por apresentar o poder nuclear como solução de energia para o meio ambiente e tentar tirar esse problema da pauta.

O representante da ONG Friends of Earth, o norueguês Dag Hareide, garante que “o patrulhamento vai continuar” e promete para hoje uma nova lista de vilões. Na primeira, o resultado foi obtido em consenso. A divulgação do nome dos ‘**inimigos da Conferência**’ reuniu jornalistas de todo o mundo.

Para Jorge Glauco, representante do Fórum Brasileiro das ONGs, a lista servirá como forma de pressão junto aos países que não têm interesse no sucesso das convenções.

- Apoiamos essa forma de pressão informal. Felizmente, achamos que apesar das dificuldades impostas por esses países, a Rio-92 apresenta resultados muito positivos.⁴²(Laura Antunes, *O Globo*, 9/6/1982). (Grifos meus)

Comparando as duas versões, é possível observar que as diferenças começam no espaço dedicado ao assunto: no jornal *O Globo*, a notícia foi manchete de página, com título em três colunas e texto em duas. Na *Folha*, o assunto ocupou apenas uma coluna ao pé da página. Notem que no Exemplo 2 o jornalista destaca (pequenos) enunciados com o uso de apóstrofes, mas que não se trata de citações direta ou indireta. A primeira citação, indireta, é do *representante da ONG Friends of Earth, o norueguês Dag Hareide*, segundo o qual o “*patrulhamento vai continuar*”. Na sequência, se refere aos países da lista como ‘*inimigos da Conferência*’, que, por sua vez, os ‘*inimigos da Conferência*’ são “*inimigos da ecologia*”, conforme o título “*ONGs denunciam inimigos da ecologia*”.

⁴² O texto original possui dois outros parágrafos após o último que transcrevemos aqui. Eles tratam de outro tema da Conferência, a Convenção sobre Florestas. Neles, são apresentados alguns dos princípios que constarão da redação final do documento. Optamos por não transcrevê-los aqui, por entendermos que não há relação direta com os demais que falam sobre a lista divulgada pelas ONGs.

No conjunto do texto, não se fala em “denúncia”, o verbo é *eleger*, conforme o *lead* (“*Representantes de 150 organizações não-governamentais elegeram ontem...*”). O verbo *denunciar*, do título, já é resultado do movimento de interpretação do editor, assim como ‘*inimigos*’, ‘*da Conferência*’ e ‘*da ecologia*’. Vejamos: a matéria “ouve” duas fontes, mas o enunciado destacado diz respeito (aparentemente) à fala de apenas uma fonte, da ONG *Amigos da Terra* (na tradução livre para *Friends of Earth*). Ora, como “amiga da Terra”, presume-se que a ONG defenda políticas socioambientais sustentáveis. Se os países citados se recusam a discuti-las e a adotá-las, então, são “*inimigos*”. “*Inimigos da Conferência*”, porque se tratava de um evento – até então o maior – cuja missão principal era garantir acordos internacionais em defesa do meio ambiente. E, por deslizamento de sentido, “*inimigos da ecologia*”, porque a defesa do meio ambiente é a causa-mor dos ecologistas.

Ainda sobre o enunciado ‘*inimigos da Conferência*’: o fato de vir destacado e após uma citação indireta (“*o patrulhamento vai continuar*”) pode levar o leitor a uma falsa inferência de subordinação entre um enunciado e outro, sugerindo que ‘*inimigos da Conferência*’ fora uma expressão cunhada pela fonte, Dag Hareide, o “*amigo da Terra*”.

Para o leitor comum, que não conhece ou não percebe as artimanhas do jornalista na construção da notícia, sobretudo no que diz respeito à heterogeneidade, os apóstrofes, tal qual as aspas, podem sugerir, dependendo do contexto, que o enunciado corresponde à fala de outrem, eximindo o enunciadador jornalista de qualquer responsabilidade. No entanto, os enunciados ‘*eco-patrulheiros*’, no *lead*, e ‘*inimigos da Conferência*’, após a citação indireta, foram marcados com apóstrofes, o que denota, para o analista, que não se trata do dizer da *fonte*, marcado com aspas em citação indireta (“*o patrulhamento vai continuar*”).

Por outro lado, ao mesmo tempo em que destaca o papel das ONGs como “guardiãs da ecologia” (ainda que) denominando seus representantes de *eco-patrulheiros*, e, como antítese, a designação “*inimigos*” para os países citados, o texto direciona o leitor para uma interpretação (quase) única da questão, a partir do recorte da fala de uma das fontes, como se não houvesse outras falas com sentidos diferentes do apresentado pelo jornalista no título e nos enunciados por ele destacados. Trata-se de um procedimento de

citação da fala do outro que imprime uma leitura negativa desses países e, em última análise, da Conferência.

O jornalista “se esquece”, por exemplo, da fala de Jorge Glauco, representante do Fórum Brasileiro das ONGs, que se referiu à lista dos países como uma “*forma de pressão informal*”, não como uma relação de “*inimigos*” que precisam ser denunciados, além de ter avaliado os resultados da Rio-92 como “*muito positivos*”.

Não se trata, aqui, de fazer juízo de valor sobre esse procedimento. O que interessa é pôr em evidência o gesto de interpretação do jornalista direcionando sentidos. Poder-se-ia imaginar que em um veículo com outra posição, um *lead* possível conteria uma avaliação positiva da Conferência como contraponto à presença dos “vilões”. Algo como:

Um grupo de 150 organizações não-governamentais elegeu ontem as cinco delegações que mais têm dificultado os acordos previstos para serem assinados durante a Rio-92. Estados Unidos, Arábia Saudita, Japão, Malásia e a Agência Internacional de Energia Atômica, nessa ordem, figuram a relação das ONGs. Mas, apesar das dificuldades impostas por esses países, há quem considere os resultados da Conferência muito positivos.

A partir de uma formulação mais positiva, se construiriam os demais parágrafos explicando o porquê de esses países figurarem na lista, intercalados às falas das respectivas fontes, na forma de discurso *direto* ou *indireto*. O que quero mostrar é que essa possibilidade de *lead* exclui o viés editorializado presente em “vilões”, “*eco-patrolheiros*”, “*inimigos da Conferência*”, o que o discurso jornalístico diz que é desejável, que, no entanto, os jornais não seguem. O Exemplo 2 segue essa linha, digamos, mais “enxuta”. O jornalista enunciador limitou-se a descrever a lista e seus “porquês”, sem adjetivos ou interpretações, refere-se às ONGs como *grupo* (e não como *eco-patrolheiros*), não se utiliza de outras fontes – ele é o único enunciador, e opta pelo mesmo verbo no título, *eleger*. Mas também houve recorte, como vimos. Sempre haverá. Como diz Maingueneau, referindo-se às aforizações:

O jornalista contemporâneo está sempre fazendo isso, porque ele está sempre recortando, recortando... Recorta os textos da Agência Expresso, de Voltaire, depois recorta o texto para fazer o título, uma legenda, um intertítulo. Estamos sempre fazendo isso, recortamos onde nós temos a impressão que o enunciador nos diz: “você pode recortar aqui”. (...) muitas vezes recortamos onde ele não quer, mas se é um adversário político, você recorta onde o texto não quer, mas se é um amigo político, você recorta onde o texto quer ser recortado. Isso não é objetivo, mas é verdade que tem sinais nos textos, por exemplo, a posição da frase (na primeira linha ou na última), conectores, o *ethos*, as metáforas, o paradoxo, tudo isso implica que você está dizendo “estou falando e estou mostrando o que estou falando”.⁴³

Os sentidos produzidos na notícia, e a partir dela, resultam, portanto, do trabalho do jornalista de recortar enunciados de outros enunciados, formulando seu discurso a partir de uma (re)construção do discurso do outro. Vale ressaltar que há outras possibilidades de recortes para além dos exemplos aqui mencionados, além daqueles que o jornalista faz de textos. A edição de imagens seguem os mesmos procedimentos. As imagens publicadas são um recorte do ângulo ou do objeto que que interessa ao jornal(ista) divulgar. E são essas múltiplas possibilidades de “leituras” e vieses que fazem do jornalismo um *locus* privilegiado de (re)produção de sentidos, que se alojam na memória e que resultam em diferentes práticas de significação, como veremos a seguir, no debate sobre a preservação da floresta amazônica.

2.1.2. Leituras da floresta: biodiversidade, preservação e soberania

A Convenção da Diversidade Biológica (CDB), um dos acordos delineados na Rio-92, introduziu no jornalismo o termo *biodiversidade*, originalmente usado como referência à diversidade dos seres vivos. Na ciência, considera-se biodiversidade a variedade dos componentes biológicos da natureza, o que inclui os animais, as plantas e

⁴³ Revista Linguagem 10º ED. SET/OUT DE 2009. Entrevista concedida a Roberto L. Baronas e Fernanda Mussalim. Fonte: http://www.lettras.ufscar.br/linguasagem/edicao10/entrevista_maingueneau.php consultado em 18/08/2012

os microrganismos. A variedade de ecossistemas, espécies, subespécies, populações, e, em última análise, o DNA, também estão incluídos nesse conceito. O sentido mais comum, porém, é o de diversidade de espécies.

Com a Rio-92, por causa da proposta da CDB, a palavra, antes restrita ao universo científico, foi aos poucos se tornando familiar entre os diplomatas, e, posteriormente, para o público geral. Ao longo da cobertura do evento, alguns veículos ainda substituíam o termo pelo seu significado – *diversidade de espécies, seres vivos, espécies vivas* etc. – nos títulos das matérias que se referiam ao acordo (p.ex. as manchetes da *Folha* “*Japão enfrenta EUA e já admite patrocinar acordo sobre seres vivos*” e “*Pressionados, EUA, racham sobre adesão a tratado das espécies vivas*”⁴⁴, dos dias 03 de junho e 06 de junho de 1992, respectivamente). Apenas no corpo do texto aparecia a palavra *biodiversidade*, seguida da explicação. Outros veículos, contudo, já mencionavam o termo *biodiversidade* no título, mas com o cuidado de explicar o sentido logo no *lead*.

Em seu artigo “*Mas então, o que é a biodiversidade?*” (*O Globo*, 15/06/1992), Luiz Edmundo Costa Leite, ex-secretário de Obras do município do Rio de Janeiro, discute o conceito e sua inclusão na agenda política da Conferência. Começa o artigo indicando o quão “estranho” era o termo, até então:

Mas então, o que é a biodiversidade?

Mas então, o que é essa tal de biodiversidade, expressão nova, ainda não dicionarizada, que passou a ser o grande tema da Rio-92? (...) O conceito científico da diversidade biológica não ajuda muito a compreensão do tema, mas é importante que seja bem esclarecido para que saibamos afinal do que é que estamos falando... (Luiz Edmundo Costa Leite, *O Globo*, 15/06/1992).

O excerto acima é claramente uma explicação de caráter de divulgação. Na mesma linha, as jornalistas Letícia Borges e Martha San Juan França, de *O Estado de S. Paulo*, assinaram a matéria “*O que significa biodiversidade*” (*OESP*, 12/06/1992) com o objetivo de explicar o conceito e a importância de discuti-lo no âmbito da Rio-92 aos leitores e o público em geral.

⁴⁴ Grifos meus.

Partindo do conceito de “diversidade”, por derivação de sentido, o jornalista Paulo Motta, de *O Globo*, publicou a matéria “*Estandes revelam ‘biodiversidade’ dos ecologistas*” (*O Globo*, 3/6/1992), na qual falava a “variedade” de causas encampadas pelas ONGs que ocupavam o Riocentro. Um exemplo de emprego menos técnico, que chega a “brincar” com os termos, conforme o *lead*:

Estandes revelam ‘biodiversidade’ dos ecologistas

A “biodiversidade” das organizações não-governamentais (ONGs)⁴⁵ está desde ontem exposta na passarela de estandes que atravessa o Fórum Global. Basta um único **tour**⁴⁶ para se ter uma ideia das diferentes turmas. Existe até mesmo um estande da Organização para Libertação da Palestina, onde nada é relacionado à ecologia. (Paulo Motta, *O Globo*, 3/6/1992).

Seja para referir à variedade de seres vivos, como no sentido original da ciência, seja em seu uso por derivação, o fato é que a maioria das notícias sobre a CDB àquela altura continha a explicação do termo, notadamente empregado para definir “espécies vivas”⁴⁷. Contribuiu ainda mais para a “popularização” na imprensa a recusa dos Estados Unidos em assinar o acordo, o que obrigou a mídia a explicar ao público os motivos políticos para aquele embate. A esse respeito, o cientista Ângelo Machado, declarou:

“O termo ‘biodiversidade’ ganhou as manchetes dos jornais quando o presidente George Bush (o pai) recusou-se a assinar a Convenção de Biodiversidade na Conferência do Rio, em 1992. Percebeu-se que **biodiversidade não é só coisa de ambientalista que gosta de bichinho**. Se o país mais próspero do mundo não assinou é porque há muito dinheiro em jogo. Foi bom, pois o povo, os empresários e o governo começaram a falar de biodiversidade como um assunto importante”. (In NUSSENZVEIG: 2011, p.155)

⁴⁵ Note-se, mais uma vez, a explicação do acrônimo ONG.

⁴⁶ O grifo é do autor

⁴⁷ Hoje em dia, pode-se afirmar que “biodiversidade” traz subjacente o sentido ideológico de “proteção das espécies”, e o uso no noticiário sobre questões ambientais geralmente pressupõe comprometimento político de preservação.

Note-se que há uma avaliação política no termo em destaque (“...*biodiversidade não é só coisa de ambientalista que gosta de bichinho*”), o termo “*biodiversidade*” funcionando como um referente social (PLANQUE: 2010).

“*Muito dinheiro em jogo*”. Essa pressuposto faz com que a Amazônia seja significada nos discursos como uma espécie de “éden contemporâneo”, devido principalmente à sua floresta, que abriga a maior biodiversidade nos ecossistemas terrestres do planeta. O desmatamento, por causa das queimadas (que emitem GEE para a atmosfera), coloca o Brasil na incômoda posição entre os países em desenvolvimento que mais emitem esses gases, e já consumiu 18% da área original de floresta (desmatamento acumulado)⁴⁸, influenciando o equilíbrio do clima local e do planeta como um todo (DAVIDSON et al, 2012).

Embora recentemente o governo brasileiro tenha adotado políticas para conter o desmate, e os resultados tenham sido positivos, àquela altura, durante a Rio-92, a imagem era muito negativa. Assim, uma das missões dos delegados brasileiros na Conferência da ONU era mostrar à opinião pública internacional que, apesar das altas taxas de desmatamento, o País estava longe de promover o extermínio da cobertura vegetal propagado mundo afora.

O debate “ecologizado”, então, mobiliza a imprensa brasileira. Na matéria “*Os dois Brasis*”, a revista *Veja* discute o olhar estrangeiro sobre a questão, afirmando que a Rio-92 seria a oportunidade de desfazer a visão catastrófica a respeito da destruição da floresta. “*Está na hora de corrigir os erros dos estrangeiros que falam de índios, queimadas e Amazônia*”, postulava *Veja*, com um viés nacionalista em seu discurso.

Pelo menos no que diz respeito ao desmatamento, os prognósticos já não eram, àquela altura, animadores. Cientistas e ecologistas se dedicaram a alertar autoridades sobre a necessidade premente de estabelecer metas de redução de desmatamento, sob pena de as florestas não resistirem à mudança do clima. Desse modo, o debate sobre Amazônia, a necessidade de preservação da floresta e o seu papel influenciando o clima

⁴⁸ O termo “acumulado” designa o total de área de desmatamento desde o início da década de 70, quando começou o monitoramento da região, realizado pelo PRODES, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

da Terra foram questões que entraram na pauta jornalística brasileira e mundial. E pode-se afirmar que, nesse particular, a Rio-92, talvez por ter sido realizada no Brasil, também desempenhou um papel decisivo, sobretudo porque, além de ter provocado o debate na mídia, abriu espaço no noticiário para cientistas e ambientalistas (de ONGs, instituições de pesquisa etc.).

Mas se, na ocasião da Rio-92, os estudos apontando para os efeitos da destruição das florestas ainda não apresentavam resultados tão contundentes, como mostrado nos anos seguintes, tornou-se uma certeza de que essas áreas correm sérios riscos, e precisam ser protegidas. De acordo com o cientista Philip Martin Fearnside, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA),

“O prospecto é que áreas grandes de floresta tropical não sobreviverão às mudanças de clima projetadas sob cenários sem mitigação do efeito estufa, e, portanto, é importante o papel em potencial de esforços para controlar o desmatamento como parte de uma estratégia para mitigar **a mudança de clima** nas próximas décadas. A metade do peso seco de árvores de uma floresta tropical é carbono, e o desmatamento libera esse carbono na forma de gases de efeito estufa, tais como **gás carbônico (CO₂)** e **metano (CH₄)**, tanto no caso das árvores que sejam queimadas como na decomposição das árvores mortas deixadas no local”. (In BUCKERIDGE, 2008, p.131).

Esse é outro exemplo de discurso de divulgação científica. Pode-se observar, nos termos grifados, como esse texto funciona com elementos relevantes para significar a prospecção do fim das florestas devido ao aquecimento do planeta. Como dissemos, falar de “*Amazônia*” e de “*preservação da floresta*”, assim como de “*biodiversidade*” e “*desenvolvimento sustentável*” é, de alguma maneira, falar da problemática mundial que é o “*aquecimento global*”. Do mesmo modo que falar de “*aquecimento global*” pressupõe debater cada uma dessas *fórmulas*. As questões estão relacionadas, em maior ou menor grau.

Por abrigar uma das mais ricas biodiversidades do planeta, e pelo fato da mudança de uso do solo ser responsável por emissões de CO₂ para a atmosfera, devido ao

desmatamento, a Amazônia acabou assumindo um papel de destaque na cobertura jornalística sobre a Rio-92 e, a partir de então, sobre meio ambiente e aquecimento global. Isso porque as florestas tropicais são vulneráveis à mudança climática (NOBRE et al, 2009). Evitar o desmatamento evita tanto a intensificação do efeito estufa natural quanto a perda de biodiversidade, segundo Fearnside (2008), que é categórico ao afirmar:

Emissões de gases de efeito estufa provocadas pela mortalidade da floresta devido à mudança do clima fazem parte de uma relação de retroalimentação positiva em potencial, que conduz a cada vez mais aquecimento e mais mortalidade. A floresta é foco de preocupação tanto por causa dos impactos particularmente severos de mudanças do clima previstas para essa área como porque a vasta extensão dessa floresta dá a ela um papel significativo na intensificação ou na mitigação de futura mudança no clima. (In BUCKERIDGE, 2008, p.131).

O cientista explica que toda a floresta amazônica (não apenas do território brasileiro) processa e recicla uma quantidade enorme de água, suprindo o vapor d'água para a atmosfera que sustenta o ciclo hidrológico na bacia amazônica, necessária para manter a própria floresta tropical chuvosa. Esse vapor d'água também é fundamental para as regiões Centro-Oeste e Sul do Brasil (ARRAUT et al, 2012). Segundo Fearnside, há uma aliança natural de interesses entre os que querem conservar a Amazônia pela sua diversidade e os que querem conservá-la por seus benefícios climáticos. Mas, principalmente, há os que pretendem mantê-la intacta por questões econômicas, já que a floresta é um manancial de serviços ambientais, com importante papel econômico.

Por essa razão, qualquer discussão ambientalista que envolva a Amazônia implica o debate acerca da soberania nacional e da suposta cobiça estrangeira sobre a região. Um dos problemas de tratar a Amazônia como “éden contemporâneo” (ALBUQUERQUE, 2000) é que essa concepção reforça a ideia de sua centralidade como natureza e como ponto de confluência no imaginário da humanidade. Albuquerque afirma que “*a Amazônia é vista e sentida não como o lugar de povos que laboram a natureza, mas como natureza pura, intacta, sacralizada para a humanidade*”. Disso decorre uma série de visões que estão no centro do debate sobre as relações econômicas e sociais envolvendo a região, segundo o autor:

O apelo ecológico, o discurso reiterado da biodiversidade, a exclusão do homem como ente econômico inserido na natureza, a negação do conhecimento local sobre a natureza e a sua rotulação como discurso de não ciência, o apagamento cultural dos povos; e o discurso da integração como negação da pertinência geográfica como herança universal, que aparece em todos os discursos sobre internacionalização da Amazônia, e que, quando vem de fora, para os brasileiros, torna-se apelo ideológico de cobiça internacional, esses discursos se sustentam numa visão idílica de Eldorado, revivido periodicamente e, em alguns momentos, materializam-se como formas de exploração econômica compensatórias ou para sustentação do mito fundador naturalista. (ALBUQUERQUE: 2000, p.154)⁴⁹

Em outras palavras, a Amazônia tornou-se um dos centros de preocupação e interesse para o mundo, cujo sentido de “éden universal” está fortemente presente no imaginário coletivo e, por isso, encontrou, ao longo dos anos, abrigo na esfera do senso comum. É nessa perspectiva que o debate sobre a região torna-se extremamente complexo. Já não se pode simplesmente opor os brasileiros aos estrangeiros, a partir de um olhar maniqueísta, como um certo tipo de nacionalismo costuma ver o problema. O discurso generalista de que são os estrangeiros que querem manter a Amazônia intacta, ecologizando-a, ou o de que são os brasileiros que querem desmatar, é, portanto, problemático.

Contudo, não se pode negar o interesse que a região desperta nas grandes potências mundiais exatamente por ser vista como um imenso reservatório de recursos naturais, ao mesmo tempo em que é tomada como um verdadeiro vazio demográfico (e, portanto, vulnerável a eventuais pretensões “externas”). É nessa relação paroxísmica⁵⁰ que o discurso da (ou da perda da) soberania nacional ganha força porque, de certo modo, a Amazônia desempenha um importante papel na constituição da imagem que os brasileiros fazem de si próprios e do país.

Ora, se o Brasil é considerado o “país do futuro” por ser portador de imensos recursos naturais – o que garantiria um futuro promissor – e se a Amazônia, que

⁴⁹ In PERUZZO, CMK. **Comunicação e Multiculturalismo**. Manaus: EDUA, 2000 p.153-159.

⁵⁰ Se, por um lado, o modelo de desenvolvimento que se tentou implantar na Amazônia foi imposto por pessoas estranhas a ela, inclusive brasileiros não-amazônidas, por outro, não podemos esquecer de que o próprio governo brasileiro à época sob regime militar permitiu que mais de 600 empresas transnacionais investissem maciçamente na região. Foi nesse período que mais se fez presente o capital estrangeiro na Amazônia, sob o véu de um discurso nacionalista que, inclusive, dizia “integrar para não entregar”.

corresponde a cerca de 54% do território nacional, concentra a maior parte dessa riqueza, é razoável que ela seja vista como um patrimônio nacional a ser “protegido” e preservado.

Ocorre que a imagem que normalmente se tem a respeito da Amazônia é muito mais uma imagem *sobre* a região do que *da* região (GONÇALVES, 2001), seja no âmbito político ou jornalístico, e em grau menor, no científico. Sendo assim, pode-se afirmar que há diferentes “amazônias”, com matizes que resultam não apenas de um debate, mas também de um embate simbólico-material que reconstrói o significado da região para o coletivo, entendido aqui, à luz de Castells, não como a soma dos pensamentos individuais em interação, mas sim, um pensamento que absorve tudo e é difundido por toda a sociedade⁵¹.

Uma das imagens mais comuns para a Amazônia é a de uma região periférica. A explicação pode estar no fato de que, na formação histórica do território brasileiro, os diferentes blocos de poder não estiveram presentes com a mesma relevância na conformação do pacto que ensejou a constituição do poder nacional. Gonçalves (2001) observa que os blocos das regiões Sudeste e Nordeste foram os que historicamente conseguiram se firmar de modo mais agudo na constituição desse poder nacional, formando um pacto tradicional entre os “de cima”. O autor cita, como exemplo, as composições políticas de chapas candidatas às eleições presidenciais, que sempre incluem um nome de cada uma dessas regiões.

Daí – acrescenta – ganha força o sentido de uma Amazônia periférica, na qual a própria sociedade ali estabelecida é débil e, portanto, incapaz de se inserir com força suficiente no bloco do poder nacional. Essa imagem, reproduzida no discurso jornalístico sobre a região, é significada a partir da relação de poder (e troca) estabelecida entre o Estado e os meios de comunicação em geral, que, por sua vez, se configura noutra relação não menos importante: o poder da influência sobre o imaginário da população brasileira.

De acordo com o jornalista Lúcio Flávio Pinto, citado por Gonçalves, “*o maior problema da Amazônia é que o país mais próximo é o Brasil. E, o pior, é que fala a mesma língua*” (Op.cit: p.19). O autor continua:

⁵¹ CASTELLS, M. “**Les médias entre les citoyens et le pouvoir**” («A mídia entre os cidadãos e o poder»), apresentação em seminário organizado pelo Fórum Mundial da Política e a província de Veneza, em San Servolo (Itália), em 23 e 24 de junho de 2006.

A frase somente a princípio é enigmática. O jornalista amazônida procura chamar a atenção para o fato de o Brasil, sobretudo o Brasil não-amazônida, continua a ter uma visão sobre a região como se ela fosse uma colônia, cuja importância se deve às riquezas naturais que podem ser exploradas (pelo colonizador). Nesse sentido, o Brasil **“fala a mesma língua”** do colonizador. Ao mesmo tempo, **sua afirmação sugere, ainda, que o fato de se falar a mesma língua, no caso o português, tem nos impedido de perceber as particularidades da região, seu modo de ser próprio, sua diferença, sua originalidade.** (Idem).

“Falar a mesma língua” não é garantia de sentidos compartilhados. Entretanto, não nos parece muito óbvio que o fato de *“falar a mesma língua”*, se tomado literalmente, seja o verdadeiro problema.

Assim, quando se fala em Amazônia, é preciso saber de que “amazônia” se está falando, considerando que os diferentes agentes que por ela se interessam tentam infundir a *sua* visão da região como sendo *a* verdade da região. Esse jogo de verdades é parte do jogo de poder que se trava em relação a ela. E se *“a informação é a pedra de toque do poder”*, para usar a expressão de Castells (2006), interessa discutir os sentidos de Amazônia operados no discurso jornalístico, com ênfase no discurso da preservação a partir da informação científica sobre a região, no contexto das mudanças climáticas.

Nessa perspectiva, convém destacar a relevância político-ideológica do discurso midiático nas práticas sociais *na* e *para* a Amazônia, tendo sempre a questão da soberania nacional como tenção – e tensão – subjacentes. Até que ponto a imprensa, partindo do pré-construído de que a Amazônia deve permanecer intocável e inalienável, fomenta a preocupação permanente – nem sempre pertinente – com a soberania do Estado brasileiro quando se debate a região?

Por sua vez, não estaria essa insegurança nacional relacionada também ao fato de que o discurso midiático apresenta a Amazônia como dona de recursos naturais incomensuráveis ainda desconhecidos, mas que precisam ser conhecidos para que o Estado possa controlá-los e a sociedade se beneficiar deles?

Nesse sentido, o debate sobre a Amazônia na esfera jornalística é um campo fértil para identificar o conjunto heterogêneo que engendra e cristaliza diferentes representações⁵² de Amazônia no imaginário constitutivo do país, partindo do pressuposto de que esse processo se dá por meio da significação de mitos (*Amazônia intocável e inalienável, o éden contemporâneo*), das contradições (*internacionalização x soberania*) e, em última análise, do componente ideológico que subjaz à ilusão de transparência da linguagem (haveria um sentido genérico e consensual de Amazônia, que encobre as heterogeneidades da região e dos discursos).

São essas relações que acabam por estabelecer a complexidade do discurso jornalístico sobre a Amazônia. Ou seja, os problemas são de duas naturezas: o próprio debate é complexo e insatisfatório, e a cobertura jornalística também. Isso explica, em parte, as lacunas e os enfoques parciais ou equivocados da imprensa quando trata da questão da preservação da floresta amazônica e sua relação com a soberania nacional. Estudar essa dupla complexidade ajuda a compreender melhor a informação científica que ora se manifesta e chega à opinião pública de forma insatisfatória por meio do discurso jornalístico.

Soberania x internacionalização

Sempre que a Amazônia entra na pauta jornalística, no âmbito do meio ambiente e desenvolvimento, e da preservação da floresta, vêm à tona questões como *soberania* e *internacionalização*. São temas recorrentes na mídia brasileira e também no cenário internacional. A cobiça pelas riquezas da região, pela biodiversidade e pelos recursos hídricos é caracterizada, no discurso jornalístico, como uma constante ameaça à soberania nacional, posta em xeque pelos países desenvolvidos.

Em “*Amazônia: A grande cobiça internacional*”, Fregapani (2000) discute o “olhar estrangeiro” sobre o modo como o Brasil gerencia as questões relativas à região, especialmente no que se refere à exploração de sua riqueza. O autor leva em conta pronunciamentos na/pela mídia internacional e de importantes lideranças políticas para afirmar que o discurso da internacionalização se fundamenta na presumida “incapacidade” do Brasil de controlar a preservação da floresta, o contrabando de

⁵² Ver nota 2, p.27.

animais, a atividade pecuária na criação de bovinos, que emite grandes quantidades de metano (CH₄) para a atmosfera, e o desmatamento, responsáveis pela emissão de CO₂. Fregapani selecionou alguns enunciados como exemplo⁵³:

(1) **“O mundo quer que o Brasil pare de destruir irresponsavelmente a Amazônia”**

(Série de editoriais do New York Times, 1989)

(2) **“O Brasil precisa aceitar uma soberania relativa sobre a Amazônia”**

(François Mitterrand, 1989)

(3) **“Só a internacionalização pode salvar a Amazônia”**

(Grupo do Cem, México, 1989)

(4) **“O Brasil deve delegar parte de seus direitos [sobre a Amazônia] aos organismos internacionais competentes”**

(Mikhail Gorbatchov, 1992)

A análise dos enunciados leva às seguintes interpretações:

(1) Há um *pré-construído* de que o Brasil está destruindo a Amazônia irresponsavelmente. Assim, o “mundo” precisa “cuidar” da região; (2) admite-se uma soberania apenas “*relativa*” do Brasil sobre a Amazônia, contrapondo-se ao (3) sentido de “*Amazônia do mundo*”, isto é, o mundo exercendo uma soberania “*total*” sobre ela; finalmente, (4) o Brasil não é “competente”, portanto, outros organismos internacionais, não necessariamente governos, deverão ter direitos de gerenciamento sobre a região amazônica.

Os enunciados são exemplos de aforizações (MAINGUENEAU: 2011).

Acrescento a esses exemplos de Fregapani os seguintes enunciados, que, como se pode verificar facilmente, giram em torno dos mesmos sentidos:

(5) **“As florestas tropicais como um todo devem ser submetidas à gestão coletiva, ou seja, gestão da comunidade internacional”**

⁵³ Esses enunciados podem ser vistos claramente à luz do que Maingueneau chamou de destacamento/aforização.

(Pascal Lamy, ex-comissário de Comércio da União Europeia e candidato de seu país a diretor-geral da Organização Mundial do Comércio, 2005)

(6) “Ao contrário do que os brasileiros pensam, **a Amazônia não é deles, mas de todos nós**”

(Al Gore, ex-vice-presidente dos Estados Unidos, 1989).

(7) “As nações desenvolvidas devem estender o domínio da lei ao que é comum de todos no mundo. As campanhas ecológicas internacionais que visam à **limitação das soberanias nacionais sobre a região amazônica** estão deixando a fase propagandística para dar início a uma fase operativa, que pode, definitivamente, ensejar **intervenções militares diretas** sobre a região”.

(John Major, ex-Primeiro Ministro britânico 1992)

(8) “Os países industrializados não poderão viver da maneira como existiram até hoje se não tiverem à sua disposição os recursos naturais não renováveis do planeta. Terão que montar um sistema de pressões e constrangimentos garantidores da consecução de seus intentos”.

(Henry Kissinger, diplomata americano, Prêmio Nobel da Paz em 1978, ex-secretário de Estado dos Estados Unidos, 1994)

Pode-se observar uma diferença de tom e de ênfase nesses enunciados, que vão desde a afirmação mais genérica de Henry Kissinger, que fala em *pressões* e *constrangimentos* sem se referir a nenhuma região especificamente (8), passando pelos que se referem claramente à região amazônica (6 e 7), e em seguida para os que são ainda mais diretos, falando em “gestão coletiva” (5) e mesmo “intervenção militar” (7). O *ethos* implicado por cada uma dessas afirmações também é diferente: ou de ameaça, ou genérico; mais ou menos contundente; e diplomático.

Mas por que essa questão da Amazônia é importante na reflexão a que me proponho sobre aquecimento global?

O fato de o Brasil ser considerado um importante emissor de GEE devido principalmente ao desmatamento, à indústria (sobretudo as termelétricas) e à atividade agropecuária o coloca, aos olhos do “mundo”, na incômoda posição de estado negligente, e corresponsável pelo aquecimento do planeta. A partir dessa visão, comum aos países

desenvolvidos (Cf. FREGAPANI, 2000), são construídos os argumentos pró-internacionalização, que colocam a soberania do Brasil em xeque. É recorrente, na imprensa brasileira, a combinação de vocábulos como “cobiça” e “ameaça” sugerindo a eminente internacionalização e cobrando providências imediatas de proteção da soberania brasileira (Cf. MEDEIROS, 2012).

De acordo com Medeiros, em seu estudo sobre internacionalização da Amazônia na mídia, há uma articulação entre esse tema e outros como mudança climática, política externa e defesa nacional. Todas essas questões, na textualização jornalística, deslizam para sentimentos nacionalistas. *“Esse sentimento nacionalista é longamente forjado ao longo de uma intensa campanha midiática, confundindo-se mesmo com os sentidos do que significa ser brasileiro”* (p.170). De certa forma, como afirma Gonçalves (2001), a Amazônia acaba por desempenhar um importante papel na constituição da imagem que os brasileiros fazem de si próprios e do país.

Mas, apesar dos discursos alarmistas, que se alternam entre *ameaça externa e irresponsabilidade e negligência internas*, a Amazônia ainda é a região brasileira relativamente mais preservada ambientalmente de todas. E é justamente a questão ambiental que, no discurso midiático, dá o tom na questão da segurança nacional e da preservação da Amazônia, e seus desdobramentos, como, por exemplo, a naturalização dos sentidos de “preservar” e de “Amazônia”, bem como de “preservar a Amazônia”. Segundo Medeiros, *“mesmo que fique enigmático colocar na conta ambiental os atuais desafios da política nacional, fica claro que a narrativa jornalista está mudando seu foco, dando maior visibilidade às causas que se dizem ambientais”* (p.70).

E se é verdade que a Amazônia *“constitui a última fronteira do avanço desenvolvimentista brasileiro”* e por isso deve ser preservada, o jornalismo considera fundamental debater como operam os discursos da preservação, incluindo a cobertura acerca da produção do conhecimento científico e dos movimentos de resistência às pressões internacionais para controlar a floresta e, em última análise, a própria região, como “patrimônio do planeta”. Para o jornalista Marcelo Leite, é preciso atentar para os interesses que estão por trás do discurso da internacionalização. Segundo ele, *“a*

internacionalização é a conspiração mais eficiente da história, pois dela não existem evidências concretas. A lenda sobrevive lastreada em velhos fatos”⁵⁴.

Especializado na cobertura jornalística sobre a região, Leite diz que os militares e sua doutrina da segurança nacional criam uma ficção para desqualificar movimentos sociais, povos indígenas e ONGs ambientais. “*Estava certo o senador amazonense Jefferson Péres quando disse, num de seus últimos discursos da tribuna, que temia não tanto a cobiça internacional sobre a Amazônia, mas a cobiça nacional, de madeireiros e pecuaristas*”, prossegue. Se é verdade que a destruição da floresta é um problema grave e que precisa ser contido, para Leite, também é certo que a xenofobia provocada pelo discurso da pretensa “internacionalização” da Amazônia só “prejudica” o desenvolvimento do país e sua estratégia de preservação para a região.

Em primeiro lugar, **atrapalha a colaboração científica internacional**. Por exemplo, o projeto LBA (Experimento de Grande Escala Biosfera-Atmosfera da Amazônia), que penou para conseguir usar aviões da Nasa.

Ainda hoje, **criminaliza a coleta de material biológico até por cientistas brasileiros**. Durante anos, **impediu que se formulasse uma proposta nacional para remunerar o serviço ambiental prestado ao planeta**.

Seria ingênuo negar que, com a crescente explicitação dos limites físicos para explorar o capital natural (como no caso do aquecimento global), se avoluma o valor estratégico da floresta. Além dos ativos minerais, água e biodiversidade, a Amazônia estoca muito carbono – a anti-riqueza do futuro, que cria valor de troca quando se congela o valor de uso.

Sim, a Amazônia é nossa. Mas seria sandice reivindicá-la só para destruí-la.⁵⁵

A destruição da floresta é, de fato, uma das principais causas que contribuem para o aquecimento do planeta. De acordo com Fearnside (2007), as queimadas ocorrem por intervenção humana, sobretudo em atividades agropecuárias. Na Amazônia, as chamadas causas naturais, como relâmpagos ou mesmo combustão espontânea, não são causas frequentes de queimadas. Quando fogem ao controle dos agricultores e pecuaristas, as

⁵⁴ Excerto do artigo “O método do espantalho”, publicado na *Folha de S. Paulo* de 8 de junho de 2008. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0806200811.htm>

⁵⁵ Idem.

queimadas podem acabar provocando incêndios florestais de grandes proporções, atingindo centenas de hectares de área contínua.

Com o monitoramento por satélite, realizado pelo INPE e ONGs, é possível identificar em tempo real os focos de incêndio, e, cada vez que isso acontece, o alerta é dado, e a imprensa divulga com razoável destaque. A cobertura jornalística geralmente se caracteriza pelo relato factual, isto é, se limita aos dados pontuais de determinado episódio (local, o tamanho da área devastada etc.). Contudo, é comum encontrar outros enfoques relacionando as queimadas ao aquecimento do planeta, ou que tratam dos seus impactos na saúde humana, na erosão e no empobrecimento do solo, na diversidade das espécies animais e vegetais, e até nas questões cotidianas, como fechamentos de aeroportos, como os que ocorrem usualmente nas cidades de Porto Velho (RO), Alta Floresta (MT), Rio Branco (AC) e Boa Vista (RR), durante a estação seca.

Um estudo de Costa (2006) mostra que, na década de 70, o espaço dedicado ao tema “meio ambiente” na imprensa, particularmente no que se refere a queimadas e desmatamentos, não chegava a 5% do total do noticiário. No entanto, a autora aponta que, mesmo àquela altura, ainda que timidamente, as notícias já alertavam para a rápida destruição da floresta, principalmente, segundo ela, por causa de projetos de assentamento e colonização do governo federal, que incentivava a formação de pastos sob a responsabilidade da SUDAM, Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia.

O processo de mudança de uso do solo na Amazônia começa pela derrubada da floresta em uma certa área. Para promover a remoção das árvores, a ferramenta geralmente empregada é a queimada (a terra só se torna útil após esse processo, que “limpa” o terreno que será utilizado para atividades agropecuárias), cuja combustão transforma o resíduo das árvores em CO₂, que vai pra atmosfera. É comum, no discurso jornalístico, uma certa confusão conceitual entre queimadas e desmatamento (a troca de um termo pelo outro), e, em menor escala, sobre emissões de GEE. Mas a questão crítica para o aquecimento global não são as queimadas, como dá a ler o jornalismo, e sim, o desmatamento. Portanto, é impreciso dizer que as queimadas são responsáveis pelas emissões de GEE (até são, em última análise, mas não existiriam se não houvesse o desmatamento).

Costa observa que, a partir dos anos 80, a cobertura jornalística sobre a floresta e as queimadas se intensificou, sobretudo depois que a NASA (Agência Espacial Norte-Americana), em seu monitoramento, detectou nuvens de monóxido de carbono (CO) sobre os oceanos Pacífico e Atlântico, na linha do Equador. Foi também nesse período que os estudos científicos derrubaram definitivamente o mito da Amazônia como “pulmão do mundo”, ou seja, uma “*fábrica verde de ar puro a alimentar uma civilização poluente*” (Veja, 12/02/1986).

A pressão por um monitoramento ambiental mais eficiente no Brasil levou o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) a desenvolver, a partir de 1985, sistemas de identificação e quantificação de focos de queimadas, em tempo real, por meio de satélites. Dois anos depois, o INPE passou a divulgar as imagens captadas por satélites, e esses dados – “alarmantes”⁵⁶ – foram desde então acompanhados pela imprensa com especial atenção. Obras de grandes vultos, como hidrelétricas, empresas de mineração, e a transformação de florestas em áreas de pastagem, entre outros projetos, passaram a ser acompanhados mais de perto pela mídia nacional e internacional, com especial atenção para o debate sobre a Amazônia, como já vimos. O uso de ferramentas de sensoriamento remoto foi fundamental nesse processo.

A convicção de que a Amazônia é um celeiro de riquezas, algumas delas ainda a descobrir, remete à ideia de que basta assegurar povoamento para usufruir descobertas no futuro, o que torna a questão da sua posse e da sua preservação ainda mais significativas. Daí a profusão de teorias e denúncias, algumas conspiratórias, outras nem tanto. “*Elas surgem e germinam, independentemente de sua consistência, porque não há solo mais fértil para a imaginação do que o amazônico*” (PINTO, 2005). Como afirma Castells (2006), o pensamento coletivo se elabora na comunicação:

É da comunicação que vêm as imagens, as informações, as opiniões e é por meio desses mecanismos de comunicação que a experiência é divulgada e transmitida ao coletivo/na coletividade. Tudo isso se aplica fortemente em nossas sociedades, no seio das quais as redes de comunicação atravessam todos os níveis, do global ao local e do local ao global. Consequentemente, as relações dentro do poder

⁵⁶ De acordo com o INPE, foram identificados 350 mil focos de queimadas para a Amazônia Legal, atingindo 204 mil Km². Esses dados impulsionaram os debates acerca da preservação da floresta amazônica em diferentes fóruns: ONGs, comunidade científica, mídia e esferas governamentais.

dominante, elemento que constitui toda e qualquer sociedade e determina suas evoluções, são cada vez mais elaboradas na esfera da comunicação.

Nessa perspectiva, a Amazônia é estratégica no debate sobre o aquecimento global, tanto no discurso científico (quando se reivindica a sua preservação principalmente por causa das emissões de GEE provocadas pelas queimadas) quanto no discurso jornalístico (que faz a mediação desse com a sociedade). Assim, sintagmas como “*Salve a Amazônia*” e “*Preserve a Amazônia*”, recorrentes na textualização jornalística como tendo sentido compartilhado, à luz da análise do discurso, não são equivalentes. Ao se dizer “salve”, remete-se à ideia de que a Amazônia está em perigo iminente e que algo deve ser feito. Ao se dizer “preserve”, o sentido é de uma não-ação, de um “deixe como está”, o que, como prática social leva a diferentes ações. Em meio a essa discussão, consolida-se o conceito de *desenvolvimento sustentável*⁵⁷.

Amplamente explorado nos discursos jornalísticos sobre aquecimento global, conforme veremos no capítulo 3, esse conceito ganhou notoriedade com o relatório da Comissão Brundtland da ONU, publicado em 1987, no qual foi proposta a ideia de um desenvolvimento capaz de atender às necessidades da sociedade atual sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas. Para usar as palavras de Reis (2011)⁵⁸, é preciso garantir às próximas gerações uma base efetiva de recursos econômicos e de recursos naturais renováveis – além dos exauríveis no futuro – que lhes facultem atingir os níveis de bem-estar almejados (p.269).

Essa “base efetiva”, contudo, não é consensual entre ambientalistas e economistas, e é aí que as tentativas de acordos internacionais encontram a maior barreira. Os economistas defendem que é importante manter constante o valor dos recursos naturais ao longo do tempo, transmitindo às novas gerações um capital de valor pelo menos equivalente e capaz de oferecer o mesmo nível de bem-estar das gerações passadas. Para Reis, trata-se de “*uma noção fundamentalmente de valor, e não importa qual seja a composição desse capital em termos de recursos naturais ou de capital físico construído pelo homem*”.

⁵⁷ Tratado, na perspectiva da AD, em tópico anterior.

⁵⁸ Eutáquio Reis é economista, doutor em Economia pelo Massachusetts Institute of Technology, EUA. In NUSSENZVEIG, H.Moysés. **O futuro da Terra**. Rio de Janeiro: FGV, 2011, p. 269-282.

Por outro lado, os ambientalistas têm uma percepção muito mais aguda de que, ainda que se pense em aumentar ou pelo menos manter o atual estágio de desenvolvimento e bem-estar da sociedade, é indispensável preservar, na medida do possível, maiores quantidades do estoque dos recursos naturais, em razão dos limites mínimos essenciais para o equilíbrio dos ecossistemas e do próprio sistema socioeconômico. Esse confronto de ideias (e ideologias) também permeia a cobertura jornalística sobre a questão das mudanças socioambientais do planeta, principalmente com a publicação do *Stern Review*⁵⁹, o relatório assinado pelo ex-economista-chefe do Banco Mundial, Nicholas Stern, lançado um pouco antes do quarto relatório do IPCC.

Portanto, debater alterações do clima global e políticas públicas pressupõe uma ampla discussão sobre o papel de “*desenvolvimento*” e de “*preservação*”, bem como de “*Amazônia*”, e de “*preservação da Amazônia*”, em razão das contribuições significativas das florestas tropicais para o aumento da temperatura global (principalmente devido ao desmatamento e às mudanças de uso da terra) e também por seu aspecto econômico, os serviços ambientais básicos que prestam. Um deles é o chamado “sequestro de carbono”.

Uma floresta tropical é capaz de armazenar 20 a 50 vezes mais carbono do que uma cultura agrícola que a substitua na mesma área (FEARNSIDE: 2007). De acordo com estimativas científicas, a floresta pode conter cerca de 100 a 300 toneladas de carbono por hectare, enquanto na agricultura, a quantidade chegaria no máximo a 10% disso. Esse serviço ambiental é fundamental para a estabilidade do clima do planeta. Todas essas questões relativas ao balanço de carbono estão alinhavadas na compilação que o IPCC fez da literatura científica para a elaboração do AR-4, divulgado em 2007.

Os discursos sobre Amazônia, quando se trata do meio ambiente, de certa maneira, são um *sumário* de todos os discursos analisados, embora haja questões específicas que mostram discursos heterogêneos, como a floresta e o desmatamento, e embora haja outros temas transversais, como água, ocupação de terras, destino do lixo etc..

⁵⁹ Falaremos do *Stern Review* no próximo tópico deste capítulo.

[Cont.]

Falar de Amazônia é, de alguma maneira, falar da problemática ambiental que circunscreve aquecimento global, preservação de florestas tropicais, balanço de carbono, serviços ambientais etc..

Por esses vieses, a Amazônia se tornou um tópico específico para o mundo, visto que todos esses problemas se associam a ela, em maior ou menor grau.

Assim, entendendo que o termo “Amazônia” permite condensar, num certo sentido, os discursos sobre preservação do meio ambiente como um todo, considero oportuno dedicar especial atenção neste trabalho.

A seguir, veremos como o Painel da ONU foi se estruturando desde a sua criação e por que se tornou a maior referência para a cobertura jornalística acerca das mudanças climáticas, consolidando-se como importante *sujeito midiático* no mundo e, particularmente, no Brasil.

SEGUNDA PARTE – A *fonte* do conhecimento sobre a ciência do clima

2.2.1. O IPCC como *sujeito midiático*

Na década de 1980, o risco de mudanças induzidas pelo homem no clima global era cada vez mais debatido por cientistas e formuladores de políticas públicas, e a necessidade de aconselhamento independente, científico e técnico para a tomada de decisões sobre essa questão importante e complexa se tornou premente. Em 1988, o PNUMA e a Organização Mundial de Meteorologia (OMM)⁶⁰ criaram o IPCC⁶¹ para preparar, com base na informação científica disponível, um relatório sobre todos os

⁶⁰ Traduções das siglas em inglês United Nations Environment Programme (UNEP) e World Meteorological Organization (WMO), respectivamente.

⁶¹ As informações sobre o IPCC foram levantadas, principalmente, por meio do site (<http://www.ipcc.ch>), consultado inicialmente em 21 de maio de 2009 e ao longo do trabalho, de entrevistas com cientistas brasileiros que integram o Painel, dos *Assessments Reports* e do documento “16 years of scientific assessment in support of the Climate Convention”. (IPCC, 2004).

aspectos das mudanças climáticas e seus impactos, com vista à formulação de estratégias de adaptação e mitigação de emissões⁶².

Aberto a todos os países membros das Nações Unidas e da OMM, o IPCC fornece, em intervalos regulares, relatórios de avaliação sobre o estágio de conhecimento da ciência do clima. Um dos seus princípios é ser “politicamente relevante”, observando “integridade científica, objetividade, abertura e transparência”. O Painel representa uma parceria entre a comunidade científica e governos de vários países, sendo composto por milhares de cientistas e especialistas de todo o mundo, que contribuem para a preparação dos relatórios como autores, colaboradores, editores de revisão e revisores especialistas. Desde 2002 presidido pelo indiano Rajendra Pachauri⁶³, o IPCC tem como missão:

The IPCC was established (...) to provide the world with a clear scientific view on the current state of knowledge in climate change and its potential environmental and socio-economic impacts. It reviews and assesses the most recent scientific, technical and socio-economic information produced worldwide relevant to the understanding of climate change. It does not conduct any research nor does it monitor climate related data or parameters. Because of its scientific and intergovernmental nature, the IPCC embodies a unique opportunity to provide rigorous and balanced scientific information to decision makers. By endorsing the IPCC reports, governments acknowledge the authority of their scientific content. The work of the organization is therefore policy-relevant and yet policy-neutral, never policy-prescriptive. (In “Organization”, disponível em: <http://www.ipcc.ch/organization/organization.shtml#UaVWwGTF3Io>).

A definição do IPCC para mudanças climáticas, conforme o documento “*16 years of scientific assessments in support of the Climate Convention*”, refere-se a

Climate change refers to a statistically significant variation in either the mean state of the climate or in its variability, persisting for an extended period (typically decades or longer). Climate change may be due to natural internal

⁶² **Adaptação** às mudanças climáticas é um conjunto de ações que a sociedade pode implementar visando minimizar os danos à estrutura socioeconômica causados pelas mudanças globais. **Mitigação** refere-se à procedimentos que reduzam as emissões de GEE.

⁶³ As normas estabelecem o limite de dois mandatos de seis anos cada para a presidência do IPCC. Rajendra Pachauri está concluindo seu segundo mandato.

processes or external forcings, or to persistente anthropogenic changes in the composition of the atmosphere or in land use. (2004: 4)

Em síntese, são mudanças observadas em várias propriedade do planeta, como temperatura, cobertura de nuvens, chuvas, fluxos de radiação etc., por um período considerável, atribuídas tanto a eventos naturais quanto à atividade antrópica. Na Primeira Conferência Mundial sobre o Clima, realizada na cidade de Toronto, em 1988, foi discutida a necessidade de reduzir as emissões de gases do efeito estufa em nível mundial. Na ocasião, surgiram os primeiros alertas da comunidade científica sobre a possível interferência do homem no clima do planeta, e, como vimos, caberia ao IPCC fazer o levantamento completo da literatura científica para avaliar os potenciais riscos da ação humana e demais aspectos das mudanças globais.

A partir das demandas da ONU, na sua primeira Sessão Plenária, em novembro de 1988, o IPCC estabeleceu três Grupos de Trabalho (*Working Groups – WG*) e definiu que seriam preparados Relatórios de Avaliação (*Assessments Reports – Ars*) contendo: (1) a informação científica disponível sobre a mudança climática; (2) os impactos ambientais e socioeconômicos das alterações climáticas; e (3) a formulação de estratégias de resposta a esse processo. Ao mesmo tempo, a 43ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), em sua resolução sobre a "*Proteção do clima global para as gerações presentes e futuras da humanidade*" (1988) endossou a ação do PNUMA e OMM para estabelecer o IPCC e pediu o mais breve possível uma revisão abrangente e fez recomendações com respeito a:

- (a) O estado de conhecimento da ciência do clima e mudanças climáticas;
- (b) Os programas e estudos sobre o impacto social e econômico da mudança do clima, incluindo o aquecimento global;
- (c) Estratégias de resposta possíveis para atrasar, limitar ou reduzir o impacto das mudanças climáticas adversas;
- (d) A identificação e eventual reforço de relevantes instrumentos legais internacionais existentes que tenham relação com o clima;

(e) Elementos científicos para inclusão em uma possível futura convenção internacional sobre o clima.

Todas essas informações, reunidas e fundamentadas nas mais importantes publicações científicas da área disponíveis, dariam aos relatórios a credibilidade necessária para subsidiar a formulação de políticas públicas em nível global. Ao longo de duas décadas, diversos documentos foram produzidos e publicados sob a chancela do IPCC. Os mais importantes, pela complexidade e abrangência, são os *Assessments Reports*, mas há outros levantamentos mais específicos que abordam aspectos transversais das mudanças climáticas, como, por exemplo, o impacto nas florestas, as matrizes energéticas e as mudanças de uso da terra. As publicações assinadas pelo IPCC são obrigatoriamente baseadas na literatura científica, em forma de compilação. Ou seja, os dados e as estimativas constantes do relatório advêm de pesquisas já publicadas e amplamente discutidas pela comunidade científica.

Todavia, como deixa claro em seu site oficial, o IPCC não tem a responsabilidade de conduzir pesquisas científicas, analisar ou monitorar dados e tomar medidas referentes ao clima global, ou mesmo recomendar políticas públicas. “*O IPCC não faz ciência, o IPCC não faz previsões, o IPCC não ‘erra’ ou ‘acerta’.* O que o IPCC faz é compilar os trabalhos publicados na literatura científica. Mas parece que os jornalistas não entendem essa ‘sutil’ diferença”, afirma Paulo Artaxo⁶⁴, cientista da Universidade de São Paulo (USP) e membro do Painel. Ele apontou como exemplo matéria da *Folha de S. Paulo*, versão on-line, publicada em 20 de novembro de 2011, que dizia: “*Painel errou ao prever o degelo no Ártico*” (Cf. Fig. 16, p.206).

A despeito desse “equivoco”, um detalhe que não pode passar despercebido é o fato de que, admitindo que o jornalista se expresse dessa maneira para resumir o que seria um possível título “*Publicações científicas que subsidiaram o relatório do IPCC erram ao prever degelo no Ártico*” – inviável em uma linha de 38 toques (padrão para manchetes em seis colunas na *Folha*, por exemplo), quando

⁶⁴ Apresentação no Bioen-Biota – Climate Joint Workshop: Science and Policy a Greener Economy in the Contexto of Rio+20..

[Cont.]

é para destacar o “erro”, o IPCC é o “sujeito”. Pelo mesmo critério jornalístico, tratamento semelhante poderia ser dado para os ‘acertos’, que, no entanto, não são noticiados por esse viés.

Os cientistas que integram o Painel gozam de considerável credibilidade nas suas áreas de atuação e, a despeito das críticas à cobertura jornalística sobre o clima global, por causa dela acabam tendo mais visibilidade. Assim, pode-se afirmar que o modelo de participação baseado no compromisso entre ONU e comunidade científica é conveniente para ambas as partes: para o próprio IPCC, por agregar os mais importantes estudiosos da ciência do clima dos diversos países membros das Nações Unidas e da OMM, reconhecidos e indicados pelos pares; e para os cientistas, que, integrando o Painel, podem sofisticar seu conhecimento sobre os temas de que tratam, e, além disso, alcançam mais visibilidade, reconhecimento e prestígio profissional, sobretudo com a divulgação dos *Assessments Reports*.

2.2.2. O passo a passo até a *agenda-setting*

A elaboração dos *Assessments Reports*⁶⁵ (ou Relatórios de Avaliação, em tradução livre⁶⁶) se vale de uma estrutura formada por três Grupos de Trabalho e uma Força-Tarefa de Inventários Nacionais de GEE. Cada grupo é liderado por um co-presidente, com mandato definido, e apoiado por uma Unidade de Apoio Técnico (TSU)⁶⁷, estabelecida em países diferentes. Os autores de cada relatório são selecionados

⁶⁵ Os relatórios do IPCC constituem um gênero que abriga o discurso científico, com características próprias.

⁶⁶ A rigor, o termo *Assessment* não pode ser traduzido diretamente para o português sem perda de conteúdo, pois, em inglês, a atividade de “assessment” significa mais que uma avaliação, envolve um trabalho de valoração de cada artigo científico, seus autores e os periódicos onde esses artigos são publicados. Mas adotei aqui o termo comumente utilizado na tradução para os *assessments reports*: “relatórios de avaliação”.

⁶⁷ Os TSUs para o Quinto Relatório de Avaliação AR-5, que será divulgado em 2013, estão sediados na Suíça (para o Grupo de Trabalho I); Estados Unidos da América (Grupo de Trabalho II); Alemanha (Grupo de Trabalho III); e Japão (para a Força-Tarefa de Inventários Nacionais de Gases do Efeito Estufa).

pelo respectivo *Bureau* do Grupo de Trabalho, por meio de indicações recebidas de governos e organizações participantes ou identificados pela competência a partir de suas publicações científicas. A composição das equipes de cada grupo de trabalho e cada capítulo reflete uma série de pontos de vista, experiências e uma representação geográfica diversificada.

Dois autores-líderes assumem a responsabilidade geral pela coordenação de cada capítulo – são os autores-líderes coordenadores (*Coordinated lead author*). Outros autores-líderes são responsáveis pela produção de seções específicas, em equipes com cerca de dez a quinze autores por capítulo. A essência desse trabalho “*é sintetizar a melhor informação científica, técnica e socioeconômica disponíveis na literatura revisada pelos pares e na literatura internacional disponível*”.

A escrita e revisão dos relatórios do IPCC seguem procedimentos rigorosos e são comentados e revistos periodicamente, além de serem supervisionados por um comitê do Academy Council, entidade que engloba todas as academias de ciências. O IPCC geralmente começa uma nova avaliação com um processo que conduz ao esboço geral de um relatório, destacando também as características novas e os assuntos transversais. Formuladores de políticas públicas e outros usuários dos relatórios do IPCC são consultados, a fim de identificar as principais questões políticas relevantes.

Depois que o esboço é aprovado pelo Painel, um grupo de autores-líderes é montado para elaborar cada capítulo. Os relatórios são baseados principalmente em publicações científicas revisadas por pares, mas, em alguns temas, tais como experiência prática na adaptação, a literatura com a devida revisão é escassa. Neste caso, informações de outras fontes, como relatórios de governos e organizações internacionais, são usadas, e os autores têm de verificar cuidadosamente a qualidade e validade de tais informações. Cada capítulo possui de três a cinco “Review editors”, que acompanham independentemente todo o processo de formulação.

A *revisão* contínua é, portanto, uma parte essencial do processo do IPCC para garantir uma avaliação “objetiva, imparcial, transparente e abrangente de informações científicas e técnicas atuais”. Em um processo de revisão em duas etapas, revisores especialistas e governos são chamados a comentar assuntos científicos e técnicos. Um processo de ampla circulação garante contribuições de especialistas independentes em

todas as regiões do mundo e de todas as disciplinas relevantes, oferecendo diferentes pontos de vista críticos aos relatórios.

Após essa etapa, os projetos finais dos relatórios são apresentados ao Painel para a avaliação do seu conteúdo. Os editores de revisão auxiliam as equipes de autores nesse processo e asseguram que todos os comentários ofereçam considerações apropriadas. A partir daí, são elaborados os “*Summaries for Policymakers*” – SPM (Resumos para Formuladores de Políticas), que é a compilação mais acessível e mais visível dos ARs, contendo um resumo científico das milhares de páginas de cada AR.

Preparados concomitantemente aos principais relatórios, esses resumos passam pela revisão simultânea de especialistas e dos representantes governamentais, que os analisam “linha por linha” até a aprovação final. Mais de 130 países estão presentes em sessões de aprovação. São esses resumos que o IPCC distribuiu para divulgação de seus resultados na mídia. A Fig.4 esquematiza todo esse processo de elaboração e publicação dos *Assessments Reports*.

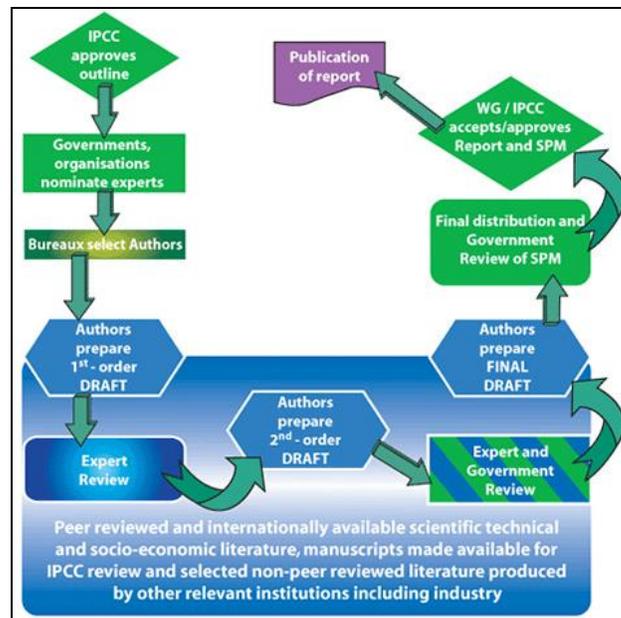


Fig. 4. O passo a passo dos *Assessments Reports*

Em resposta ao pedido da Assembleia Geral da ONU (AGNU), o IPCC concluiu o seu primeiro *Assessment Report* (AR-1) em 30 de agosto de 1990, em Sundsvall, na

Suécia. A AGNU observou as conclusões do relatório, e, como consequência, decidiu iniciar as negociações para uma convenção-quadro efetivo sobre as mudanças climáticas, que deveria ser concluída antes da Rio-92.

Para atender às necessidades de informação do processo de negociação para a Convenção do Clima, o IPCC elaborou em 1992 um relatório complementar e, em 1994, um especial com atualizações sobre *forçantes radiativas*⁶⁸ das mudanças climáticas, uma avaliação dos cenários de emissões do IPCC IS92, sob os títulos “*Orientações Técnicas do IPCC para Avaliação de Impactos e Adaptação para as Alterações Climáticas*” e “*IPCC-Fase I: Diretrizes para Inventários nacionais de Emissões de Gases de Efeito Estufa*”, respectivamente.

Após a entrada em vigor da CQNUMC, em 1994, o IPCC continuou a ser a mais importante fonte de embasamento científico, técnico e socioeconômico sobre as mudanças climáticas globais e seus impactos. A relação entre a CQNUMC e o IPCC se tornou um modelo para a interação entre ciência e tomadores de decisão.

Em 1991, o IPCC decidiu preparar o segundo *Assessment Report*, ainda mais abrangente (AR-2). Naquela época, a composição dos membros do IPCC foi expandida para todos os países membros da OMM e do PNUMA, e medidas para aumentar a participação dos países em desenvolvimento foram tomadas. Ficou acordado que cada Grupo de Trabalho seria liderado por dois co-presidentes, um de um país desenvolvido e outro de um em desenvolvimento.

O Grupo de Trabalho I (“*A Base das Ciências Físicas*”) destacou considerável progresso na compreensão das mudanças climáticas desde 1990, enquanto o Grupo de Trabalho II (“*Impactos, Adaptação e Vulnerabilidade*”) alargou o âmbito da sua avaliação para incluir informações sobre a viabilidade técnica e econômica de adaptações às mudanças climáticas e estratégias de redução de emissões de GEE (mitigação). O

⁶⁸ O conceito de *radiative forcing* foi desenvolvido por Jim Hansen, da NASA, para poder ter uma métrica de comparação dos diferentes agentes climáticos (gases de efeito estufa, aerossóis, nuvens, derretimento de geleiras, mudança na refletividade da superfície etc.) e seus efeitos no clima. (Comunicação pessoal). Em 1992, quando foi elaborado o relatório complementar, esse conceito era muito restrito, e, por isso, os cientistas do IPCC dedicaram algum tempo para esclarecer a comunidade científica sobre sua complexidade. A questão principal é como separar os efeitos diretos no clima dos “*feedbacks*”, que são as realimentações que afetam o sistema climático. Por exemplo, se chove menos, tem menos evaporação e menos vapor de água na atmosfera, o que afeta a magnitude do efeito estufa. A dificuldade em separar efeitos diretos dos *feedbacks* persiste até hoje, pois não há uma relação causa-efeito direto no sistema climático. Tudo interage com tudo, e compreender essa dinâmica é o desafio, e é fundamental para orientar as pesquisas. Fonte: IPCC, *Summary for Policymakers*, p. 101.

Grupo de Trabalho III (“*Mitigação das Mudanças Climáticas*”) abordou, como um novo recurso, as dimensões sociais e econômicas das mudanças climáticas a curto e longo prazo.

O AR-2 forneceu dados substanciais para o desenvolvimento da UNFCCC, em particular para as negociações do Protocolo de Kyoto, assinado em 11 de dezembro de 1997 e ratificado em 15 de março de 1999. Na Segunda Conferência das Partes (COP-2), em 1996, os ministros e outros chefes de delegações presentes reconheceram o relatório como “*o relatório oficial mais abrangente da ciência das mudanças climáticas, seus impactos e opções de resposta já disponível*”.

O AR-3 foi iniciado em 1997 e concluído em 2001. O Grupo de Trabalho I apresentou mais detalhes para a compreensão dos processos climáticos, forçantes e *feedbacks*, e abordou a questão da influência humana no clima de hoje. Projeções de clima futuro foram baseadas em novos cenários e uma ampla gama de modelos climáticos. O Grupo de Trabalho II forneceu informações atualizadas sobre os impactos, vulnerabilidades e adaptação, e as implicações para o desenvolvimento sustentável. O Grupo de Trabalho III avaliou opções de mitigação⁶⁹, os seus custos e co-benefícios, bem como barreiras, oportunidades e instrumentos de política. Ele também colocou a mitigação das mudanças climáticas no contexto do *desenvolvimento sustentável*.

Na Oitava Conferência das Partes (COP-8), em 2002, os ministros e outros chefes de delegação presentes reconheceram, “com preocupação”, as conclusões do do AR-3, que confirmaram a necessidade de “*cortes significativos na emissão de gases de efeito estufa globais*” para atingir o objetivo final daquela Convenção.

O quarto *Assessment Report* (AR-4) foi o mais detalhado e importante relatório do IPCC até o momento. Podemos afirmar que as conclusões representaram um marco para o debate mundial sobre mudanças climáticas pautado na ciência. Estrategicamente, o IPCC planejou a divulgação do AR-4 em quatro etapas, desse modo, conseguiu manter o assunto em pauta durante todo o ano de 2007, consolidando, no Brasil, a *agenda-setting* das mudanças climáticas, como veremos mais adiante.

⁶⁹ O conceito de mitigação compreende todo tipo de intervenção humana voltada para a redução de emissões de GEE na atmosfera. Tal redução constitui-se no objetivo central da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (CQNUMC) e do Protocolo de Kyoto.

A elaboração do AR-4 foi dividida em quatro partes. O Grupo de Trabalho I – *A Base das Ciências Físicas* – forneceu novos conhecimentos sobre os motores humanos e naturais do clima, uma detalhada avaliação das mudanças climáticas do passado e as suas causas, e fortes evidências sobre a atribuição da mudança do clima, incluindo uma avaliação de todos os continentes.

O Grupo de Trabalho II - *Impactos, Adaptação e Vulnerabilidade* – avaliou evidência observacional dos impactos das mudanças climáticas, identificou alguns dos lugares e populações mais vulneráveis, e mapeou impactos projetados contra a tendência do aquecimento futuro, levando em consideração aspectos tais como vias de desenvolvimento e conjugação de múltiplos fatores.

O Grupo de Trabalho III - *Mitigação das Mudanças Climáticas* – avaliou mais as tendências de emissões, opções de mitigação e os caminhos para a estabilização das concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera, juntamente com os custos associados a curto e longo prazo. Em comparação com avaliações anteriores, esse relatório dedicou mais atenção à integração das mudanças climáticas com políticas de desenvolvimento sustentável, a relação entre mitigação e adaptação, Artigo 2 da CQNUMC e uma avaliação consistente de incerteza e risco.

Cada Grupo de Trabalho elaborou um relatório completo e um *Sumário para Formuladores de Políticas (Summary for Policymakers)*, sendo esses resultados de um esforço dos autores para tornar a linguagem acessível ao público leigo. Ao final, no quarto momento, foi produzido um relatório de síntese (o *AR-4 Syntheses Report*) baseado na avaliação realizada pelos três grupos de trabalho, com uma visão integrada das mudanças climáticas.

Primeira Parte do AR-4

O Grupo de Trabalho I divulgou o seu *Sumário para Formuladores de Políticas* em 02 de fevereiro de 2007⁷⁰. Produzido por 620 autores e editores de 40 países, o documento foi aprovado formalmente na 10ª Sessão do Grupo de Trabalho I, em Paris, França. Os pontos de maior destaque foram: (1) O aquecimento do sistema climático

⁷⁰ O relatório completo do Grupo de Trabalho I – intitulado “*A Base das Ciências Físicas*” – foi publicado em março e atualizado em setembro de 2007.

terrestre é inequívoco; (2) A maior parte do aumento observado nas temperaturas médias globais desde meados do século 20 muito provavelmente⁷¹ se deve ao aumento observado nas concentrações de gases de efeito estufa emitidos antropogenicamente.

Tecnicamente, o relatório aponta muitas mudanças observadas na composição atmosférica, na temperatura média global, nas condições do oceano, e em outras mudanças climáticas. Os principais destaques no estudo, e que nortearam a cobertura jornalística, como veremos adiante, foram:

(a) O dióxido de carbono (CO₂), o metano (CH₄) e o óxido nitroso (N₂O) têm aumentado significativamente suas concentrações atmosféricas, como resultado das atividades humanas desde 1750 e agora excedem em muito os valores pré-industriais.

(b) A quantidade de dióxido de carbono na atmosfera em 2005 (379 ppm – partes por milhão) excede em muito a faixa natural dos últimos 650.000 anos (180 a 300 ppm).

(c) A quantidade de metano na atmosfera em 2005 (1774 ppb) excede em muito a faixa natural dos últimos 650.000 anos (320-790 ppb).

(d) A principal fonte do aumento do dióxido de carbono é a queima de combustíveis fósseis, mas as mudanças de uso da terra também estão contribuindo para as emissões de CO₂.

(e) No caso do metano, é muito provável que a principal fonte do aumento seja uma combinação de recursos humanos em atividades agrícolas e o uso de combustíveis fósseis. Mas não é possível determinar a contribuição de cada componente.

(f) As concentrações de óxido nitroso aumentaram de 270 ppb (valor pré-industrial) para um valor de 319 ppb em 2005. Mais de 1/3 desse aumento é devido à atividade humana, principalmente às relacionadas a agricultura.

Em relação ao aumento da temperatura, o relatório aponta que houve intensificação de ondas de calor e redução de friagens e geadas. Entre os 12 anos mais

⁷¹ A Nota 6 na pág. 3 do *Summary* explica: In this Summary for Policymakers, the following terms have been used to indicate the assessed likelihood, using expert judgement, of an outcome or a result: Virtually certain > 99% probability of occurrence, Extremely likely > 95%, Very likely > 90%, Likely > 66%, More likely than not > 50%, Unlikely < 33%, Very unlikely < 10%, Extremely unlikely < 5%. Significa que: as probabilidades para os termos “virtualmente certa” (99% de chance de ocorrer), “extremamente provável” (mais de 95% de chance), “muito provável” (mais de 90%), “provável” (mais de 66%), “mais provável que não” (mais que 50%), “improvável” (menos de 33%), “muito improvável” (menos de 10%), “extremamente improvável” (menor que 5%).

quentes do planeta, desde 1880, 11 foram registrados no período de 1995 a 2006. Observou-se um aumento de 0,74° C na temperatura média global, nos últimos 100 anos. Entre os fatores que contribuem para aquecer ou esfriar o planeta, estão as mudanças na forçantes radiativas registradas entre 1750 e 2005. Com base em múltiplos modelos climáticos, o AR-4 afirma: (1) é muito provável que haverá um aumento da frequência de períodos de calor, ondas de calor e eventos de chuvas fortes; (2) é provável que haverá um aumento em áreas afetadas por secas, maior intensidade de ciclones tropicais (que incluem os furacões e tufões) e a ocorrência extrema de marés altas.

As conclusões e recomendações do AR-4 ganharam o apoio de muitos governos, com forte destaque na mídia. Samuel Bodman, então secretário de Energia dos Estados Unidos, declarou, em entrevista coletiva, que o relatório era “boa ciência” e *“como o presidente tem dito, e este relatório deixa claro, a atividade humana está contribuindo para mudanças no clima da nossa terra e que a questão não está mais em debate”*. O secretário adjunto para Assuntos Europeus e Eurasiáticos, Kurt Volker, disse: *“Apoiamos o recente relatório do IPCC, em que cientistas dos EUA desempenharam um papel de liderança”*. O presidente da Royal Society, Lord Rees, foi mais enfático:

“Este relatório deixa claro, mais convincente do que nunca, que as ações humanas são em larga escala responsáveis pelas mudanças globais que estamos vendo. O IPCC enfatiza que a mudança do clima é inevitável, e teremos que nos adaptar a essa realidade. Isso deve obrigar todos nós, líderes mundiais, empresas e indivíduos a uma ação imediata. Não podemos deixar que o medo nos paralise. Precisamos reduzir nossas emissões de gases de efeito estufa. Aqueles que afirmam o contrário não podem mais usar a ciência como base para seus argumentos”⁷².

O *Sumário* do Grupo I não foi apenas o ponto de partida para a ampla divulgação do AR-4. Acabou sendo a referência na importância e na visibilidade que o tema mudanças climáticas alcançou naquele ano de 2007 (e a partir dele), evidenciando que a estratégia do IPCC, de dar publicidade ao trabalho em diferentes etapas, foi bem sucedida.

⁷² Do artigo *“The reality of global warming: catastrophes dimly seen”*, de Isabel Hilton, disponível no site http://findarticles.com/p/articles/mi_hb6669/is_1_25/ai_n28565719/ (consultado em 12 de agosto de 2011)

Segunda Parte do AR-4

O Grupo de Trabalho II lançou o resumo de sua avaliação em 6 de abril de 2007, em Bruxelas (o relatório completo – *Impactos, Adaptação e Vulnerabilidade* – foi divulgado em 18 setembro). O documento aponta

a evidência de que todos os continentes e da maioria dos oceanos mostram que muitos sistemas naturais estão sendo afetados por mudanças climáticas regionais, particularmente aumentos de temperatura.

Foram observados mais e maiores lagos glaciais, aumento da instabilidade do solo nas regiões de áreas de gelo e rochas permanentemente congeladas, aumento de avalanches nas regiões montanhosas, mudanças em alguns ecossistemas do Ártico e da Antártida, e alterações de cobertura de gelo, salinidade, níveis de oxigênio e circulação de água, que afetam as algas, plâncton e peixes. Também observou-se, com uma “confiança muito alta”, que a mudança climática está afetando os sistemas biológicos terrestres. Eventos da primavera, tais como o desdobramento de folhas, postura dos ovos, e as migrações estão acontecendo mais cedo e está havendo alterações nas gamas de espécies vegetais e animais, em maiores altitudes. O documento também afirma que o oceano se tornou mais ácido, pois tem absorvido parte do CO₂ produzido pela ação do homem. Os oceanos estão se tornando mais ácidos, mas ainda não foi possível descrever como isso afeta a vida marinha.

O Grupo de Trabalho II reconhece algumas das dificuldades de atribuição de alterações específicas de origem humana do aquecimento global, afirmando que “*limitações e lacunas impedem uma atribuição mais completa das causas das respostas do sistema observado para o aquecimento antropogênico*”. Afirma, porém, que os estudos são suficientes para concluir com alta confiança de que “*o aquecimento antropogênico nas últimas três décadas tem tido uma influência discernível em muitos sistemas físicos e biológicos do planeta.*”

Terceira Parte do AR-4

O *Sumário* do Grupo de Trabalho III foi divulgado em 04 de maio de 2007, durante a 26^a sessão do IPCC (o relatório completo – *Mitigação da Mudança do Clima* – foi publicado na versão on-line em setembro de 2007). Em 30 de abril, mais de 400 cientistas e especialistas de cerca de 120 países se reuniram para discutir e aprovar o documento. Na ocasião, foi firmado por cerca de 2.000 delegados um acordo para limitar as concentrações de GEE na atmosfera entre 445ppm e 650ppm com o objetivo de evitar impactos irreversíveis, tendo em vista a pressão dos países em desenvolvimento para que seja adotados limites de concentrações menores.

O *Sumário* concluiu que a estabilização das concentrações de GEE, entre 445ppm e 535ppm, é possível a um custo razoável, menos de 3% do global de PIB. Os cientistas analisam as opções de curto prazo para os principais setores e também fornecem informações sobre estratégias de longo prazo de mitigação para vários níveis de estabilização (até 2030). De acordo com o documento, são muitas as evidências de que

há um potencial econômico substancial para a mitigação das emissões globais de gases de efeito estufa nas próximas décadas, que poderia compensar o crescimento projetado para as emissões mundiais ou mesmo reduzir as emissões dos níveis atuais.

O Relatório de Síntese do AR-4

A parte final do AR-4, o Relatório de Síntese (*AR-4 Synthesis Report*), publicado em 16 de novembro de 2007, em Valência, reuniu informações dos resumos dos três grupos, num esforço de integrar e compactar os dados em um documento conciso e de linguagem acessível, explicitamente voltado para os formuladores de políticas públicas. Para o IPCC, trata-se de um documento importante, cientificamente autorizado e de alta relevância política, que será uma grande contribuição para os debates sobre mudanças climáticas em todos os níveis.

Agenda-setting

Do ponto de vista da divulgação, entre os relatórios do IPCC, o AR-4 foi o que teve maior repercussão na mídia, apesar de o anterior já ter indicado a ação humana como

um dos fatores responsáveis pelas mudanças do clima. Pode-se afirmar que as conclusões representaram um marco para o debate mundial sobre mudanças climáticas pautado na ciência, tanto na esfera política quanto na jornalística.

Contribuiu para isso a notoriedade conquistada pelo Painel com o Prêmio Nobel da Paz, em 2007. O prêmio foi compartilhado igualmente entre o IPCC⁷³ e o ex-vice-presidente americano Al Gore Jr. por seus esforços para construir e disseminar um maior conhecimento sobre a ação humana para o enfrentamento das mudanças climáticas, e lançar as bases para as medidas que são necessárias para neutralizar tais mudanças globais.

Um ano antes da divulgação do Prêmio Nobel, foi lançado o filme *An Inconvenient Truth*, um documentário, do qual Al Gore era protagonista, que descreve as possíveis consequências do aquecimento global. De certa forma, apesar de criticado por conter “imprecisões científicas”, esse trabalho deu visibilidade à militância do ex-presidente americano, fundamental na conquista do prêmio, e colocou em evidência outro grupo de atores – os políticos – ampliando o debate acerca das mudanças climáticas. Antes do engajamento de Al Gore, os cientistas eram vozes quase solitárias, não obstante o embasamento técnico-científico de seus alertas.

Com isso, a mídia consolida a *agenda-setting* do aquecimento global, deixando apenas de relatar as “novidades científicas” e passando a chamar a atenção da sociedade e do poder público para eventos climáticos que estão se intensificando, como, por exemplo, aumento da incidência de secas, tempestades etc., e expondo a falta de estrutura para lidar com essa realidade. O que se tornava notícia de divulgação acaba entrando na “agenda” política.

O aspecto mais contundente do AR-4 – a influência do homem no clima do planeta – ganhou destaque em todos os jornais e agências de notícia no mundo, com um certo grau de alarmismo e, por que não dizer, de sensacionalismo⁷⁴. Manchete do jornal

⁷³ O IPCC aceitou o prêmio “em nome de todos os peritos que contribuíram para seu trabalho de avaliação durante os últimos 20 anos”. O dinheiro foi usado para criar um programa de bolsas destinadas a reforçar a base de conhecimento e pesquisa, e na criação de oportunidades para jovens cientistas de países em desenvolvimento altamente vulneráveis à mudança climática.

⁷⁴ Aqui, entendido à luz de El Far (2004): um termo que designa a exploração dos sentidos do leitor, a partir de fatos surpreendentes e dramáticos que mexem com a ordem do cotidiano. Esse conceito extrapola a noção mais comumente usada para se referir à mídia: como sinônimo de mau jornalismo.

O Globo de 02 de fevereiro de 2007, por exemplo, afirmou categoricamente que, segundo o IPCC, a “culpa” pelo aumento da temperatura era do homem:

Painel sobre mudanças climáticas culpa ação do homem

PARIS - No mais importante e contundente documento sobre mudanças climáticas já divulgado no mundo, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês) confirmou nesta sexta-feira que as alterações no clima do mundo são “muito provavelmente” causadas pela **ação humana**. A expressão “muito provavelmente” do IPCC significa uma probabilidade acima de 90%. Essa declaração, antecipada por alguns jornais nos últimos dias, é bem mais forte do que a feita no último grande relatório do órgão, em 2001, quando o percentual era de 66%. (*O Globo*, 02/02/2007)

O trechos grifados são casos em que a manchete apaga as responsabilidades diferenciadas na questão do aquecimento global. Há uma definição “genérica”, atribuindo à “humanidade” a “culpa” pelas mudanças no clima da Terra, sem a preocupação de indicar os “mais culpados”. O IPCC também não faz essa distinção explicitamente, mas, ao apontar as causas para o problema (altas emissões de CO₂ na atmosfera, por queima de combustíveis fósseis, desmatamento etc., emissão de CH₄), indica quais países contribuem em maior ou menor grau. Manchetes como essa configura uma interpretação do jornalista para os dados do IPCC, que no entanto não qualifica, apenas apresenta dados e análises.

Na primeira página da edição do dia 03 de fevereiro de *O Globo*, a manchete “S.O.S. Planeta” e o subtítulo “Cientistas culpam homem pelo caos no clima: ‘É preciso agir já’” dão a exata noção do vies catastrófico da notícia. Em seu Editorial, intitulado “Sinal de alarme”, destaca que as conclusões do AR-4 contrariam “interesses de grandes setores industriais e mesmo de governos” e que “o prazo para enfrentar o aquecimento global é cada vez mais curto”. O editorial, que é a “opinião” da empresa e não (necessariamente) a do jornalista, é considerado um dos espaços mais nobres do jornal. Respalda o relatório do IPCC nesse espaço é uma demonstração da importância que o tema recebeu (Fig. 5).

Na *Folha*, não foi muito diferente: a manchete “*Cientistas prevêem futuro sombrio para a Terra*” e o subtítulo “*Temperatura mais alta derreterá geleiras, e nível do mar subirá*” também exploram de maneira alarmista o aspecto sensacional da notícia. Um dado importante para esta análise diz respeito à ênfase que a mídia deu ao peso e à confiabilidade da ciência como fonte. Afinal, o IPCC estava respaldado pelas principais publicações científicas da área. (Fig. 6)

O jornal *O Estado de S. Paulo* foi o mais comedido em sua manchete⁷⁵: “*Aquecimento global é irreversível*”. No subtítulo: “*Mudança será intensa, longa e violenta, dizem cientistas. Previsões de mais tempestades, furacões, inundações e secas*”. Para oferecer ao leitor um “quadro” do que virá, os veículos ilustraram suas matérias com fotos que mostram cenas de destruição por catástrofes naturais, que segundo as previsões, podem se intensificar em todo o mundo. A semelhança de espaço e principalmente de enfoques nas manchetes de primeira página demonstra a repercussão do relatório e, acima de tudo, a confiabilidade da ciência como fonte se consolidando a partir daquele relatório.

Na primeira página de *O Globo* (Fig. 5) a manchete “*S.O.S. planeta*” um “grito” de alerta ocupando as seis colunas da página: “*É preciso agir já*”. O importante aqui é a associação entre o que significa a manchete e a fotografia de destruição por eventos climáticos extremos (Legenda: “*DESTRUIÇÃO: um tornado atípico nesta época arrasou Lady Lake, na Flórida. A supertempestade atingiu o centro do estado e matou 19 pessoas*”).

Já a *Folha* (Fig. 6) mostra, acima e ao centro, manchete em quatro colunas (“*Cientistas preveem...*”), título relativamente pequeno e uma imagem “sombria” marcada em fundo preto, sobre o qual se vê um gráfico que assinala o aumento da temperatura em escala temporal; na parte de cima, árvores queimadas. A foto, da Flórida, tem a seguinte legenda: “*Fieis do que restou da igreja na Florida*”

⁷⁵ A propósito de estilos, há um estudo interessante de DISCINI (2003) sobre estilos de texto nas histórias em quadrinhos, na mídia e na literatura. A autora dedica um capítulo para analisar manchetes, editoriais e charges de três veículos, dois da imprensa dita “séria” (*Folha* e *OESP*) e um da “sensacionalista” (*Notícias Populares*). Segundo Discini, os jornais “sérios” – voltados para uma certa classe dominante – parecem apresentar “*afinidades de olhar e de escuta sobre o mundo*”. Ambos projetam, no seu discurso, a seleção de temas afins para serem noticiados, como, por exemplo, a política nacional e a situação econômica do país, mas com “*diferentes modulações tensivas*”. Discini mostra que o *Estadão* é sempre mais “conservador”. (Cf. DISCINI, Norma. **O estilo nos textos: história em quadrinhos, mídia, literatura**. São Paulo: Contexto, 2003, p.117-222)

[Cont.]

(EUA) após tornado que matou 19 – Pág. A22)”. Ou seja, também há uma associação entre a imagem e a manchete.



Fig. 5. *O Globo*, 03/02/2007



Fig. 6. *Folha de São Paulo*, 03/02/2007

O Globo é mais incisivo no “alerta” (“S.O.S.”), mas a *Folha* também adverte para um “futuro sombrio”. Ambos os jornais exploram, em maior ou menor grau, as análises do IPCC: *O Globo* traz um infográfico mostrando as previsões para a temperatura – “aumento médio de 3 graus”, os “impactos do aquecimento” (derretimento de geleiras) e uma imagem da Terra com gradiente de cores “quentes” indicando ao leitor o quanto o planeta aqueceu neste século.

Na *Folha*, uma pequena ilustração mostrando a temperatura média em 1900 e a projeção para 2100. Note-se que ambas as fotos são de um evento climático extremo, o tornado que atingiu a Flórida, e esses eventos podem se intensificar devidos às mudanças climáticas globais, referenciando o “grito de socorro” e o “futuro sombrio”.

[Cont.]

As duas capas são multimodal, e, embora cada uma explore em tons específicos as conclusões do AR-4, não há discrepância entre as machetes. O conjunto de enunciados são uma metonímia da decadência dos problemas ambientais do planeta.

Mas se, para a mídia, o AR-4 era “quente”, para os cientistas brasileiros que participaram da elaboração, o documento não trazia nenhuma novidade importante, embora as análises sobre a frequência dos chamados extremos climáticos, que se caracterizam por intensidade de chuvas violentas alternadas com longos períodos de secas, ondas de calor e furacões, estivessem mais “consistentes” do que se conhecia. Isso porque, segundo o meteorologista José Antônio Marengo, do INPE, “*os modelos de análise do clima foram bastante melhorados. Isso possibilitou que se destacasse a questão dos extremos climáticos, que ficou de lado na avaliação anterior*”, em entrevista à **Agência FAPESP**⁷⁶.

Vale ressaltar que a cobertura jornalística teve uma configuração muito particular no Brasil, conforme declarou outro cientista membro do IPCC, o também meteorologista do INPE, Carlos Nobre, referindo-se aos cenários “*especialmente preocupantes para o Brasil*”:

Já somos um país com muitos extremos climáticos, o que implica secas, enxurradas, deslizamentos de encostas, inundações e vendavais. O relatório, cujos dados são bem mais consistentes que os anteriores, dá indicações de que esses fenômenos vão se intensificar.⁷⁷

Os cientistas foram unânimes em apontar que o IPCC estava dando uma importante contribuição ao apresentar uma visão mais profunda e detalhada de todos os aspectos que podem mudar no clima, além do aumento de temperatura propriamente dito. “*Os extremos climáticos, num certo sentido, têm o potencial de perturbar a vida tanto ou*

⁷⁶ CASTRO, F. **Futuro radical**. Agência Fapesp, 05/02/2007.

Disponível no link <http://www.agencia.fapesp.br/6689> - (consultado em 17 de agosto de 2011)

⁷⁷ Idem

mais do que o aumento da temperatura. O relatório atual, que é mais consistente e robusto que o anterior, deixa isso mais evidente”, disse, à época, Carlos Nobre.

Para o cientista do INPE, a constatação, com 90% de probabilidade, de que as atividades humanas são a maior causa do aquecimento nas últimas décadas, é mais um avanço do AR-4 em relação ao de 2001. Segundo Nobre,

O número é absolutamente conclusivo. Agora, é estatisticamente impossível dissociar a ação humana do aquecimento global. Na linguagem científica, uma probabilidade de 90% é próxima da certeza. No mínimo, há uma influência determinante do fator humano.

A repercussão na mídia era o prenúncio inequívoco de que o AR-4 teria um impacto sobre a opinião pública e sobre os governos. Convém lembrar que várias partes do relatório vazaram antes da divulgação oficial. Por esta razão, foi iniciada uma série de mobilizações dos governos, principalmente nos países que resistem a ratificar o Protocolo de Kyoto, como Estados Unidos e Austrália. Vejamos as declarações de Carlos Nobre:

Embora o país seja resistente em relação ao Protocolo de Kyoto, os estados norte-americanos mais progressistas começaram a tomar medidas de redução das emissões de gases estufa. É um fenômeno curioso de antropologia social que o governo dos Estados Unidos tenha se mantido impassível enquanto os alertas sobre o aquecimento global foram feitos especialmente pela comunidade científica daquele país. Mais de 40% dos trabalhos na área foram feitos por pesquisadores do país.

Convém destacar a importância do *Stern Review* (o relatório assinado pelo ex-economista-chefe do Banco Mundial, Nicholas Stern), lançado em outubro de 2006, quatro meses antes da publicação do AR-4 do IPCC, para a *agenda-setting*. Nesse detalhado estudo de quase 700 páginas, Stern detalhou os impactos do aquecimento global sobre a economia do mundo com inúmeras projeções sombrias – ele previa custos da ordem de até 20% ao ano do PIB mundial em decorrência das catástrofes naturais causadas pelo aquecimento do planeta. Já o custo de implementar ações “drásticas” (imediatas seria de 1% do PIB anualmente, e permitiria estabilizar as emissões de CO₂

em cerca de 450 a 550 ppm. Em junho de 2008, Stern retificou a estimativa do custo dessas ações para 2%, diante dos dados que indicavam velocidade maior do que a prevista para o aquecimento global.

A clara mensagem final do Relatório Stern é que os benefícios de uma ação planejada, forte e imediata seriam significativamente maiores do que os custos econômicos da inação. Ele propôs uma série de soluções, entre elas, dar preço ao carbono, por meio de taxação, direitos de emissão e comércio, e regulação; utilizar tecnologias para reduzir as emissões, além da remoção de barreiras à eficiência energética. O economista considera dois cenários para a evolução das mudanças do clima: um cenário mais básico, cuja elevação da temperatura média global ficaria entre 2°C e 4°C, e um cenário mais elevado, com 5°C a 6°C de aquecimento ao longo deste século.

Em seu artigo “*A Review of The Stern Review on the Economics of Climate Change*”, Martin Weitzman, economista da Universidade de Harvard, analisando o estudo de Nicholas Stern⁷⁸, afirma:

O relatório Stern não traz grandes novidades em termos de evidência científica. O que ele faz é empregar uma taxa de juros muito baixa em relação à que os economistas em geral empregam. (...) Na verdade, estamos comprando uma apólice de seguro contra um evento que tem uma probabilidade de ocorrência pequena, mas que, se acontecer, terá um custo muito drástico.

Se é verdade que a economia, no início, era conhecida como a “ciência do mau agouro”, por suas previsões geralmente catastróficas, podemos afirmar que as conclusões do relatório Stern tiveram impactos importantes e no mesmo sentido. Pouco tempo depois da publicação, a União Europeia (UE) decidiu reduzir as emissões de GEE do bloco em 20% até 2020. Quando da publicação do quarto relatório do IPCC, ficou ainda mais evidente que as mudanças climáticas estão acontecendo numa velocidade sem precedentes na História e que é preciso reduzir drasticamente as emissões de CO₂ na atmosfera e buscar estratégias de adaptação. Os cientistas consideram que o AR-4

⁷⁸ Artigo publicado no *Journal of Economic Literature*, Vol. XLV (September 2007), pp. 703–724

contribuiu “*para acelerar ainda mais um processo de tomada de consciência e principalmente de novas atitudes*”.

Também após a divulgação do relatório, o então primeiro ministro inglês, Tony Blair, veio a público reconhecer que as mudanças climáticas exigiam ação imediata, “*já que os custos das medidas preventivas corresponderiam a 1% do PIB enquanto o adiamento da ação poderia mais tarde tomar de 5% a 20% do PIB*”. E apenas duas semanas após o pronunciamento de Blair, a Rainha Elizabeth II, na habitual cerimônia de final de ano no Parlamento inglês, declarou que era preciso olhar com especial atenção a questão da sustentabilidade do planeta e que a questão das mudanças climáticas seria uma das prioridades do governo em 2007.

Para Carlos Nobre, é fundamental pensar em um modelo sustentável de futuro, mas não se pode ir contra o crescimento econômico. Em um país com dificuldades sociais como o Brasil, segundo ele, é impensável abrir mão do desenvolvimento e, portanto, do aumento da atividade produtiva.

O crescimento econômico aumentará o consumo e terá impactos no meio ambiente. Temos, portanto, que controlar as emissões sem estagnar o crescimento, com base num modelo de energia renovável. A pergunta, para a qual não temos resposta, é: quem pagará a conta da implantação desse modelo?

Essa discussão sobre “quem vai pagar a conta” norteia praticamente toda a cobertura jornalística sobre o aquecimento global. O embate político entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento acabou, de certa forma, transformando-se em uma pauta paralela nem sempre (mas quase sempre) associada de algum modo às questões científicas acerca do tema. Paralela, não secundária. Ou seja, a ciência, como *fonte*, e o IPCC, como principal *porta-voz* dessa *fonte* nas questões do clima, passam a ser referência nas discussões também no âmbito das políticas públicas.

Não podemos esquecer que o IPCC tem uma estratégia de divulgação eficiente, baseada principalmente no conteúdo de seu site oficial, o que facilita a disseminação das informações de seus documentos. Apesar de o acesso à internet ainda ser relativamente limitado a determinadas parcelas da sociedade, qualquer pessoa interessada nas

publicações do IPCC pode acessá-las livremente (no site www.ipcc.ch), inclusive recebendo orientações sobre como citar os trabalhos (p.ex. “*This chapter should be cited as:...*”). Não casualmente, a “aura” do IPCC foi construída a partir dessas duas características: “Credibilidade” e “transparência”. O Painel descreve minuciosamente seus processos e suas atividades, e deixa disponíveis documentos, apresentações e até *webcasts* (transmissões *on-line* em vídeo) de suas conferências.

Sem qualquer publicidade ou *banners*, que dispersam a atenção do internauta, o site do IPCC também disponibiliza íntegras de discursos, *slides* de apresentações sobre temas específicos, material de palestras e *releases* para a imprensa (textos em forma de notícia), redigidos em inglês, sobre as principais ações e resultados de estudos do Painel. Como a grande mídia não publica *releases* na íntegra, esse material acaba servindo como referência para novas pautas e desdobramentos. Os contatos da assessoria de imprensa do IPCC estão disponíveis no menu “*Organization*”, de fácil acesso ao público leigo.

De certa forma, o IPCC também é mediador entre o discurso da ciência e o grande público, não apenas, mas principalmente, por meio do jornalismo. Por esta razão, os Relatórios, os Sumários para Formuladores de Políticas e os *releases* têm diferentes níveis de complexidade. Em última análise, o IPCC é um “enunciador” do discurso científico.

Na Fig. 7, na página seguinte, reproduzo o quadro proposto por Carneiro (2008), explicitando os documentos quanto à extensão, ao conteúdo informativo, à linguagem, à complexidade da informação, à profundidade da informação e ao público alvo, para melhor compreensão do que pretendo mostrar.

Característica	Relatório de Avaliação	Sumário para Formulações de Políticas	Release de imprensa
<i>Extensão</i>	Cerca de mil páginas	Não mais que 20 páginas	Uma ou duas páginas
<i>Conteúdo Informativo</i>	Compilações de resultados científicos divididas em capítulos	Resumo das principais conclusões do Relatório, em tópicos e com referências ao capítulo do texto original	Principais conclusões do Relatório resumidas em dois parágrafos, em formato de notícias segundo a estrutura jornalística
<i>Linguagem</i>	Científica. Os capítulos vêm em textos corridos e em tópicos, ilustrados por gráficos, tabelas, mapas, quadros e referências bibliográficas	Científica. Maior parte do texto em tópicos, ilustrados com gráficos, tabelas e mapas menos complexos; informações destacadas em boxes	Jornalística, atendendo aos critérios de notícia. Apenas texto
<i>Complexidade da Informação</i>	Muito alta (difícil compreensão)	Média	Baixa (fácil compreensão)
<i>Profundidade da informação</i>	Muito alta (complexa contextualização)	Média a baixa	Nenhuma (quase descontextualizada)
<i>A quem se destina</i>	Comunidade científica	Governos (formuladores de políticas), jornalistas e demais interessados	Jornalistas

Fig. 7 - Quadro comparativo dos diferentes documentos (CARNEIRO: 2008)

No que se refere especificamente ao AR-4, o IPCC disponibilizou em seu site dois *releases*: o primeiro entrou dez dias antes do lançamento do relatório, e explicava a relevância do documento, bem como avisava sobre a data da divulgação (02/02/2007) e convocava a imprensa para a coletiva que aconteceria no lançamento do *Sumário para Formuladores de Políticas*. O segundo entrou nesse dia, após a coletiva, e incentivava os jornalistas a acessarem o *Sumário* e o *webcast* da conferência de imprensa, ambos também disponíveis no site.

A repercussão na mídia de seus documentos e atividades, bem como de sua acurácia e credibilidade, sempre foi uma preocupação do IPCC. Muitas ações voltadas para a divulgação foram debatidas em sessões plenárias do Painel e posteriormente

formalizadas, sobretudo após a publicação do terceiro relatório, o AR-3, em 2001. Em sessão plenária ocorrida em 2003, por exemplo, os integrantes discutiram qual seria a melhor maneira de responder às críticas que circularam na mídia, e da própria mídia, quanto às informações do AR-3, a fim que o relatório seguinte não recebesse intervenções semelhantes.

No ano seguinte, o IPCC buscava o consenso sobre qual seria o principal público-alvo para os seus documentos. A mídia e o público em geral foram mencionados, mas a prioridade, naquele momento, eram os formuladores de políticas dos governos. Em 2006, o Painel promoveu uma pesquisa entre os governos dos países-membros sobre qual seria a melhor estratégia para que a comunicação fosse mais eficiente. A maioria considerou essencial envolver a mídia, considerando-a uma parceira, sobretudo na ocasião do lançamento dos relatórios.

Foi em 2007, ano do lançamento do AR-4, que o IPCC declarou oficialmente que, em ocasiões como essa, o relacionamento com a mídia era um “ponto crucial” de seu trabalho na comunicação com o público externo. Vejamos:

Focar a mídia não é prioridade para o IPCC exceto em épocas de lançamento dos principais relatórios, como neste caso. Assim, construir e reforçar o relacionamento com a mídia tem sido um ponto crucial do trabalho de comunicação externa (*outreach*)⁷⁹ até então. As mudanças climáticas claramente alcançaram seu momento com relação à atenção da mídia. Todavia, por causa disso, um forte esforço organizacional e de comunicação é necessário para o lançamento de um grande relatório científico. Gerenciar expectativas é também um importante elemento, especialmente através de explicações sobre os processos, o histórico e escopo dos relatórios do IPCC. O *webcast* se tornou um procedimento padrão para as maiores conferências de imprensa do IPCC.⁸⁰ (Trad. minha).

O fato de as três primeiras partes do AR-4 terem recebido uma atenção “sem precedentes” da mídia foi bastante comemorado pelo IPCC, fato registrado em um documento da 27^a Sessão Plenária, ocorrida em novembro de 2007. O “sucesso” da

⁷⁹ Não há uma palavra específica do português que traduza o termo *outreach*. Geralmente, é usado para designar a interação com jornais e formadores de opinião.

⁸⁰ Em *Progress report on Ar-4 communication and outreach activities*. Documento nº 9 da 26ª Sessão do IPCC realizada em Bangcoc, 4 de maio de 2007. Disponível em <http://www.ipcc.ch/meetings/session26/doc9.pdf> Acesso em 28 de dezembro de 2011.

divulgação na grande imprensa mundial conferiu ao IPCC um *status* de *sujeito midiático*, e os membros atribuem esse sucesso à credibilidade do Painel e ao modo eficiente de transmitir seus resultados a partir de estratégias pró-ativas de disseminação dos documentos, realçando cada vez mais “*o valor, a aprovação e a efetividade da informação que produz*”.

Em última análise, pode-se afirmar que a divulgação do AR-4, em 2007, representou para o tema aquecimento global, em termos de inserção na mídia, o mais importante desdobramento da projeção que o tema meio ambiente alcançou a partir da Rio-92. Com um aspecto “novo” e muito fértil para análise: a ciência como reguladora de saber, e o jornalismo como mediador entre o campo científico e a sociedade. No próximo capítulo, pela análise de um *corpus* jornalístico, veremos como o trabalho do IPCC se tornou alvo de contestação por parte dos chamados “céticos” (ou “negacionistas”) do aquecimento global.

3. FORECASTS: O CLIMA ESQUENTA

“A descarbonização da economia é necessária. O alarmismo das discussões sobre as mudanças climáticas é prejudicial às atitudes necessárias frente a elas, que devem ser orientadas pelo bom senso.”

Luiz Carlos B. Molión

“Science only advances when it is questioned, otherwise it will not develop new goals, but the questions must be fair and objective and without preconceived positions or notions. There is no place for vested interests in any scientific dialogue or debate.”

Rajendra Pachauri, presidente do IPCC

PRIMEIRA PARTE – De prêmio Nobel a Painel da discórdia

3.1.1. AR-4 – O termômetro nas mãos do homem

“Inequívoco”. Essa única palavra fez toda a diferença entre o AR-4 e os relatórios anteriores do IPCC, do ponto de vista da repercussão na mídia. É que, pela primeira vez, os cientistas afirmaram com “quase” certeza – mais de 90% de confiança – que o dióxido de carbono (CO₂) e outros GEE emitidos por atividades humanas têm sido as principais causas do aquecimento no último século. Para compreender melhor os discursos sobre o aquecimento global na mídia, é necessário conhecer os principais indicadores levantados pelo IPCC nos seus dois últimos relatórios, o AR-3 (2001) e principalmente o AR-4 (2007), que, segundo os cientistas Nobre e Sampaio (2008), confirmam as seguintes

variações ocorridas durante o séc. XX⁸¹ (entre colchetes estão as explicações):

- (1) **Entre 1906 e 2005, o aumento da temperatura média global foi 0,74°C.**
- (2) **A amplitude da temperatura diária diminuiu de 1950 para 2000.**
[Corresponde à diferença entre temperatura máxima e mínima diária]
- (3) **Houve diminuição, em praticamente todas as áreas continentais, do número de dias com geadas.**
[Significa que houve um decréscimo do vapor d'água na atmosfera]
- (4) **A precipitação nas áreas continentais aumentou de 5% a 10% no Hemisfério Norte e diminuiu no Oeste da África e em partes do Mediterrâneo.**
- (5) **Aumentou a frequência de ocorrência de precipitações intensas nas latitudes médias do Hemisfério Norte.**
- (6) **Aumentou a frequência de secas extremas no verão. Em algumas regiões da Ásia e África, a frequência e a intensidade aumentaram nas últimas décadas.**
- (7) **Aumentaram a frequência, a permanência e a intensidade do fenômeno El Niño nas últimas décadas, se comparadas com os últimos cem anos.**
- (8) **Ocorreu um aumento de 12cm a 22cm do nível do mar, dependendo da região.**
[O intervalo entre 12cm-22cm não significa “incerteza”, mas informa sobre a variação do aumento do nível do mar conforme a região]
- (9) **A taxa de aumento do nível do mar era de 1,8mm por ano no período de 1961 a 2003, e entre 1993 e 2003 passou a ser de 3,1mm por ano.**
- (10) **A espessura da camada de gelo do Ártico diminuiu de 10% a 15% na primavera/verão desde 1950.**
- (11) **Houve redução nas áreas de geleiras não-polares.**
[Áreas tropicais e temperadas]
- (12) **Observações por satélites (a partir da década de 1960) indicam diminuição da cobertura de neve em 10%.**

⁸¹ Alguns desses pontos são explicitamente confrontados pelos cientistas que discordam dos dados do IPCC, conforme veremos ao longo da análise. Salientamos que não é nosso objetivo, aqui, julgar a veracidade das informações contidas nos relatórios e os argumentos que contestam esses dados. Até porque, não é de nossa área de competência. O que nos interessa é analisar como esses discursos circulam na mídia.

[Alterações na relatividade da superfície terrestre e no armazenamento de água na forma de gelo e neve]

(13) O período de crescimento das plantas no Hemisfério Norte aumentou de um a quatro dias por década nos últimos 40 anos.

(14) No Hemisfério Norte, as plantas estão florescendo mais cedo, as aves chegam antes, e o acasalamento começa mais cedo. Os insetos também aparecem mais cedo.

[Entretanto, a sincronicidade temporal entre a floração de espécies, população de insetos polinizadores e migrações afeta o comportamento biológico desses sistemas]

(15) O branqueamento dos corais está ocorrendo em todo o Planeta

[Os corais são sensíveis à temperatura do mar, e um aquecimento de alguns graus pode matar colônias de corais, o chamado “branqueamento” dessas espécies]

Esse conjunto de variações, segundo Nobre e Sampaio, aponta para um “consenso” na comunidade científica que se ocupa do estudo das mudanças climáticas. Tal consenso pode ser compreendido, por exemplo, a partir das conclusões do IPCC de que o aquecimento global observado nos últimos 120 anos é explicado pelas emissões antropogênicas de GEE, principalmente dióxido de carbono (CO₂), metano (CH₄), óxido nítrico (N₂O) e CFCs (clorofluorcarbonetos), e de partículas de aerossóis (partículas em suspensão na atmosfera, em estado líquido ou sólido, como, por exemplo, poeira, pólen etc.), e não por eventual variabilidade natural do clima.

Na verdade, muitos cientistas enxergam inúmeras evidências apontando não mais para a possibilidade de o planeta enfrentar futuras mudanças no clima, mas indicando que já estaríamos vivendo a era das mudanças climáticas resultantes do aquecimento global. (Op.cit. p. 22).

Esse processo, acrescentam, sofre influência direta da ação antrópica. “As mudanças climáticas antropogênicas estão associadas às atividades humanas com o aumento da poluição, de queimadas, com o desmatamento, a formação de ilhas de calor etc.”. Por esta razão, afirmam, “as influências do homem no equilíbrio do planeta são

muito preocupantes”. Esse foi o aspecto mais explorado pela mídia, em geral, na cobertura sobre a divulgação do AR-4, e continua sendo nas notícias sobre aquecimento global. O fato é que a (re)formulação das conclusões a que chegaram os cientistas do IPCC norteou o *framing* das notícias e reverberou na esfera política, como atestam as muitas tentativas de acordos internacionais para promover o desenvolvimento sustentável desde 2007, inclusive na recente Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20⁸².

Dito de outra maneira, os discursos midiáticos são capazes de orientar posicionamentos sociais a partir dos fragmentos da realidade selecionados pelos jornalistas como notícias. Como afirma Gitlin (1980),

os enquadramentos da mídia, não explicitados, e amplamente despercebidos, organizam o mundo tanto para os jornalistas, que o reportam, quanto, de modo significativo, para nós, que confiamos nas suas reportagens (p.7)⁸³.

Assim, me proponho a discutir *como* os discursos científicos sobre o aquecimento global, com base nas conclusões do IPCC, circulam na mídia, e em que medida a responsabilidade atribuída à ação humana, “com 90% de confiança”, se desdobrou ao longo da cobertura, reverberando nas esferas política e econômica em nível global.

“Inequívoco” para a ciência; “irreversível” para os jornais

De acordo com os dados levantados pelo IPCC, não há mais dúvida de que o aquecimento global já é um processo em curso, e que esse dado, associado à ação humana, seria o principal viés do noticiário sobre o AR-4, na imprensa mundial. O *The New York Times* de 3 de fevereiro de 2007, por exemplo, deu a seguinte manchete: “*Science panel says global warming is ‘unequivocal’*” (“Painel de cientistas diz que aquecimento global é ‘inequívoco’, em tradução livre). No AR-3, divulgado em 2001, o

⁸² Tratarei na cobertura jornalística sobre a Rio+20 no Capítulo 4.

⁸³ Tradução minha.

percentual de confiança sobre esses dados era de 66%, muito baixo para ser considerado “inequívoco”.

Na transcrição das notícias, alguns elementos estão em negrito, e essa marcação é de minha autoria. Esse destaque de determinados elementos do discurso (enunciados, palavras etc.) é, de fato, já uma pré-análise, na medida em que, do meu ponto de vista, são os elementos característicos de diversos discursos. Nem sempre, mas com alguma frequência, eles serão retomados para comentários mais explícitos.

Vejamos trechos da matéria do *TNYT*:

Science Panel calls global warming ‘unequivocal’

PARIS, Feb. 2 – In a grim and powerful assessment of the future of the planet, the leading international network of climate **scientists has concluded for the first time that global warming is “unequivocal”** and that *human activity is the main driver*, “**very likely**” causing most of the rise in temperatures since 1950.

They said the world was in for centuries of climbing temperatures, rising seas and shifting weather patterns – unavoidable results of the buildup of heat-trapping gases in the atmosphere.

“In our daily lives we all respond urgently to dangers that are much less likely than climate change to affect the future of our children,” said Achim Steiner, executive director of the United Nations Environment Program, which administers the panel along with the World Meteorological Organization.

“Feb. 2 will be remembered as the date when uncertainty was removed as to whether humans had anything to do with climate change on this planet,” he went on. “The evidence is on the table.”

The Bush administration, which until recently avoided directly accepting that humans were warming the planet in potentially harmful ways, *embraced the findings*, which had been approved by representatives from the United States and 112 other countries on Thursday night.

The United States, with about 5 percent of the world's population, contributes about a quarter of greenhouse gas emissions, more than any other country.

The conclusions came after a three-year review of hundreds of studies of past climate shifts; observations of retreating ice, warming and rising seas, and other changes around the planet; and a greatly expanded suite of supercomputer simulations used to test how the Earth will respond to a growing blanket of gases that hold heat in the atmosphere.

(By ELISABETH ROSENTHAL, de Paris, and ANDREW C. REVKIN, de New York. Felicity Barringer contributed reporting from Washington - Published: February 3, 2007).
(Grifos meus)

O que está em negrito e itálico é destacável, isto é, poderia vir a ser destacado, aforizado. É possível que esses termos em destaque tenham sido manchete em algum jornal.

A “*avaliação sombria e poderosa do futuro do planeta*” apresentada pelo IPCC, que se constitui na “*principal rede internacional de cientistas do clima*”, não deixa dúvidas: “*concluiu pela primeira vez que o aquecimento global é ‘inequívoco’ e que a atividade humana é a principal causa, ‘muito provavelmente’, da maior parte do aumento das temperaturas desde 1950*”.

Por sua vez, a afirmação de que “*foi removida a incerteza sobre as mudanças climáticas e sobre a responsabilidade do homem nessa questão*” também caracterizou a repercussão do AR-4 de modo muito particular no Brasil (Cf. Figs. 5 e 6, p.130), com especial atenção para a “culpa” do homem. No caderno “*Ciência e Vida*” do jornal *O Globo* (Fig. 8), a manchete, na página 37, foi categórica:

Selo: CAOS NO CLIMA
Título: **O homem muda o planeta**
Subtítulo: *Relatório diz que aquecimento global causado pela atividade humana é irreversível*

“O homem muda o planeta” (O Globo) é uma paráfrase de “A culpa é nossa” (Folha), mas vai além e condensa enunciados que estão dispersos no relatório técnico do IPCC e são repetidos na mídia. “Mudança do clima” tem como implicação afirmar que “o aquecimento é irreversível”.

Note-se que as manchetes têm que ser mais categóricas que o texto, pois sua função é, por um lado, chamar a atenção do leitor para o que o jornalista julga como “mais importante”, e por outro, porque condensa um discurso e pode até não corresponder à matéria, e eventualmente vem a circular independentemente do texto (destacamento/aforização). Portanto, “a culpa é do homem”, não de algum grupo ou população ou país etc.. Subjacente à manchete “neutra”, está a afirmação de que “todos têm a mesma responsabilidade”.

O texto que segue, referente à manchete acima, mostra o viés alarmista e catastrófico, com destaque para não apenas para a ação humana, mas também para o aspecto “irreversível” e “irrefutável” das mudanças climáticas globais:

Paris

A Terra mudou para pior e o principal responsável é o homem. O mundo hoje é mais quente, seco e sujeito a catástrofes climáticas. **O relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC)** das Nações Unidas, divulgado ontem em Paris, **revelou que o aquecimento global é irreversível e “muito provavelmente” provocado pelas atividades humanas.**

O relatório, elaborado por 2.500 cientistas de 130 países, não deixa mais margem de dúvida sobre a nova realidade climática mundial: secas mais frequentes, ondas de calor mais intensas e elevação do nível do mar podem perdurar por mais de mil anos, mesmo se as emissões de gases-estufa fossem totalmente suspensas hoje. **O aquecimento é “inequívoco”, apontam os cientistas.** Nesse sentido, o documento é, na verdade, **um apelo à ação política imediata para impedir que a situação se deteriore ainda mais.**

- **O relatório é um severo alerta de que o potencial impacto será mais dramático, mas rápido e mais drástico em termos de consequências do que imaginávamos – afirmou Achim Steiner, coordenador do Programa de Meio**

Ambiente das Nações Unidas. – Isso vai alterar de forma fundamental a maneira de viver em muitas partes do mundo.

A formulação “... *não deixa mais margem de dúvida sobre a nova realidade climática mundial...*” se soma ao sentido de processo “*inequívoco*”, explicitado acima, atribuído aos cientistas no AR-4, do qual é, a rigor, quase uma definição proposta pela imprensa, que substitui “*inequívoco*” por “*irreversível*”.

Nas palavras de uma das coordenadoras do documento, Susan Solomon, “hoje temos uma certeza muito maior do que está ocorrendo no planeta” do que o relatório anterior, de 2001, e **existe uma probabilidade de pelo menos 90% de que o aumento da temperatura da Terra se deva à concentração excessiva de gases de efeito estufa provocada, principalmente, pelo uso de combustíveis fósseis.** No relatório anterior, esse percentual era de 66%.

Temperatura pode aumentar 6,4 graus

Segundo o painel, a temperatura média do planeta aumentará neste século de 1,8 a 4 graus Celsius nos cenários mais prováveis; **podendo variar de 1,1 a 6,4** nas projeções consideradas possíveis. Pode não parecer muito, mas é importante lembrar que a última Era do Gelo no planeta era, em média, 5 graus Celsius mais frio do que hoje.

O excerto acima é um exemplo de como a (re)formulação do discurso científico pelo jornalista pode resultar em informações imprecisas e equivocadas conceitualmente. “*Neste século*” é a interpretação para “*ao longo deste século*”, o que, em termos científicos, tem efeitos de sentidos diferentes. O primeiro pode remeter à ideia de que ao final do século, a temperatura será X. O segundo diz respeito a um processo em curso, no qual a temperatura lentamente vai aumentando até atingir, ao final do século, valores de 1,8°C a 6,4°C. Ou seja, é uma confusão entre um *processo contínuo e em andamento* contrapondo-se a *um aumento no final do século*.

No que diz respeito à variação da temperatura média, também há uma interpretação equivocada do ponto de vista estatístico. Se, no cenário mais *otimista* (e não mais “*provável*” – o IPCC não deu probabilidades de ocorrência)

[Cont.]

a temperatura aumentaria $1,8 \pm 0,7^\circ\text{C}$ significa que o intervalo de “*incerteza*” na média vai desde $1,1^\circ\text{C}$ a $2,5^\circ\text{C}$, portanto, não corresponde a uma variação de $1,1^\circ\text{C}$ a $6,4^\circ\text{C}$, como mencionado. Esse desconhecimento de conceitos estatísticos básicos pelos jornalistas interferem negativamente, na divulgação precisa pela mídia dos resultados de modelos do IPCC, segundo apontam os cientistas.

EUA dizem que poluem pouco

Os EUA, que são **contrários a metas de redução de emissões embora sejam responsáveis pelo lançamento de ¼ dos gases poluentes**, defenderam um “debate global”.

– Contribuímos pouco (com as emissões) se compararmos com o resto do mundo – afirmou o **secretário de Energia, Sam Bodman**, que, no entanto, **admitiu que o aquecimento é causado pelo homem, o que era questionado pelo governo Bush há até bem pouco tempo.**

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva criticou ontem os países ricos, dizendo que eles assinam tratados, mas não têm coragem de enfrentar as indústrias poluidoras.

– *Estou cuidando do nosso terreiro* – disse – (É preciso que eles cuidem do terreiro deles.

[*O Globo*, 03/02/2007, P.37]



Fig. 8 – Especial de *O Globo*, de 03/02/2007

Na *Folha* (Fig.9), a manchete é ainda mais contundente, destacando (e assumindo) a “culpa” do homem:

Selo: CLIMA

Título: ***A culpa nossa***

Subtítulo: *Relatório feito por painel de cientistas da ONU comprova que AQUECIMENTO GLOBAL é causado por atividades humanas e prevê que temperaturas subirão de 1,8°C a 4°C até o final deste século*

Destaco em itálico os enunciados “*Estou cuidando do nosso terreiro*” (*O Globo*) e “*A culpa nossa*” (*Folha*) para mostrar que, enquanto a manchete (segundo exemplo) remete à ideia de que “*todos os seres humanos têm a mesma responsabilidade*”, na citação de Lula (primeiro exemplo) tem sentido diferente, pois é claro o seu sentido de que “*o Brasil está fazendo a sua parte*”, o que significa que a responsabilidade não pode ser “*compartilhada*”, conforme sentido subjacente ao título. O possessivo “*nossa*”, da manchete, é traduzido no subtítulo por “*atividades humanas*”.

No corpo da matéria, o mesmo tom de situação “irreversível”, porém a abordagem é muito mais específica no que diz respeito às previsões (preocupantes) para o futuro da Terra. Os trechos entre colchetes, na cor verde, indicam possíveis sentidos:

MARCELO LEITE

Enviado especial a Paris

Agora tem força de lei [a informação é científica e incontestável]: não importa o que façam os homens e as mulheres [mudança irreversível] daqui para a frente, seu planeta ficará bem menos hospitaleiro [resumo das mudanças qualificadas como negativas]. Tempestades e secas serão mais frequentes. Furacões e tufões, mais intensos. O nível do mar subirá pelos próximos mil anos – mesmo que a espécie desapareça da face da Terra nesse meio tempo.

Esta é a mensagem da primeira parte do quatro relatório de avaliação da saúde da atmosfera produzido pelo IPCC [validação da fonte] (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas). O órgão criado pela ONU congregou

600 especialistas de 40 países para redigir o sumário executivo divulgado ontem em Paris.

A temperatura da atmosfera subirá pelo menos mais 1,8°C além do 0,76°C já escalado desde tempos pré-industriais. O mais provável é que totalize 3°C até o fim deste século, mas não está de todo descartado que galope para mais de 4°C.

Note-se que tanto no subtítulo (“*Relatório (...) prevê que temperaturas subirão de 1,8°C a 4,0°C...*”) quanto no excerto acima a variação média da temperatura corresponde às estimativas do IPCC, diferentemente do que afirmou *O Globo*. Observe-se também, no parágrafo acima, que o fato de a afirmação “*A temperatura da atmosfera...*” não ser atribuída explicitamente ao relatório do IPCC, faz com que seja tomada como uma “*verdade inequívoca*” e não como uma avaliação, por mais bem justificada que seja.

A imensa geleira sobre a Groenlândia pode desaparecer em alguns milênios, como há 125 mil anos, elevando os mares em 7 metros. No século 20, o nível do mar subiu 17cm, mais aceleradamente após 1993.

O IPCC prevê que subirá 18cm a 59cm daqui para a frente até 2100. Seria devastador para milhares de cidades costeiras. ***Só uma elevação de meio metro***, como a prognosticada pelo IPCC, ***comeria dezenas de metros de praias de Recife. Com 10cm a mais, o metrô de Nova York alagaria em ressacas.***

Onze dos últimos 12 anos foram os mais quentes jamais registrados desde 1850. Nada semelhante aconteceu nos últimos 20 mil anos, ou talvez 650 mil anos, como revela a composição de bolhas de ar aprisionadas no gelo da Antártida.

A história que essas bolhas contam é a de uma concentração inédita de gases do efeito estufa na atmosfera, como dióxido de carbono (CO₂) e metano, produzidos pela queima de petróleo e derivados, carvão, agricultura e destruição de florestas tropicais. ***As emissões humanas desses gases***, no entanto, ***só fazem aumentar***. Eles cresceram de 6,4 bilhões de toneladas anuais em 1990 para 7,2 bilhões nesta década.

Governos do mundo inteiro já reagiram ao relatório. O presidente francês Jacques Chirac disse ontem que é hora de uma “*revolução*” nos padrões de produção e consumo de energia. A declaração contrasta com o anúncio, anteontem, de

que a Exxon, maior petrolífera do mundo, teve no ano passado o maior lucro da história do capitalismo: US\$ 39,5 bilhões.

No que depender de cifras como essa, **o termômetro e o mar continuarão subindo. [Os dados em itálico indicam que há diversas notícias que poderiam ser destacáveis candidatas a manchetes, conforme o critério de proximidade no jargão jornalístico].**

[Folha, 03/02/2007, pág.]

Vejamos como ficou a edição completa do Especial da *Folha*, com algumas considerações sobre aspectos relevantes também da diagramação.

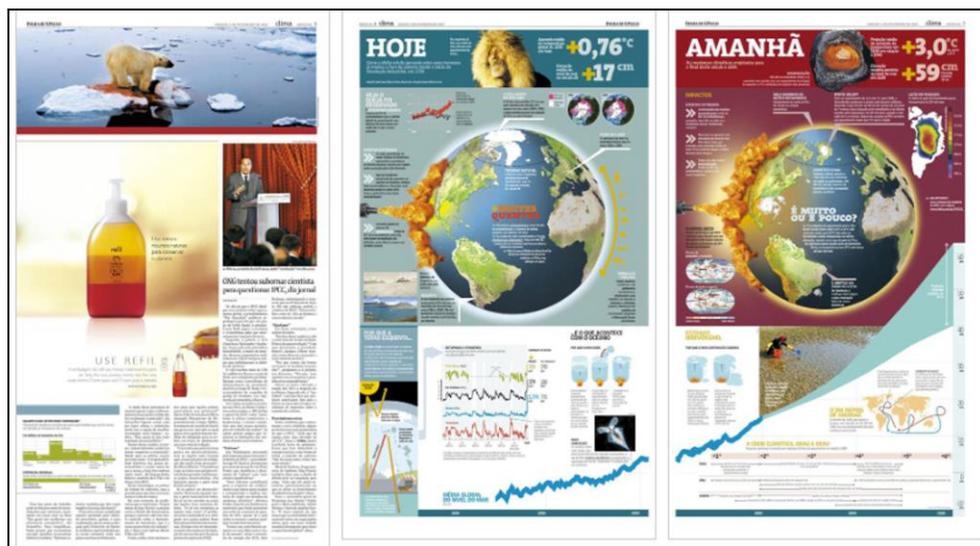


Fig.9– Caderno especial da FSP sobre o AR-4 do IPCC, de 03/02/2007, com a manchete “A culpa nossa”

Já vimos que o sentido da manchete da capa atribui indistintamente a todos os humanos a responsabilidade pelo aquecimento global (“*A culpa nossa*”). O Especial apresentou outro aspecto muito debatido no contexto das mudanças climáticas: a “*adaptação*”. Sob esse selo, na página 3, a *Folha* traça um panorama das mudanças já ocorridas em São Paulo e em outras regiões do País, “*que não tem um plano de adaptação à nova situação climática*”, ilustrado por uma foto em 6 colunas do Furacão Catarina, que causou destruição em Passo de Torres (SC), em 2004, e outra, em 3 colunas recortadas, da Av. Aricanduva, uma importante via da cidade de São Paulo, totalmente alagada por uma “*chuva de verão*”. Também constam dois infográficos com mapas do Brasil e de São Paulo mostrando como o cultivo da soja se comporta frente a esses eventos.

Na página 4, sob o selo “*A conta*”, uma foto panorâmica em 6 colunas, de uma pequena plataforma de gelo flutuante, informa que essa área, habitat de ursos polares, “*está diminuindo por causa da mudança climática acentuada no Ártico*”. Em duas colunas verticais, a foto de turbinas de geração de energia eólica em Narbonne, na França. Associados a essas fotos, o título “*Emissão precisa cair pela metade*” e o subtítulo “*As negociações entre países ricos e pobres para tentar desacelerar o aquecimento global podem ficar mais complicadas do que se espera*” completam o conjunto de enunciados. Não há discrepância entre os diversos elementos, que funcionam como metonímia de soluções alternativas renováveis para conter o aumento da temperatura do Planeta. As imagens de dois continentes remetem ao sentido de responsabilidade compartilhada em âmbito global, que, no entanto, esbarra na dificuldade de negociação entre países *ricos* e *pobres*. Em meio a esses elementos, em quatro colunas, há um comercial da Natura, empresa que se apresenta como “*ambientalmente correta*” – é o Brasil “*fazendo a sua parte*”.

Um dado que me chamou a atenção na matéria da *Folha*, assinada por Marcelo Leite, foi o enunciado “*Agora tem força de lei*”. Seu sentido é de irreversibilidade, de tese justificada cientificamente (como vimos também no discurso de *O Globo*). Observe-se que a expressão é mais típica para contextos em que se trata de alguma questão jurídica, por exemplo, uma obrigação. No entanto, a palavra “lei” tem um sentido específico e diferente deste, no campo científico. Assim, esse enunciado acaba jogando com os sentidos jurídico e científico de lei. No primeiro, diz que a conclusão é sólida, no outro, de que a humanidade terá que mudar o seu comportamento. Ao final, há uma construção que também se caracteriza por um jogo de linguagem pela adição de dois termos de domínios semânticos diferentes, “*termômetro*” e “*mar*” (“... *o termômetro e o mar continuarão subindo.*”). Talvez esse tipo de linguagem seja uma característica do estilo do divulgador que assinou a matéria. O uso de metáforas e outras figuras de linguagem é comum no jornalismo científico. Mas esse tipo de construção – “humor” – é certamente menos frequente. Contudo, neste texto, reaparece também em “*não importa o que façam os homens e as mulheres daqui para a frente, seu planeta ficará bem menos hospitaleiro*”.

Ora, a notícia é sobre ciência, ciência do clima, mudanças climáticas, aquecimento global. Se o aquecimento global é um fenômeno físico, e considerando que a Física é um dos campos do conhecimento que se ocupam do estudo desse fenômeno, o sintagma “*força de lei*” poderia ser facilmente (in)compreendido como (mais) uma (nova) teoria desse campo, baseada em princípios estabelecidos experimentalmente (como as leis da Termodinâmica, da gravitação universal etc.), e, portanto, “cientificamente comprovada”.

Em outras palavras, a *Folha* dá a ler que as conclusões do AR-4 são “*verdades científicas*”, e esse discurso está presente na formulação do texto, notadamente tendo a ciência como discurso autenticador. O leitor comum, não especialista ou minimamente conhecedor das teorias físicas, não tem como duvidar da asserção de autoridade [científica e, em certa medida, jornalística] que caracterizou esse discurso sobre o aquecimento.

Como vimos, “*força de lei*” também remete ao sentido de *lei* como “*norma ou conjunto de normas jurídicas*” que devem ser respeitadas e cumpridas, ou seja, algo

“inalienável” . O dicionário Houaiss define lei como “1. *Regra categórica*”; “2. *regra, prescrição escrita que emana da autoridade soberana de uma dada sociedade e impõe a todos os indivíduos a obrigação de submeter-se a ela sob pena de sanções*”; “3. *o conjunto dessas regras*”, e, por extensão, como “crença, religião [14]”⁸⁴, entre outras designações.

As três primeiras definições, na esfera jurídica, já seriam suficientes para “validar” o discurso jornalístico sobre o aquecimento para o senso comum. É a última, “crença”, em certa medida também atravessará a cobertura, sobretudo no que se refere ao embate entre os cientistas que integram o IPCC e os chamados “céticos” do aquecimento, no qual a discussão, muitas vezes, é reduzida a uma questão de “acreditar ou não” no fenômeno, como veremos adiante.

Nessas definições para *lei* (como nas demais, em acepções literais ou figuradas) está presente o sentido de algo que não depende da vontade individual, mas de uma espécie de “imposição” que deve ser “aceita”, ou pelas regras sociais, ou pela “fé”. Somando-se isso ao fato de que, para o senso comum, o discurso científico é o que pode “validar” os fenômenos físicos, e o discurso jornalístico é o que informa *sobre* aquele para a sociedade, observamos que é previsível que a narrativa em tom de *alerta*, apontando para o risco iminente de o planeta ficar inabitável já no fim deste século, caso não sejam tomadas medidas para conter o aumento da temperatura, tivesse impactos na sociedade.

Do mesmo modo que *O Globo*, a *Folha* estruturou suas notícias a partir de um discurso de “alerta”, e, em certa medida, sensacionalista, sempre atribuindo a suas fontes – os cientistas, quando das questões do fenômeno em si, e os tomadores de decisão, quando dos desdobramentos políticos – as informações divulgadas. Todos os exemplos das matérias aqui reproduzidas (*TNYT*, *O Globo* e *FSP*) demonstram o quanto a imprensa assumiu como verdadeiros os dados do IPCC, pelo menos nas primeiras notícias que circularam sobre o AR-4. A cobertura variou muito pouco nos demais jornais do Brasil e do mundo, conforme mostram os exemplos a seguir:

⁸⁴ Cf. <http://houaiss.uol.com.br/busca?palavra=lei>



Fig.10 – Capas de *OESP*, *The Independent* e *The Guardian*: cobertura do lançamento do AR-4 variou muito pouco nos diversos países

No Brasil, merece análise a página dupla do *Jornal do Brasil*, edição de 04 de março de 2007, exatamente um mês depois da divulgação do AR-4. A notícia extrapolou as estimativas do IPCC e “previu”, para até o final de 2100, a cidade do Rio de Janeiro, “*uma das áreas mais vulneráveis ao aquecimento global*” (sobre esse dado, a matéria cita estudos do Ministério do Meio Ambiente), sem praias. O título “*Cidade Maravilhosa sem praias*”, sobre um infográfico com foto de suas praias mais famosas (Leblon, Ipanema e Copacabana) sendo invadidas pelo mar, dão o tom sensacionalista da matéria, viés que provocou contundentes críticas de cientistas. Vejamos os excertos e o infográfico seguintes (Fig. 11):

Cidade Maravilhosa sem praias

Até o ano 2100, a **Cidade Maravilhosa pode perder** um de seus maiores encantos: **as praias**. A partir da opinião de especialistas, o JB projetou um cenário crítico para o futuro da cidade com o aquecimento global.

Pesquisas sobre o impacto do efeito estufa no Brasil divulgadas pelo ministério do Meio Ambiente colocam o Rio de Janeiro entre as áreas mais vulneráveis à subida do nível do mar – entre 40 centímetros e 1,5 metro.

- O Rio é particularmente frágil pelo número de atividades na costa - observa o professor de meteorologia da UFRJ, Isimar Santos. - Suas montanhas restringem a faixa de terreno que pode ser ocupada. A produção industrial e a população se concentraram à beira-mar. (...)
[Jornal do Brasil, 04/03/2007, p.A28 e A29]

Cidade Maravilhosa sem praias

AQUECIMENTO GLOBAL

Specialistas traçam cenário de catástrofe para o Rio de Janeiro com a subida da temperatura e do nível do mar

A28

JORNAL DO BRASIL

Até em setembro de 2006, a Cidade Maravilhosa podia perder um fôlego maior: o nível do mar sobe 1,5 metro. - Sua montanha restringe a faixa de terreno que pode ser ocupada. A produção industrial e a população se concentraram à beira-mar.

Pragas e o nível do mar estão se tornando cada vez mais preocupantes. - O Rio de Janeiro enfrenta o risco de inundação em áreas costeiras e de deslizamentos em áreas de encosta.

Pragas e o nível do mar estão se tornando cada vez mais preocupantes. - O Rio de Janeiro enfrenta o risco de inundação em áreas costeiras e de deslizamentos em áreas de encosta.

Pragas e o nível do mar estão se tornando cada vez mais preocupantes. - O Rio de Janeiro enfrenta o risco de inundação em áreas costeiras e de deslizamentos em áreas de encosta.

Pragas e o nível do mar estão se tornando cada vez mais preocupantes. - O Rio de Janeiro enfrenta o risco de inundação em áreas costeiras e de deslizamentos em áreas de encosta.

Copacabana e a Baía serão menos afetadas

Quem mora de praia costeira ou a sete e a dez quilômetros da Baía de Guanabara para oeste, não terá problemas de inundação. - A área de Copacabana e a Baía de Guanabara serão menos afetadas.

DOMINGO 4 DE MARÇO DE 2007

saude@jb.com.br

Rio estuda ação preventiva

De acordo com o presidente do Instituto Municipal de Defesa do Rio de Janeiro, Sérgio Bressan, o Rio de Janeiro já está estudando ações preventivas para reduzir os efeitos do aquecimento global.

GALERIAS PLUVIAIS

PRAIAS SOB CRISTE PERIGO

MUNICÍPIO DO RIO

OCEANO ATLÂNTICO

Fig. 11 – Página dupla do JB prevendo o pior para o Rio de Janeiro

O tom catastrófico continua:

- **Ressacas violentas** como a de 2002, que tomou a praia da Barra, se tornarão frequentes - **garante o professor** do departamento de análise geoambiental da UFF, **Júlio César Wasserman**. - A água avançará até duas quadras em bairros como Leblon e Ipanema, alcançando vias principais como a Ataulfo de Paiva e a Visconde de Pirajá.

Mais frequentes serão as tempestades. **Os ventos atingirão velocidades de ciclones**. O professor do programa de engenharia oceânica da Coppe-UFRJ, Paulo Cesar Rosman,

acredita que “**as janelas dos prédios na orla serão arrebentadas**”.

Os termos grifados indicam os enunciados reunidos na manchete, e são dados como “certos” na construção pelo verbo no futuro simples e não pelo condicional, comumente (re)formulados no discurso jornalístico. Todos poderiam ser destacáveis para manchetes, conforme o critério jornalístico de *impacto*. Quando a notícia fala sobre as medidas preventivas, então, o verbo é empregado no condicional:

Uma mureta de contenção com cerca de 40 centímetros de altura *seria necessária para assegurar o passeio tranqüilo em torno da Lagoa Rodrigo de Freitas* daqui a 100 anos. Mas estragaria a vista do espelho d'água.

- **A proteção não precisaria ser muito alta** porque nas lagoas a força das ondas é pequena - explica Wasserman.

Mas, como pode-se observar, o futuro simples significa que a situação é dada com certa no texto assinado por Juliana Anselmo da Costa:

As mudanças se somarão à poluição do despejo irregular de esgoto na Lagoa Rodrigo de Freitas para causar um aumento da mortandade de peixes. Mas, para o especialista, mais afetada seria a Lagoa da Barra.

- **Os manguezais do entorno serão dizimados** - aposta. - **Os pescadores**, que já reclamam da escassez de peixes, **terão ainda mais dificuldade**.

Sem a cobertura vegetal nos morros ocupados pelas favelas, a terra das encostas fica fofa, e os deslizamentos “**matarão centenas**”, para Wasserman. O alerta vale para quedas constantes de barreiras em estradas da Região Serrana por causa das chuvas.

Mas **a água não é o único problema**. Com o calor, **umentam os mosquitos e os surtos de dengue e até de febre amarela**.

Esse discurso não é consensual entre os cientistas:

Embora admitam os impactos na geografia carioca, os **pesquisadores divergem** quanto à sua intensidade.

- **Não é como se o mar fosse engolir as cidades litorâneas** - alerta o pesquisador Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, José Antônio Marengo. - **Apenas a faixa de areia das praias encurtará.**

Dúvidas também surgiram na divulgação em janeiro na França do relatório do Painel Internacional do Clima. Só há um consenso: **as mudanças serão lentas**, com tempo para criação de estratégias que reduzam os prejuízos.

Na sequência ao texto de abertura, duas retrancas (matérias complementares sobre o tema, editadas na mesma página) complementam as previsões catastróficas, informando que *“Copacabana e Baía serão menos afetadas”* e que o *“Rio estuda ações preventivas”*.

O título em letras garrafais, sem verbo, assume a informação como “verdade”, não como “possibilidade” ou mesmo “probabilidade”. Sobre a foto das praias, como que saindo do título, simulando movimento de “invasão”, setas paralelas vão do sentido da beira-mar em direção às três próximas grandes vias dos bairros. Abaixo à direita da página, outro infográfico listando as *“praias que correm perigo”*. Na extrema esquerda, o destaque ao lado do *lead* atribuiu as previsões a *“especialistas”*, que, segundo o jornal, *“traçam o cenário de catástrofe para o Rio de Janeiro com a subida da temperatura e do nível do mar”*. Esse volume de informações compõe uma página multisemiótica, significando uma situação de *“alerta”* (*O Globo*), *“irreversível”* (OESP), *“Pior do que pensávamos”* (*The Guardian*), como uma espécie de *“Aviso final”* (*The Independent*).

Outro enfoque fértil para análise é o de *Veja*, de 21 de junho de 2006, meses antes de o AR-4 ser divulgado. **“APOCALIPSE JÁ”**. O fim do mundo se aproxima, segundo a matéria de capa da revista. O título em caixa alta ocupa toda a extensão da página dupla interna dedicada ao tema. No subtítulo, a advertência: *“Já começou a catástrofe causada pelo aquecimento global, que se esperava para daqui a 30 ou 40 anos. A ciência não sabe como reverter seus efeitos. A saída para a geração que quase destruiu a espaçonave Terra é adaptar-se a furacões, secas, inundações e incêndios florestais”*.

A própria capa (Fig.12), a imagem de um urso-polar sobre uma pequena plataforma de gelo e sangue espalhado (legenda: “*Urso polar: o primeiro a ver seu mundo dissolver*”), em um caso “inédito” de canibalismo, anuncia o “apocalipse”, que pode ser constatado principalmente por quatro fatores, segundo *Veja*:

AQUECIMENTO GLOBAL OS SINAIS DO APOCALISPE

- **Degelo dos polos** nunca foi tão **violento**
- **Ciclones** agora **açoitam** o Brasil
- **Os desertos avançam** rapidamente
- **O nível dos oceanos ameaça** cidades

De todos esses enunciados, o que provavelmente chamaria mais atenção do leitor brasileiro é o segundo porque se refere ao Brasil e porque seria um fenômeno estranho ao país. Trata-se, de novo, do critério jornalístico de “proximidade”. Tanto na capa quanto nas páginas internas já um jogo de palavras que se complementam. Vejamos o que dizem os enunciados da página dupla (Fig.13):

APOCALIPSE JÁ.

Já começou a **catástrofe** causada pelo aquecimento global, que se esperava para daqui a 30 ou 40 anos. A ciência não sabe como reverter seus efeitos. A saída para a geração que quase **destruiu** a espaçonave Terra é adaptar-se a furacões, secas, inundações e incêndios florestais.



Fig 12 – Capa alarmista



Fig 13 – Página dupla anunciando o “apocalipse”

O conjunto de palavras que remetem a um “estado de alerta” (*apocalipse, catástrofe, ameaça às espécies, violência no degelo dos polos etc.*) tem um viés sensacionalista, tanto quanto na manchete do *Jornal do Brasil*. A diferença é que, segundo o *JB*, o cenário é “futuro”; “certo”, mas futuro. Em *Veja*, o “apocalipse” é “JÁ”. Esse tom sensacionalista varia de um veículo para outro no discurso jornalístico sobre o aquecimento global. Os elementos que caracterizam essa forma narrativa aparecem em maior ou menor grau, dependendo do meio e de seu público.

Um noticiário considerado sensacionalista apresenta três características básicas: 1) adota um tom que apela para a emoção e (2) para isso mobiliza um léxico mais agressivo e explícito, nunca eufemístico, o mais próximo possível do popular (por exemplo: “morto” pode virar “presunto”); e (3) se destina a um público que poderia ser definido como “menos exigente”, mais “popular”, que supostamente aceita análises mais simplificadas e talvez exageradas; o sensacionalismo explora temas como “desgraças”, “crimes” “violências” etc.. Ora, a revista *Veja* é exemplo de veículo cujo público é classe média e média alta, que não tem nada de “popular”, adota um estilo basicamente conservador, e trata de temas diversificados (política, economia, artes etc.). Portanto, não se esperaria matérias de cunho sensacionalista. O que explica a escolha por esse viés, talvez, seja uma visão segundo a qual há um tipo de desgraça que *Veja* não pode deixar de noticiar (como possivelmente faria sobre outros temas), pois tal questão diz respeito a todos e é de uma ordem específica, ou seja, diz respeito a toda a humanidade. Talvez soasse estranho tratar esse tema sem apelar para a emoção, o problema é que a emoção escorregou para o sensacionalista.

A cobertura internacional, de um modo geral, também deu a ler o aquecimento global como “sinal de alerta”, mas com termos mais “conservadores” que os de *Veja* e do *JB*. Um estudo citado por Fioravanti⁸⁵ (2008) mostrou que, de 133 matérias publicadas entre os dias 1º e 5 de fevereiro de 2007, em jornais e websites de 12 países, quase todas descreviam as mudanças climáticas como “inequívocas”, “muito prováveis” e “causadas

⁸⁵ AN. S.B. et al. **How is climate change news reported? An international comparison of coverage of the IPCC report.** Pôster apresentado na Conferência Climate Change and the Fate of the Amazon, 20 a 22 de março, Oriol College, Oxford, UK. Os 12 países cujas matérias foram analisadas são: Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, Croácia, Eslováquia, UA, Filipinas, Hong Kong, Japão, Nova Zelândia e Reino Unido.

pela humanidade”, sem que houvesse, até então, qualquer espaço para controvérsia. Ou seja, termos como “inequívoco”, “culpa”, “irreversível”, “caos”, “força de lei”, entre outros, foram amplamente explorados.

Fioravanti (2008) salientou a evidente diferença na linha política entre os jornais conservadores e os considerados mais liberais. Segundo ele, os conservadores “*dedicavam menos espaço e usavam menos recursos gráficos do que os mais liberais para tratar das conclusões do IPCC*” (p. 264). Em outras palavras, os conservadores podem até aceitar as conclusões do IPCC como verdadeiras, mas não lhes conferem caráter tão catastrófico. Uma explicação possível para essa posição é o fato de que aceitar que deve haver mudança de comportamento em relação à natureza, de certa forma ameaçaria suas posições em relação à atual economia do mundo, que se caracterizam por não serem sustentáveis, vide a agricultura extensiva, a indústria do petróleo etc.. Os mais “liberais” acentuam de alguma maneira o caráter catastrofista das conclusões, na medida em que isso favorece de certo modo os seus interesses por mudanças econômicas.

Em seu estudo sobre o discurso jornalístico influenciando o senso comum, Entman (1991) afirma que a escolha de palavras e imagens pelos jornalistas não é aleatória, embora assim o pareça aos olhos do público. Segundo o autor, a edição e a editoração de uma página de jornal direcionam a interpretação do leitor sobre determinada notícia, por meio do destaque, da repetição e do reforço de algumas ideias, mais do que de outras, como se não privilegiasse pontos de vista. Uma espécie de extremo desse modo de noticiar é a construção de enunciados destacáveis, relativos a determinadas ideias, de maneira que podem circular até mesmo independentemente do texto (MAINGUENEAU: 2008).

Em outras palavras, por mais que o *Sumário para Formuladores de Políticas* (*Summary for Policymakers*) tenha apenas descrito, com base na literatura científica, dados indicando que o aquecimento é “inequívoco” e que a ação humana é a “principal responsável”, os relatos dando conta de que a situação é “caótica” por “culpa” do homem são veiculados por enunciados destacáveis e eventualmente destacados na formulação da notícia.

No Brasil, em particular, prevaleceu o tom fatalista no noticiário, como se a situação realmente fosse “irreversível” e muito pouco pudesse ser feito. O valor-notícia atribuído ao AR-4 do IPCC não deixa dúvidas sobre a inserção do tema “aquecimento global” na pauta mundial, com destaque para os aspectos sensacionalistas das informações. Vejamos alguns excertos do *Sumário*, cujo *ethos* científico é mais comedido e relativamente racional, e como circularam no jornalismo, quando se pode observar um *ethos* mais sensacionalista e simplificador, sobretudo nas manchetes:

O discurso-fonte:

Direct Observations of Recent Climate Change

Warming of the climate system is unequivocal, as is now evident from observations of increases in global average air and ocean temperatures, widespread melting of snow and ice, and rising global average sea level. (Pág. 5)

Understanding and Attributing Climate Change

Most of the observed increase in global average temperatures since the mid-20th century is *very likely* due to the observed increase in anthropogenic greenhouse gas concentrations. This is an advance since the TAR's conclusion that “most of the observed warming over the last 50 years is *likely* to have been due to the increase in greenhouse gas concentrations”. Discernible human influences now extend to other aspects of climate, including ocean warming, continental-average temperatures, temperature extremes and wind patterns. (Pág. 10)

Anthropogenic warming and sea level rise would continue for centuries due to the time scales associated with climate process and feedbacks **even greenhouse gas concentrations were to be stabilised**. (Pág. 16)

How do Human Activities Contribute to Climate Change and How do They Compare with Natural Influences?

Human activities contribute to climate change by causing changes in Earth's atmosphere in the amounts of greenhouse gases, aerosols (small particles) and cloudiness. The largest known contribution comes from burning of fossil fuels, which releases carbon dioxide gas to the atmosphere. (Pág. 100)

Os discursos sobre o discurso-fonte

1. Folha de São Paulo

CLIMA

A culpa nossa

Relatório feito por painel de cientistas da ONU comprova que AQUECIMENTO GLOBAL por atividades humanas e prevê que temperaturas subirão de 1,8oC a 4oC até o final deste século

Agora tem força de lei: não importa o que façam os homens e as mulheres daqui para a frente, seu planeta ficará bem menos hospitaleiro. Tempestades e secas serão mais frequentes. Furacões e tufões, mais intensos. O nível do mar subirá pelos próximos mil anos – mesmo que a espécie desapareça da face da Terra nesse meio tempo.

2. O Globo

CAOS NO CLIMA

O homem muda o planeta

Relatório diz que aquecimento global causado pela atividade humana é irreversível

A Terra mudou para pior e o principal responsável é o homem. O mundo hoje é mais quente, seco e sujeito a catástrofes climáticas. O relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) das Nações Unidas, divulgado ontem em Paris, revelou que o aquecimento global é irreversível e “muito provavelmente” provocado pelas atividades humanas.

3. O Estado de S.Paulo

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Efeitos do aquecimento da Terra são irreversíveis nos próximos 100 anos

Mudança será intensa, longa e violenta, dizem cientistas. Previsões de mais tempestades, furações, inundações e secas”

O aquecimento global e as mudanças climáticas chegaram a uma velocidade e com uma violência muito maiores do que cientistas e governantes esperavam. A situação só vai piorar, mesmo com medidas de contenção tomadas imediatamente. Hoje, uma variação fracionária na temperatura é suficiente para desencadear uma série de eventos climáticos extremos, como tempestades, furacões, inundações e secas – até 2100 a Terra pode esquentar 3°C. E a culpa é do homem, de maneira inequívoca.

4. The New York Times

ENVIRONMENT

Science Panel calls global warming ‘unequivocal’

PARIS, Feb. 2 – In a grim and powerful assessment of the future of the planet, the leading international network of climate scientists has concluded for the first time that global warming is “**unequivocal**” and that human activity is the main driver, “**very likely**” causing most of the rise in temperatures since 1950.

Compare-se “... *very likely due to the observed increased in anthropogenic greenhouse gas concentrations...*” do AR-4 com “*A culpa nossa*”, na *Folha*, e “... *even greenhouses gas concentrations were to be stabilised*”(AR-4) com “*irreversível*”.

No Brasil, os jornais falam em “*culpa do homem*”, “*futuro sombrio*” e “*irreversível*”, enquanto que no *TNYT*, por exemplo, o texto tem o mesmo tom do IPCC, como pode-se ver as manchetes. O que chama atenção nos jornais brasileiros é o tom alarmista. Até o *Estadão*, do qual se poderia esperar um tom menos sensacionalista, vem por esse viés.

Ou seja, os jornais brasileiros, de forma mais explícita do que o *TNYT* e outros jornais internacionais, indicam todos os elementos dramáticos explorados nas notícias: as ameaças (“*mais tempestades, furacões, inundações e secas*”; “*aumento da temperatura*”, “*degelo da Groenlândia, que pode elevar nível dos oceanos*”); os agentes do aquecimento (“*a ação humana e as emissões de GEE*”); as conseqüências (“*caos*”, “*perda da biodiversidade*”); as vítimas (o planeta e o próprio homem); e a emergência (“*a questão das mudanças climáticas como prioridade dos governos*”).

Os enunciados jornalísticos (*discursos sobre*) enfatizam já no *lead* que todas essas informações são resultados de pesquisas científicas compiladas, analisadas e referendadas pelos membros do IPCC (*discursos-fonte*), ou seja, o peso e a confiabilidade da *fonte científica* estão presentes, em maior ou menor grau. Porém, o que o IPCC chamou de “inequívoco”, a mídia leu (e deu a ler como) “irreversível”. Podemos observar esse deslizamento no *lead* e no *sublead*⁸⁶ da matéria de abertura do especial da *Folha*:

Agora tem força de lei: não importa o que façam os homens e as mulheres daqui para a frente, seu planeta ficará bem menos hospitaleiro. Tempestades e secas serão mais frequentes. Furacões e tufões, mais intensos. O nível do mar subirá pelos próximos mil anos – mesmo que a espécie desapareça da face da Terra nesse meio tempo.

Esta é a mensagem da primeira parte do quarto relatório de avaliação da saúde da atmosfera produzido pelo IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas). O órgão criado pela ONU congregou 600 especialistas de 40

⁸⁶ O *sublead* é o segundo parágrafo de um texto jornalístico, que pode ser um desdobramento do *lead*, explicitando os seus sintagmas, ou a introdução de outro aspecto da notícia segundo a sua ordem de importância em relação ao todo.

países para redigir o sumário executivo divulgado ontem em Paris. (Grifos meus)

Mas o IPCC não assume “*essa mensagem*” – condição de “*irreversível*” – presente na textualização jornalística (“*não importa o que façam os homens e as mulheres daqui para a frente, seu planeta ficará bem menos hospitaleiro*”). Conforme mostram as Figuras 14 e 15 a seguir, os dados são “secos”, de difícil compreensão para quem não é da área (embora o *Sumário* seja destinado ao público leigo, políticos, principalmente) e, segundo o IPCC, as informações que apontam o aumento da temperatura do planeta levando em consideração a emissão de grandes quantidades de GEE, constantes do documento, são baseadas em análises estatísticas do estado das propriedades físicas e químicas da atmosfera, e de seus efeitos no clima global.

Esses dados resultam de observações coletadas por milhares de cientistas do mundo inteiro publicadas na literatura da área, segundo o IPCC faz questão de salientar em todos os seus documentos. Logo na introdução do *Sumário*, por exemplo, vem a indicação da ciência como *fonte*, em uma espécie de autenticação das conclusões do Painel da ONU.

The Working Group I contribution to the IPCC Fourth Assessment Report describes progress in understanding of the human and natural drivers of climate change, [1] observed climate change, climate processes and attribution, and estimates of projected future climate change. It builds upon past IPCC assessments and incorporates new findings from the past six years of research. **Scientific progress since the Third Assessment Report (TAR) is based upon large amounts of new and more comprehensive data, more sophisticated analyses of data, improvements in understanding of processes and their simulation in models and more extensive exploration of uncertainty ranges.** (p.2).

Esse tipo de “tradução” que o jornalista faz de um texto mais técnico pode ser explicado, de certa maneira, pela representação que ele faz de seus leitores (como não tendo tempo ou sendo incapazes de prestar atenção àquilo que lhe parece serem detalhes ou modo muito precavido de oferecer a informação). Para dar uma ideia do que estou falando, reproduzo a seguir as páginas do *Sumário* do IPCC (Figs. 14 e 15), que contêm as

informações que foram “traduzidas” pela mídia das formas que vimos há pouco (em maior ou menor grau de sensacionalismo).

De fato, se trata de um discurso eminentemente técnico, que certamente impõe dificuldades à compreensão do público leigo, inclusive do próprio jornalista enunciador, ainda que especializado na divulgação da ciência.



Fig.14- A seção “Human and Nature Drivers of Climate Change” informa que as concentrações atmosféricas globais de CO₂, CH₄ e N₂O aumentaram significativamente como resultado das atividades humanas desde 1750 e agora excedem em muito os valores pré-industriais determinados a partir de amostras de gelo, abrangendo milhares de anos. Os aumentos globais na concentração de CO₂ se devem principalmente ao uso de combustíveis fósseis e mudanças no uso da terra, enquanto que os de CH₄ e N₂O são principalmente devido à agricultura.

CHANGES IN GREENHOUSE GASES FROM ICE CORE AND MODERN DATA

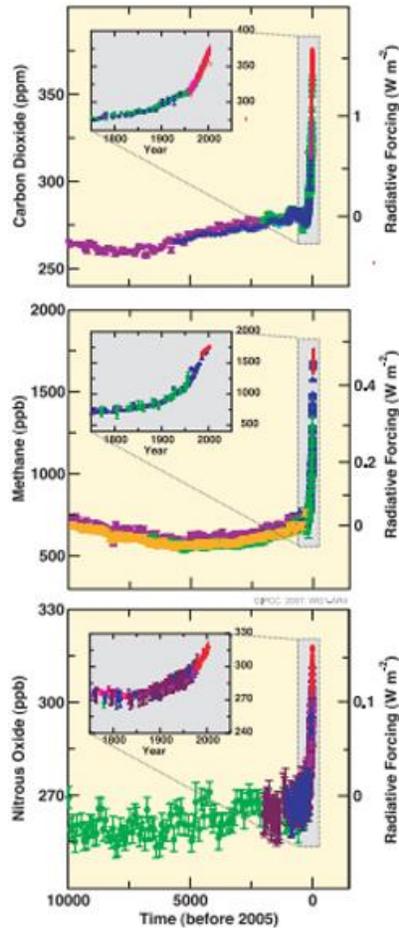


Figure SPM.1. Atmospheric concentrations of carbon dioxide, methane and nitrous oxide over the last 10,000 years (large panels) and since 1750 (inset panels). Measurements are shown from ice cores (symbols with different colours for different studies) and atmospheric samples (red lines). The corresponding radiative forcings are shown on the right hand axes of the large panels. (Figure 6.4)

are estimated to be 1.6 [0.5 to 2.7] GtC (5.9 [1.8 to 9.9] GtCO₂) per year over the 1990s, although these estimates have a large uncertainty. {7.3}

- The global atmospheric concentration of methane has increased from a pre-industrial value of about 715 ppb to 1732 ppb in the early 1990s, and was 1774 ppb in 2005. The atmospheric concentration of methane in 2005 exceeds by far the natural range of the last 650,000 years (320 to 790 ppb) as determined from ice cores. Growth rates have declined since the early 1990s, consistent with total emissions (sum of anthropogenic and natural sources) being nearly constant during this period. It is *very likely*⁶ that the observed increase in methane concentration is due to anthropogenic activities, predominantly agriculture and fossil fuel use, but relative contributions from different source types are not well determined. {2.3, 7.4}
- The global atmospheric nitrous oxide concentration increased from a pre-industrial value of about 270 ppb to 319 ppb in 2005. The growth rate has been approximately constant since 1980. More than a third of all nitrous oxide emissions are anthropogenic and are primarily due to agriculture. {2.3, 7.4}

The understanding of anthropogenic warming and cooling influences on climate has improved since the TAR, leading to *very high confidence*⁷ that the global average net effect of human activities since 1750 has been one of warming, with a radiative forcing of +1.6 [+0.6 to +2.4] W m⁻² (see Figure SPM.2). {2.3, 6.5, 2.9}

- The combined radiative forcing due to increases in carbon dioxide, methane, and nitrous oxide is +2.30 [+2.07 to +2.53] W m⁻², and its rate of increase during the industrial era is *very likely* to have been unprecedented in more than 10,000 years (see Figures

⁶ In this Summary for Policymakers, the following terms have been used to indicate the assessed likelihood, using expert judgement, of an outcome or a result: Virtually certain > 99% probability of occurrence, Extremely likely > 95%, Very likely > 90%, Likely > 66%, More likely than not > 50%, Unlikely < 33%, Very unlikely < 10%, Extremely unlikely < 5% (see Box TS.1 for more details).

⁷ In this Summary for Policymakers the following levels of confidence have been used to express expert judgements on the correctness of the underlying science: very high confidence represents at least a 9 out of 10 chance of being correct, high confidence represents about an 8 out of 10 chance of being correct (see Box TS.1)

Fig. 15- Como são demonstradas as concentrações atmosféricas de CO₂, CH₄ e N₂O ao longo dos últimos 10 mil anos (painéis grandes) e desde 1750 (painéis de inserção). As medições são mostradas a partir de núcleos de gelo (símbolos com diferentes cores para diferentes estudos) e amostras atmosféricas (linhas vermelhas). As forças radiativas correspondentes são mostradas nos eixos do lado direito das grandes painéis.

Assim, *força de lei e irreversibilidade* são interpretações do jornalista enunciator. Mais que isso, são juízos de valor sobre os dados apresentados. Em *O Globo*, na chamada de primeira página (“*S.O.S. planeta*”), e na matéria de abertura do Especial (“*O homem muda o planeta*”), a narrativa é alarmista, com claro apelo ao sentido de estar atento *ao planeta ameaçado*. São explorados os mesmos dados na matéria da *Folha*, de autoria de Marcelo Leite, com alguma diferença no *modo de dizer*: enquanto o texto jornalístico é sempre mais alarmante e simplificado, o texto do IPCC é muito mais comedido e objetivo. Vejamos mais exemplos:

1. Aumento da temperatura

Na *Folha*

A temperatura da atmosfera subirá pelo menos mais 1,8°C além do 0,76°C já escalado desde tempos pré-industriais. O mais provável é que totalize 3°C até o fim deste século, mas não está de todo descartado que galope para mais de 4°C.

Em *O Globo*:

Segundo o painel, a temperatura média do planeta aumentará neste século de 1,8 a 4 graus Celsius nos cenários mais prováveis; podendo variar de 1,1 a 6,4 nas projeções consideradas possíveis. Pode não parecer muito, mas é importante lembrar que na última Era do Gelo o planeta era, em média, 5 graus Celsius mais frio do que hoje.

Um aumento de 1,1 grau, a melhor das hipóteses, só seria possível se houvesse uma mudança muito rápida e radical nas estruturas econômicas de forma a torná-las sustentáveis. Mas, se a população e a economia continuarem crescendo rapidamente e se for mantido o uso intensivo dos combustíveis fósseis, o aumento ultrapassaria os 6 graus. **Uma elevação de 3 graus Celsius é considerada a mais provável pelos especialistas e já seria capaz de provocar mudanças bastante significativas e, possivelmente, consequências incontroláveis**.

2. Degelo e elevação do nível do mar

Na *Folha*:

A imensa geleira sobre a Groenlândia pode desaparecer em alguns milênios, como há 125 mil anos, **elevando os mares em 7 metros**. No século 20, o nível do mar subiu 17cm, mais aceleradamente após 1993.

Em *O Globo*

Seja qual for o cenário, **haverá consequências diretas como a redução da camada de neve dos polos a um ponto em que o Ártico poderia ficar totalmente sem gelo durante o verão**. Em razão dos diversos cenários, **o nível dos mares pode aumentar de 18 centímetros a 59 centímetros** – o que muitos especialistas consideram uma previsão muito otimista do IPCC por não levar em conta parte do degelo da Groenlândia e da Antártica.

3. Eventos climáticos extremos

Na *Folha*:

Agora tem força de lei: não importa o que façam os homens e as mulheres daqui para a frente, seu planeta ficará bem menos hospitaleiro. **Tempestades e secas serão mais frequentes. Furacões e tufões, mais intensos**. O nível do mar subirá pelos próximos mil anos – mesmo que a espécie desapareça da face da Terra nesse meio tempo.

Em *O Globo*

Fenômenos climáticos extremos como ondas de calor, secas e enchentes serão cada vez mais frequentes neste planeta alterado e **os ciclones tropicais, a velocidade dos ventos e as precipitações serão mais intensas**. **As chuvas aumentam nas latitudes mais extremas e diminuem nas áreas subtropicais. O Brasil pode enfrentar secas mais prolongadas e a desertificação de grandes extensões de áreas tropicais**.

Os tópicos destacados em negrito são relativos àquilo que, como já disse, é uma pré-análise, mesmo lidos literalmente revelam os tópicos discursivos dominantes: os eventos, os atores, os efeitos etc.

Note-se que *O Globo* não faz apenas uma descrição do que pode ocorrer ao planeta a partir da interpretação do jornalista, como no texto da *Folha*. Existe uma preocupação com a referência à fonte (os cientistas, os especialistas), com texto sempre

introduzido por algum verbo *dicendi*, que são de fato análise do que é dito, e que, no discurso jornalístico, são indícios de uma avaliação que o próprio jornal faz da informação da fonte. Assim, enquanto, para a *Folha*, a “*mensagem do IPCC é de que não importa o que façam os homens e as mulheres daqui para a frente*”, pois “*seu planeta ficará bem menos hospitaleiro*” (sem verbo *dicendi*), para *O Globo*, “*o relatório do IPCC revelou que o aquecimento global é irreversível*” e “*muito provavelmente*” provocado pelas atividades humanas.

O verbo *revelar* é uma análise segundo a qual o conteúdo do relatório do IPCC é novo, e que os fenômenos que ele mede, analisa e interrelaciona estavam “escondidos”. Por isso, o IPCC os “revelou”. Esse verbo indica uma posição do jornalista diante do relatório do IPCC, o que seria diferente, por exemplo, de “alertar”, “desmascarar” etc..

O relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) das Nações Unidas, divulgado ontem em Paris, **revelou que** o aquecimento global é irreversível e “muito provavelmente” provocado pelas atividades humanas.

O aquecimento é “inequívoco”, apontam os cientistas. [“**Apontar**” tem sentido próximo de “revelar”] Nesse sentido, o documento é, na verdade, um apelo à ação política imediata para impedir que a situação se deteriore ainda mais.

O relatório é um severo alerta de que o potencial impacto será mais dramático, mais rápido e mais drástico em termos de consequências do que imaginávamos – **afirmou Achim Steiner**, coordenador do Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas. [*O Globo*, 03/07/2007, p.37]. [O **verbo dicendi afirmar é uma análise segundo a qual Achim Steiner se compromete com a verdade do que diz**]

Dizer diferente pode significar *dizer outra coisa*. O emprego de diferentes verbos *dicendi* implica ou uma avaliação ou uma classificação do ato de fala produzido ou atribuído ao informante (*afirmar, apontar, revelar* tem pesos diferentes). Marcuschi (1991) propõe que esses verbos mostram a impossibilidade de um “relato neutro”, e, mais do que isso, evidenciam a posição [do jornalista] ao ser [por ele] introduzido no discurso

de outrem, seja como interpretação, seleção⁸⁷ ou avaliação. Em sua análise, o autor se refere aos verbos de relato que introduzem opiniões políticas nos enunciados do discurso jornalístico. Mas o preceito vale para outros contextos, temas e fontes.

(...) parto da premissa de que apresentar ou citar o pensamento de alguém implica, além de uma oferta de informação, também uma certa tomada de posição diante do exposto. Assim, a avaliação linguística terá um caráter não meramente estilístico, mas sobretudo *interpretativo* e *avaliativo* (Grifo nosso). O mais notável é que isso se processa através do instrumento linguístico usado e não mediante uma interpretação explícita paralela. Não me refiro, portanto, aos comentários; refiro-me tão somente às palavras que introduzem opiniões alheias com pretensão de fidelidade ao pensamento do autor. (MARCUSCHI, 1991, p.75)

Para Marcuschi, os verbos *dicendi* aparecem como resultados de gestos de interpretação do jornalista, na sua tarefa de hierarquizar, reforçar, discriminar (“*Os cientistas **alertaram** que os governos precisam agir agora se quiserem evitar consequências dramáticas...*” – os cientistas *alertaram*, não *afirmaram* ou *sugeriram*, por exemplo) e introduzir opiniões, nesse último caso, mediante construções como *segundo A, de acordo com B, na opinião de C* e correlatos (“*De acordo com o documento, o homem transformou o planeta e sofrerá nas próximas décadas consequências cada vez mais graves das mudanças climáticas...*”); e com a inserção de sequências aspeadas no *continuum*, sem expressão introdutora, como no exemplo a seguir, extraído da chamada de capa de *O Globo* (03/02/2007):

Com a divulgação, ontem, em Paris, do relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas, da ONU, **o que era discurso de ambientalistas radicais se tornou uma agenda “urgente e oficial”**.

Anunciar, proclamar, afirmar, segundo Marcuschi, são verbos de caráter factual e autoritário, fortes e dominadores, dependendo do contexto, podendo significar diferente em outras situações de fala. O autor elaborou uma classificação para descrever os verbos

⁸⁷ *Seleção*, aqui, entendida em relação à escolha do verbo *dicendi*, não do tópico a reproduzir. (Cf. Marcuschi, 1991: 75).

dicendi conforme sua função no exemplo por ele estudado, o relato jornalístico de opiniões políticas. Vejamos alguns da classificação proposta por Marcuschi:

(1) Verbos Indicadores de posições oficiais e afirmações positivas

“declarar”, “afirmar”, “comunicar”, “anunciar”, “informar”, “confirmar”, “assegurar”

(2) Verbos Indicadores da força do argumento

“frisar”, “ressaltar”, “sublinhar”, “acentuar”, “enfatizar”, “destacar”, “garantir”

(3) Verbos Indicadores de emocionalidade circunstancial

“desabafar”, “gritar”, “vociferar”, “esbravejar”, “apelar”, “ironizar”

(4) Verbos Indicadores da provisoriedade do argumento:

“achar”, “julgar”, “acreditar”, “pensar”, “imaginar”

(5) Verbos organizadores de um momento argumentativo no conjunto do discurso

“iniciar”, “prosseguir”, “introduzir”, “concluir”, “inferir”, “acrescentar”, “continuar”, “finalizar”, “explicar”

(6) Verbos Indicadores de retomadas opositivas, organizadores dos aspectos conflituosos

“comentar”, “reiterar”, “reafirmar”, “negar”, “discordar”, “temer”, “admitir”, “revidar”, “retrucar”, “responder”, “indagar”, “defender”, “reconhecer”, “reconsiderar”, “reagir”

(7) Verbos Interpretativos do caráter ilocutivo do discurso referido

“aconselhar”, “criticar”, “advertir”, “enaltecer”, “elogiar”, “prometer”, “condenar”, “censurar”, “desaprovar”, “incentivar”, “sugerir”, “exortar”, “admoestar”.

(MARCUSCHI, 1991, p.89)

À luz de Marcuschi, pode-se afirmar que *O Globo*, muito mais do que a *FSP* e outros veículos, privilegiou a referência à *fonte*, com o emprego dos verbos *dicendi* para cuja análise poderia ser compreendida no valor das categorias propostas por Marcuschi. Alguns exemplos a seguir⁸⁸.

(5) As previsões não foram exageradas, mas, em alguns aspectos podem ter subestimado as mudanças, em particular sobre o nível do mar, **concluíram** os cientistas no estudo publicado na ‘Science’.
(*O Globo*, 02/03/2007)

⁸⁸ Os grifos são meus.

Esse verbo “concluir” indica que os cientistas que publicaram na “*Nature*” chegaram a essas afirmações a partir dos relatórios do IPCC, por isso são “conclusões” e não “afirmações” ou “considerações”, por exemplo. Note-se que quem diz que eles *concluíram* é *O Globo*.

(6) Os cientistas **alertaram** que os governos precisam agir agora se quiserem evitar conseqüências dramáticas. Os EUA, maiores poluidores do mundo, **reafirmaram**, porém, que não vão impor limites às suas emissões.
(*O Globo*, 03/03/2007)

“*Alertar(am)*” é um verbo adequado ao sentido do enunciado que o segue, que é um “*aviso*”. “*Reafirmar(am)*”, por sua vez, indica que não é a primeira vez que os Estados Unidos tomam essa posição.

(2) “O aquecimento do sistema climático é inequívoco, como agora é evidente pelas observações dos aumentos das temperaturas médias do ar e dos oceanos, o derretimento generalizado de neve e gelo e o aumento global médio do nível do mar”, **ressalta** o texto do relatório. (*Idem*)

“*Ressaltar*” implica dar destaque a alguns fatos mais do que a outros.

Tal qual a *FSP*, *O Globo* dá a ler que as conclusões do AR-4 são “*verdades científicas*”, não na forma explícita de interpretação, mas pela seleção do verbo *dicendi* ou do modo de introdução da citação. No exemplo abaixo, a citação da fala de Susan Solomon, apresentada como “*nas palavras de*” implica concordância total, a exemplo do que ocorreu no caso da *Folha*, citado anteriormente (p.167), em oposição ao *Globo*.

Nas palavras de uma das coordenadoras do documento, Susan Solomon, “hoje temos uma certeza muito maior do que está

ocorrendo no planeta” do que no relatório anterior, de 2001, e existe uma probabilidade de pelo menos 90% de que o aumento da temperatura da Terra se deva à concentração excessiva de gases do efeito estufa provocada, principalmente, pelo uso de combustíveis fósseis.

Já disse que enunciados como “*a culpa é nossa*” podem implicar uma indistinção nas responsabilidades de países ou grupos humanos diferentes, cujo comprometimento é, de fato, diverso. Por outro lado, quando o discurso jornalístico assume que o homem é o principal responsável pelos danos causados ao meio ambiente e, particularmente, pelo aumento da temperatura do planeta, conforme consta do AR-4, uma leitura possível é que atribui também ao leitor parte dessa responsabilidade.

Como um dos efeitos de sentido do discurso do aquecimento global é a proposição de mudança no padrão de comportamento, por sua vez, a implicação de que *todos devem* fazer alguma coisa para que a situação mude é também um efeito de sentido da afirmação de que a responsabilidade é “de todos”. E esse sentido de *responsabilidade compartilhada* (“*de todos*”) vai nortear também o debate, na esfera política e na/pela mídia, a partir de uma lógica socioeconômica, mesmo que os pesos e compromissos sejam diferenciados para as nações desenvolvidas e as nações em desenvolvimento. Essa discussão já aparece por ocasião da divulgação do *Sumário*, conforme exemplos a seguir, e é um dos embates mais recorrentes em todos os fóruns da ONU, com significativa repercussão jornalística.

Exemplo 1

EUA dizem que poluem pouco

Os EUA, que são contrários a metas de redução de emissões embora sejam responsáveis pelo lançamento de ¼ dos gases poluentes, defenderam um “debate global”.

(*O Globo*, 03/02/2007, p. 37)

Exemplo 2

Lula culpa ricos pelos problemas climáticos

Presidente e ministra afirmam que Brasil reduz desmatamento e investe mais em fontes de energia renováveis

Soraya Aggege*

CAMPINAS. Depois de a ONU divulgar o relatório sobre o aquecimento global, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva

partiu ontem para o ataque aos países ricos. Segundo o presidente, os países industrializados assinam tratados, mas não têm coragem de enfrentar as indústrias poluidoras. **Lula disse que está “cuidando do nosso terreiro”, mas é preciso que “eles cuidem do terreiro deles”,** no que é relacionado ao clima.

(*O Globo*, 03/02/2007, p. 42)

Exemplo 3

Ban Ki-moon acusa países desenvolvidos pelo aquecimento global

Secretário-geral da ONU diz que é 'razoável' que eles assumam a maior parte da responsabilidade

O secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Ban Ki-moon, afirmou nesta quarta-feira, 5, que os países ricos são os culpados pelo aquecimento global e deveriam liderar as negociações para criar um acordo mundial sobre o clima até 2015, **prazo** que Ban considera **que “precisa ser respeitado”**.

Ban disse à Associated Press durante as negociações climáticas da ONU em Catar que **“é simplesmente justo e razoável que o mundo desenvolvido deva arcar com a maior parte da responsabilidade”** na luta contra a mudança climática.

“O fenômeno foi causado pela industrialização do mundo desenvolvido”, cujas fábricas emitiram dióxido de carbono na atmosfera bem antes que os efeitos climáticos fossem conhecidos, disse Ban.

(Da *Associated Press*, publicada em *OESP*, 05/12/2007)

Desses enunciados, os que mais claramente merecem comentários são: oposição entre “*EUA dizem que poluem pouco*” e “*Lula culpa ricos pelos problemas climáticos*”; as afirmações de Lula de que “*estamos fazendo a nossa parte*” e “*eles devem fazer a deles*” e se associa de alguma maneira à de Ki-Moon, de que “*os mais desenvolvidos devem assumir a maior parte da responsabilidade*”. Aqui também está presente o embate entre *ricos* e *pobres*.

3.1.2. Simulacros para (des)acreditar

A poucos meses da Conferência das Partes de Copenhague, a COP-15, ocorrida em dezembro de 2010, na Dinamarca, ocorreu um episódio que circulou na imprensa como “*Climagate*”⁸⁹. O cientista Phil Jones, da Unidade de Pesquisa Climática (Climatic Research Unit – CRU), da Universidade de East Anglia, do Reino Unido, foi acusado de manipular, ocultar e falsear dados científicos sobre o aquecimento global, depois que hackers não identificados invadiram sua caixa de e-mails e publicaram na rede centenas de mensagens que Jones teria trocado com outros cientistas colaboradores do IPCC.

A suspeita de manipulação de dados foi a que teve a maior repercussão entre os chamados “céticos” do aquecimento global e contou com ampla divulgação na imprensa. O site “*Skeptical Science*” explorou uma mensagem de Jones que discutia a apresentação de uma “reconstrução” de séries de temperaturas. Nela, Jones afirmava ter se utilizado de um “truque” – o truque de Michael Mann – para “esconder” o declínio da temperatura global:

I’ve just completed **Mike’s** [Michael Mann] Nature **trick**⁹⁰ of adding in the real temps to each series for the last 20 years (ie from 1981 onwards) and from 1961 for **Keith’s** [Keith Briffa] **to hide the decline.**⁹¹

⁸⁹ *Climagate* foi a expressão que a imprensa anglo-saxã usou para se referir ao caso, em alusão óbvia ao escândalo *Watergate*.

⁹⁰ Phil Jones se referia a um artigo de Michael Mann, Raymond S. Bradley e Malcolm K. Hughes, publicado na revista *Nature*, em 1998, que gerou a controvérsia do gráfico do “taco de hóquei” (*the hockey stick graph*), com reconstruções de temperatura global. Por causa da controvérsia, a Academia Nacional de Ciências do EUA criou uma comissão científica para examinar o gráfico. A conclusão foi de que os dados eram válidos e consistentes. A referência a Keith Briffa diz respeito ao seu trabalho com temperaturas reconstruídas a partir de anéis de crescimento de uma espécie de árvore, cujos dados divergem dos registros de temperatura a partir de 1960. O fenômeno, conhecido como o “problema da divergência”, está segundo eles amplamente discutido na literatura desde a publicação do artigo de Keith Briffa, também na *Nature*, em 1998. O artigo recomendava não usar a reconstrução de temperatura posterior a 1960, e a isso se referiria a menção de Jones a “esconder o declínio”, que poderia dar outra leitura dos dados.

Fonte: http://www.nytimes.com/2009/11/21/science/earth/21climate.html?_r=2&hp& (Acessado em 18/05/2012)

⁹¹ Tradução: Acabei de finalizar o **truque** de Mike [Michael Mann] na [revista] “*Nature*” de acrescentar as temperaturas reais a cada série para os últimos 20 anos (isto é, de 1981 em diante) e desde 1961 para as de Keith [Briffa] **a fim de esconder o declínio**. Fonte: <http://www.skepticalscience.com/Mikes-Nature-trick-hide-the-decline.htm> (Acessado em 18/05/2012).

O enunciado foi explorado pelos “céticos” como “prova irrefutável” da manipulação, o que levou a imprensa a tratar o episódio como se fosse uma reedição do escândalo político “*Watergate*”, só que na esfera científica.

Esse deslizamento de sentido pode ser compreendido à luz do que Moirand (2008) chama de *palavras-acontecimento*, que se referem a eventos memoráveis de ampla publicidade, dos quais geralmente o público tomou conhecimento pela mídia, e que funcionam como pontos de referência para a nomeação de eventos análogos. “*Climagate*” teria um traço de *Watergate*, não do aspecto político, mas do escândalo. Um exemplo dado pela autora é o “*soja-louca*”, interpretável por analogia com “*vaca-louca*”.

O site “*Skeptical Science*” (www.skepticalscience.com) foi um dos que mais espaço dedicaram ao episódio, com vários comentários e artigos sobre o que consideraram uma “farsa”. Um deles é atribuído a David Lungren, do US Senate Committee on Environment & Public Works:

This email initially garnered widespread media attention, as well as significant disagreement over its implications. In our view, the email, as well as the contextual history behind it, appears to show several scientists eager to present a particular viewpoint – that anthropogenic emissions are largely responsible for global warming – even when the data showed something different.

(<http://www.skepticalscience.com/Mikes-Nature-trick-hide-the-decline.htm>)

O caso “*Watergate*” é emblemático para os norte-americanos e, em certa medida, para a política global. Assim, selecionei dois dos principais veículos da imprensa internacional, o “*The New York Times*” e o “*The Guardian*”, para analisar como deram a circular o episódio do “*Climagate*”. O *TNYT* (edição on-line de 20 de novembro de 2009) faz uma boa síntese do caso, ouvindo climatologistas do IPCC e “céticos”, sem qualquer referência a “*Climagate*”. A matéria é assinada por Andrew C. Revkin, jornalista

especializado em ciência e particularmente em climatologia e cujo nome é também citado nos e-mails:

Título: Hacked E-Mail Is New Fodder for Climate Dispute

Subtítulo: Hundreds of private e-mail messages and documents hacked from a computer server at a British University are causing a stir among global warming skeptics, who say they show that climate scientists conspired to overstate the case for a human influence on climate change.

The e-mail messages, attributed to **prominent American and British climate researchers**, include discussions of scientific data and whether it should be released, exchanges about how best to combat the arguments of skeptics, and casual comments — in some cases derisive — about specific people known for their skeptical views. **Drafts of scientific papers and a photo collage that portrays climate skeptics on an ice floe were also among the hacked data**, some of which dates back 13 years.

In one e-mail exchange, a scientist writes of using a statistical “trick” in a chart illustrating a recent sharp warming trend. In another, a scientist refers to climate skeptics as “idiots.”

Some skeptics asserted Friday that the correspondence revealed an effort to withhold scientific information. “This is not a smoking gun; this is a mushroom cloud”, said Patrick J. Michaels, a climatologist who has long faulted evidence pointing to human-driven warming and is criticized in the documents.

(...)

The evidence pointing to a growing human contribution to global warming is so widely accepted that the hacked material is unlikely to erode the overall argument. However, the documents will undoubtedly raise questions about the quality of research on some specific questions and the actions of some scientists.

In several e-mail exchanges, **Kevin Trenberth**, a climatologist at the National Center for Atmospheric Research, and other scientists discuss gaps in understanding of recent variations in temperature. Skeptic Web sites pointed out one line in particular: **“The fact is that we can’t account for the lack of warming at the moment and it is a travesty that we can’t,”** Dr. Trenberth wrote.

Dr. Trenberth said Friday that he was appalled at the release of the e-mail messages. But he added that he thought the revelations might backfire against climate skeptics. He said

that **he thought that the messages showed “the integrity of scientists”**. Still, some of the comments might lend themselves to being interpreted as sinister. (...) ⁹²

A matéria do “*The Guardian*”, assinada por Bob Ward, diretor de Comunicação do Grantham Research Institute on Climate Change and the Environment, da London School of Economics and Political Science, apresenta um tom mais editorializado, isto é, que implica uma tomada de posição explícita, sugerindo que os “céticos” fazem campanha de difamação, ao mesmo tempo em que não conseguem comprovar as suas “teorias”. Observe-se os excertos destacados:

Título: This climate email-hacking episode is generating more heat than light

Subtítulo: Another skirmish has broken out in the long-running battle between climate scientists and so-called sceptics, and this one is likely to lead to more public confusion

Another skirmish has broken out in the long-running battle between climate scientists and so-called sceptics, with the hacking of email messages between some of the world's leading researchers on global temperature trends. But as usually happens in the blogosphere, this episode is generating more heat than light and is likely to lead to more public confusion over the causes of climate change.

For the past few years, a small group of climate change ‘sceptics’ have been poring over scientific journal papers that report historical trends in temperatures from around the world, as recorded by directly by thermometers and other instruments, and by ‘proxies’, such as tree rings. Their primary objective has been to seek out evidence that global warming has been invented by climate researchers who fake their data. (...)

The “sceptics” believe they have been vindicated and have presented the hockey stick graph as proof that global warming is not occurring. In doing so, they have ignored the academy's other conclusion that “surface temperature reconstructions for periods prior to the industrial era are only one of multiple lines of evidence supporting the conclusion that climatic warming is occurring in response to human activities, and they are not the primary evidence”.

⁹² http://www.nytimes.com/2009/11/21/science/earth/21climate.html?_r=2&hp& (Acessado em 18/05/2012)

More importantly, these skeptics have not overturned the well-established basic physics of the greenhouse effect, namely that carbon dioxide is a greenhouse gas and increasing its concentration in the atmosphere causes the earth to warm. They also have not managed to make melting glaciers and rising sea levels, or any other evidence of warming, disappear into thin air. But they have managed to confuse some of the public about the causes of climate change.

Over the past five years, **Mann and Jones** in particular **have been subjected not only to legitimate scrutiny by other researchers, but also to a co-ordinated campaign of personal attacks on their reputation by ‘sceptics’**. If the hacked e-mails are genuine, they only show that climate researchers are human, and that they speak badly in private about ‘sceptics’ who accuse them of fraud.

It is inevitable as we approach the crucial meeting in conference in Copenhagen in December that the sceptics would try some stunt to try to undermine a global agreement on climate change. There is no smoking gun, **but just a lot of smoke without fire.**⁹³

Analisando as duas matérias, verifica-se que, no caso do “*The Guardian*”, que expressa uma posição ideológica de concordância com o argumento do aquecimento global antropogênico, o termo *skeptics* (“céticos”) é usado entre aspas, marcando, pelo contexto, o distanciamento do jornalista enunciador. O “*TNYT*” não usa aspas. O título “*This episode... is generating more heat than light?*” (“*Esse episódio... está gerando mais calor do que luz?*”) é uma maneira de dizer que se trata de uma “denúncia” feita pelos “céticos”, mas que a tese que eles pretendiam fragilizar não se tornou mais frágil com as acusações, ou seja, houve “barulho”, mas não houve mudança significativa de conteúdo ou sobre as conclusões do IPCC.

No Brasil, a imprensa repercutiu o que as agências internacionais de notícia divulgaram. Tanto a *Folha de S.Paulo* quanto *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* se referiram ao episódio como “*Climagate*”, mesmo quando se trata de matérias para falar dos resultados das investigações (que “inocentaram” os cientistas da acusação de fraude).

⁹³ Disponível em <http://www.guardian.co.uk/environment/2009/nov/20/climate-sceptics-email-hacking> (Acessado em 20/05/2012).

Ou seja, se não houve fraude, a associação com o “*Watergate*” perde o sentido. Mas as notícias da suposta fraude continuaram falando em “*Climagate*”, às vezes com e às vezes sem aspas.

Vejamos algumas manchetes:

(1) Escândalo do “Climagate” britânico macula cúpula climática

[*OESP On-line*, 08/12/2009]

(2) “Climagate” prova que mudança climática é natural, diz saudita

[*Folha On-line*, 04/12/2009]

(3) Cientistas do Climagate são inocentados no Reino Unido

[*Folha On-line*, 01/04/2010]

(4) Nova comissão inocenta pesquisadores do Climagate, mas critica estatísticas

[*Folha On-line*, 14/04/2010]

(5) Mais uma investigação inocenta cientistas ligados ao “Climagate”

[*Folha On-line*, 08/07/2010]

Exceto pelos exemplo 3 e 4, nas demais manchetes a palavra “*climagate*” é marcada por aspas (o que indica não adesão ao ponto de vista que estabeleceu essa analogia), e assim também é nos textos correspondentes a cada uma delas (exceto o texto referente ao exemplo 3).

Nos exemplos selecionados, pode-se verificar que o único jornal a tratar o episódio como “escândalo” (uma maneira de “justificar” a avaliação de que “maculou” a imagem da ONU) foi *OESP*:

O chamado “**Climagate**”, um **escândalo** relacionado com o roubo de e-mails da prestigiosa universidade britânica de Anglia Oriental sobre a mudança climática, **levantou** uma **onda** de **suspeitas na cúpula** da **ONU** realizada em Copenhague. [Exemplo 1]

Começar o texto com o “*chamado Climagate*”, com duas marcas de distanciamento (“*chamado*” e aspas), mas continuá-lo com “... *um escândalo relacionado com...*” equivaleria, a rigor, a começar o texto diretamente “*O climagate*” sem aspas na palavra-acontecimento.

Nos demais exemplos, qualifica-se “*Climagate*” como “*troca de e-mails*”, “... *no qual pesquisadores da Universidade de East Anglia foram acusados de...*”, “*vazamento de e-mails*” e outras formulações, como se vê nos destaques a seguir:

O principal negociador climático da Arábia Saudita, Mohammad Al-Sabban, declarou à rede britânica BBC que o chamado “**Climagate**” – **a troca de e-mails** entre climatologistas que céticos do aquecimento global veem como prova de conspiração mundial- indica que a mudança do clima é natural, e não gerada pelo homem.

Segundo o negociador saudita, **o vazamento** dos e-mails, que foram roubados por hackers no mês passado, vai mudar a dinâmica das negociações em Copenhague, já que “nada do que podemos fazer vai alterar a mudança climática”. Grandes produtores de petróleo, os sauditas nunca viram com bons olhos a redução de emissões. [*Íntegra do Exemplo 2*]

O comitê de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Comuns do Reino Unido concluiu sua investigação sobre o chamado **Climagate, no qual pesquisadores** da Universidade de East Anglia **foram acusados de** manipular dados sobre a mudança climática, inocentando o grupo e seu líder, Phil Jones.

De acordo com o comitê, não há evidências de que Jones e seus colegas tenham forjado dados ou subvertido o processo de revisão de artigos científicos para exagerar os perigos do aquecimento global. [*Lead e sublead do Exemplo 3*]

Uma nova comissão independente que examinou as acusações de suposta alteração de dados científicos por parte de um dos centros de investigação sobre o clima mais respeitados do mundo não encontrou nenhuma prova de má fé, segundo divulgaram nesta quarta-feira (14).

Os cientistas da Unidade de Pesquisas sobre o Clima (CRU, na sigla em inglês), da universidade britânica de East Anglia, foram acusados, em novembro passado, de **suposta manipulação de dados** para extrapolar o efeito antropogênico (provocado pelo homem) sobre as mudanças

climáticas. O caso foi apelidado de “**Climagate**” pela imprensa britânica, em **paródia** ao caso Watergate, que derrubou o presidente dos EUA Richard Nixon. [*Lead e sublead* do Exemplo 4]

Uma avaliação independente do **vazamento de e-mails** da Universidade de East Anglia (Reino Unido), episódio conhecido como “**Climagate**”, concluiu que os autores das mensagens, acusados de falsear dados sobre o aquecimento global, agiram de forma honesta.

Segundo o painel de investigação, liderado pelo ex-funcionário público britânico Muir Russell, as pesquisas dos cientistas ligados ao “**Climagate**” são confiáveis.

[*Lead e sublead* do Exemplo 4]

A título de curiosidade, às vésperas da COP-17, ocorrida em Durban, na África do Sul, em dezembro de 2011, o assunto novamente vem à tona, desta vez com a informação de que os e-mails foram baixados na Rússia. Não parece ser apenas “coincidência” esses dois episódios de vazamento de e-mails terem ocorrido às vésperas de duas Conferências das Partes, reuniões de onde – espera-se – devem sair os novos acordos. Destaco *o lead e o sublead* da notícia de *O Globo*, que apresentou uma nova versão de “*Climagate*”, o “*Climagate 2.0*”.

Nova tentativa de ‘climagate’ é publicada na internet

[*O Globo On-line*, 24/11/2011]

RIO - **Nas vésperas da** Convenção do Clima (**COP-17**), que começa na próxima segunda-feira em Durban, África do Sul, **mais de 39 mil páginas de cerca de cinco mil e-mails de cientistas** da Universidade de East Anglia (UEA) **foram baixadas em um servidor russo** na última terça-feira. As informações acabaram publicadas em uma página que critica a existência das mudanças climáticas, quase exatamente dois anos depois de vazamento similar, antes da COP-15, em Copenhague. Na ocasião, o episódio foi batizado de “**climagate**”.

Em resposta ao “**climagate 2.0**”, cientistas montaram uma defesa robusta de seus trabalhos. Eles dizem que o **vazamento de informações** é uma tentativa de minar a opinião pública internacional em relação às pesquisas que apontam os problemas relacionados às alterações climáticas. Em nota, a UEA informou que o volume de **material vazado**

é grande demais para saber se as informações são genuínas. E ressaltou que as mensagens vazadas em 2009 foram publicadas fora de contexto.

A defesa “robusta” dos cientistas⁹⁴, se não apagou uma possível má impressão deixada pelo “*Climagate*”, serviu para que os cientistas envolvidos fossem “inocentados”, principalmente porque as investigações foram feitas por “comissões independentes”. A primeira foi a InterAcademy Council – IAC, designada pelo secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, para avaliar a estrutura organizacional, a “política” de dados e os procedimentos do IPCC, e dirimir quaisquer dúvidas que tivessem surgido. Manter a credibilidade do IPCC e da ciência do clima era uma missão essencial para a ONU:

ONU busca reparar credibilidade afetada pelo ‘climagate’
Detecção de erros em estudos sobre aquecimento e vazamento e-mails causaram polêmica

O secretário-geral das Nações Unidas, **Ban Ki-moon**, delegou a uma desconhecida **organização**, o InterAcademy Council (IAC), a **tarefa de reparar a credibilidade** do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC), após a detecção de erros em seus estudos e o vazamento de polêmicos e-mails.

...

“A revisão não examinará a ampla documentação sobre a mudança climática causada pelo ser humano, mas as políticas, procedimentos e estrutura organizativa usada pelo IPCC para avaliar e informar sobre a mudança climática”, explicou à Agência Efe em Nova York o porta-voz do IAC, Bill Kearney.

[OESP, 22/03/2010]

Os resultados tiveram boa repercussão entre os cientistas e na imprensa, com as devidas ressalvas, porém sem maior aprofundamento por parte dos jornalistas:

Cientistas do Climagate são inocentados no Reino Unido

⁹⁴ Como não é objetivo deste trabalho “julgar” os argumentos, e sim mostrar como o discurso do “vazamento” (*Climagate*) circulou na mídia, optei por não reproduzir aqui as inúmeras defesas dos cientistas. Entretanto, aos que desejam conhecê-las, sugiro acessar no site *Real Climate* o documento “*The CRU hack*”. O *Real Climate* é um site de cunho científico, no qual escrevem vários dos cientistas envolvidos na polêmica. O “*The CRU hack*” apresentou uma explicação detalhada dos principais pontos levantados. (Cf. <http://www.realclimate.org/index.php/archives/2009/11/the-cru-hack/>)

da Associated Press

O comitê de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Comuns do Reino Unido concluiu sua investigação sobre o chamado Climagate, no qual pesquisadores da Universidade de East Anglia foram acusados de manipular dados sobre a mudança climática, **inocentando o grupo e seu líder, Phil Jones.**

De acordo com o comitê, não há evidências de que Jones e seus colegas tenham forjado dados ou subvertido o processo de revisão de artigos científicos para exagerar os perigos do aquecimento global.

“A integridade do professor Jones e da Unidade de Pesquisa Climática continua intacta”, afirmaram os 14 deputados do comitê, após analisar os mais de mil e-mails roubados do servidor da universidade, que serviram de combustível para o Climagate.

Phil Willis, chefe do comitê, disse que “não se pode negar que alguns dos e-mails eram realmente horríveis”. Mas o **grupo não encontrou indícios** de nada mais sério do que “uma recusa forte a compartilhar dados” com os que negam o aquecimento global. Os deputados também afirmaram que a ideia de que Jones era parte de uma conspiração mundial não fazia sentido.

[01/04/2010]

Nova comissão inocenta pesquisadores do Climagate, mas critica estatísticas

Uma nova **comissão independente** que **examinou as acusações** de suposta alteração de dados científicos por parte de um dos centros de investigação sobre o clima mais respeitados do mundo **não encontrou nenhuma prova de má fé**, segundo divulgaram nesta quarta-feira.

...

Mas a comissão independente, que inclui membros de várias instituições, e **realizou um exame detalhado** de 11 estudos publicados pela CRU durante 20 anos **não encontrou “nenhuma prova de qualquer má prática científica deliberada”**. Também **concluiu que os cientistas chegaram às suas conclusões “honestamente”**.

Estatísticas

O presidente do painel, lorde Ron Oxburgh – que foi da Câmara dos Lordes britânica –, informou simplesmente que os investigadores consideraram que **os cientistas poderiam ter utilizado melhores métodos estatísticos** no momento de analisar alguns de seus dados. No entanto, completou que era

improvável que isto tivesse causado alguma diferença em seus resultados.

Após conhecer as conclusões, a Universidade de East Anglia disse que a investigação demonstrou que os **ataques** dos últimos meses contra sua integridade científica eram **“totalmente injustificados”**.

[Folha, 14/04/2010]

Mais uma investigação inocenta cientistas ligados ao “Climagate”

DA ASSOCIATED PRESS

Uma **avaliação independente** do vazamento de e-mails da Universidade de East Anglia (Reino Unido), episódio conhecido como “Climagate”, **concluiu que os autores** das mensagens, acusados de falsear dados sobre o aquecimento global, **agiram de forma honesta**. Segundo o painel de investigação, liderado pelo ex-funcionário público britânico Muir Russell, as pesquisas dos cientistas ligados ao “Climagate” são confiáveis.

A investigação, **contudo, concluiu que os pesquisadores deveriam ter compartilhado mais dados com seus críticos**. **“O rigor e a honestidade deles como cientistas são inquestionáveis”**, afirmou Russell. **“Faltou, no entanto, mostrar um nível apropriado de transparência”**.

Essa é a **terceira investigação** sobre o roubo e divulgação de mais de mil e-mails do servidor da universidade. As mensagens causaram escândalo porque os climatologistas atacavam negacionistas da mudança climática em termos violentos e chegavam a sugerir que fossem impedidos de publicar trabalhos em revistas científicas.

[Folha, 08/07/2010]

A análise das notícias sobre o episódio nos leva a supor que, por mais que os e-mails não configurassem *má conduta* científica (o IAC se referia ao caso como *“possible scientific misconduct”* e não “fraude”), o vazamento expôs certa fragilidade dos bancos de dados e do tratamento estatístico que receberam. Na ocasião, Richard Betts, diretor de mudança climática do Met Office, declarou que o banco de dados do CRU (Climatic Research Unit) seria feito de forma transparente e independente, para que não restasse nenhuma dúvida sobre a validade das informações científicas dos relatórios do IPCC. Num certo sentido, a matéria *“Os novos suspeitos do aquecimento global”*, veiculada na

revista *Superinteressante* em sua edição 282 de dezembro de 2010, apresenta o cerne de todas essas questões:

Quem não acredita no aquecimento global, ou acha que ele não é obra da humanidade, encarou os tais e-mails como suposta prova disso. E os cientistas foram acusados de manipulação de dados. Montaram-se vários comitês independentes para investigar o caso, que chegaram a uma conclusão unânime. Os números do aquecimento global estavam certos, e o tal truque era apenas um procedimento matemático. Os pesquisadores tinham descartado alguns poucos números de medição de temperatura - que estavam muito diferentes dos demais, e por isso provavelmente errados. É uma técnica estatística válida e aceita pela ciência. **Mas essa novela abriu uma nova discussão: existe muita coisa que ainda não entendemos sobre o aquecimento global.** O básico, todo mundo sabe. O homem queima combustíveis fósseis e isso libera CO₂, que se acumula na atmosfera e provoca o famoso efeito estufa, que impede que o calor se dissipe e deixa a Terra mais quente. **Só que isso não conta toda a história.** A emissão de CO₂ desencadeia efeitos estranhos no planeta. E isso faz com que elementos aparentemente inofensivos se voltem contra a humanidade, piorando o aquecimento global.

E são esses procedimentos científicos diferenciados, comuns e até certo ponto desejáveis na ciência, que, quando mobilizadas a partir de outra posição ideológica, são passíveis de distorções, utilizadas para gerar falsas controvérsias e polêmicas.

“Himalaiagate”

Outro episódio que “arranhou” a imagem do IPCC, e que também veio à tona por ocasião da COP-15, em Copenhague, foi o erro nas estimativas de derretimento das geleiras do Himalaia, ocasionado pela utilização de um trabalho de uma ONG, que não passou pelo crivo científico da revisão pelos pares. Segundo as conclusões do IPCC, no AR-4, essas geleiras, que têm 71 quilômetros de comprimento, derreteriam mais rapidamente do que outras geleiras do mundo, e, por esta razão, poderiam “*desaparecer até 2035, ou antes disso*”, caso as taxas atuais de aquecimento continuassem.

Essa questão gerou polêmica quando quatro cientistas que participavam da COP-15 apontaram que um degelo total até 2035 seria “fisicamente impossível”. Na ocasião, Jairam Ramesh, ministro de Meio Ambiente da Índia, criticou publicamente o IPCC e

pediu que o Painel explicasse como chegou àquela estimativa, que, segundo ele, “criou pânico” nas populações locais.

Por causa de mais esse episódio, o presidente do IPCC, Rajendra Pachauri, foi pressionado a renunciar, e teve que se manifestar publicamente, admitindo que não se tratava de uma questão “menor”, e que “ele e sua equipe lamentavam o ocorrido”. Pachauri reiterou, em nota oficial no site do Painel, que a qualidade dos *assessments* depende da adesão absoluta à normas IPCC, incluindo a revisão densa da “qualidade” e “validade” de cada fonte antes de incorporar os resultados daquela fonte em um relatório do IPCC – procedimento científico. Vejamos:

IPCC statement on the melting of Himalayan glaciers

The Synthesis Report, the concluding document of the Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change (page 49) stated: “Climate change is expected to exacerbate current stresses on water resources from population growth and economic and land-use change, including urbanization. On a regional scale, mountain snow pack, glaciers and small ice caps play a crucial role in freshwater availability. Widespread mass losses from glaciers and reductions in snow cover over recent decades are projected to accelerate throughout the 21st century, reducing water availability, hydropower potential, and changing seasonality of flows in regions supplied by meltwater from major mountain ranges (e.g. Hindu-Kush, Himalaya, Andes), where more than one-sixth of the world population currently lives”. **This conclusion is robust, appropriate, and entirely consistent with the underlying science and the broader IPCC assessment.** It has, however, recently come to our attention that a paragraph in the 938-page Working Group II contribution to the underlying assessment refers to poorly substantiated estimates of rate of recession and date for the disappearance of Himalayan glaciers. **In drafting the paragraph in question, the clear and well-established standards of evidence, required by the IPCC procedures, were not applied properly.**

The Chair, Vice-Chairs, and Co-chairs of the IPCC regret the poor application of well-established IPCC procedures in this instance. This episode demonstrates that the quality of the assessment depends on absolute adherence to the IPCC standards, including thorough review of “the quality and validity of each source before incorporating results from the source into an IPCC Report”. We reaffirm our strong commitment to ensuring this level of performance. (Disponível em

<http://www.ipcc.ch/pdf/presentations/himalaya-statement-20january2010.pdf>

Entrevistei Pachauri⁹⁵ e perguntei até que ponto esse fato contribuiu para comprometer a imagem do IPCC (“*To what extent the Himalayan episode tarnished the image of the IPCC?*”). De acordo com o cientista,

The error about the Himalayas was nothing of great prominence. This error was not in the technical summary of the Working Group II Report, nor was it in the summary for policy makers. Similarly, this figure does not feature anywhere in the Synthesis Report of the 4th Assessment Report. It was a scientific mistake, which did not in anyway influence any of the policy relevant aspects of IPCC AR4. Hence, I am not sure whether this has at all tarnished IPCC’s image, because it was corrected as soon as it came to the attention of the IPCC elected functionaries.

A preocupação em retificar os dados sobre os glaciares do Himalaia definitivamente tinha uma razão central: esses dados foram incluídos para apoiar o processo de decisão sobre o Protocolo de Kyoto e sobre a Convenção do Clima. Depois de alguma pressão, o Painel se manifesta, admitindo a revisão dos tópicos que se referiam ao Himalaia:

IPCC vai rever relatório de degelo em geleira do Himalaia

Os cientistas do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), da ONU, **disseram** nesta segunda-feira **que revisarão um relatório contendo uma projeção de que as geleiras do Himalaia podem desaparecer até 2035**, uma descoberta incisivamente criticada pelo governo indiano.

O ministro indiano do Meio Ambiente, Jairam Ramesh, foi interrogado nesta segunda sobre as conclusões do relatório de 2007. **“Elas [as geleiras] estão realmente recuando e a taxa é motivo de grande preocupação”**, disse Ramesh. Mas ele afirmou que **a previsão de 2035 “não se baseia em um pingo de evidência científica”**.

⁹⁵ A entrevista, realizada por e-mail em 23 de janeiro de 2012, está reproduzida na íntegra na segunda parte do Capítulo 4. Por entendermos que a tradução poderia comprometer de alguma forma os sentidos atribuídos pelo entrevistado, optamos por reproduzi-la no original, em Inglês.

Outros especialistas dizem que a projeção de 2035 não foi baseado em revisão científica por seus pares. Em Londres, o jornal The Times disse que **o cientista indiano que fez a primeira projeção** sobre o degelo do Himalaia, em 1999, já reconheceu que era “especulação”.

De acordo com o relatório do IPCC de 2007, “as geleiras do Himalaia estão derretendo mais rápido do que em qualquer outra parte do mundo e, se a taxa atual continuar, a probabilidade de eles continuarem desaparecendo até o ano de 2035 - ou talvez mais cedo - é muito alta, se o aquecimento da Terra permanecer na taxa atual”.

Na cúpula do clima em Copenhague, no mês passado, o indiano **Pachauri defendeu** fortemente **as conclusões do núcleo de clima do IPCC após um escândalo de vazamento de e-mails da Universidade de East Anglia**, na Inglaterra. No escândalo do e-mail, os céticos sobre as mudanças climáticas acusaram pesquisadores de conspirarem para suprimir dados dos outros.

Ramesh disse, em novembro, que um estudo, encomendado pelo governo indiano, não havia encontrado nenhuma prova conclusiva para ligar a diminuição das geleiras do Himalaia às mudanças climáticas. (...)

Do ponto de vista dos cientistas, nem o IPCC, nem os artigos científicos citados “erraram” nas previsões de degelo. Em muitas áreas do conhecimento, como a ciência do clima, as incertezas são naturalmente grandes e significativas. A noção de ciência como “verdade”, que caracteriza o senso comum, tende a rejeitar as “incertezas” científicas, e, com a questão climática, não é diferente. O discurso jornalístico muitas vezes também cai nessa armadilha. Ou seja, os não especialistas, entre eles os jornalistas, têm dificuldades de compreender que a ciência quase nunca tem precisão absoluta, principalmente a ciência do clima. Note-se, no trecho sublinhado, que a notícia recupera o episódio do “*Climagate*”, promovendo uma associação entre os dois casos, talvez para sugerir que há “mais de uma” situação de conduta científica suspeita do IPCC.

Pachauri acrescentou que os questionamentos são fundamentais para que o conhecimento científico avance, mas devem ser justos e baseados em critérios objetivos, e não pré-concebidos:

What I mean is that the questioning and scrutiny of science should be carried out on the basis of objectivity and without preconceived positions or notions. There is no place for vested interests in any scientific dialogue or debate.

Com o Painel cada vez mais na mira dos “céticos”, a ONU deixou claro que os cientistas seguiriam padrões de conduta e análise ainda mais rigorosos, uma vez que é a credibilidade da ciência que pode subsidiar futuros acordos globais sobre a mudança climática, no que diz respeito a políticas de adaptação e mitigação. Para isso, diz a ONU, o próximo relatório será ainda mais rigoroso no que se refere à literatura científica levada em conta. *“Mas é preciso que a ciência tenha a confiança dos governos e da opinião pública”*, enfatizou Ban Ki-moon. Para Pachauri, o IPCC não pode perder o espaço conquistado na mídia, principalmente porque, segundo ele, um dos fatores que despertaram interesse foi exatamente a qualidade do AR-4.

(...) we can't lose this opportunity that media gave us. I believe this was on account of two factors. Firstly, the quality of the 4th Assessment Report and the information it conveyed was excellent. Secondly, I think there was high receptivity to knowledge on climate change which had been building up in previous years.

Outro aspecto interessante ainda em relação às previsões para o Himalaia diz respeito ao enunciado que destaca o “erro” do IPCC, mesmo quando se trata de dados subestimados, ou seja, a situação é “pior” do que constatou o IPCC (Fig. 16). Como já dissemos em outra nota (Cf. p.118), existe, no processo de edição, a necessidade de sintetizar uma informação para elaborar manchetes. Entretanto, chama a atenção o fato de que, quando é para destacar o “erro”, o IPCC é o “sujeito”. Pelo mesmo critério jornalístico, tratamento semelhante poderia ser dado para os “acertos”, que, todavia, nunca são atribuídos, pela mídia, ao IPCC, são apenas “resultados científicos”.



Fig. 16 - Título prioriza “erro” quando poderia ter destacado situação mais grave do que previu o IPCC

Para mostrar com pelo menos um exemplo que esse tratamento não foi exclusivo da imprensa brasileira, a alemã *Der Spiegel* também destacou “os erros”, inclusive se utilizando a palavra-acontecimento, conforme termo sublinhado:

Erros colocam em xeque previsões catastróficas sobre o clima

31/01/2010
Gerald Traufetter

Primeiro, foi uma série de e-mails que levou muitos a começarem a duvidar da veracidade dos cientistas climáticos. Depois, **a própria entidade da ONU teve que mudar as previsões sombrias sobre o derretimento das geleiras do Himalaia**. Outras alegações também levantaram dúvidas.

Alegação indefensável

O erro em torno das geleiras do Himalaia provocou protestos no mundo da climatologia. Alguns já estão usando o termo “**Glaciergate**” em referência ao escândalo em torno da alegação cientificamente indefensável no quarto levantamento do IPCC, que a entidade da ONU para o clima publica a cada cinco anos. O quarto relatório de levantamento foi publicado originalmente em 2007. Na semana passada, **o IPCC retirou a afirmação errônea e pediu desculpas pelo erro**.

Errar é humano, dizem representantes do IPCC como Ottman Edenhofer, do Instituto para Pesquisa do Impacto Climático, em Potsdam. “Nós não deveríamos questionar a

credibilidade de um relatório de quase 3 mil páginas por causa de um único erro”.

Principalmente por causa desses dois episódios, o InterAcademy Council (IAC), no relatório “*Avaliações das Mudanças Climáticas: revisão dos processos e procedimentos do IPCC*” concluiu que o IPCC deveria passar por uma reforma na sua administração e nos seus métodos de pesquisa, para manter a credibilidade sobre seus *assessments*. De acordo com o IAC, a “falta de liderança” no painel, de “controle sobre as informações” e de “procedimentos científicos adequados” eram os principais problemas. Boa parte das críticas do IAC recaiu sobre Rajendra Pachauri e sua administração considerada “caótica”.

Na questão do Himalaia, o IAC condenou o fato de as previsões terem sido fundamentadas em uma única fonte, um relatório de 2005 da ONG WWF, que, por sua vez, cita um artigo de 1999 publicado na “*New Scientist*”. Segundo a avaliação do IAC, as respostas do IPCC foram “lentas e inadequadas”, e o Painel demorou mais de um mês para emitir um comunicado oficial, sem, contudo, explicar o ocorrido. O IAC sugeriu a criação de um comitê executivo para o IPCC, com “liderança reconhecida”, e a limitação do mandato a seis anos – atualmente, o *chair* pode permanecer no cargo por até 12 anos.

O IAC também recomendou “transparência” aos cientistas do painel, indicando onde trabalham, para evitar possíveis conflitos de interesse. As suas conclusões do IAC não colocaram em xeque a credibilidade dos relatórios do IPCC, porém, reconheceram que a fonte foi inadequada, pois não se tratava de um artigo científico revisado por pares.

O uso da chamada “*grey literature*” (trabalhos não publicados em revistas científicas com processo de revisão bem conceituado) a partir de fontes inéditas ou *no-peer-reviewed* tem sido controverso, embora muitas vezes essas fontes de informações e seus dados sejam relevantes e adequados para inclusão nos relatórios de avaliação. Os problemas ocorreram porque os autores não seguiram as diretrizes do IPCC para avaliar essas fontes – justificou, à época, Rajendra Pachauri – e porque as próprias orientações são vagas, segundo apontou o comitê. [Fontes: Agências EFE e AFP].

Nesses dois episódios, a cobertura jornalística abordou os riscos da politização da ciência⁹⁶. Se, por um lado, é cada vez mais importante para a ciência do clima não ficar restrita aos círculos acadêmicos, por outro, é fundamental que haja transparência e

⁹⁶ Um caso como esse é também interessante para o próprio jornalismo científico, na medida em que mostra que, qualquer falha de divulgação, segue como lugar de ataque a adversários. Se isso ocorre com cientistas, pode ocorrer também com jornalistas.

inteligibilidade no seu discurso. E mais: ainda que o episódio do *Climagate* não tenha de fato comprometido as conclusões a que chegaram os integrantes do IPCC, os “céticos” do aquecimento aproveitaram a situação para capitanear adesões e apoio na opinião pública informada.

Esse grupo, com relativo espaço na mídia brasileira, lidera movimentos de contestação, de oposição e até tentativa de *deslegitimação* da literatura científica que embasou o AR-4, e, em última análise, do IPCC, como veremos no próximo tópico deste capítulo.

SEGUNDA PARTE – Os *xamãs* e os *novos galileus*

3.2.1. “Em nome da ciência”

Como vimos, muito se tem debatido na imprensa sobre as conclusões do IPCC no AR-4, com ênfase para a tese – “inequívoca” – de que a atividade humana está impulsionando o aquecimento do planeta, principalmente devido à queima de combustíveis fósseis e às mudanças no uso da terra, sobretudo o desmatamento. Em que pese a complexidade das questões científicas, a ampla divulgação do AR-4 na imprensa trouxe para a arena uma disputa política envolvendo (também) os próprios cientistas, ou, para melhor compreensão, uma “polêmica” entre a comunidade científica e os chamados “céticos” do aquecimento.

Na mídia, o debate ganhou contornos de embate e apontou claramente dois vieses: o discurso dominante, da comunidade científica, e o discurso dos “céticos”, ambos reivindicando legitimidade em nome da “ciência”. O discurso dominante é o do “**alerta**”: “*Não é mais possível ignorar as evidências da influência do homem sobre o clima do planeta*” ; “*Algumas mudanças já são irreversíveis, como o aumento de chuvas e enchentes, mas ainda é possível ‘salvar’ o planeta*”.

O discurso dos “céticos” procura se contrapor a esse, isto é, contesta às conclusões do IPCC, com formulações do tipo “*É ainda impossível provar se a Terra aquece ou esfria ou se começou a nova Era Glacial anunciada nos anos 1970 por atuais*

videntes do IPCC". Seus enunciadores acusam o IPCC de promover "ecoterrorismo" e de "inventar" um "aquecimento antropogênico".

Esse embate ganhou relevo na imprensa depois que o físico José Carlos Azevedo (1932-2010) publicou o artigo "O aquecimento da Terra", no jornal *O Estado de S. Paulo*, em 07 de novembro de 2007, três meses antes da divulgação do AR-4. Azevedo questionava conclusões do relatório anterior do IPCC, o AR-3, especificamente nas questões do aumento da temperatura e do degelo da Groenlândia. Em tom sarcástico, o físico admitia que "O aquecimento da Terra é real, é lento e não há comprovação científica de que seja irreversível ou influenciado pelo homem" (grifo meu), contestando o argumento dos cientistas, que ele classificou como "alarmistas".

Ao contrário do que dizem os que alarmam a população com falsas novidades e litânias sobre o dia do **Juízo Final**, o **aquecimento da Terra é assunto antigo**: os estudos científicos são anteriores a J. B. Fourier, que, em 1827, discutiu esse tema nos Anais do Institut de France (t. VII), que foi retomado em 1896 pelo sueco S. A. Arrhenius, Prêmio Nobel de Química de 1903, na *Philosophical Magazine* (41, 237-276), onde analisou a influência do CO₂ no ar sobre a temperatura no solo e chegou a resultados pouco diferentes dos que são hoje conhecidos.

No livro **Meltdown** (Derretimento, Cato Institute, 2004), o festejado **climatologista Patrick J. Michaels**, com sabedoria e ironia incomparáveis, **desmantelou previsões erradas de cientistas, de políticos e da mídia sobre o aquecimento global** – seu livro tem o subtítulo *The Predictable Distortion of Global Warming by Scientists, Politicians and the Media*. Michaels lembrou que **Arrhenius se valeu apenas de seus conhecimentos científicos e de lápis e papel para prever as variações de temperatura causadas por concentrações de CO₂ na atmosfera e que seus cálculos revelam números apenas 60% superiores aos conhecidos hoje**, que, disse ele, são obtidos ao custo de mais de US\$ 20 bilhões, gastos com pessoas, computadores, hotéis, reuniões, viagens, modelos climáticos, etc. Em sua última reunião, cerca de **2.500 integrantes do IPCC chegaram a 245 valores diferentes entre 1,5 e 4,5 graus centígrados para o aumento de temperatura** nos próximos cem anos, um enorme intervalo que também comprova o pouco apego da ONU à precisão numérica, pois revelou em 1980 que a Terra teria 15 bilhões de habitantes em 2050, número que corrigiu recentemente para 9 bilhões.

O degelo na Groenlândia tem sido apontado como prenúncio da hecatombe que elevaria o nível dos mares em vários metros. O mesmo relatório do IPCC, todavia, revela que ele ficará entre 2 e 9 centímetros. Tão leigo quanto o príncipe inglês, o senador norte-americano J. Lieberman afirmou em 2001: “A administração Bush ignora o terror do perigo ambiental e nega a realidade de 2.500 cientistas da ONU que nos dizem que, se não encontrarmos um meio de conter o aquecimento global, o nível dos mares poderá crescer para 35 pés (uns 11 metros) e submergirá milhões de lares sob os oceanos”. O senador também ignora que **há milênios, quando não havia poluição, a concentração de CO₂ na atmosfera foi 15 vezes superior à atual e que a ação do homem é infinitamente menor que a da natureza, pois esta desloca os continentes, levanta cadeias de montanhas, explode vulcões, gera tsunamis e aquece o Pacífico.**

A legitimação do discurso “cético” pressupõe a *deslegitimação* do discurso do IPCC, e vice-versa. Ao longo desse e de outros artigos de José Carlos Azevedo, são citadas fontes como sendo *as* fontes sobre o aquecimento global (“... **o festejado climatologista Patrick J. Michaels, com sabedoria e ironia incomparáveis, desmantelou previsões erradas de cientistas, de políticos e da mídia sobre o aquecimento global...**”)

Outro ícone dos **alarmistas** é o Monte Kilimanjaro, que efetivamente perdeu enorme quantidade de neve; segundo Michaels, o jornal The New York Times de 19/2/2001 afirmou: “A capa de gelo no cimo do Kilimanjaro, que por milhares de anos flutuava como um sereno farol sobre a tremeluzente planície da Tanzânia, está recuando com tal velocidade que desaparecerá em menos de 15 anos, de acordo com estudos recentes”. **A verdade é outra: as medições de temperatura feitas em 1912, 1953, 1976, 1989 e 2000 e mais recentemente por satélites mostram que a temperatura nas imediações do monte tem diminuído;** a quantidade de neve não depende apenas da temperatura, mas também da umidade do ar e, nessa região, ela varia com o El Niño, que é gerado no Oceano Pacífico e ocorre com regularidade há milhões de anos.

O aquecimento da Terra é real, é lento e não há comprovação científica de que seja irreversível ou influenciado pelo homem. Com certeza, **nada pode ser feito para alterá-lo,** pois até fenômenos astronômicos conhecidos se correlacionam a mudanças climáticas – as manchas solares e a precessão, por exemplo (...). Por isso, resta aos governos incutir na população a importância da preservação, coibir os

danos causados pela poluição – **em particular a mental**, de muitos dirigentes – e verificar que são inúteis as revoadas de políticos, diplomatas, burocratas, leigos e cientistas da ONU para locais aprazíveis como o Rio, Viena, Kyoto e Bali para **“conter o aquecimento global.”** [OESP, 07/11/2007]

Note-se que o discurso “cético” não nega o aquecimento, apenas refuta a tese de que a ação humana é o principal motor e de que o processo é “irreversível” (“***O aquecimento da Terra é real, é lento e não há comprovação científica de que seja irreversível ou influenciado pelo homem***”).

O artigo de Azevedo provocou reação de cientistas que integram o IPCC na seção “**Tendências/Debates**” da *Folha de S. Paulo*. O mais contundente deles foi o do climatologista Carlos Nobre, sob o título “*Sobre um físico e a feliz ignorância*”, de 13 de dezembro de 2007. Em destaque na edi(tora)ção, a seguinte afirmação: “*Embora seja evidente o risco futuro representado pelas mudanças climáticas, ainda há quem prefira continuar vivendo em feliz ignorância*”. Vejamos nos excertos (os trechos entre colchetes, na cor verde, indicam possíveis sentidos):

Sobre um físico e a feliz ignorância

Embora seja evidente o risco futuro representado pelas mudanças climáticas, ainda há quem prefira continuar vivendo em feliz ignorância

O ARTIGO de José Carlos Azevedo (“O Aquecimento da Terra”, no jornal “O Estado de S. Paulo”, 7/11) surpreende em pelo menos um aspecto. Por um lado, presta justificada homenagem ao famoso físico-químico sueco **Svante Arrhenius, o primeiro cientista a prever, em 1896, o aquecimento global devido ao aumento da quantidade de gás carbônico na atmosfera**. Mas, logo depois, paradoxalmente, atribui a causas naturais o aquecimento global observado à superfície no planeta Terra. **Arrhenius deve ter se revolvido no túmulo ao ver um colega físico formado pelo prestigioso MIT (Massachusetts Institute of Technology, dos EUA) maltratar tanto a física**.

Para justificar que as ações humanas não seriam capazes de alterar o clima da Terra, **o articulista lança mão do fato de que a energia solar recebida pela Terra é milhares de**

vezes maior que o total de energia utilizada pelas atividades humanas.

A física de sistemas complexos – e o sistema climático global é um sistema complexo – **nos ensina que não é necessário movimentar energias comparáveis àquelas utilizadas nos fenômenos climáticos para alterá-los.** Basta que a perturbação atinja um ponto sensível desse sistema. Esse “ponto sensível” é a mudança na composição da atmosfera, com a injeção maciça de gases de efeito estufa – numa velocidade maior do que a atmosfera pode dispor dos gases, resultando na acumulação atmosférica destes-, que aquecem a superfície e a baixa atmosfera. **É, no mínimo, incomum um bom físico [pressupõe que Azevedo é um físico “ruim”] não reconhecer isso, conhecimento bastante básico em física e em outras ciências.**

Azevedo se utiliza da falácia “non sequitur”, em que a conclusão não segue das premissas, **para confundir.** Argumenta que, se modelos demográficos não foram bons para prever a população da Terra nas últimas décadas, então modelos climáticos não o são para prever a temperatura do planeta nos próximos 50 anos. **É confundir alhos com bugalhos.**

As ferramentas utilizadas para chegar às projeções das mudanças climáticas são modelos matemáticos do sistema climático que utilizam as leis universais da física. Por exemplo, **as taxas de absorção da radiação térmica pelos gases de efeito estufa – que explicam a física elementar deste efeito e do aquecimento global – são muito bem conhecidas e não mudam de década para década.** Aliás, são constantes da física quântica que não se alteraram desde o surgimento desses gases nos primórdios do universo, há mais de 13 bilhões de anos.

O ex-reitor da UnB (Universidade de Brasília) se utiliza de outra falácia: “argumentum ad hominem”, o ataque ao argumentador. Segundo ele, os dirigentes envolvidos com as mudanças climáticas sofrem de poluição mental e escolhem lugares aprazíveis para realizar suas reuniões (Rio, Viena, Kyoto, Bali) e, portanto, não podem ser levados a sério e não necessitam prestar atenção ao que dizem.

Para legitimar seu discurso, Nobre também desqualifica o discurso “cético”, utilizando-se, inclusive, da mesma estratégia de que acusa o interlocutor: o *argumentum ad hominem*. É possível ler em seu texto sentidos como “ignorante”, “físico ruim”, “falacioso” etc., explicitados ou não, direcionados a Azevedo.

Na realidade, **os relatórios do IPCC avaliam amplamente**, a cada cinco a seis anos, **o avanço do conhecimento científico sobre as mudanças climáticas e representam os consensos dos milhares de cientistas que deles participam**, em que se **documenta meticulosamente o que é sabido e também as incertezas sobre as mudanças climáticas que já estão ocorrendo e sobre as projeções para o futuro. No momento em que a ciência aponta riscos e perigos da continuidade da trajetória atual de emissões**, cabe à classe política estabelecer políticas públicas de enfrentamento às ameaças potenciais.

A Convenção do Clima da ONU e seus desdobramentos são ações políticas em resposta a um desafio de proporções globais, motivado por consensos e projeções de cientistas, algo raro de acontecer no concerto das nações. Como disse recentemente o presidente da Convenção do Clima, Yvo de Boer, é criminalmente irresponsável não atuar imediatamente para reduzir o risco futuro representado pelas mudanças climáticas. **No entanto, há ainda aqueles que preferem continuar dormindo em berço esplêndido e viver em feliz ignorância.** [Folha, Tendências/Debates, 13/12/2007]

Um das questões que atravessam esse debate/embate é o *status* do que é “ciência” e como ela é significada na imprensa, seja por meio de opiniões (editoriais, artigos, cartas de leitores) ou de notícias (matérias e reportagens, assinadas ou não). Nos exemplos analisados, os dois cientistas são qualificados – José Carlos Azevedo era doutor em física pelo MIT (Instituto de Tecnologia de Massachusetts, EUA) e Carlos Nobre é doutor em meteorologia pelo mesmo MIT, pesquisador titular do INPE, à época era presidente do IGBP (International Geosphere-Biosphere Programme) e participou, como autor, do *Working Group II* do AR-4.

Observe-se que, para um leigo, fica difícil avaliar quem está com “razão”⁹⁷. Ambos falam do *lugar* de cientistas, com doutorado em uma das mais importantes instituições do mundo, o MIT. O jornalismo, baseado no princípio de que é preciso “ouvir os dois lados”, abre espaço para o debate, inclusive em forma de notícia. Saliento

⁹⁷ A percepção sobre a “verdade científica” por parte do público leitor não é objeto deste trabalho, mas acredito que seria um *corpus* interessante para análise, a partir das teorias de “Recepção”, no âmbito da comunicação. Porém, quando eu menciono a dificuldade de se avaliar “quem está com a razão”, eu me refiro ao fato de que o discurso jornalístico sobre meio ambiente e aquecimento global é um *locus* de um tipo de disseminação que reverbera na esfera política, em toda a sua complexidade, incluindo se formulações de políticas públicas, e, consequentemente fomentando práticas sociais. Daí porque defendo que a responsabilidade na divulgação sobre essas questões na imprensa é muito significativa, e é preciso, mesmo na condição de leigo, buscar indícios ou elementos dos discursos científicos que possibilitem matérias analíticas devidamente apuradas.

que não é meu objetivo, enquanto analista, “tomar partido”, e sim analisar o funcionamento dos discursos. E para que se possa compreender as condições de produção desses discursos, uma possibilidade é recorrer à produção científica dos cientistas enunciadores na complexa área em questão – a ciência das mudanças climáticas, mesmo critério usado pelos próprios cientistas, e também às fontes que eles apresentam para sustentar seus discursos.

Como vimos, tanto José Carlos Azevedo quanto Carlos Nobre citam importantes nomes da ciência (o do físico-químico sueco Svante Arrhenius, por exemplo) para legitimar seus discursos e consequentemente *deslegitimar* o do outro. Essa estratégia pode ser percebida também no artigo “*Um bem-aventurado e sua douta ignorância*”, que Azevedo escreveu em resposta a Carlos Nobre, na mesma seção “**Tendências/Debates**” da *Folha*. Vejamos, nos itens grifados, indícios da polêmica e dos argumentos (científicos e pessoais):

Um bem-aventurado e sua douta ignorância

Sem um só argumento científico para contestar o que eu disse sobre o clima da Terra, Carlos Nobre atribuiu a mim erros que não cometi

COM ATRASO, **pouca educação e menores conhecimentos científicos** [significa que ele, Azevedo, possui “**muita educação**” e “**maiores**” conhecimentos], o sr. Carlos Nobre, do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática, na sigla em inglês) e do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), publicou neste espaço, no dia 13/12, o artigo “Sobre um físico e a feliz ignorância” para criticar texto de minha autoria publicado em “O Estado de S. Paulo” de 7/11, “O aquecimento da Terra”. **Bastaria dizer “non sequitur” para respondê-lo [Nobre deve ser ignorado]. Sem um só argumento científico [legitimidade] para contestar o que eu disse**, atribuiu a mim erros que não cometi e acobertou-se em expressões latinas triviais.

Foi além: **insinuou ter conhecimentos de física que não tem [sem legitimidade]** e falou de “constantes da física quântica que não se alteram desde o surgimento desses gases nos primórdios do universo, há mais de 13 bilhões de anos”, afirmação errada, pois elas variam; **ele nada entende de “renormalização”** nem dos **estudos iniciados por Dirac em 1937** sobre variação da constante gravitacional.

Para impressionar, falou de “**física dos sistemas complexos**”, ramo da matemática **iniciado por Poincaré** no século 19 e **inútil para provar que o CO₂ gerado pelo homem é a causa do aquecimento**. A **física pueril do sr. Nobre** é do século 19, sem quanta e sem relatividade, e **a meteorologia não é ciência por não ter a capacidade de prever**; ninguém prevê o clima com mais de um mês de antecedência, apesar das “projeções por computador”, que valem pouco. O sr. Nobre deve também confiar no Almanaque Capivarol e **ignora que “a ciência é feita de fatos**, como uma casa é feita de pedras, **mas uma acumulação de fatos não constitui uma ciência**, como uma de pedras não faz uma casa” (H. Poincaré, “La Science et l’Hypothèse”) [citação com a qual pretende validar seu discurso].

O resumo do meu artigo é simples: **o IPCC é um órgão político, e não científico, e não há prova de o CO₂ gerado pelo homem influir no clima da Terra**, que sofre outras influências: manchas solares, raios cósmicos, neutrinos, ciclos da Terra em sua órbita, vulcanismo, nuvens, correntes oceânicas etc.

Ao afirmar: “... *o IPCC é um órgão político, e não científico, e não há prova de o CO₂ gerado pelo homem influir no clima da Terra...*”, o discurso “cético” remete à ideia de que ser “político” é passível de descrédito, sendo essa uma forma de significar, por antinomia, a ciência – não qualquer ciência, mas a citada por ele – como sendo a fonte confiável, e, em última análise, a *legítima* voz do aquecimento global. Esse sentido também está presente em “...sr. Nobre: **afaste-se de seus mentores Al Gore e Arnold Schwarzenegger...**”.

O leitor interessado na opinião de renomados cientistas sobre o IPCC **pode ler** na internet a **conferência de Antonino Zichichi** [fonte científica para contrapor o discurso dominante], presidente da Federação Mundial de Cientistas, feita neste ano no Vaticano para o Conselho Pontifício de Justiça e Paz, em que criticou a debilidade dos modelos matemáticos do IPCC; disse que o tema do aquecimento deve voltar aos laboratórios e não cabe em foros onde alarmistas buscam notoriedade.

Leia também os seminários internacionais sobre emergências planetárias, da fundação **Ettore Majorana**, Erice, Itália. **Leia o que disse**, na Universidade de Wisconsin e em “The Third Culture”, **Freeman J. Dyson**, de Princeton, um dos criadores da eletrodinâmica quântica. Leia o depoimento do **festejado meteorologista Robert M. Carter**, “Public Misconceptions of

Human Caused Climate Change (...): “É fato notável que, apesar dos gastos em escala mundial de cerca de US\$ 50 bilhões e dos esforços de dezenas de milhares de cientistas, nenhum sinal climático foi detectado que seja inequivocamente distinto das variações naturais”. [Falta leitura a Carlos Nobre]

Na mesma linha, há o depoimento, no mesmo Senado, do meteorologista do MIT Richard Lindzen. Henrik Svensmark, Christopher Landsea, Paul Reiter, Claude Allègre, Hendrik Tennekes... Descabe a lista enorme de cientistas críticos ao IPCC.

O clima na Terra muda sempre e nada indica que sofre influência humana. Por isso, **basta dizer ao sr. Nobre: afaste-se de seus mentores Al Gore e Arnold Schwarzenegger**, o “Exterminador do Futuro”; leia o “Manual da Redação” da Folha, pois o **seu texto é muito confuso**; insista em sua profissão, que é extremamente importante, e lembre-se do exemplo de Demóstenes, o maior orador da Antiguidade: nasceu gago e venceu essa limitação discursando, para bravias ondas do mar, com umas pedrinhas na boca; por isso, **estude muita física, assunto que conhece pouco [não é competente]**. E encontre conforto espiritual no Evangelho de São Mateus: “Bem-aventurados os pobres em espírito porque deles é o reino dos céus”. [Folha, **Tendências/Debates**, 26/12/2007]

É possível perceber as estratégias discursivas que os autores usam com o propósito de atrair a opinião pública para uma ou outra posição. Nobre se utiliza de ditos populares, conforme trecho em negrito: “[Azevedo] *Argumenta que, se modelos demográficos não foram bons para prever a população da Terra nas últimas décadas, então modelos climáticos não o são para prever a temperatura do planeta nos próximos 50 anos. **É confundir alhos com bugalhos***”). Azevedo “convoca” o leitor a participar do debate: “O leitor interessado na opinião de renomados cientistas sobre o IPCC pode ler na internet a conferência de Antonino Zichichi...”. E ambos sempre reivindicam em seus discursos a *legitimidade científica*, citando fontes e tentando *deslegitimar* o discurso do outro.

No artigo “Ninguém sabe” (de 25 de fevereiro de 2009), Azevedo volta à carga afirmando que os cientistas do IPCC são “cultores de uma ciência climática vodu, sem teoria nem comprovação experimental”. Vejamos os excertos a seguir, contrapostos aos discursos dominantes, que ratificam as conclusões do IPCC:

O discurso do IPCC:

Os relatórios do IPCC avaliam amplamente, a cada cinco a seis anos, **o avanço do conhecimento científico sobre as mudanças climáticas e representam os consensos dos milhares de cientistas que deles participam [a maioria “legítima”]**, em que se documenta meticulosamente o que é sabido e também as incertezas sobre as mudanças climáticas que já estão ocorrendo e sobre as projeções para o futuro. (Carlos Nobre, FSP, 13/12/2007)

O discurso “cético”:

EM JANEIRO de 2008 **neveu em Bagdá e isso não ocorreu em todo o século 20**; no mesmo ano e no atual, neveu na Síria, na Turquia, na Grécia e em grande parte da Ásia. Na Europa e nos EUA o inverno é inclemente e neveu nos desertos de Mojave e de Las Vegas. **Nada disso foi previsto pelos xamãs e videntes do IPCC, que, há 20 anos, fazem “projeções climáticas” [heterogeneidade marcada por aspas] para 20 ou mais anos depois.** (José Carlos Azevedo, FSP, 25/02/2009)

...

Há hoje apenas uma **prova do “aquecimento antropogênico”**: os computadores do IPCC e adeptos. (Idem)

...

Aos cultores dessa ciência climática vodu, sem teoria nem comprovação experimental [deslegitimação do discurso do IPCC], restou fazer ameaças, frases feitas e reuniões estridentes no Rio, em Bali e em Poznam para salvarem a Terra. (Idem)

O discurso do IPCC:

É FÁCIL criar confusão sobre a ciência do clima. E as consequências dessa confusão podem ser enormes e catastróficas. O exemplo são os EUA, onde, desde os anos 90, uma dezena de cientistas contrários (em inglês, “contrarians”) têm dado uma força fundamental a um movimento conservador e antirregulatório, contestando a ciência e as preocupações relativas às mudanças climáticas provocadas pelos seres humanos. (Myanna Lahsen, FSP, 03/04/2009)

O discurso “cético”:

Lahsen, antropóloga dinamarquesa, **diz que o IPCC “não é uma instituição de pesquisa” e “não faz previsões do tempo nem do clima.** Ele avalia ciência já produzida”, **mas se desdiz ao afirmar que o IPCC tem “milhares de cientistas”** (José Carlos Azevedo, FSP, 16/04/2009)

...

Cabem perguntas: **há prova científica sobre a influência do CO₂ no clima? Não há.** Algum livro de física de nível universitário menciona esse efeito estufa? Salvo engano, só há um, o “Thermal Physics”, de Kittel (edição de 1990), que, em quatro linhas, atribui o efeito ao vapor d’água. O que os **ecoterroristas** chamam de efeito estufa nada tem a ver com o que ocorre numa estufa para plantas ou em um automóvel com os vidros fechados e exposto ao sol. (Idem)

O *corpus*, em sua materialidade discursiva, possibilita a compreensão de como os sentidos se constituem filiados a uma rede de significações. Os trechos sublinhados indicam um confronto de discursos em movimento. “*Alerta*” (na formulação “*a ciência aponta riscos e perigos*”, de Carlos Nobre) e “*ecoterrorismo*” (na afirmação “*O que os ecoterroristas chamam de efeito estufa nada tem a ver...*”, de José Carlos Azevedo), no deslocamento, textualizam todo um embate discursivo, portanto ideológico entre os que integram o IPCC e os que estão de fora. Que o clima do planeta está mudando, ninguém contesta. O dissenso está na conclusão de que a ação humana é o motor para essa mudança. Mas se o relatório do IPCC traduz-se em *alerta* ou em *ecoterrorismo*, isso já são sentidos. Sentidos produzidos nos discursos dos cientistas, na forma de artigo, nos textos analisados.

Do ponto de vista jornalístico, pode-se afirmar que essas formulações (“*alerta*”, “*ecoterrorismo*”, “*ciência vodu*”) teriam predisposição para destacabilidade em manchetes, caso os cientistas fossem as *fontes* da notícia. São termos que têm força sígnica para ocupar posição de destaque em outro enunciado, no caso, a textualização jornalística (especificamente, em manchete). São enunciados “*curtos, bem estruturados, de modo a impressionar, a serem facilmente memorizáveis e reutilizáveis*” (MAINGUENEAU, 2008, p. 77).

Como mediador desse embate, há o discurso jornalístico pretensamente “isento”, mas que parece legitimar o discurso do IPCC, produzindo um efeito de sentido outro. Este efeito é resultado de um duplo movimento de interpretação do jornalista: ele interpreta um discurso (científico) ao mesmo tempo em que produz um lugar de

interpretação em outro nível de discurso, com efeitos de sentidos próprios do jornalismo científico. Vejamos:

O discurso “cético”:

Em 2007, **K.Trenberth, meteorologista do IPCC, disse que “não há previsões climáticas feitas pelo IPCC. E nunca houve”**. Mas os xamãs dizem que há “consenso científico” sobre a influência do CO₂ no clima, o que fez R. Lindsay, do MIT (Instituto de Tecnologia de Massachusetts, EUA), dizer: **“Chegaram ao consenso antes de a pesquisa ter começado”**.

(José Carlos Azevedo, FSP, 25/02/2009)

O discurso jornalístico:

Pareceu contraditório que um membro do IPCC negasse a mudança climática previsível pelo acúmulo de gases do efeito estufa, argumento central de Azevedo. **Fui atrás do artigo e as duas frases de fato estão lá** (blogs.nature.com/climatefeedback/2007/06/predictions_of_climate.html), **ainda que para explicar as limitações dos cenários criados pelo IPCC, e não para invalidá-los.** (Marcelo Leite, FSP, 01/03/2009)

Nesse exemplo, o jornalista Marcelo Leite encerra o seu artigo transcrevendo o que seria “a verdadeira” afirmação do cientista citado como fonte de contestação do IPCC no discurso “cético”. Trata-se de uma estratégia discursiva de asserção de autoridade, a fim de gerar o efeito de legitimidade do discurso predominante. Com a diferença de que, aqui, quem fala é o jornalista, não o cientista do IPCC, o que confere um efeito de isenção:

Encontrei no texto de Kevin Trenberth outro trecho, porém, que traduzo para o leitor julgar se foi honesto o uso da fonte: “O relatório do IPCC deixa claro que estamos comprometidos no futuro, de maneira substancial, com mais mudança climática, **mesmo se pudermos estabilizar concentrações atmosféricas de gases do efeito estufa**. E esse comprometimento é ainda maior, pois o melhor que podemos esperar no curto prazo, realisticamente, é talvez estabilizar emissões, o que significa aumento das concentrações de gases perenes do efeito estufa,

indefinidamente, futuro adentro. **Portanto, a mudança climática futura está garantida**".
[Marcelo Leite, FSP, 01/03/2009]

É clássica na teoria do discurso a concepção de que não há “fato” ou “evento” histórico que não faça sentido, que não peça interpretação, que não reclame que lhe achemos causas e consequências. E é nisso que consiste (na perspectiva da AD) a história, nesse fazer sentido, mesmo que se possa divergir sobre esse sentido em cada caso". (Henry, 1994:51). O trabalho de análise de discurso não é valorativo. Não há “o certo” e “o errado”. Há a forma linguística e seu funcionamento na produção de determinado efeito de sentido vinculado a um ou outro discurso. A linguagem é um fato. O sentido, um processo.

As marcas do dizer configuram, por sua recorrência, propriedades que definem de onde vem e para onde vai o discurso. Sentido sempre é “relação a” (CANGUILHEM, 1980). Assim, o que se percebe no funcionamento da linguagem é um funcionamento muito similar do discurso predominante dos cientistas do IPCC e do discurso dos céticos.

Ambos os discursos tentam legitimar o sentido de aquecimento global (*antropogênico*, em um, e *natural*, no outro) por meio da deslegitimação do interlocutor. Há intertextos com o discurso religioso e sinalizações para o metafísico – que definitivamente não têm interlocução com o científico – para esvaziar o sentido (“*O dia do Juízo Final*”. “*Um bem-aventurado e sua douta ignorância*”, “*Evangelho de São Mateus*”).

Ao mesmo tempo em que querem deslegitimar o outro, buscam se legitimar. E o fazem por meio do intertexto científico, que é como a ciência se constrói. Citam fontes, autores, outros cientistas para afirmar seu sentido e, ao mesmo tempo, desqualificam cientistas citados pelo outro discurso, pelo mesmo motivo;

Ambos acusam o discurso contrário de “falacioso”, apelando para o “argumentum ad hominem” e, ao mesmo tempo, utilizam essa – e outras – estratégia para esvaziar a legitimidade do sentido que não converge;

Quando se fala em “discurso da ciência”, é preciso notar, não se pode considerar um discurso homogêneo, bloqueado, determinista. Trata-se, como qualquer discurso, de um todo em agonística, com suas contradições e dissensões.

[Cont.]

Aquilo que na sua construção linguística se apresenta como científico pode funcionar de forma diversa de um outro funcionamento sob a mesma rubrica de cientificidade. Discurso não é o que se diz, mas o que se faz com a linguagem. O funcionamento dos discursos antagônicos são similares, variando, claro, a disputa pelo sentido do relatório do IPCC. O embate entre *alerta* e paráfrases ou *ecoterrorismo* e variações marcam a presença do político no discurso (e na língua). Identificar-se com um ou outro sentido já é falar tomado pelo dispositivo ideológico de interpretação. O discurso jornalístico se coloca como mediador desse embate entre cientistas do IPCC e “céticos”. Mediador num duplo sentido: no sentido de promover a interlocução com a sociedade mediante a publicização da ciência e no sentido de situar-se entre ambos os discursos, adquirindo um certo status de “isenção”, mas que não pode prescindir da legitimidade do científico para a sua própria legitimidade.

O gênero opinativo, em jornalismo, como diz o termo, compreende todos os espaços de opinião, como editoriais (posição do veículo), cartas de leitores e artigos (textos escritos por jornalistas ou especialistas, assinados, que, no entanto, ao contrário do editorial, não correspondem, necessariamente, à posição do veículo). Na análise das controvérsias provocadas pelos “céticos”, optei por esse gênero como parte do meu *corpus* por duas razões: primeiro, porque os enunciadores são os próprios cientistas, isto é, não há um discurso outro (o jornalístico) *reformulando* os dizeres; segundo, para mostrar que, diferentemente da notícia, o artigo se caracteriza pela tomada de posição explícita, sem compromisso ou obrigação de abrir espaço para o “contraditório”, o que evidencia a presença do político no discurso científico, apesar do imaginário popular de que ciência é “pura” e “neutra”.

Mas a “polêmica” levantada pelos “céticos” também circula na mídia brasileira em forma de notícia, tendo como então principal *porta-voz*, o físico Luís Carlos Baldicero Molión (que, para os jornalistas, assumiu o *lugar* de José Carlos Azevedo). Molión é meteorologista, professor e pesquisador da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), doutor em Meteorologia pela University of Wisconsin. É um dos cientistas que mais veementemente refutam o argumento de que o homem e suas emissões de CO₂ são capazes de causar aquecimento global. Mas não nega o aquecimento “natural”, embora afirme que o Planeta “pode esfriar” no futuro. Mais recentemente, outros “céticos” procuraram – e conseguiram – atrair os holofotes da mídia. Contudo, diferentemente de

[Cont.]

Molión, boa parte deles não possui uma única publicação científica na área, de acordo com os registros na Plataforma Lattes, o que, neste caso, considero uma importante referência para nós, jornalistas, leigos, na seleção das *fontes*. Também por esta razão, optei pela análise dos artigos. Nesse caso, parece claro que o princípio de dar igual espaço aos “dois lados” não se sustenta, ainda mais sob o argumento de que “*Galileu também estava ‘sozinho’*”. Considerando que os discursos em questão reverberam política e socialmente, entendo que não se pode desprezar o critério básico da produção científica na área da ciência do clima para selecionar e *legitimar fontes*. De todo modo, na análise da materialidade, procurei apenas descrever os diferentes sentidos dos enunciados, embora, como disse, na introdução deste trabalho, a condição de analista não apaga a de jornalista, com todas as implicações subjacentes a essa dupla posição.

Em 14 de maio de 2012, um grupo de 18 “céticos”⁹⁸ brasileiros escreveu uma “carta aberta” de sete páginas à presidenta da República, Dilma Rousseff, sob o título: “**Mudanças climáticas: hora de se recobrar o bom senso**”, apresentando quatro argumentos básicos: (1) “*Não há evidências físicas da influência humana no clima global*”; (2) “*A hipótese “antropogênica” é um desserviço à ciência*”; (3) “*O alarmismo climático é contraproducente*” e (4) “*A ‘descarbonização’ da economia é desnecessária e economicamente deletéria*”. Reproduzo a introdução da carta, que cita uma declaração de Dilma Rousseff aparentemente relacionada à questão do aquecimento global, sugerindo uma posição ideológica de contestação por parte da presidenta:

Mudanças climáticas: hora de se recobrar o bom senso

São Paulo, 14 de maio de 2012

Exma. Sra.
Dilma Vana Rousseff
Presidenta da República Federativa do Brasil

⁹⁸ A carta está reproduzida na íntegra, com a identificação dos autores, na seção Anexos, ao final da Tese.

Excelentíssima Senhora Presidenta:

Em uma recente reunião do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, **a senhora afirmou, oportunamente, que a fantasia não tem lugar nas discussões sobre um novo paradigma de crescimento** – do qual a Humanidade necessita, de fato, para proporcionar a extensão dos benefícios do conhecimento a todas as sociedades do planeta. **Com igual propriedade, a senhora assinalou, também, que o debate sobre o desenvolvimento sustentado precisa** ser pautado pelo direito dos povos ao progresso, com **o devido fundamento científico.**

Assim sendo, permita-nos complementar tais formulações, observando que as discussões sobre o tema central da agenda ambiental, as mudanças climáticas, têm sido pautadas, predominantemente, por motivações ideológicas, políticas, econômicas e acadêmicas restritas. Isto as têm afastado, não apenas dos princípios basilares da prática científica, como também dos interesses maiores das sociedades de todo o mundo, inclusive a brasileira. Por isso, apresentamos-lhe as considerações a seguir:

Recorrendo às notícias sobre o evento, a reunião com os integrantes do Fórum do Clima, no Palácio do Planalto, pode-se constatar que a declaração de Dilma Rousseff foi totalmente descontextualizada. Ela se referia à necessidade de construção de novas usinas hidrelétricas na Amazônia, e o termo “fantasia” fora dirigido especificamente aos ambientalistas contrários a essa “política desenvolvimentista”. O termo “fantasia”, portanto, significava, nas palavras da presidenta, o “estado em que vivem as pessoas contrárias à construção das hidrelétricas”, não havendo qualquer relação direta com o tema aquecimento global, emissões de GEE e seus corolários. Vejamos um exemplo das notícias que circularam, a matéria da *Agência Estado*, que também foi publicada no jornal *O Estado de São Paulo* e no Portal de Notícias G1, do grupo Globo, eu concorrente (o que mostra certa uniformidade no discurso):

Em encontro, Dilma defende novas usinas hidrelétricas

Agência Estado

A presidente Dilma Rousseff aproveitou uma reunião com os integrantes do Fórum do Clima, no Palácio do Planalto, para avisar de vez a grupos ambientalistas que lutam contra a construção de usinas hidrelétricas na Amazônia que o governo não mudará seu projeto de aumento da oferta de

energia e de desenvolvimento da região. **Ela chegou a dizer que essas pessoas contrárias à construção das hidrelétricas vivem em um estado de “fantasia”.**

Ao se referir à participação do Brasil na Rio+20, a conferência das Nações Unidas que será realizada em junho, no Rio de Janeiro, Dilma lembrou aos que estavam na reunião que **o mundo real não trata de tema “absurdamente etéreo ou fantasioso”.** **Dilma disse que o Brasil vai trabalhar, sim, pelo desenvolvimento sustentável,** para tirar as pessoas da pobreza, para encontrar formas de conciliar o progresso com o respeito ao meio ambiente. [AE e Portal G1, 04/04/2012]

Pode-se afirmar que essa estratégia discursiva pode ser compreendida à luz de Maingueneau (2005) em sua definição sobre simulacro. De acordo com o autor, trata-se de uma espécie de tradução do valor de um discurso em outro discurso, que não acontece de maneira aleatória, mas obedecendo a uma semântica global em que UM é lido a partir da semântica do outro em suas próprias categorias.

Outro aspecto me chamou a atenção na carta: algumas afirmações não correspondem ao que os próprios signatários citam. Eles dizem, por exemplo, que [o aquecimento] “*trata-se de uma criação ‘política’ do físico HansJoachim Schellnhuber, assessor científico do governo alemão, como admitido por ele próprio, em uma entrevista à revista **Der Spiegel** (17/10/2010)*”. Pesquisei no acervo da Der Spiegel e não encontrei tal reportagem na data mencionada. Há uma entrevista do dia 16 de agosto (dois meses antes), na qual HansJoachim Schellnhuber “defende” o aquecimento global, e sua frase foi destacada pelos “céticos” para justificar que a questão do aquecimento é “política” e, por isso, inválida⁹⁹.

Schellnhuber diz que, na pesquisa de clima, seria tecnicamente difícil realizar o debate científico completo para o exterior, visto que a política e a sociedade querem respostas claras e inequívocas:

⁹⁹ A entrevista completa, original em alemão, pode ser conferida no link da revista, acessado em 14/03/2012 (<http://www.spiegel.de/spiegel/print/d-73290108.html>)

... In climate research, it would be technically difficult to carry the full scientific debate outward. Because politics and society want as clear, unambiguous answers. And if we can not, many people do not listen closely and more to us.

A carta, todavia, reformula esse dito para desqualificar o discurso científico, reduzindo-o a uma questão “menor”, a política. Trata-se, portanto, de um sentido outro: o de que o debate climático é “só política”.

Ressalto que, por se tratar de citação de uma entrevista pingue-pongue (perguntas e respostas), e não de uma publicação científica com toda a sua complexidade, foi mais fácil ir na “fonte” citada na carta para aferir a sua veracidade. Daí porque destaquei esse argumento e não outros que trabalham com dados meramente científicos.

Esse dado é uma pequena amostra de que uma cobertura jornalística aprofundada e criteriosa precisa checar suas fontes à exaustão. No caso do IPCC, isso foi cobrado no/pelo discurso jornalístico nas previsões sobre o Himalaia, por exemplo. E “o IPCC errou”. Mas, embora o documento assinado pelos “céticos” esteja disponível na internet, em nenhum momento algum desmentido circulou como notícia. A pergunta que deixo no ar é: afinal, que interesses pode ter a imprensa nessa “polêmica” para não aprofundar ou mesmo silenciar diante de questões como essa?

Vale lembrar que a carta dos “céticos” foi elaborada no contexto das preparações para a Rio+20, na tentativa de criar um fato político (mais um) justamente quando se pretende buscar acordos de metas de redução de GEE. Isso não se dá por acaso.

4. O CLIMA ESFRIA

**“O Brasil vai trabalhar, sim,
pelo desenvolvimento sustentável,
para tirar as pessoas da pobreza,
para encontrar formas de conciliar
o progresso com o respeito ao meio ambiente.
"Ninguém numa conferência dessas também aceita,
me desculpem, discutir a fantasia.
Ela não tem espaço, a fantasia.
Não estou falando da utopia,
essa pode ter, estou falando da fantasia”.**
Dilma Rousseff, sobre a Rio_20

PRIMEIRA PARTE – Rio+20: O “fracasso” anunciado

4.1.1. Revisitando “Kyoto”

Como vimos no Capítulo 2, a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92, foi um marco para os debates socioambientais em nível mundial e contribuiu significativamente para a inserção do tema “meio ambiente” na pauta jornalística e também – e principalmente – na agenda de políticas públicas em diversos países. Dez anos depois, contudo, a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a Rio+10 ou segunda Cúpula da Terra, realizada entre os dias 26 de agosto e 4 de setembro de 2002, na cidade de Johannesburgo, na África do Sul, com o objetivo de avaliar a mudança global desde a histórica Rio-92, não teve o mesmo sucesso de mídia, tampouco obteve resultados na esfera política.

De acordo com a *Folha de S. Paulo*¹⁰⁰, mesmo tendo sido um encontro considerado “de alto nível”, reunindo líderes mundiais, cidadãos engajados, agências das Nações Unidas, instituições financeiras multilaterais e outros importantes atores, a

¹⁰⁰ Disponível em http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2002/riomais10/o_que_e.shtml
Acesso em 21 de outubro de 2011.

Rio+10 frustrou as expectativas dos que esperavam maiores avanços, “... *limitando-se à fixação de um plano de implementação contendo metas genéricas e sem previsão de prazos para garantir o cumprimento dos acordos assinados no Rio de Janeiro*”.

Os diversos temas tratados em Johannesburgo, entre eles a erradicação da pobreza, a mudança dos padrões de produção, o consumo e manejo de recursos naturais e o desenvolvimento sustentável, foram razões de crítica ao evento, que “perdeu o foco”¹⁰¹. Vejamos o que disse a *FSP*, à época:

... como a Rio +10 pretende cobrir temas amplos, teme-se que o debate perca o foco e seja diluído.

Outra crítica feita é quanto à escolha de Johannesburgo como sede do encontro. Em um continente devastado pela miséria e pela Aids, os ambientalistas acreditam que a atenção seja voltada para a questão africana, jogando-se para escanteio as discussões sobre o ambiente.

A ausência do presidente George W. Bush também prejudica a cúpula. Bush mostrou-se menos preocupado com o futuro ambiental que seu pai, o ex-presidente George Bush, que chegou a participar, ainda que de forma figurada, da Eco-92. Bush, filho, já havia indicado sua falta de disposição para o assunto quando não ratificou o Protocolo de Kyoto – o qual prevê a redução das emissões de gases causadores do efeito estufa –, justificando que o acordo prejudicaria a indústria norte-americana.

De fato, a julgar pela ausência dos líderes dos Estados Unidos (à época o maior emissor de GEE na atmosfera), pelas declarações de várias lideranças e pela cobertura jornalística pífia, os resultados da Rio+10 ficaram muito abaixo das expectativas¹⁰². Essa foi uma das razões para um envolvimento maior das nações na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, que aconteceria dez anos depois. Realizada entre os dias 13 e 22 de junho de 2012, no Rio de Janeiro, a Rio+20 deveria

¹⁰¹ Se discutir a Amazônia é num certo sentido o núcleo da questão ambiental, pode-se observar que sempre que há uma reunião para discutir meio ambiente, surgem temas paralelos, uns mais e outros menos ligados à questão ambiental. Pobreza, lixo, abastecimento são alguns deles.

¹⁰² Durante o encerramento da conferência, Catherine Kamping, secretária Geral da Assembleia da Juventude para o Desenvolvimento Sustentável, declarou: “*Enquanto um terço da população mundial ganha menos de um dólar por dia, nós ficamos durante dez dias neste paraíso de riqueza para conseguir resultados decepcionantes*”. A avaliação dos resultados pode ser conferida no documento final da Rio+10, sob o título de “*Le sommet de Johannesburg recommande une serie de mesures pour redore la pauvrete et proteger l’environnement*”, de 4 de setembro de 2002.

Disponível <http://www.un.org/french/events/wssd/coverage/summaries/envdev33.htm>

discutir e promover acordos para a renovação dos compromissos políticos com o meio ambiente e desenvolvimento sustentável, firmados duas décadas antes, por ocasião da Rio-92.

Pela importância que o tema “*meio ambiente e desenvolvimento sustentável*” adquiriu a partir da Rio-92 e ao longo de 20 anos em todo o mundo, e particularmente no Brasil, a Rio+20 atraiu todas as atenções, e acabou se tornando o maior evento já realizado pelas Nações Unidas: contou com a participação de chefes de Estado de 190 nações e um público quase três vezes maior do que a Rio-92. Durante os dez dias do encontro, foram discutidos acordos e mudanças, sobretudo no que diz respeito à utilização dos recursos naturais do planeta e da erradicação da pobreza. Também foram discutidos aspectos relacionados a questões sociais como a falta de moradia, saneamento básico, saúde, biodiversidade, dentre outros.

Mas por que trazer a cobertura da Rio+20 para este trabalho? Primeiro, porque, ao aceitar que a Rio-92 foi um marco na consolidação do tema *meio ambiente* na *agenda-setting* da imprensa brasileira (e mundial), me interessa investigar como, 20 anos depois, as questões ambientais, em suas diversas nuances, apareceram na cobertura daquele que se tornou o maior evento político da ONU, superando exatamente a Rio-92 (daí a opção pela análise da cobertura da Rio+20 – e não da Rio+10, por exemplo).

Outra razão: o fato de a Rio+20 ter sido realizada no Rio de Janeiro novamente colocou o Brasil na posição de protagonista, e isso se refletiu ao longo da cobertura. Ou seja, como nação “emergente” e sede do evento, o Brasil ocupou uma posição de foco em todo o noticiário. Por fim, pretendemos mostrar *se e como* o tema aquecimento global figurou na textualização jornalística sobre a Rio+20. São analisados o *Caderno Especial Rio+20*, do jornal *O Globo*, e o *Especial Ambiente Rio+20*, da *Folha de São Paulo*, além de outras notícias que circularam nas edições normais, durante e depois do evento.

À exceção do *Especial Ambiente*, que circulou no dia 5 de junho, Dia Mundial do Meio Ambiente, a *Folha* não deu grande destaque à Rio+20, ao contrário de *O Globo*, que publicou cadernos especiais do dia 10 ao dia 21 de junho. Toda a cobertura no jornal paulista se resumiu a uma ou duas páginas no caderno Cotidiano. A capa do *Especial Ambiente* (Fig. 17) foi a imagem em seis colunas de uma alegoria de “economia verde”

feita com maquetes e alimentos por Herman Takasey, e o título: “*Economia verde – O caminho das pedras*”.

Na página 6 (Fig. 18), a mesma imagem da capa, em três colunas, e o título “*Cada grupo tem a sua ideia de economia verde*”, também em três colunas, destacando aquele que seria “*o termo principal usado na pauta da Rio+20*”:

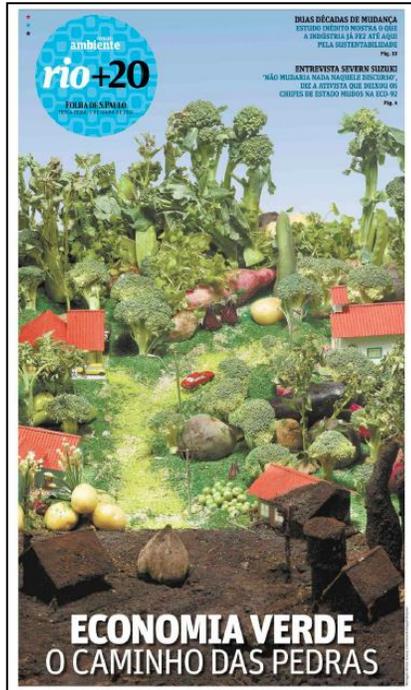


Fig.17-Capa do Especial Ambiente Rio+20

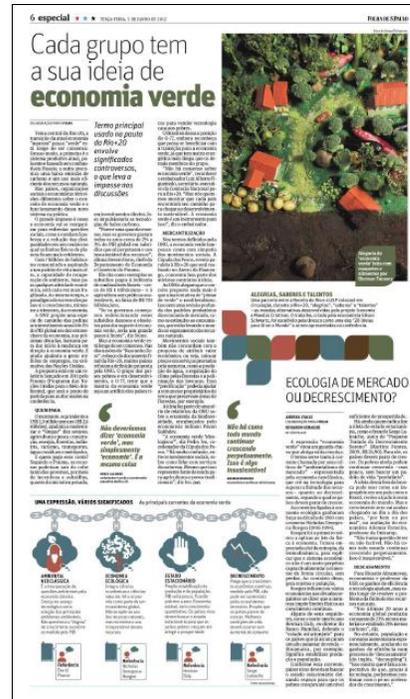


Fig.18- Manchete discutindo a polêmica

“*Economia verde*” pode ser considerado, à luz de Krieg-Planque, um sintagma associado à “*desenvolvimento sustentável*”, pois refere-se a “*boas práticas ambientais*”. Aqui, nota-se um exemplo de *fórmula* em um nível mais lexical. O termo “*verde*” funcionando como uma metáfora para “*ambientalmente correto*”. Tanto a manchete quanto o *lead* e o *sublead* da matéria (Fig. 9) evidenciam o sentido heterogêneo e polêmico do sintagma. No *lead*, o “*verde*” (“*baixa emissão de CO₂*” e “*uso mais eficiente dos recursos naturais*”) aparece em oposição a “*marrom*” (“*poluente*” e “*baseado em combustíveis fósseis*”). Vejamos os trechos grifados:

**Cada grupo tem
a sua ideia de
*economia verde***

Tema central da Rio+20, a transição da atual economia “marrom” para a “verde” está longe de ser consenso. Grosso modo, **a primeira é o sistema produtivo atual, poluente e baseado em combustíveis fósseis; a outra preconiza uma baixa emissão de carbono e um uso mais eficiente dos recursos naturais.**

Mas países, organizações sociais e economistas têm **visões diferentes sobre** o conceito de **economia verde** e o funcionamento desse novo sistema na prática.

Krieg-Planque chamou a atenção para a “relação estreita” entre a *fórmula “desenvolvimento sustentável”* e a noção de “compromisso” nela implicada. Na sequência da matéria da *Folha*, tal noção aparece no sentido emprestado ao termo “*caminho das pedras*”, apontado pela ONU, promotora da Rio+20:

(...)

O grande impasse é como a economia vai se reorganizar para enfrentar questões sociais, como o combate à pobreza e a redução das desigualdades em um cenário no qual os limites físicos do planeta ficam mais evidentes.

Com 7 bilhões de habitantes consumindo e aspirando a um padrão de vida mais alto, a capacidade de recuperação do ambiente, base para qualquer atividade econômica, está cada vez mais fragilizada. Ao mesmo tempo, o paradigma do sucesso dos países é o crescimento, trimestre a trimestre, da economia.

A ONU propõe uma espécie de *caminho das pedras*: um investimento anual de 2% do PIB global em dez setores-chave da economia, nas próximas décadas, bastaria para dar **início à mudança em direção à economia verde**. E ainda ajudaria a gerar milhões de empregos, na estimativa das Nações Unidas.

A proposta está em um relatório lançado em 2011 pelo Pnuma (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), que será o ponto de partida para as discussões na conferência.

(...)

O “compromisso” de transformar a “*economia marrom*” em “*economia verde*” torna-se uma polêmica quando se discute “*quem vai pagar a conta?*”, questão explícita na matéria na forma de *intertítulo* e que, em última análise, norteia praticamente todo o debate político mundial e, por consequência, a cobertura jornalística sobre o aquecimento global, desde a Rio-92, como mostramos no Capítulo 2. Vejamos:

(...)

A proposta está em um relatório lançado em 2011 pelo Pnuma (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), que será o ponto de partida para as discussões na conferência.

QUEM PAGA

O montante, equivalente a **US\$ 1,3 trilhão por ano** (R\$ 2,6 trilhões), **ajudaria a modernizar e “limpar”** dez setores: agricultura e pesca; construção, energia, florestas, indústria, turismo, transportes, água e resíduos e metrópoles.

E quem paga essa conta?

Segundo o Pnuma, os recursos poderiam sair do cofre tanto dos governos, por meio de incentivos e subsídios, quanto da iniciativa privada, em investimentos diretos. Isso impulsionaria as tecnologias de baixo carbono.

“Parece uma quantia enorme, mas **os governos gastam** todos os anos cerca de **2% a 3% do PIB global em subsídios que só perpetuam o uso insustentável dos recursos**”, afirma Steven Stone, chefe do Departamento de Economia e Comércio do Pnuma.

“Se **os governos começarem redirecionando** esses **subsídios danosos e obsoletos para dar suporte à economia verde**, seria **um grande passo à frente**”, diz Stone.

Nos excertos acima, observa-se que o termo “*limpar*” remete ao sentido de “*verde*”, em oposição aos “*subsídios danosos*” que perpetuam o “*uso insustentável dos recursos*”. A noção de “compromisso” subjacente à *fórmula* está presente no “*redirecionamento*” desses “*subsídios danosos*” para “*dar suporte à economia verde*”, “*um grande passo à frente*” pelo “bem do planeta” (sintagma associado à “*economia verde*”), para usar os conceitos de Krieg-Planque.

[Cont.]

Note-se, ainda, o sentido de “concessão” no último parágrafo acima (“*Se os governos começarem redirecionando... seria um grande passo à frente [...]*”), constitutiva da fórmula “*desenvolvimento sustentável*”, aqui associada à “*economia verde*”, noção que “*permite a expressão de diversas mensagens suscetíveis de funcionar como atos de linguagem produzidos concomitantemente por diferentes categorias*” e que expressam uma contradição, que pode ser superável.

Como já vimos, os sentidos para o sintagma não são compartilhados. Ao contrário, estão em oposição, uma oposição polêmica, conforme o título (“*Cada grupo tem a sua ideia de **economia verde***”), o *sublead* e a sequência do texto, conforme excertos abaixo:

Mas a **economia verde está longe de ser consenso**. Nas discussões do “Rascunho Zero”, esboço do documento final da Rio+20, muitos países refutam a definição proposta pela ONU. O grupo dos **países pobres e em desenvolvimento**, o G-77, teme que o **mantra da economia verde seja um artifício** dos **países ricos** para vender tecnologia cara aos pobres.

O Brasil endossa a posição do G-77 embora reconheça que possa se beneficiar com a transição para a **economia verde**, já que tem **matriz energética mais limpa** que os demais membros do grupo.

“**Não há consenso sobre economia verde**”, reconhece o embaixador Luiz Alberto Figueiredo, secretário-executivo da Comissão Nacional para a Rio+20. “Mas nós queremos mostrar que **cada país encontrará seu caminho para chegar ao desenvolvimento sustentável**. A **economia verde é um instrumento para isso**”, diz o embaixador.

MERCANTILIZAÇÃO

Nos termos definidos pela ONU, a **economia verde** também pouco conta com a simpatia dos movimentos sociais. A Cúpula dos Povos, evento paralelo à Rio+20 que será realizado no Aterro do Flamengo, concentra boa parte dos **ativistas contrários à ideia**.

As ONGs alegam que o conceito proposto nada mais é do que uma tentativa de “**pintar de verde**” o neoliberalismo. Isso

sem uma revisão profunda dos **padrões predatórios da economia** de mercado, como os estímulos ao consumismo, que estão levando o mundo ao **esgotamento dos recursos naturais**. (...)

O embate entre “*países pobres*” x “*países ricos*” é a polêmica que fundamenta os debates políticos – e a dificuldade para acordos diplomáticos, como consequência – acerca do aquecimento global. Note-se que “*matriz energética limpa*” é um sintagma associado à “*economia verde*”, sendo “*limpo*” uma metáfora para “*verde*”. Mais que associar, “*economia verde*” é o “*instrumento*” para se chegar ao “*desenvolvimento sustentável*”. Por sua vez, “*pintar de verde*” também significa “*limpar*”, termos que aparecem em oposição a “*padrões predatórios da economia*”, que estão ocasiando o “*esgotamento dos recursos naturais*”. Tal polêmica também aparece no título da retranca: “*Ecologia de mercado ou decrescimento*”.

Os sentidos antagônicos para “*economia verde*” estão explicitados, ainda, no infográfico de quatro colunas que complementa a manchete, conforme mostra a Figura 19:



Fig. 19- Infográfico destaca a polissemia do sintagma “*economia verde*”

Em AD, uma das noções produtivas para análise de enunciados é a de pré-construído. O conceito de “pré-construído” surge da leitura materialista de Frege e das reflexões críticas aos trabalhos de Oswald Ducrot sobre pressuposição. Despojado de todo sentido lógico e “interacional”, o pré-construído constitui a reformulação da pressuposição sob o domínio de uma do discurso fortemente ligada à história. Pêcheux desenvolveu a noção juntamente com Paul Henry (1992).

Como vimos no Capítulo 1, o jornalismo procura se constituir sobre a noção de objetividade (ou, pelo menos, de equidistância) como princípio imanente de sua prática. É isso que o sujeito inscrito no dispositivo ideológico de interpretação espera dele quando entra em contato com essa discursividade. Mesmo que se critique um meio de comunicação por sua parcialidade, evidenciando a falta de equidistância, se está reclamando exatamente essa característica ausente como necessária. Diversas teorias, entre elas a semiótica greimasiana e a AD proposta por Charaudeau, tratam dessa questão à luz do conceito de contrato, que significa basicamente que cada campo discursivo funciona em relação aos interlocutores, a partir de certos princípios. Espera-se, por exemplo, que os jornais sejam verazes, o que certamente não se espera da publicidade ou da literatura, por razões diversas.

Outro objetivo, nesta análise da Rio+20, é mostrar, partindo dos conceitos de Pêcheux, como a imprensa opera no interior desse contrato, isto é, da expectativa de “objetividade”. Já mostrei em alguns casos como essa “objetividade”, que poderia implicar ausência de tomada de posição avaliadora da notícia por parte do jornalista, nunca é plenamente alcançada (supondo que o jornalista pense que quer alcançá-la). Essa impossibilidade da pura e simples objetividade se deve ao fato de que todo enunciado se inscreve em alguma FD e materializa alguma ideologia. Qualquer que seja o *corpus* analisado, estará imerso no *interdiscurso* e na *memória discursiva*.

O procedimento de análise vai levar em consideração, portanto, os vestígios da memória discursiva que se inscrevem no interdiscurso. Tal análise se efetuará por meio de uma organização *em espiral*, que implica eventuais reconfigurações do *corpus*. O que significa que a análise linguística e a análise discursiva se alternam, levando em conta a incessante desestabilização discursiva do “corpo” das regras sintáticas e das formas “evidentes” de sequencialidade. Para Pêcheux (1990),

o problema principal é determinar nas práticas de análise de discurso o lugar e o momento da interpretação, em relação aos da descrição: dizer que não se trata de duas fases sucessivas, mas de uma alternância ou de um batimento, não implica que a descrição e a interpretação sejam condenadas a se misturar no indiscernível (p. 54).

Assim, o objetivo é analisar e descrever alternadamente, no batimento a que se refere Pêcheux. Esse procedimento heurístico tem por finalidade mostrar como a imprensa foi construindo o sentido da Conferência Rio+20 e seus corolários, isto é, temas que vão surgindo por associação, com a questão do meio ambiente. Ao definir o *corpus* de nosso trabalho, procuro não perder de vista o fato de que a sua própria constituição não independente da análise, mas é de fato já uma de suas etapas.

Os sentidos de um texto são produzidos bem antes do próprio processo de textualização. Na construção da notícia, os sentidos (isto é, a ideologia, o discurso, o interdiscurso, a memória) já estão na seleção do que vai ser noticiado, no *framing* e na edição, quando são destacados os aspectos mais relevantes, o que se pode verificar na análise da estrutura do texto – a pirâmide invertida. Ou seja, os sentidos têm sua gênese em formação ideológicas sócio-históricas (FI), que se organizam em formações discursivas (FD), que se materializam em textos. As FDs definem o que pode e o que não pode, o que deve e o que não deve ser dito em uma dada situação histórica. Como define Pêcheux (1988):

Formação discursiva [é] aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc) [p.160]

A FD disponibiliza ao sujeito um conjunto de possibilidades paradigmáticas de construções de linguagem filiadas a ela. O sujeito, por sua vez, “escolhe” o que dizer, esquece que há outras formas de dizer (*Esquecimento Número 2*, proposto por Pêcheux) e enuncia, não levando em conta o processo de filiação ideológica (*Esquecimento Número*

1). Esses “esquecimentos”¹⁰³ decorrem do projeto de interpelação do sujeito em seu discurso por um processo de identificação com a FD que o domina. Fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, essa identificação se sustenta no fato de que os elementos do interdiscurso que constituem as “marcas” daquilo que determina o discurso do enunciador são reinscritos na produção de uma sequência discursiva concreta produzida por esse sujeito, ou seja, da materialidade linguística efetivamente falada.

Ao “escolher” uma dentre as várias formas de enunciar seu discurso, o enunciador esquece o que motivou a “escolha”. Pêcheux chama esse esquecimento, que se dá no nível *intradiscursivo* e é “pré-consciente/consciente”, de *esquecimento no 2*. Os elementos do grupo das possíveis escolhas de onde o sujeito “seleciona” o seu dizer fazem parte de uma mesma formação discursiva, sendo um “*sistema de enunciados, formas e sequências que nela se encontram em relação de paráfrase*”. (Pêcheux *op.cit.*, p. 173), que é a “matriz de sentido” (*cf.* Pêcheux e Fuchs 1990, p. 169), sendo a produção do sentido estritamente indissociável dessa relação. A análise consiste, portanto, em descrever e interpretar os enunciados, identificar os objetos discursivos de que se fala (eventualmente pré-construídos) e por conseguinte a sua associação às formações discursivas e ideológicas a que se filiam.

A formação discursiva e a formação ideológica correspondente podem funcionar como hipótese para a própria seleção do *corpus* e serão eventualmente retificadas no decorrer da análise, no processo *espiral*.

Em um primeiro momento, parece evidente considerar que em torno do sintagma Rio+20 se organizam os diversos discursos sobre ele, isto é, as diversas posições ideológicas. A leitura e uma análise prévia do *corpus* revelaram produtivos conceitos como *Protagonismo, Ciência e Cúpula dos Povos*. Por isso, é a construção desses sentidos, ou seja, os diversos discursos sobre eles, que será analisado a seguir.

Conferência Rio+20 e seus sentidos

A *Folha*, em seu *Especial Ambiente Rio+20*, como mostrei, enfatizou na

¹⁰³ *Esquecimento*, na teoria do discurso não se refere a algo perdido, mas ao acobertamento da causa do enunciador no próprio interior de seu efeito.

manchete a “*economia verde*”, assumindo que esse seria o termo principal da pauta da Conferência. Em *O Globo*, a capa do Especial que circulou no dia 10 de junho de 2012 destacava a importância do Rio de Janeiro, que estava “*Sob os olhares do mundo*”. A foto tem no primeiro plano uma área verde de floresta simbolizando o meio ambiente formando uma espécie de “moldura” para a cidade, onde aconteceriam as reuniões decisivas para o futuro do planeta. A proporção menor da imagem da cidade no segundo plano também pode remeter à ideia de que a questão do desenvolvimento não pode ser “maior” do que a da preservação da(s) floresta(s) e, por conseguinte, do meio ambiente. O mesmo destaque está enunciado na manchete da página 4, “*As voltas que o mundo dá*”, com o subtítulo “*Rio+20 coloca o Brasil novamente no centro das discussões mundiais sobre meio ambiente*” (Fig. 20).



Fig. 20 – Capa e manchete interna destacando o papel o Rio de Janeiro como palco “do mundo”, colocando o Brasil no papel de “protagonista” na Rio+20

Três imagens referentes à cobertura da Rio-92 compõem as páginas internas: a de um monge meditando no Aterro do Flamengo, a do Pão de Açúcar, símbolo do Rio e palco de manifestações do Greenpeace, e a da praia do Leme, coberta por uma grama plástica em alusão à poluição ambiental. “*As voltas que o mundo dá*”. Do Aterro para o Leme, nas imagens, do Rio de Janeiro-92 para o Rio de Janeiro-2012, no *lead* e *sublead*:

O mundo dá voltas, como se costuma dizer, e foram muitos os giros que o mundo deu nestes 20 anos que separam a

Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – que também ficou conhecida como Eco-92, ou como a Cúpula da Terra ou ainda Rio-92 – da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento **Sustentável** ou, simplesmente, Rio+20. Além do fato de a cidade voltar a sediar um encontro da ONU e o Aterro do Flamengo servir, mais uma vez, como palco para protestos multitudinários, são poucos os pontos de convergência entre a Rio-92 e a Rio+20. Nestas duas décadas que separam as duas conferências **tudo mudou no Rio, no Brasil e no mundo.**

Se 1992 foi um ano bom para o mundo e ruim para o Rio, como diria um enólogo, **em 2012 a situação se inverteu.** Há duas décadas, a cidade vivia o auge do domínio do tráfico – com várias guerras entre morros e facções criminosas. O Brasil estava prestes a decretar o primeiro e único impeachment da sua história – o então presidente Fernando Collor caiu em setembro, três meses depois da Rio-92. O país tinha uma inserção internacional inferior à atual. O mundo, por sua vez, vivia um momento especial. A queda do Muro de Berlim, em 1989, o esfacelamento da União Soviética, em 1991, e a visão hegemônica de que novas crises econômicas não estavam no horizonte acabaram criando um ambiente propício para as discussões ambientais. **A Rio-92 soube usar e abusar dessas condições favoráveis.**

(...)

Não por acaso, a Rio-92 entrou para a história como a conferência ambiental mais importante da ONU. A combinação de um leque expressivo de chefes de Estado e um ambiente propício acabaram levando à assinatura de documentos importantes como a Agenda 21 e as convenções de combate à desertificação; de diversidade biológica; e de **mudanças climáticas.**

(...)

E o mundo deu voltas: da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento para a Conferência das Nações Unidas sobre **Desenvolvimento Sustentável**, a fórmula legitimada e legitimando o evento, que, como destacou o jornal na capa do Especial, estava “*sob os olhares do mundo*”.

Em *O Globo*, portanto, o sentido da Conferência que se constrói durante toda a cobertura é de uma reunião cheia de países. Mas vazia de legitimidade. A ausência de Barack Obama (EUA), de David Cameron (Inglaterra) e de Angela Merkel (Alemanha) deslegitimam as discussões e fazem com que a Rio+20 seja fadada ao fracasso ou que mudará de rumo, como se vê, respectivamente, nos excertos abaixo, nos quais destaquei alguns elementos:

(...)

Desistência à parte, as Nações Unidas já apontam a Rio+20 como “**a maior conferência da história**”. **Os números confirmam a tese**: 183 chefes de Estado e mais de mil eventos paralelos, além de serem esperadas cerca de 50 mil pessoas. **Só que**, fora do Itamaraty e da ONU, o temor é de **fracasso**, porque o ambiente econômico e político mundial não é **propício à discussão sobre aquecimento global, economia verde** e novas formas de produção e consumo. [*O Globo*, 10/06, p.5]

...

A Rio+20 começa depois de amanhã e, segundo o “Times of India”, maior jornal em língua inglesa do mundo, “*Crise financeira e questão de financiamento dividem o G7 e os demais*”. **Com a ausência dos ricos** EUA, Alemanha e Reino Unido e a presença dos emergentes China, Índia e Rússia “*agora está claro que a Rio+20 será um espetáculo de Brics e outros países em desenvolvimento*”. [*Folha online*, 18/06]

Note-se que há duas posições no excerto de *O Globo*: a da ONU, que atribui à Rio+20 *muita* importância por se tratar da “*maior conferência da história*”, e a “de fora”, que teme o “*fracasso*” devido ao momento econômico e político mundial, que “*não é propício à discussão sobre aquecimento global, economia verde e novas formas de produção e consumo*”. Na *Folha*, o sentido de *fracasso* está implícito nos enunciados “*Com a ausência dos ricos (...) está claro que a Rio+20 será um espetáculo dos Brics e outros países em desenvolvimento*”. Observa-se, outra vez, a oposição *ricos x pobres*.

Nos excertos apresentados, é interessante notar as aspas nos sintagma “*a maior conferência da história*”, também presente na cobertura da Rio-92, e no enunciado “*agora está claro que a Rio+20 será um espetáculo de Brics e outros países em desenvolvimento*”. Apesar de numericamente ampla, a grandiosidade da Rio+20 é avaliada como não sendo condição suficiente para seu sucesso, como fica claro pela previsão de possível fracasso que se segue imediatamente. As aspas em “*a maior conferência da história*” são uma indicação do jornal de que o sentido aparentemente óbvio desse sintagma merece desconfiança. Isso porque, segundo Authier (1978), como vimos no capítulo anterior, as aspas tanto podem significar que as palavras são do *outro* (no caso, as “Nações Unidas”), quanto que seu sentido não é assumido pelo enunciador.

A interpretação dessas aspas que mais interessa é a segunda, o que torna coerente

que, em seguida, o texto de *O Globo* faça uma previsão do *fracasso*, palavra que está no texto. A ideia de fracasso mantém, com um conjunto de outras palavras, uma relação metafórica, como se vê nos excertos abaixo, nos quais destacamos as sequências que estão em relação paradigmática:

Reunião de alto nível começa esvaziada

Presidente Dilma assume formalmente hoje comando da conferência, marcada pela ausência de potências

Será uma cúpula com 190 países representados, mas **esvaziada** de chefes de Estado ou de governo da parte rica do planeta. [*Folha*, 20/06, p. C9]

O sentido de “*vazio*” não diz respeito ao número de chefes de Estado presentes na Rio+20, mas à “ausência” das grandes potências: Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha (interpretação para a ausência dos respectivos líderes).

O discurso pessimista que prevê *fracasso* ou *retrocesso*, aparece às vezes implícito em outro discurso que se opõe ele, conforme os exemplos:

[Título da página 6]

Secretário da Rio+20 admite *retrocesso* na área ambiental.

[*O Globo*, 12/06, p.6]

O poder está nas redes sociais

SÃO PAULO – Por conta das redes sociais da internet, a física e ambientalista indiana Vandana Shiva não está **totalmente pessimista** com a conferência Rio+20, da qual participará a partir de 17 de junho, em painéis sobre segurança alimentar e energética e eventos na Cúpula dos Povos. [*Idem*, pg. 2]

...

A avaliação de que a ambientalista não está “*totalmente pessimista*”, aparentemente opondo-se à ideia de “*total fracasso*”, é uma maneira de reconhecer que o discurso do fracasso e do retrocesso é um discurso *pessimista*. Por isso, esse excerto é um exemplo bastante claro de interdiscurso na modalidade polêmica.

Por vezes, a ideia de fracasso e suas paráfrases aparecem por comparação com discursos mais otimistas decorrentes de questões e conjunturas da Rio-92.

...

[A época da Rio-92] era uma época que predominava um **otimismo ingênuo** – lembra o economista e ambientalista Sérgio Besserman, presidente do grupo de trabalho da prefeitura do Rio para a Rio+20. [*O Globo*, 10/06, p.4]

...

A **Folha** comparou quais dos 30 países mais ricos enviaram seus representantes principais em 1992 e quais estarão presentes hoje. O número é semelhante: 19 chefes de Estado ou de governo vieram à Eco-92. Para a Rio+20, há até agora 17 confirmações [*das 30 nações mais ricas*, conforme adendo na versão online]. [*Folha*, 20/09, p. C9]
(Grifo do autor)

O **otimismo ingênuo** de então parece se contrapor ao **pessimismo realista** de agora. Há várias passagens em que o discurso do fracasso aparece na forma de pessimismo, de incapacidade, de incompletude, de falta de consenso. Vejamos:

Há **problemas** em praticamente todos os parágrafos – afirma o cientista político Sérgio Abranches. – O fato é que a agenda é muito ampla, cobrindo vários aspectos de outras convenções, e o tempo de negociação é curto. E quando chegam a temas de outros acordos, como biodiversidade e clima, os países ficam querendo reabrir discussões antigas. [*O Globo*, 13/06, p.8]

...

Rio+20 (+3)

Com muita festa e boas intenções, reunião de **poucos resultados** deve deixar para 2015 o detalhamento de metas ambientais.

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, mais conhecida como Rio+20, foi aberta na semana passada com o esboço de um **fracasso**. [*Folha*, 18/06, p.2]

Desde antes do início da conferência, já se desenhava um ceticismo em relação a possíveis convergências em torno dos temas a serem discutidos na Rio+20. O ceticismo vai aumentando à medida que sobre os temas discutidos não se alcança um consenso, parecendo assim que se confirme a previsão de *fracasso pressuposto*. São enfatizados os temas em aberto e silenciados os temas de consenso, conforme os exemplos a seguir:

(1) Conferência tem mais de 20 grandes temas sem acordo

Sobram temas e **falta consenso** entre os diplomatas que negociam o texto final para a Conferência das Nações Unidas, a Rio+20, no Riocentro. Energia, clima, reforma do sistema financeiro e biodiversidade estão entre os grandes assuntos **ainda em aberto**. Em 81 páginas do documento que está em discussão, há **835 colchetes**, o que, na linguagem da diplomacia, significa que ficam pendentes para serem resolvidos num segundo momento, como informam LIANA MELO e ELIANE OLIVEIRA. Mas o tempo está se esgotando. Tanta **discordância** já leva técnicos a **apostar que será impossível** fechar a última rodada de negociações até amanhã, como previsto. (...) [*O Globo*, Capa, 14/06]

(2) 'Vontade política mundial diminui e urgência cresce' O ex-secretário da Eco-92 e grande 'costurador' de acordos não crê em sucesso

Apesar da retórica sobre os temas ambientais ter ganhado o mundo nos últimos 20 anos, na prática **os governos avançaram pouco** na implementação dos compromissos assumidos na Eco-92. **O cenário** de inércia causado pela crise econômica nos países ricos **deve enfraquecer o resultado da Rio+20**.

A avaliação é do canadense Maurice Strong, uma das peças fundamentais para o sucesso da Eco-92. ... [*Folha*, 13/06, p.C10]

(3) **Brasil exclui agência ambiental de texto**
Documento da conferência também deve deixar de fora o fim dos subsídios à produção de combustíveis fósseis

DO RIO
DOS ENVIADOS ESPECIAIS AO RIO

O documento final da Rio+20 **não incluirá** a transformação do Pnuma, o programa da ONU para o ambiente, em agência especializada com contribuições obrigatórias de todos os países.

Esse foi apenas um dos pontos nos quais o texto apresentado pelo Brasil para tentar conciliar posições ficou mais aguado, o que rendeu ao país **críticas da União Europeia e de ambientalistas**.

... [Folha, 18/06, p.C2]

O mesmo sentido vai sendo construído e certificado de variadas formas, como, por exemplo, na pergunta feita ao sociólogo Boaventura Sousa Santos, cuja entrevista reflete a *avaliação pessimista* do jornal *O Globo*, mais claramente marcadas pela palavra “retrocesso” (sentido pré-construído) e pela sequência “*não há motivo para ser otimista*”:

O GLOBO – O senhor acha que a agenda da Rio+20 foi capturada por esse **retrocesso**?

SANTOS: Não tenho a menor dúvida, até porque são essas forças hegemônicas e retrógradas que estão atuando de forma invisível nos bastidores da Rio+20. Basta ver que não se pretende nenhum tipo de compromisso obrigatório na conferência, depois de sabermos o que ocorreu com o Protocolo de Kioto. Logo, **não há motivo para estar otimista**. [p. 2, 16/06]

O Brasil, como anfitrião, precisa mostrar-se proativo e otimista, segundo o discurso oficial. Mas otimismo não será uma das possibilidades que vão caracterizar o sentido dado pela cobertura jornalística à Rio+20. O ministro Antonio Patriota, por exemplo, deveria estar “abalado” com tanta probabilidade de “fracasso” e a falta desse abalo surpreende *O Globo*:

‘Se você deixa muita coisa em aberto, não conclui nunca’

As críticas ao novo rascunho do documento que sairá da

Rio+20 pareciam, ontem, **não abalar a confiança** do ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota. [*O Globo*, 18/06, p.2].

As paráfrases do *fracasso* anunciado vão se seguindo, conforme os exemplos que seguem. A Rio+20 é um fracasso anunciado antes de seu início, durante a sua realização e depois de seu final sem consenso. O ponto de culminância é, claro, o “*fracasso absoluto*”, ou o “*fracasso colossal*”.

(1) Entre a busca por um acordo possível e a falta de ambição

A versão mais enxuta do texto do acordo da Rio+20 apresentada pelo Brasil anteontem para **driblar a falta de consenso** na grande maioria dos temas pode evitar que a conferência termine num **fracasso absoluto**, mas fez o país ser questionado por especialistas e ambientalistas por apresentar um rascunho sem ambição. Alheio às críticas, o anfitrião da conferência pretende ver encerradas amanhã as negociações, com algumas vitórias como o esperado endosso à proposta de criação de um tratado sobre proteção de áreas marinhas fora das jurisdições nacionais, tema caro ao Brasil. [*O Globo*, 18/06, p. 4]

(2) ‘Declaração é fracasso colossal’, dizem ativistas

DO RIO

Ambientalistas presentes ao Riocentro chamaram de “fracasso colossal” o rascunho final do texto da Rio +20, aprovado ontem.

“Dois anos e uma madrugada de negociações depois, os diplomatas no Rio **decepcionam** o mundo”, afirmou **Jim Leape**, diretor do WWF. Segundo ele, faltou visão e liderança. “Eles deveriam ter vergonha de sua incapacidade de encontrar consenso.”

O texto brasileiro apenas reafirma os compromissos firmados 20 anos atrás, na Eco-92, **mas não avança**. “Entramos numa reunião em 2012 e saímos achando que estávamos numa reunião no Rio em 1992”, **resumiu Marcelo Furtado**, diretor-executivo do Greenpeace. “A conferência **não está entregando nada** além de uma promessa de que até 2015 tudo talvez possa estar resolvido.” [*Folha*, 20/06, p.C8]

Os adjetivos “*absoluto*”, “*colossal*” e o verbo “*decepcionar*”, e a expressão idiomática “*não entregar nada*” estão em relação parafrástica; são as diversas de maneira de qualificar enfaticamente o “*fracasso*”. Diversas vozes e o mesmo discurso, com sujeitos bem identificados (a do jornalista enunciator no exemplo 1; e a dos ambientalistas Jim Leape, da WWF, e Marcelo Furtado, do Greenpeace). Note-se que o termo “*ativistas*”, no título da retransmissão, e “*ambientalistas*”, no *lead*, sugerem que todos compartilham do sentido de *fracasso*, apagando o fato de que apenas dois se manifestaram.

A expectativa de que acordos internacionais de fortes reduções de emissões de GEE, significada na mídia, não me parecem realistas para nenhuma conferência (nem antes, nem durante), vide o que ocorreu na Rio-92 e na Rio+20. Esperar que em uma reunião de duas semanas ou nas reuniões preparatórias durante o ano fosse possível acordar um processo que mexe com toda a produção e uso de energia e de recursos naturais do planeta é “naif”, ingênuo. As implicações socioeconômicas de tratados internacionais de reduções de emissões de GEE são enormes, e certamente acordos relevantes demorarão décadas para serem negociados e implementados. Todos esses aspectos são materializados na polêmica que o AR-4 causou.

De certa forma, uma FD pode ser vista como um sistema de paráfrases. Ela é um espaço em que os enunciados são retomados e reformulados sempre num esforço de fechamento de seus limites em busca da manutenção de sua identidade. E é essa a identidade que a mídia deu a ler sobre a Rio+20: um encontro não legitimado e fadado ao *fracasso*. Uma das razões da não legitimação seria a ausência dos protagonistas, os EUA, a Inglaterra e a Alemanha, cujos chefes de Estado decidiram não comparecer ao evento. Consideremos, pois, mais detalhadamente, o segundo conceito em construção nos textos: o de *protagonismo*.

Protagonismo legítimo

A construção do sentido de um encontro esvaziado de legitimidade, como

dissemos, se dá pela menção constante nos textos da ausência de três países do chamado Primeiro Mundo. Essa ausência (dos chefes de Estado dos EUA, da Inglaterra e da Alemanha) é repetidamente mencionada na cobertura, e de várias formas, que constituem, finalmente, famílias parafrásticas.

(...) A menos de um mês da Rio+20, a conferência **ainda não conseguiu angariar pesos pesados**. A chanceler alemã, **Angela Merkel**, o premier britânico, **David Cameron**, e o presidente dos EUA, **Barack Obama**, não virão, embora tenham confirmado presença no México, onde ocorrerá, às vésperas da conferência, a reunião do G-20 (grupo das 20 maiores economias do mundo). [*O Globo*, 10/06, p.5]

Evidentemente, os nomes dos três governantes não estão em relação parafrástica (porque não são substituíveis um pelo outro), mas cada um deles está em relação parafrástica com “*pesos pesados*”.

Segundo *O Globo*, é a ausência desses governantes, que seriam os verdadeiros protagonistas presumidos, que permite que outros países, como o Brasil e os outros Brics, ganhem, como um prêmio (de consolação?), um protagonismo conjuntural. Esta substituição, no entanto, não garante a legitimidade da Rio+20, diminuída pela ausência dos líderes dos três países.

(...) **Sem** o presidente **Barack Obama** (EUA), o premier **David Cameron** (Inglaterra) e a chanceler **Angela Merkel** (Alemanha), **os dirigentes das potências emergentes** dos Brics **ganharam o protagonismo** das discussões. [*O Globo*, 14/06, p.5]

Novamente faz-se referência à Conferência Rio-92¹⁰⁴, em um contraponto para sustentar que só há legitimidade com a presença de quem agora se ausentou. Apesar de mais países estarem presentes à Rio+20, não se diz que “*um leque expressivo de chefes de*

¹⁰⁴ Na análise da Rio-92, vimos que a mídia destacou a gradiosidade do evento no Rio e uma das razões foi a presença dos “*chefes das nações mais poderosas do mundo*”, os *legítimos protagonistas*. O “mundo” estava no Rio para o “*mais abrangente e ambicioso encontro internacional já realizado em toda a história*”. Cf. pp76-78.

Estado” está presente. O leque, sintomaticamente, só é expressivo quando dele faziam parte os “verdadeiros” protagonistas:

(...) Não por acaso, **a Rio 92 entrou para a história como a conferência ambiental mais importante da ONU**. A combinação de um **leque expressivo de chefes de Estado** e um ambiente propício acabaram levando à assinatura de documentos importantes como a Agenda 21 e as convenções de combate à desertificação; de diversidade biológica; e de mudanças climáticas. [*O Globo*, 10/06, p.4]

Outra paráfrase da ausência desses países se faz por meio de referências ao “sucesso” no debate das questões abordadas pela Rio+20, como a da reciclagem do lixo. A ausência é enfatizada em *O Globo* pela comparação que lembra como teria sido fundamental a presença desses países para que a Conferência pudesse ser exitosa, mirando-se nos aspectos em que ela “deu certo”. Vejamos:

(...) Já **em Berlim**, a capital da Alemanha, **nota-se também uma certa dedicação à questão** [do lixo]. Nos prédios com muitos apartamentos, há os “espiões do lixo”, que observam se os vizinhos depositam o resíduo no tonel certo. Enquanto o Rio não chega a esse nível... [*O Globo*, 10/06, p.32]

Em sua coluna na *Folha*, Cláudio Ângelo, um dos enviados especiais ao Rio, atribuiu a responsabilidade pela ausência dos “ricos” à falta de interesse e de articulação da presidenta Dilma Rousseff, como mostram especialmente as passagens em negrito, no excerto:

Da boca para fora, [Dilma Rousseff] **priorizou** a Rio +20; fez birrinha e pediu a cabeça de Brice Lalonde e Ban Ki-moon quando aquele mui diplomaticamente criticou o Brasil e este disse que não estava 100% satisfeito com o documento. **Mas não moveu uma palha** para transformar o assunto em agenda exclusiva em reuniões bilaterais com outros mandatários. Talvez tivesse conseguido trazer Angela Merkel se houvesse. Talvez tivesse conseguido um acordo sobre oceanos para chamar de seu, declarar vitória e calar a boca das ONGs e dos chatos da imprensa se tivesse conversado com jeitinho com Obama. Mas, mais do que isso, **se tivesse feito algum esforço** para entender o que estava em jogo na

Rio +20 (e, justiça seja feita, capacidade intelectual não lhe falta), Dilma poderia ter unido o Brasil mais o México em torno da imensa oportunidade que a economia verde representa para esses países, nos quais o custo da transição é pequeno e os lucros potenciais são enormes (vide energias renováveis na China). [*Folha Online*, 25/06]

A *Folha*, em espaço próprio, publicou também manifestação dos leitores sobre a ausência das grandes potências:

Ausência de presidentes na Rio+20 é inadmissível, critica leitor

LEITOR ANTONIO JOSÉ G. MARQUES
DE SÃO PAULO

Tenho lido e escutado muito sobre a morte do planeta e os seus seríssimos problemas.
Mas continuo vendo poucas atitudes para reverter o quadro.
O fato de as grandes potências não enviarem seus presidentes à Rio+20 já abre uma lacuna inadmissível.
[*Folha Online*, 13/06]

A importância do protagonismo assumido pelos países do Primeiro Mundo pode ser evidenciada ainda de outra forma: a chancela. Apesar de ausentes, atitudes e até mesmo pesquisas acadêmicas ganham validade – e legitimidade – se chanceladas, de alguma forma, pelos países cujos chefes de Estado estiveram ausentes:

A metodologia aperfeiçoada pela Coppe também **foi adotada por grupos de pesquisa dos EUA e do Canadá** e hoje **orienta a decisão** sobre novos empreendimentos, que levam em conta a razão entre a superfície coberta pelo reservatório e a capacidade de geração da usina. [*O Globo*, 10/06, p.35]

A história eventualmente surpreende na forma de acontecimentos mais ou menos inesperados. No caso da Rio+20, é a ausência dos protagonistas. Uma hipótese seria que, dada a sua ausência, a Rio+20 deixasse de produzir qualquer resultado. No entanto, quando acontecimentos desse tipo ocorrem, acabam sendo acomodados de alguma maneira na estrutura, produzindo eventualmente mudanças nela, no caso, a substituição dos protagonistas “óbvios” por novos protagonistas.

É nesse jogo entre a estrutura e o acontecimento (Pêcheux, 1990) que os diversos discursos se constroem e se inter-relacionam. Ao construir o sentido para a Rio+20 como um encontro sem legitimidade, definido pela ausência dos protagonistas (os países ricos), a cobertura trata de mostrar que o protagonismo assumido pelo Brasil, o “regra-três”, é um protagonismo de incompetência. Várias matérias constroem esse sentido.

Se a imprensa brasileira fosse mais ufanista, celebraria esse fato. Mas não se trata de “boa vontade”, nem mesmo de “escolha”, é uma questão de posição ideológica.

Protagonismo incompetente

O “reserva” não tem condições de substituir o “titular” e assumir plenamente suas funções, compensando à altura sua ausência. São inúmeras as matérias na pré-cobertura e durante a cobertura que constroem a imagem do Rio de Janeiro, local imediato do evento, e do Brasil, país-sede, como sendo incapazes de fazer a tarefa de casa no que diz respeito às questões postas em discussão na Rio+20 (não obstante *O Globo* ter destacado o papel de destaque do Rio como “palco da maior conferência”). Segundo matéria da *Folha*, cientistas “alertam” para o fato de que a conferência não priorizaria as questões ambientais:

Rio+20 não prioriza questões ambientais, alertam cientistas

ANDREA VIALLI
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

Cientistas e economistas ligados à área ambiental não poupam críticas à pauta da Rio+20, a conferência da ONU sobre **desenvolvimento sustentável** que será realizada em junho. O físico e professor da USP José Goldemberg afirmou em São Paulo que o foco da conferência privilegia os problemas sociais e econômicos em detrimento da questão ambiental, que foi o tema central da Eco 92 e da conferência de Estocolmo, em 1972.

“Os preparativos para a conferência até agora apontam que ela não será coerente com as conferências de Meio Ambiente anteriores. **O foco da Rio+20 foi esvaziado** dos principais problemas que a ciência vem apontando nos últimos anos”, diz **Goldemberg**, que ocupou a pasta de Meio Ambiente durante a Eco 92 e teve papel ativo na organização do evento, há 20 anos.

Goldemberg ressaltou que **questões-chave para a sustentabilidade**, como as **mudanças climáticas**, ficaram fora da Rio+20, a despeito dos crescentes alertas do meio científico sobre a questão e dos resultados mornos das últimas reuniões climáticas, que ainda não conseguiram fixar metas efetivas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa. “A situação não é confortável. Não é porque a Grécia fará moratória que a atmosfera vai parar de aquecer”, frisou.

Para o **economista José Eli da Veiga**, a **discussão** sobre os rumos da economia mundial e o combate à pobreza **deve levar em consideração** o cenário de **escassez de recursos naturais e mudanças climáticas que vem sendo projetado** há pelo menos 40 anos **pelos cientistas**. A questão principal, segundo ele, é se haverá tempo para que as economias emergentes, em crescimento, consigam ter ganhos de eficiência que compensem os efeitos do desenvolvimento baseado em combustíveis fósseis. “Países como a China têm reduzido a intensidade de carbono em seus produtos, mas o crescimento econômico e o aumento do consumo da população acabam anulando a queda nas emissões”, disse.
(...) [Folha Online, 09/03]

O Globo, como jornal do Rio (mais uma vez à exemplo do que ocorrera na Rio-92) destacou as questões logísticas. Segundo o jornal, no que se refere a transporte, a cidade-sede precisa achar uma saída sustentável, o que pressupõe, portanto, que ela não existe, remetendo à ideia de pré-construído de que “há alternativas sustentáveis”.

A corrida para retomar os rumos do transporte
Paralisada por engarrafamentos cada vez mais frequentes, cidade busca alternativas sustentáveis.
[*O Globo*, 10/06, p. 10]

Na questão do cuidado com o meio ambiente, são apontados problemas graves. Os discursos sobre esses problemas vão solidificar o discurso da incapacidade do Brasil de cuidar de suas coisas, o que por extensão desqualifica o protagonismo eficiente:

Poluição enfeia cartão-postal da cidade

(...) A pouco menos de um mês do início da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), a maioria das 22 **praias** da Zona Sul e da Barra da Tijuca tem se mostrado também um **péssimo cartão de visitas**. Levantamento do GLOBO com base nos 48 boletins de qualidade da água, feitos pelo Instituto Estadual do Ambiente (Inea) de janeiro a maio de 2012, mostra que três praias — São Conrado, Leme e Botafogo — estiveram 100% impróprias ao banho todo o tempo. Outras cinco foram vetadas em mais de 80% das amostras, caso do quebra-mar da Barra da Tijuca (com 89,5% de boletins impróprios) e da Praia do Pepino (com 87,5%). Três praias se enquadraram na faixa de 40% a 60% de boletins desencorajando o lazer dos banhistas. E quatro registraram de 20% a 40% das amostras inadequadas ao uso recreativo. [*O Globo*, 10/06, p.18]

Em várias matérias o discurso do descuido trata também de outros temas. Além das praias, também se diz que as florestas não recebem a atenção de quem se propõe a ser anfitrião e organizador. Dados são citados para legitimar esse discurso.

A grande reserva de água doce do Brasil

Mais de 90% da Mata Atlântica já foram destruídos, mas a floresta ainda é a responsável pelo abastecimento do país.

(...) Apesar de mais de 90% da Mata Atlântica terem sido ininterruptamente destruídos desde a chegada dos primeiros portugueses ao Brasil, mas, sobretudo, nos últimos 150 anos, as **bacias hidrográficas** que restaram no bioma ainda garantem água suficiente para abastecer a maior parte da população brasileira. **Algumas ainda estão bem conservadas, mas outras correm grande risco.**

É o caso da **bacia do Rio Doce**, em Minas Gerais e Espírito Santo. Trata-se de uma das mais importantes bacias do país do ponto de vista industrial, mas **está mal protegida**. Já **perdeu grande parte de sua cobertura vegetal**. **Mais de 87% das margens dos rios estão sem floresta**. **E a vazão do rio vem caindo drasticamente.**

- **O impacto econômico é grande** por conta do abastecimento industrial – afirma [Carlos Alberto] Mesquita [diretor do Programa da Mata Atlântica da ONG Conservatio Internacional].

(...) [*O Globo*, 10/06, p.20]

As questões de políticas públicas fundamentais agravam a situação da cidade do Rio de Janeiro. Saneamento básico, o mínimo esperado em termos de cidadania urbana, é um “caos”.

Verdadeiro purgatório da beleza e do caos

Cerca de 1,5 milhão de pessoas vivem sem serviços básicos, como água e esgoto.

[*O Globo*, 10/06, p.24]

Outro problema para qual *O Globo* chama a atenção é a destinação do lixo urbano. O novo aterro sanitário da cidade de Seropédica já opera além dos seus limites, além de não haver cultura de reciclagem.

Duas realidades para o lixo de Rio

Cidade, enfim, fecha Aterro de Gramacho, mas só recicla 3% dos resíduos que produz diariamente

A Rio+20 vai ocorrer num momento em que a cidade convive com dois extremos em relação à destinação de seu lixo. Numa ponta, com o fim de Gramacho, o Aterro Sanitário de **Seropédica opera com capacidade cada vez maior** — começou em abril de 2011 com modestas 1.200 toneladas por dia e, atualmente, recebe a maior parte dos detritos gerados diariamente na capital (ao todo são 8.403 toneladas). Na outra ponta, um índice mostra a **baixa capacidade** do município **para a reciclagem**: apenas 3% do total recolhido, ou seja, 252 toneladas, são reaproveitados. A torcida é para que o carioca e o poder público percebam que, quanto mais lixo for reciclado, maior será a vida útil do Aterro de Seropédica, na Região Metropolitana. (...)

[*O Globo*, 10/06, p.32]

Uma leitura de “*o aterro opera com uma capacidade cada vez maior*” poderia implicar uma avaliação positiva do aterro. No entanto, ela indica que há cada vez mais lixo sem o devido tratamento despejado num aterro sanitário em condições precárias. Trata-se, portanto, de uma crítica a essa política de tratamento do lixo. Os quatro exemplos acima mostram que falar da problemática mundial do meio ambiente, especificamente do “*aquecimento global*”, envolve outros temas como *poluição, desmatamento de florestas, (falta de) saneamento básico e de tratamento de lixo.*

Como se viu, a cobertura do Globo foi ampliando o número de temas em relação aos quais o jornal procura sustentar os discursos da *incompetência* dos governos locais. Em menor volume de matérias, mas no mesmo sentido, em sua versão online de 19/06, a *Folha* ofereceu aos leitores um *slide show* mostrando o percurso até o Riocentro, evidenciando problemas ambientais da cidade, como a poluição hídrica da Baía de Guanabara, ocupações de encostas, expansão imobiliária sem planejamento, dificuldades de transporte, entre outros, conforme mostra a Figura 21, abaixo:



Fig.21 – Print screen da Seção *FotoFolha* [<http://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/8205-percurso-ate-local-da-rio-20#foto-159812>]

De acordo com a cobertura, não só a cidade do Rio de Janeiro, mas também outras cidades e talvez todo o Brasil parecem andar na contramão do discurso ambientalista. Segundo esse discurso, a retórica do anfitrião cai por terra nas suas práticas políticas, como se vê abaixo:

Rio+20 = ?

(...) Enquanto isso, no país-sede da Rio+20, o governo **resolve baratear os carros**, dando sua contribuição **para aumentar a poluição do ar e o engarrafamento das grandes cidades**. [*O Globo*, 13/06, Zuenir Ventura, p.7]

Rio e SP aqueceram até 3 vezes mais do que média do planeta, diz relatório do governo [*O Globo*, 13/06, p. 3]

De novo, um exemplo de que *meio ambiente* não é só *aquecimento global*, ou não só “diretamente”. “*Baratear os carros*” pode ser uma forma indireta de contribuir com o *aumento da poluição do ar*.

Além de não fazer o dever de casa de forma competente, a própria infraestrutura para o evento é problemática. A ideia corrobora o conceito de incompetência e gestão deficitária.

Falta água, luz e Wi-Fi no Parque dos Atletas

A Rio+20 já começou, mas o clima no Riocentro e no Parque dos Atletas, **instalações** que recebem os eventos da programação oficial da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, **ainda é de preparação**. Ontem, **participantes e visitantes** da conferência **tiveram que driblar problemas** como falta de acesso à internet, queda de energia e dificuldades com alimentação. [*O Globo*, 14/06, p.6]

Como o discurso de *incompetência* vai ao encontro do de *fracasso*, pode-se perceber o deslizamento de um para o outro. Tal deslizamento concorre para que esses predicados sejam atribuídos também a sujeitos de diferentes nacionalidades, com a retomada, mesmo que implícita, de estereótipos:

Rio+20 e a mudança de paradigmas

O secretário-geral da Rio+20, **o chinês** Sha Zukang, até

parece um brasileiro falando: “Se não terminarmos as negociações esta semana, que fique para a próxima. Espero que isso não aconteça, mas, baseado em nosso histórico, sempre fica tudo para o último minuto.” Referia-se à dificuldade de consenso sobre o documento de trabalho da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável, que hoje se inicia com eventos em vários pontos da cidade. [*O Globo*, 13/06, p.6 Editorial].

Em síntese, pode-se resumir a compreensão de engajamento e responsabilidade atribuídos ao Brasil em relação à Rio+20 na charge de capa do jornal *O Globo*, edição de 12 de junho:



Note-se que esta charge sintetiza dois discursos: o do Rio maravilhoso, ponto turístico, paisagem exuberante, representado em imagem consagrada (Cristo Redentor), e outro falando da incompetência dos governos, representada pela imagem da presidenta Dilma Rousseff.

Como se viu, o discurso é que: uma Conferência sem os protagonistas presumidos e com protagonistas contingentes, mas que careceriam de legitimidade por falta de lastro histórico está fadada ao fracasso e ao fiasco.

A cobertura jornalística, no entanto, e a análise pretende mostrar isso, vai consolidar um terceiro tipo de protagonista, que chamaremos de *Protagonismo eficiente*,

portanto, uma marca de *heterogeneidade*.

Protagonismo eficiente

Tanto no Caderno Especial quando nos demais números de cobertura da Rio+20 em *O Globo* (não identificamos esse viés na *Folha*) pode-se ler matérias a respeito de ações bem-sucedidas nas questões relativas à sustentabilidade e a outros aspectos. Virtualmente todas as matérias sobre ações positivas destacam a livre iniciativa, já que governos não têm conseguido implementar políticas de sucesso. O que se tem, portanto, segundo as matérias, é um protagonismo construído por ações propositivas por parte dos empresários e das empresas, que fazem a sua parte, esperando que os Governos, responsáveis pela sistematização do documento de diretrizes, façam a sua. Vejamos o que segue:

(...)

Empresários querem usar diesel de cana.

Nos BRTs, tráfegarão ônibus articulados, com capacidade para 140 pessoas. Inicialmente, esses veículos utilizarão o mesmo combustível dos ônibus comuns (diesel mineral, com adição de 5% de biodiesel). **A Rio Ônibus informa**, no entanto, **que está buscando autorização** para adicionar à mistura 10% de diesel de cana-de-açúcar, que é menos poluente. (...)

[*O Globo*, 10/06, p. 14]

Quem parece ter a receita do acerto das ações é o empreendedorismo, o liberalismo econômico e a livre iniciativa.

(...) Nos Estados Unidos, os parques e todos os produtos ligados a esse tipo de turismo representam 3% do PIB americano. E não estou falando de dinheiro vindo de bilheteria, mas de todos os negócios: **desde a venda de mapas até a imagem do Zé Colmeia na TV**. Isso no Brasil está longe de ocorrer. (...)

[*O Globo*, 10/06, p.31]

O Rio de Janeiro governamental, incompetente, passa a ter cores diferentes quando as ações são positivas. É o Rio “empreendedor”, segundo *O Globo*:

Por uma economia mais limpa

Com iniciativas de empreendedores e grandes empresas, Rio busca saídas menos poluentes

O **Rio de Janeiro** está longe de ser uma metrópole sustentável. Isso **não** significa, porém, que a cidade que vai sediar a Rio+20 nos próximos dias seja **a ovelha negra do mundo**. Não mesmo: essa cidade ideal ainda não existe em país algum. De todo jeito, **o Rio dá passos nessa direção**. De **pequenos empreendedores a grandes empresas**, já **saem do papel** iniciativas que geram, além de **empregos verdes** aos cariocas, **menos emissões** para o planeta. [*O Globo*, 10/06, p.36]

O Rio “oficial” não é *sustentável*, mas há empreendimentos na *direção correta*, apontam os discursos.

São nitidamente apagadas, submetidas a uma política editorial de silenciamento (ORLANDI, 1995) as ações positivas governamentais e ações negativas das empresas em relação ao meio ambiente. Do ponto de vista do equilíbrio, pode-se argumentar que *O Globo* deu espaço, em questões importantes à Rio+20, tanto aos governos quanto às empresas, cumprindo a equidistância esperada do jornalismo. A pergunta que se faz do ponto de vista da análise é: o espaço dado constrói que sentido para cada um dos seus sujeitos? Pois, ao desconstruir a capacidade de gerenciamento do Governo em seu espaço textual e ao construir a história de sucesso das empresas no espaço a elas destinado, há apenas um discurso posto em jogo aqui, travestido da esperada equidistância jornalística.

(...) Além da **reciclagem**, o Rio de Janeiro tem gerado empregos verdes em várias áreas, como turismo sustentável; o setor de construções, com modelos mais ecológicos; geração de energia limpa; e até no polo petroquímico do estado. Petrolíferas como a **Petrobras** têm contratado cada vez mais analistas ambientais, entre outros profissionais, para mitigar os impactos do negócio. Isso também é **emprego verde**. (...) [*O Globo*, 10/06, p.36]

As matérias desdobram-se, sempre exaltando as iniciativas das empresas.

(...) Existem várias iniciativas de sustentabilidade de grandes empresas no Rio, como o projeto pneus verdes da Michelin, uma inovação que diminui a quantidade de energia necessária para a locomoção de automóveis. Existem cases de empresas sediadas no Rio que estão listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&F Bovespa, como a **Vale**, a **Petrobras** e a **Eletrobrás**. (...) [*O Globo*, 10/06, p.38]

Quando falo de empresa, é ao discurso empresarial que me refiro. Não só empresas propriamente ditas ocupam espaço no espaço discurso da proatividade na cobertura de *O Globo*. Basta que o funcionamento do sentido se filie a essa discursividade para que haja uma abordagem positiva, do dever cumprido, do caminho certo. Vejamos, por exemplo, o texto abaixo, que coloca o artesão Davi Barbosa nesse espaço positivo por ser “empreendedor nato” e, por isso, ter dado a volta por cima.

(...) Mudanças já aparecem na vida do **artesão Davi Barbosa** – que já não engrossa mais as estatísticas dos milhares de catadores do Rio. Desse passado, ele guarda apenas recordações dos tempos em que buscava garrafas PET em lixos nas madrugadas cariocas. Foi uma fase difícil, quando ficou anos desempregado. **Empreendedor nato**, Davi identificou uma forma que lhe garantiria mais qualidade. (...) [*O Globo*, 10/06, p.39]

O papel das empresas e do discurso “empreendedor” ganha o espaço do protagonista eficiente, o que se manifesta explicitamente algumas vezes na voz de especialista, como na passagem abaixo:

Coutinho: ‘carros são delinquentes relevantes’

(...) – Diferentemente da Rio 92, quando as **empresas foram** consideradas as **vilãs** e, por isso, ficaram numa posição quase defensiva, **agora** elas **estão se sentindo** incluídas na discussão, **valorizadas pelos governos e pela ONU**. A questão é que **não há economia verde sem empresas**. Um dos compromissos da carta, por exemplo, é produzir riqueza e compartilhar com a comunidade onde ela atua. Só isso já representa uma forte mudança de paradigma – afirma [Paulo] Itacarambi [vice-presidente do Instituto Ethos]. [*O Globo*, 12/06, p.6]

A afirmação “*Não há economia verde sem empresas*” é destacável, portanto, uma aforização, e, em um jornal, poderia ser candidata à manchete. Note-se mais uma vez a fórmula “*economia verde*” operando sentidos.

Como se sabe, as ONGs têm uma posição definida pró-meio ambiente. Entretanto, Ana Cristina Barros, da ONG The Nature Conservancy, apresenta posições relativamente heterogêneas. Uma de suas posições, a de que o ambientalista deveria ser remunerado por suas ações de preservação e conservação ambiental, como se vê no excerto abaixo, é uma evidência de que ela é menos radical, ou seja, poderia ser considerada uma atitude pró-capital.

Conciliar é o caminho da *economia verde*

(...) A ONG defende o pagamento de serviços ambientais e trabalha com ele. Como fazer essa iniciativa funcionar?

- “A agenda de conservação ambiental vai avançar muito quando ela conseguir **prover a remuneração** para quem está fazendo isso”.

Ana Cristina Barros, ONG The Nature Conservancy [*O Globo*, 14/06, p.2]

Os discursos têm por objetivo se estabelecer frente a outros, mediante recursos argumentativos e reconfigurações conjunturais. Esse jogo pode ser percebido no *corpus* em questão até mesmo em relação a um povo indígena. Sabe-se que, na quase totalidade de referências ao índio genérico, é a eles que os discursos se referem (BORGES, 2003). “*Subjaz no discurso sobre o Brasil a concepção de uma categoria genérica, o índio, que indiferencia todos os grupos indígenas*”. Essa imagem do índio genérico é um subproduto do processo colonizador a que foram submetidos, que via a unidade como desejável e a diversidade como produção do mal. É o índio da pena, do arco-e-flecha e da

língua única. O jornal pergunta, a certa altura:

Índios: arco e flecha devem ser tolerados?

Especialistas acham normal; PF diz que porte de objetos pode representar ameaça
[O Globo, 21/06, p.8]

No entanto, e por outro lado, abre-se, durante a Rio+20, um espaço relevante a Almir Suruí, líder do povo Suruí. Formalmente, afirmamos de novo, cumpre-se o pré-requisito do espaço plural concedido pelo jornal a todos os sujeitos da Conferência. Em termos de funcionamento, entretanto, a liderança indígena é tratada como corroboradora da ideia da organização e do empreendedorismo. Sua fala aborda “planejamento estratégico”, “plano de gestão” “venda de créditos de carbono” e outros sintagmas filiados a essa discursividade:

‘Usamos GPS para trabalhar, estudar e conservar a floresta’

RIO – Almir Suruí é o líder maior do povo indígena Paiter Suruí, que tem um trabalho inovador: **um plano de gestão** de 50 anos (2000-2050) com vistas ao desenvolvimento sustentável. Ela também foi (SIC) uma das primeiras a criar um **projeto de créditos de carbono**: o Carbono Florestal Suruí, com validação internacional, à espera de investidores para ser aplicado. Além deste, há **projetos de valorização da cultura, turismo, governança, fora os de preservação ambiental, como zoneamento agrícola.**
(...) [O Globo, 18/06, p.9]

O tratamento quantitativo em *O Globo* revela-se discursivamente enviesado. É como diz o documento que trata dos princípios editoriais das Organizações Globo: “*Sem isenção, a informação fica enviesada, viciada, perde qualidade*”¹⁰⁵. Note-se, aqui, uma *aforização*.

A Cúpula dos Povos

A Rio+20 é tratada como uma conferência séria, ainda que fadada ao fracasso e esvaziada de legitimidade pela ausência dos protagonistas legítimos e pela inépcia dos

¹⁰⁵ <http://g1.globo.com/principios-editoriais-das-organizacoes-globo.html>

protagonistas incompetentes. Os protagonistas eficientes fazem seu papel ao largo das discussões políticas que são um fiasco. A mesma seriedade não é dada ao tratamento à Cúpula dos Povos.

A Cúpula dos Povos na Rio+20 por Justiça Social e Ambiental foi um evento organizado pela sociedade civil global que aconteceu paralelamente à Rio+20. O grupo responsável por sua organização foi o Comitê Facilitador da Sociedade Civil Brasileira para a Rio+20 (CFSC). O CFSC é um grupo plural, formado por coletivos e redes da sociedade civil brasileira. Seu objetivo é articular e facilitar a participação da sociedade civil no processo iniciado pela Conferência da ONU, a Rio+20. Criado formalmente em janeiro de 2011 durante o Fórum Social Mundial de Dakar (Senegal), o Comitê foi resultado de discussões realizadas ao longo de 2010 sobre a ideia de um evento paralelo à Rio+20.

Há uma clara dicotomização dos eventos. Enquanto a conferência “séria” acontece com seus percalços, uma outra, “festiva”, se organiza para, entre outras coisas, protestar contra os caminhos que os agentes governamentais estão ou não estão dando às discussões da agenda:

Em tempos de ciberespaço e vida on-line, a Rio+20 poderá ter protestos à distância. Se a crise econômica inviabilizar, por exemplo, a vinda de membros da Primavera Árabe, dos Indignados da Espanha e do Movimento Ocupe Wall Street, dos EUA, o ambientalista e coordenador do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais (Fboms), Carlos Henrique Painel, diz que o protesto poderá ocorrer virtualmente. **A Cúpula dos Povos está convocando um protesto global** durante a Rio+20 para cobrar a implementação de modelos ecológicos populares já existentes como também para repactuar uma nova agenda de lutas globais. (...) [O Globo, 10/06, p.6]

Enquanto a “festa” acontece com seus “coloridos extras”, para *O Globo*, coisas “sérias” precisam ser resolvidas.

Enquanto a Cúpula dos Povos se instalava no Aterro do Flamengo, garantindo um colorido extra à conferência das Nações Unidas, a presidente Dilma Rousseff **decidiu tomar uma atitude para tentar destravar as negociações** emperradas no Riocentro. Ela levará na bagagem para o

México o rascunho do documento da Rio+20. [p. 1, 16/06]

Em *O Globo*, o sentido de festividade é colado à Cúpula dos Povos. O contato entre os dois mundos, o mundo “animado” e o mundo “sério”, é algo que poderia gerar conflitos:

Foi animado o início das atividades na Cúpula dos Povos, evento paralelo à Rio+20 que acontece no Aterro do Flamengo. A postura do índio Otoniel Ricardo Guarani, vereador da cidade de Caarapó, em Mato Grosso do Sul, que foi filmado apontando o dedo para o ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, **causou confusão** no local. [p.8, 16/06]

Na *Folha*, esse mesmo tom festivo é mostrado na seção *Foto ambiente* (Fig. 22), série de fotografias em *slide show* do quarto dia do evento, disponível na versão on-line do jornal. Vejamos na imagem abaixo:



Fig.22 - Seção *FotoFolha* [<http://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/8164-rio-20-4-dia>]

“Índio e turistas participam da Cúpula dos Povos, evento paralelo ao Rio+20, no Rio” diz a legenda da foto acima. Em algum lugar dissemos que as imagens são editadas e, obviamente, esse é um exemplo emblemático. O índio está aqui representado a caráter, representando o *índio estereotipado*, enquanto que a turista é também uma turista “extrema”. Note-se que há um contraste muito forte entre os personagens do primeiro plano. Uma evidência de seu conagraçamento com os índios é que ela está disponível para que o índio desenhe traços característicos, associados à marca de identidade que indígenas utilizam quando são “apresentados” como índio. As outras imagens da galeria podem não ser tão explicitamente cenas validadas, mas o são de certa maneira (Cf. link acima).

O mundo “animado” não aceita as decisões tomadas no mundo “sério”:

Cúpula dos Povos *rejeita* negociação de governos

ITALO NOGUEIRA
DO RIO

O comitê organizador da **Cúpula dos Povos** declarou na tarde desta sexta-feira que **rejeita as negociações** conduzidas por chefes de Estado **na Rio+20**. Na avaliação do grupo, a economia verde discutida na conferências atende aos interesses das empresas transnacionais, e não do meio ambiente.

A cúpula realizará cinco plenárias e três assembleias nas quais vai discutir e fazer proposições para mudanças que evitem o aquecimento e as mudanças climática.

“Estamos aqui para **desmascarar a mentira das falsas soluções, da economia verde**. O sistema capitalista tenta se ressuscitar pintando-se de verde. Eles estão defendendo os interesses dos bancos, de Wall Street, das transnacionais e das indústrias petrolíferas. Eles são os obstáculos. Precisamos de uma **mudança radical da economia**”, disse a norte-americana Cindy Wiesner, do Grassroots Global Justice Alliance. [*Folha on-line*, 15/06]

Além de festivo, segundo *O Globo*, a Cúpula dos Povos teve um quê de inusitado, de pastiche:

Uma festa global

(...) O clima festivo tomou conta do Aterro do Flamengo: visitantes e participantes da Cúpula dos Povos transformaram o parque numa verdadeira babel de índios e hare-krishnas. (...)
[O Globo, 18/06, Capa]

Babel do Aterro tem até Hare Krishna com baião

(...) A reunião de visitantes de diversas partes do Brasil e do mundo vem produzindo outras situações inusitadas, como uma apresentação de um grupo de **Hare Krishna** que atraiu um **grupo de índios** de aldeias **pataxó e tupinambá**, do Nordeste, ao entoar **mantras no ritmo do baião**. (...)
[O Globo, 18/06, p.10]

Sai de cena o índio que pode ser levado a sério, o empreendedor, e entra o índio atração, exótico.

Ciência

Além dos sentidos construídos de Rio+20 (*fracassada e esvaziada*), de protagonismo (*legítimo, incompetente e eficiente*), de Cúpula dos Povos (festiva), um quarto conceito atravessa a cobertura jornalística em pauta: o de *Ciência*.

A ciência, como discurso autenticador, atravessa toda a cobertura da Rio+20. A asserção de autoridade está sempre mencionada para confirmar os demais sentidos. Pesquisadores e cientistas são citados com seu *expertise* para garantir que o fracasso da Conferência é uma aposta certa e que o Brasil não tem feito a sua parte, entre outras questões. Abaixo, o pesquisador Fearnside, do INPA, autentica o “desgoverno” do Brasil nas questões ambientais:

(...) **O governo pensa que pode** ficar livre para **fazer estradas e barragens** em todas as áreas da Amazônia e **ainda espera que o desmatamento não ocorra** – criticou Philip Fearnside, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa). Com a proximidade da Rio+20, o pesquisador diz que os números são positivos para a imagem do Brasil na conferência, mas chama a atenção para outros **problemas**, igualmente **graves**: — Código Florestal, obras como a **BR-319, Belo Monte, a desmoralização do processo** de EIA-

RIMA após as hidrelétricas da Amazônia. (...)
[*O Globo*, 10/06, p.7]

Mas, a ciência está “*a serviço do meio ambiente*”, conforme *O Globo*:

Trabalho nos laboratórios cria alternativas e prepara o mundo para mudanças no clima

Da verificação de que a ação humana está alterando o equilíbrio da Terra a possíveis medidas de adaptação às mudanças climáticas, **a ciência ocupa um papel central nas discussões sobre o meio ambiente**. Enquanto estudos sobre o passado do planeta e sua atual situação servem de base para modelos de **previsão do** que o **aquecimento global** pode **provocar no clima**, nos laboratórios **um exército de cientistas busca alternativas para reduzir a emissão de gases de efeito estufa**, gerar energia de forma mais limpa e sustentável ou mesmo saber como a Humanidade poderá enfrentar os inevitáveis desastres que estão por vir com o aumento da frequência e da intensidade de eventos extremos como furacões, tempestades e secas. (...)
[*O Globo*, 10/06, p.7]

Na *Folha*, a matéria “*Sem clima para utopia*” também legitima o discurso científico, em uma comparação ao cenário da Rio-92, quando a voz da ciência começava a aparecer, mas ainda não havia tantas “certezas” quanto a algumas questões tratadas na Conferência, entre elas, o aquecimento global:

PEGADA MAIOR

(...) **Hoje, mais do que em 1992, a ciência comprova o agravamento da crise ambiental**. No campo das mudanças climáticas, **já é dado como certo que a temperatura vai subir mais de 2 graus** centígrados, **por causa da concentração de CO₂ na atmosfera**. (...)
(*Folha*, 05/06, p. Especial 3).

A discussão do novo Código Florestal brasileiro também apareceu na cobertura da Rio+20, em uma espécie de “nicho”, conforme a *Folha*:

Novo Código Florestal vira assunto na ‘Rio+20 dos cientistas’

SABINE RIGHETTI
ENVIADA ESPECIAL AO RIO

A formulação do novo **Código Florestal** pelo governo brasileiro foi **criticada** no terceiro dia de uma **conferência paralela** à Rio+20, que reúne **pesquisadores** do Brasil e de fora do país, na PUC-Rio.

...

Para Lidia Brito, diretora de política de ciência da Unesco (Organização das Nações Unidas para Ciência, Educação e Cultura), **os cientistas brasileiros precisam se posicionar antes que a lei seja aprovada.**

“Precisamos brigar agora e não depois que a lei já esteja pronta”, disse Brito.

“A ciência precisa mostrar que tem condição de dar respostas para a formulação de políticas públicas.”

[Folha On-line, 13/06]

O sintagma “*Rio+20 dos cientistas*” tem como efeito produzir uma divisão tripartite da reunião: a *dos políticos*, a *dos cientistas* e a da *Cúpula dos Povos*.

O Governo do Rio de Janeiro é igualmente autenticado pelo discurso especializado:

A corrida para retomar os rumos do transporte

Paralisada por engarrafamentos cada vez mais frequentes, cidade busca alternativas sustentáveis

(...) O Rio tem um **passivo histórico** na área de **transportes** – resume o professor José de Oliveira Guerra, da Uerj.(...)

[O Globo, 10/06, p.10]

As políticas públicas falhas ou a ausência delas, que levam ao protagonismo incompetente, também são autenticadas pelo discurso especialista:

Verdadeiro purgatório da beleza e do caos

(...) Professor e pesquisador do Observatório das Metrôpoles do Ippur/UFRJ, Adauto Lucio Cardoso ressalta que, no caso

de Rio das Pedras, o crescimento se deu, em grande parte, pela migração de nordestinos para o Rio. Eles vieram e continuam vindo para oferecer sua mão de obra ao crescimento da região da Barra da Tijuca. Uma relação de proximidade das favelas com áreas com oferta de trabalho comum às comunidades do Rio. Um fenômeno, diz Cardoso, aliado a um período, nos últimos **20 anos, de ausência de políticas de habitação** para as classes mais pobres. (...)
[O Globo, 10/06, p.24]

Várias são as áreas cujos problemas são autenticados pelo discurso especialista da ciência. É importante lembrar que a ciência é que tem a palavra de verdade final desde a modernidade. Quando convocada, faz valer sua “autoridade” de forma a validar discursos e a desautorizar outros.

O discurso da prosperidade e do desenvolvimento econômico é ainda um discurso de base nos textos analisados. Mais uma vez autenticados pelo discurso da ciência:

A economia do Rio – estagnada por décadas – favoreceu a expansão das favelas. Entre 1970 e 2009, a participação do Estado do Rio no Produto Interno Bruto (PIB, conjunto de bens e serviços produzidos no país) **perdeu 34%, citou** Mauro Osório Ribeiro, professor da UFRJ e **um dos maiores especialistas em economia** fluminense. [pg. 25, 10/06]

Os jornais garantem à ciência este espaço legitimador e validador. Os mesmos cientistas citados têm seus espaços de reconhecimento, numa cadeia de retroalimentação contínua.

No Rio, diversas **instituições de ponta participam desse esforço da comunidade científica** mundial. Uma das mais destacadas é a **Coppe/UFRJ**. Durante a Rio+20, ela será o único centro de ensino e pesquisa no Parque dos Atletas, próximo ao local da conferência oficial, no Riocentro, onde uma exposição interativa apresentará 12 projetos desenvolvidos com instituições parceiras, como um modelo da usina de geração de eletricidade a partir das ondas do mar instalada no Porto de Pecém, no Ceará, e métodos para reutilização de resíduos urbanos, agrícolas e industriais na fabricação de biocombustíveis e biomateriais. [p. 34, 10/06]

A ciência, assim, fecha o ciclo de sentidos que amarram o discurso sobre a

À guisa de fechamento

Todo o trabalho de textualização feito pelo jornal *O Globo* sustenta-se em quatro sentidos. *O primeiro é o da própria Rio+20*. Como demonstrei, a Conferência é construída, por um lado, como um evento sério, fundamental e necessário. No entanto, sua legitimidade é abalada e sua importância, esvaziada. Apontam os textos para um fracasso retumbante pela incapacidade de fechar consensos, por um lado, e pela ausência dos líderes dos EUA, da Inglaterra e da Alemanha, por outro. A ausência dos líderes políticos desses países constrói *o segundo sentido* que pode ser considerado favorável: o *protagonismo*.

O discurso sobre a Rio+20 desenha o protagonismo em três vertentes. Na primeira, é a do *protagonismo legítimo*, que caberia aos EUA, à Inglaterra e à Alemanha. Legítimo porque os discursos os colocam em um lugar em que, por serem as potências econômicas que são, poderiam legitimar o encontro. Suas ausências abrem espaço para que alguém ocupe o lugar de *protagonista*.

Esse alguém são os Brics, países em desenvolvimento de cujo grupo o Brasil faz parte. No entanto, ao ocupar esse lugar conjuntamente, segundo os textos, não demonstra a necessária capacidade de exercer os papéis que dele se esperava. O Brasil, segundo o jornal, tem sido incompetente na condução das questões da agenda da Conferência.

Há um terceiro tipo de *protagonismo* construído pelo jornal *O Globo*, embora não seja assim formalmente designado. Trata-se das empresas e da livre iniciativa. O discurso do empreendedorismo é o que retoma um interdiscurso de sucesso das empresas privadas nas questões ambientais, já que os governos seriam incompetentes ou se esquivam de tomar as medidas para obtê-lo.

¹⁰⁶ FOUCAULT (1969) desenvolve o conceito de “vontade de verdade”, que, segundo ele, “é reconduzida pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído” e “apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional”, exercendo sobre outros discursos uma “espécie de pressão” e um “poder de coerção”. Pensando em termos foucaultianos, o discurso da ciência tem como efeito o sentido de “verdade”, isto é, a sociedade busca na ciência o “discurso verdadeiro”.

Como afirmei no início da análise, há um efeito de sentido de isonomia ou equidistância a que o jornalismo deveria se ater para circular no interior do “contrato” de verdade e isenção. Em decorrência dessa “contrato” o jornal noticia também a Cúpula dos Povos (o *terceiro sentido*), o evento paralelo organizado pela sociedade civil. No entanto, esse espaço se destina a construir o *sentido de festa*, confraternização e protesto, em uma mistura amorfa de exóticos que de forma alguma remete à seriedade da Rio+20, que acontece sob os auspícios dos chefes dos governantes dos países. Esse terceiro sentido, o de Cúpula dos Povos, é fundamental para dar sustentação ao próprio sentido de Rio+20.

Por fim, o *quarto sentido* que o jornal faz circular é o de *ciência*. A *Ciência* é convocada como a fala autenticadora, legitimadora e validadora dos demais sentidos. É uma espécie de fio que amarra as pérolas de um colar. Para marcar este papel da ciência, os jornais usam e abusam da asserção de autoridade porque, afinal, o que a *ciência* diz ganha legitimação.

Na teoria de Foucault, o discurso é o sítio onde as lutas acontecem. Como diz o autor (1998): “[...] e a história não cessa de nos ensinar, o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (p. 10). Essa tese de Foucault vale certamente para o discurso jornalístico, que não mostra simplesmente aquilo que traduz. Se esta análise faz qualquer sentido, a mídia pretende de alguma maneira se apoderar do discurso fazendo com que seu discurso pareça ser o discurso, o que gostaria de ter mostrado que não. Porque qualquer tentativa de mudança que não aceite o liberalismo como real protagonista vai ser avaliada fadada ao fracasso, esvaziada de efetividade. Talvez por isso seja mais interessante falar da Toninha, animal mascote do jornal para assuntos ambientais.

Toninhas ganharão uma área de proteção

Único golfinho ameaçado do Brasil, a toninha (*Pontoporia blainvillei*) deverá ganhar uma área dedicada à sua preservação no Estado do Rio. O pesquisador da Fiocruz Salvatore Siciliano, que participou da reunião, relata que as áreas consideradas prioritárias para proteger as toninhas são Albardão, no Rio Grande do Sul, Baía da Babitonga, em Santa Catarina, e Jurubatiba, no Norte do estado do Rio. (...) [O Globo, 13/06, p.9]

Talvez seja por isso que um ato falho tenha aparecido no jornal sem que ninguém o tenha percebido:

Versão reduzida de documento pode evitar fracasso total da **transferência**, mas põe Brasil na mira de ambientalistas e especialistas por trazer pouco avanço e adiar decisões. [*O Globo*, 18/06, p.4]

Transferir é o desejo. O que transferir e de quem para quem é a questão.

SEGUNDA PARTE – “There is no place for vested interests in any scientific dialogue or debate”

4.2.1. Entrevista Rajendra Pachauri, presidente do IPCC

“Não há lugar para interesses escusos no debate científico”

© PAUL GROVER / REX FEATURES



Pachauri: “Science should be carried out on the basis of objectivity”

*O indiano Rajendra Kumar Pachauri está em seu segundo mandato como presidente do IPCC. Em 2007, quando da divulgação do Quarto Relatório de Avaliação do Painel, o AR-4, se viu diante da árdua tarefa de enfrentar o ceticismo em relação aos conclusões a que chegaram os cientistas que integram o Painel. De acordo com o documento, o “aquecimento global é inequívoco” e as alterações no clima do mundo são “muito provavelmente” causadas pela **ação humana**. A densidade do AR-4 e sua repercussão na esfera política e científica, tiveram um papel decisivo para que, naquele mesmo ano, o IPCC fosse agraciado com o Prêmio Nobel da Paz, compartilhado com Al Gore, ex-vice-presidente dos Estados Unidos. Essa notoriedade que deu ao Painel o status de maior referência na compilação de dados científicos sobre o clima do Planeta. Aqui, Pachauri fala da visibilidade do IPCC e de outras questões associadas ao seu trabalho.*

Why has the subject “climate change” gotten so much visibility in the global press, especially after the Assessment Report 4?

Pachauri – Well, I think we can't lose this opportunity that media gave us. I believe this was on account of two factors. Firstly, the quality of the 4th Assessment Report and the information it conveyed was excellent. Secondly, I think there was high receptivity to knowledge on climate change which had been building up in previous years.

And how do you analyze media coverage about IPCC?

Pachauri – The IPCC has a system by which it keeps a track of media coverage related to the science of climate change and the work of the IPCC. There is clearly growing interest in the subject which is reflected in media coverage that we see all around.

What was the Stern Review contribution, which gave an economic focus to the climate change question, for the ample interest on the theme, including global press?

Pachauri – In actual fact, the IPCC's 4th Assessment Report has a substantial amount of economic analysis. But possibly the public was looking for something that focused solely on economics, and not necessarily in combination with other scientific aspects of climate change. In the 5th Assessment Report of the IPCC, our economic analysis would be even stronger and more extensive.

Aren't we are facing a political and economic war between developed and developing countries, something that goes much further than the scientific issues? I mean: this struggle would not be further hindering an agreement between countries?

Pachauri – It is scientific issues that should be the driver of action on climate change, and, therefore, the political and economic differences are often the result of lack of attention to the scientific aspects of climate change. It is, therefore, essential for the negotiations at the global level to be rooted in the science of climate change, because that would reveal that we are all of us in it together.

In Brazil, the theme “climate change” has an ever-present space in the press. The question is that media seeks to give the same space to the so-called “skeptics”, when actually there's no parity in the correlation of forces, as we can see by analyzing the publications of one (climate scientists) and of the other group (the skeptics). Why, in your opinion, are there groups interested not only in questioning, but also in discrediting the IPCC?

Pachauri – It is very difficult for me to answer this question. I suppose it would be best to ask those that you are referring to.

Are there economic interests behind the attempt to discredit the IPCC?

Pachauri – Again, I have no information on why people would wish to discredit the science of climate change. Perhaps, others are in a better position to respond to this question.

The IPCC has designated a chief for its communication department. Have the relationship with the press and the coverage about climate change gotten better after this?

Pachauri – I am sure our interaction with the press and flow of information has improved significantly in recent months.

You usually say that “Science only advances when it is questioned, otherwise it will not develop new goals, but the questions must be fair and objective.” What is not fair and objective, in your opinion?

Pachauri – What I mean is that the questioning and scrutiny of science should be carried out on the basis of objectivity and without preconceived positions or notions. There is no place for vested interests in any scientific dialogue or debate.

According to a report of a non-governmental organization in the United States, the Environmental Health Sciences (The Daily Climate), global media coverage on climate change fell 20% in 2011 compared with 2010. In your opinion, what does this result mean?

Pachauri – Coverage on climate change obviously fluctuates on account of several factors, and, therefore, I cannot say conclusively that the reduction in coverage in 2011 has anything to do with objective reasons. It is entirely possible that media coverage reduced particularly because there has been a decline in the circulation of major newspapers etc, and some of it may have occurred because of concerns about the economy and other factors, which may have taken up existing space in the media.

To what extent the Himalayan episode tarnished the image of the IPCC?

Pachauri – The error about the Himalayas was nothing of great prominence. This error was not in the technical summary of the Working Group II Report, nor was it in the summary for policy makers. Similarly, this figure does not feature anywhere in the Synthesis Report of the Fourth Assessment Report. It was a scientific mistake, which did not in anyway influence any of the policy relevant aspects of IPCC AR4. Hence, I am not sure whether this has at all tarnished IPCC’s image, because it was corrected as soon as it came to the attention of the IPCC elected functionaries.

What do you think about the political and scientific participation of Brazil in the debates about climate change?

Pachauri – I can only say that the participation of Brazil on scientific aspects of climate change has been very prominent and substantial.

And about the USA? Do you see progress in relation to the skepticism about climate change, so present during the Bush years? Has this improved with Obama? Why?

Pachauri – I would refer you to the surveys carried out by my colleague at Yale, Dr. Anthony Leiserowitz. His recent surveys clearly reveal a shift in position on the part of the US public, which is now much more focused on taking action on climate change.

What to expect from AR5?

Pachauri – I believe AR5 will advance our understanding of climate change even further. But it would be essential to see that there is adequate outreach of the results of this report, which would make an impact on awareness and attitudes across the world.

Will you will leave with the sensation of “mission accomplished”?

Pachauri – I do not ever get a feeling of ‘mission accomplished’. Because I always look at how much there is to do and we really have to go many many miles to deal with the challenge of climate change.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“35kg de CO₂/m²/ano”

Uma sociedade em transformação

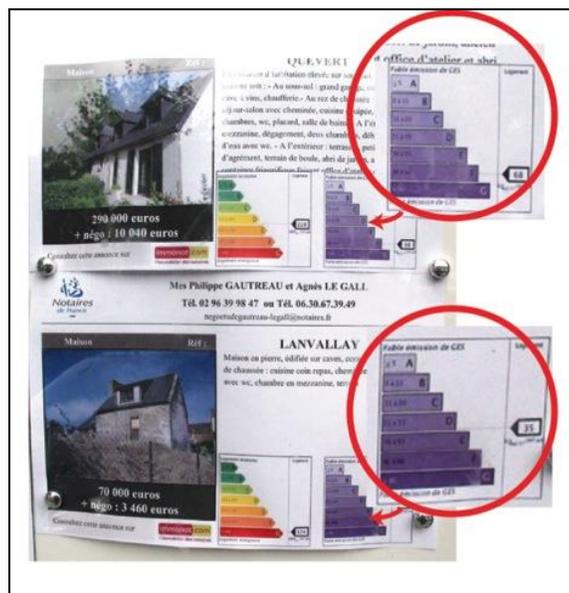


Foto: Ana Paula Freire: 19/Jul/2011

O anúncio de imóveis nas comunas de Quévert e Lanvally, na França, na foto acima, aparentemente é apenas um micro exemplo – mas muito sintomático!, de que os temas *meio ambiente e aquecimento global* tornaram-se definitivamente *discurso* em diferentes domínios da nossa sociedade. Afinal, quando poderíamos imaginar, dez anos atrás, que a quantidade de emissões de GEE por m²/ano seria um dado relevante – e relevado – para vender/comprar uma casa? A surpresa foi tanta que resolvi registrar o cartaz afixado na parede externa da imobiliária, com a intenção de trazer a imagem para esta discussão a que me propus.

Ainda que, obviamente, não seja possível mensurar a eficácia de medidas como essa no panorama global de emissões, até porque se trata de um flagrante pontual, sem dúvida, esse e muitos outros pequenos exemplos, sobretudo no campo da publicidade, indicam que há uma tendência em explorar discursos “politicamente corretos” em respeito à problemática ambiental do planeta. É comum, hoje em dia, anúncios de bens de

consumo que enfatizam menor emissão de GEE, como automóveis, eletrodomésticos em geral etc., e de empresas com essa “face verde”.

Uma das grandes questões que atravessam os debates sobre *meio ambiente e aquecimento global*, tanto na esfera política quanto na própria mídia, é da responsabilidade individual imbricada na polarização entre dois blocos: países ricos vs países em desenvolvimento. Ou seja, muito mais do que ambiental, o embate é econômico, e se desdobra em uma inconveniente pergunta: afinal, *quem* deve pagar a conta, e de que maneira? A resposta não é simples, e uma possível razão pode estar na apropriação dos conceitos de “proteção” e de “preservação” em oposição a “desenvolvimento”, subjacentes ao sentido de [uso] “racional” [dos recursos naturais].

O problema é: como definir a “racionalidade” de forma universal, sem levar em conta as necessidades e as peculiaridades de cada povo/nação?

“Preservação” e “conservação” têm significados distintos na ecologia, com deslizamento de sentido para os discursos político e midiático. Ambos os conceitos se contrapõem à noção de desenvolvimentismo – concepção que defende o crescimento econômico a qualquer custo, desconsiderando os impactos ao ambiente natural e o esgotamento de recursos naturais – mas divergem entre si no que diz respeito ao manejo desses recursos naturais, ou seja, à relação entre homem e meio ambiente. *Preservação* possui um caráter de protetor, de um “deixe como está”, partindo da ideia de que o meio ambiente deve permanecer intocável, sem sofrer interferências relativas aos avanços do progresso e sua conseqüente degradação.

Por sua vez, o termo *conservação* pressupõe o uso racional e o manejo criterioso dos recursos naturais, e é um conceito identificado como uma espécie de meio-termo entre o *preservacionismo* e o *desenvolvimentismo*. Conservar é o pensamento que caracteriza a maioria dos movimentos ambientalistas, sendo o principal alicerce para políticas de desenvolvimento sustentável. A ONU utiliza o termo *conservation*, entretanto, no Brasil, particularmente na mídia, para esse sentido de uso racional, o termo empregado é *preservação*. Adotei o conceito de *preservação* tal qual é usado na textualização jornalística.

Essa diferenciação é importante para compreender os discursos sobre *aquecimento global* e seus corolários, incluindo o confronto entre países *ricos* e países *em*

desenvolvimento sobre maior ou menor responsabilidade individual na redução de emissões de GEE. De certa forma, nos discursos predominantes, a cobrança maior recai sobre os países desenvolvidos, e esse enfoque acaba reverberando de forma recorrente no discurso jornalístico. No âmbito de toda essa discussão, discuto o *lugar* da ciência como *discurso-fonte* para os enunciados que circulam na mídia, e que foram selecionados para constituir o meu *corpus*.

Dois campos são objetos deste trabalho: o científico e o jornalístico, ou, dito de outra maneira, o *discurso científico* (DC), como *fonte*, e o *discurso de divulgação científica* (DDC), especificamente o jornalismo científico, como *discurso sobre essa fonte*. O *corpus* se constitui de um conjunto de textos publicados nos principais veículos impressos no Brasil: *O Globo*, *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e a revista *Veja*, com algumas referências, em menor escala, a outros. Como observei na Introdução e ao longo do trabalho, o *corpus* nunca é “dado” em Análise do Discurso, é sempre uma construção. Olhar os textos como *fatos* – e não como *dados*, em sua concepção positiva – é observar como eles estão funcionando enquanto objetos simbólicos. Ou seja, os dados, para AD, são já os discursos, organizados, à luz de alguma teoria, em um gesto simbólico do analista.

Os textos selecionados, portanto, já constituíram uma pré-análise. À medida que ia (re)lendo as notícias, procurava identificar vestígios sócio-históricos que produziam sentidos para mim. Não foram escolhas aleatórias nem rigorosamente cronológicas. O procedimento de análise se deu por meio de uma organização em espiral, que, inclusive, implicou eventuais reconfigurações do *corpus*. O que significa que a análise linguística e a análise discursiva se alternam, levando em conta a incessante desestabilização discursiva do “corpo” das regras sintáticas e das formas “evidentes” de sequencialidade (PÊCHEUX, 1990).

Assim, a seleção do *corpus* já foi um primeiro gesto analítico meu, seleção que permaneceu em constante movimento com a análise propriamente dita dos textos. Significa dizer que, em AD, interpretação e descrição não são fases sucessivas, mas de alternância ou de um “batimento”, para usar a expressão de Pêcheux. Por esse procedimento heurístico, foi possível mostrar como a imprensa foi construindo o(s)

sentido(s) para o aquecimento global e seus corolários, isto é, temas que surgiram por associação com a questão do meio ambiente.

Em qualquer texto, os sentidos são produzidos bem antes do próprio processo de textualização. Na construção da notícia, os sentidos (isto é, a ideologia, o discurso, o interdiscurso, a memória) já estão na seleção do que vai ser noticiado, no *framing* e na edição, quando são destacados os aspectos mais relevantes, o que se pode verificar na análise da estrutura do texto – a pirâmide invertida. Ou seja, os sentidos têm sua gênese em formação ideológicas sócio-históricas (FI), que se organizam em formações discursivas (FD), que se materializam em textos. E foi a partir da análise desses *fatos* do discurso que cheguei aos sentidos construídos pelas notícias.

Reafirmo aqui que a análise do comportamento da mídia na cobertura sobre *meio ambiente e quecimento global* tem um duplo interesse: a minha própria condição de jornalista e a relevância dos temas para o conjunto da sociedade. Ambos são tratados como questões cruciais no âmbito da comunidade científica e dos governos (as agências de fomento, por exemplo, priorizam pesquisas nessas áreas), e divulgados pela mídia não como pequenos eventos, mas sim como fatos de grande significância (não é como noticiar a clonagem de mais uma ovelha, por exemplo).

Um aspecto importante que considerei é o da politização da ciência e seus sentidos. Termos como *desenvolvimento sustentável* e suas paráfrases, *preservação de florestas*, *biodiversidade*, até então de domínio apenas de um público restrito, são re-significados de acordo com as posições ideológicas dos enunciadores (inclusive do jornalista). Nesse contexto, me propus a discutir o debate “ecologizado” sobre a preservação da floresta amazônica, por considerar que os discursos sobre Amazônia, quando se trata de meio ambiente, de certa maneira são uma espécie de sumário de todos os discursos analisados, isto é, o termo “Amazônia” permite condensar os discursos sobre preservação do meio ambiente como um todo, e sobre o aquecimento global do planeta.

A propósito de todos esses temas, parti do pressuposto de que o IPCC é a maior referência na compilação e análise dos resultados científicos de publicações revisadas pelos pares (os relatórios não tratam só de aquecimento global, mas também de ciclagem de carbono, ciclagem de nutrientes, perda de biodiversidade etc.), principalmente a partir da divulgação do AR-4. Ou seja, na mídia, a ciência por vezes é o *discurso legitimador*

que dá voz a outros, sejam eles para ratificá-lo ou para refutá-lo. Assim, proponho uma breve discussão sobre a percepção pública da ciência a partir de sua circulação via jornalismo científico.

Ainda no que se refere à politização da ciência na mídia, considere importante analisar os discursos que circularam sobre os episódios “*Climagate*” e “*Himalaiagate*”, para mostrar como foram capitaneados pelos “céticos” com a finalidade de desacreditar o IPCC, reconhecidamente um importante *sujeito midiático*. “Politização” não significa o campo político em si, visto que, em última análise, as decisões são tomadas no âmbito da política. O sentido de politização, no contexto deste trabalho, está relacionado ao tratamento ideológico dado às questões referentes aos temas abordados.

Uma das questões mais problemáticas observadas é a dificuldade que os cientistas têm de transferir as incertezas e limitações constitutivas do conhecimento e da própria ciência para o público (formuladores de políticas, tomadores de decisão, jornalistas, agências de fomento etc.), sem que isso signifique “erro”, “imprecisão” ou “falseamento de dados”. Um exemplo significativo está no tratamento das análises de modelagem climática: dependendo dos modelos utilizados, os números podem variar, não significando “erro” ou “acerto”. Mas os cientistas raramente conseguem êxito ao divulgar dados dos (ainda) limitados modelos climáticos, dificuldade compartilhada pelos jornalistas, que resulta em matérias geralmente confusas ou incompletas.

A cobertura jornalística também desliza – e muito! – ao não ter a devida compreensão do papel das incertezas no método científico, em geral, e na ciência do clima, em particular, fazendo circular formulações que sugerem uma ciência “precisa” e “irrefutável” (como as previsões iniciais do AR-4 para o degelo do Himalaia ou mesmo o sentido de “irreversível”, por exemplo), mas que se transformam em “erros” quando surgem dados novos e conflitantes (como ocorreu mais tarde, quando o IPCC reconheceu publicamente que os cenários previstos para o Himalaia foram superestimados). A exploração das variáveis e incertezas do campo científico pela mídia muitas vezes se configura em juízo de valor, como se a ciência realmente tivesse o dever (e o poder) de ser “irreparável”.

Todas essas considerações e análises aguçam as minhas expectativas em relação ao próximo relatório do IPCC, o AR-5, que será lançado no dia 26 de setembro de 2013,

na cidade de Estocolmo, e também – e principalmente – à cobertura jornalística. Com base em leituras preliminares, e em conversas com cientistas e com o presidente do IPCC, Rajendra Pachauri, não hesito em afirmar que a ciência do clima avançou significativamente de 2007 para cá, e, segundo adiantaram os cientistas, novas evidências de que as mudanças climáticas globais estão se acelerando serão apresentadas no AR-5. A questão é: como as novas informações, e também as incertezas, serão tratadas no discurso jornalístico.

Adianto que um dos principais avanços do AR-5 diz respeito aos 47 modelos climáticos usados como referências, que são muito mais sofisticados do que os 17 utilizados no AR-4, incorporando processos novos, como melhor integração com ciclo do carbono terrestre, melhor parametrização de nuvens, melhores estimativas de precipitação, mais detalhes nos efeitos dos aerossóis no clima, melhor entendimento da absorção de calor pelos oceanos, entre outros avanços importantes. O curioso é que os valores calculados para aumento de temperatura no AR-5 são muito similares aos do AR-4, o que indica solidez nas projeções futuras das conclusões a que chegaram os cientistas em 2007 – um bom argumento contra o ceticismo, talvez.

Outro dado importante: como as emissões de GEE em 2013 são significativamente maiores que em 2007, as concentrações médias de CO₂, que eram de 380 ppm no AR-4, agora correspondem a 395 ppm no AR-5. Segundo os cientistas, por causa desse aumento, houve um crescimento em 50% da forçante radiativa total antropogênica, do AR-4 para o AR-5, tendo agora um valor de 2.4 watts/m² (antes, em 2007, era 1.6 watts/m²). O AR-5 também colocará que alguns eventos climáticos extremos mudaram como resultado da influência antropogênica, como mostram vários artigos recentes na literatura científica.

É sempre importante salientar que o IPCC não faz ciência, mas tão somente compila, sintetiza e avalia artigos científicos revisados pelos pares. Esse trabalho, contudo, lhe confere o *status* de principal referência para a cobertura jornalística acerca das mudanças climáticas. Como *sujeito midiático*, o IPCC tem sido o principal porta-voz dos avanços da ciência do clima, mas esses avanços não têm reverberado na formulação de políticas públicas para a redução de emissões de GEE. Em parte, por causa das “confusões” que a mídia faz na (re)formulação do discurso científico. Mas,

principalmente, por causa do próprio embate diplomático que se coloca como fulcro dessa e de qualquer questão ambiental: a polarização *países ricos x países em desenvolvimento*.

A análise mostrou que essa disputa não se restringe ao campo político e tampouco ao científico, mas sobretudo ao campo econômico, como pode-se observar nos discursos sobre as conferências Rio-92 e Rio+20. Em ambas, predominaram os debates sobre a responsabilidade de cada país na redução de emissões de GEE e os compromissos para viabilizar uma economia baseada no *desenvolvimento sustentável*, de modo a mitigar o aquecimento global. Significa dizer que a questão econômica é o *mainstream* das discussões acerca da problemática ambiental do planeta.

Obviamente, haveria questões teóricas para serem aprofundadas, que eventualmente serão abordadas em artigos futuros, a partir da análise de outros acontecimentos. Uma delas, certamente, diz respeito às mudanças no campo jornalístico em relação ao Século XX, sobretudo pelo advento da internet. Esta nova era da “sociedade da informação” (SCHAFF, 1995) desloca práticas, entre as quais a prática do jornalismo, na sua constituição e sua formulação. As tecnologias da informação – em particular a mídia – ocupam todas as esferas sociais e provocam, como efeito colateral, uma reconfiguração no modelo de intervenção intelectual no jornalismo tradicional.

A sociedade hoje se organiza em redes, e é a informação o liame entre os nós que a tecem. Vários autores têm se debruçado sobre a caracterização dessa nova era. Lévy (1999) afirma que vivemos em uma cibercultura, uma nova forma de pensar a cultura mediada pelas tecnologias da informação, baseada em três princípios fundamentais: a interconexão, as comunidades virtuais e a inteligência coletiva (p. 127). Para Castells, “as novas tecnologias da informação estão integrando o mundo em redes globais de instrumentos” (1999, p. 59).

Nessa estrutura de sociedade, segundo o autor, a comunicação móvel se configura como o eixo gravitacional, com dispositivos que interferem nas funcionalidades cotidianas, nas relações interpessoais e na conexão direta entre usuários e serviços. Fundamenta-se, pois, em “intercâmbios constantes de textos, sons e imagens, estendendo

a lógica da rede (vários pontos estão interligados entre si, sem sujeição a centros fixos) a práticas sociais e múltiplos campos de atividades, em todos os lugares e contextos” (2007, p. 394).

A interconexão de que fala Lévy vai ao encontro da metáfora de rede de Castells, criando comunidades virtuais, repensando o mundo colaborativamente. A profusão de meios, formatos e linguagens, e o crescimento substancial da oferta de conteúdos e serviços de informação e entretenimento reduzem as fronteiras socioeconômicas. O novo cenário descrito por ambos os autores acaba por mudar a qualidade e a direcionalidade dos processos. O que antes era isolado, hierárquico e vertical passa a ser conectado, heterárquico e horizontal. No jornalismo, algumas mudanças são perceptíveis.

Se antes o campo era de domínio exclusivo de jornalistas, com o advento das tecnologias de informação praticamente qualquer pessoa pode gerar conteúdo noticioso. Significa que, nesse novo cenário, a exclusividade, e, em certo sentido, a legitimidade da produção jornalística foram alteradas. Como exemplo, cito o caso emblemático do passageiro de uma balsa, James Krum, quem primeiro “noticiou” a queda de um avião da US Airways na Baía de Hudson, em Nova York, postando uma foto direto de seu telefone celular.

Essa ampliação de possibilidade de produção quebrou a hierarquia que definia o que era ou não notícia. Antes, o poder decisório da informação que deveria circular como notícia era concentrado nas mãos dos grandes grupos de mídia, e, em menor escala, dos jornalistas. Como o processo era verticalizado, com qualquer interrupção do fluxo, a disseminação da notícia era bloqueada. Quanto mais alto na cadeia hierárquica, mais poder o indivíduo tinha de interromper o fluxo.

Na sociedade em rede, com os processos horizontalizados, se algum nó da rede falhar no fluxo de informação, o próprio sistema autopoiético (produtor e produto), como pensado por Maturana e Varela (2005), se reconfigura para dar prosseguimento ao fluxo. “A característica mais peculiar de um sistema autopoiético é que ele se levanta por seus próprios cordões” (p. 55), dizem os autores.

Embora não tenha sido objetivo desta tese discutir a atual fase do jornalismo diante desse cenário, não posso deixar de questionar (pensando em trabalhos futuros) o que significa, para o jornalismo, uma reorganização social em rede, heterárquica e

horizontalizada composta por sujeitos da geração digital. É certo que desde o surgimento da internet, o jornalismo tem buscado formas diferenciadas de atuação. Em um primeiro momento, as matérias jornalísticas eram feitas para o impresso e simplesmente reproduzidas on-line na tentativa de se fazer “jornalismo on-line”. Com o tempo, a direcionalidade foi alterada. As matérias passaram a surgir primeiro on-line e depois migravam para o impresso. Logo a ordem do discurso digital alterou também a linguagem do jornalismo feito on-line: textos passaram a ser mais curtos, multiautorais (pelo leitor, inclusive) e multimídias.

Sabemos que a adequação de instituições e práticas à nova ordem digital está cada vez mais necessária. Mas, para além da constituição, é preciso pensar sua formulação e sua circulação. Se as mudanças da sociedade para um funcionamento horizontal e em rede – partes da constituição da sociedade atual – pulverizaram o poder decisório no âmbito do jornalismo, por sua vez, a mudança do sujeito agora em rede levou a uma reformulação da linguagem e também alterou a sua circulação. A velocidade mudou a temperatura das notícias: o que era *quente* ficou *morno* e o que era *frio* ficou *gelado*, porque existe, agora, o *ultra quente* da informação *just-in-time* on-line, que, inclusive, teve repercussões importantes na *agenda-setting* mundial.

Tudo isso tem de ter ares de inovação, porque o tempo agora é o tempo do novo, um tempo em que a colaboração põe em jogo a multidirecionalidade do processo, no qual interação é a palavra-chave. O entretenimento em tempos de “infotimento” (DEJAVITE, 2006) é constitutivo da informação. Como toda mudança, essa reconfiguração no funcionamento jornalístico também tem consequências. Para alguns autores, é vista como negativa. Chauí (2006), por exemplo, diz que essa adequação do jornalismo às características da sociedade da informação prejudica o caráter noticioso dos meios, sobretudo os impressos:

Em tempos passados, cabia aos jornais a tarefa noticiosa, e um jornal era fundamentalmente órgão de notícias. Sem dúvida, um jornal possuía opiniões e as exprimia: isso era feito, de um lado, pelos editoriais e por artigos de não-jornalistas, e, de outro, pelo modo de apresentação da notícia (...). Ora, com os meios eletrônicos e digitais e a televisão, os fatos tendem a ser noticiados enquanto estão ocorrendo, de maneira que a função noticiosa de um jornal é prejudicada, pois a notícia impressa é posterior à sua transmissão por meios eletrônicos e pela

televisão. Ou na linguagem mais costumeira dos meios de comunicação: no mercado de notícias, o jornalismo impresso vem perdendo competitividade (alguns chamam isso de progresso; outros, de racionalidade inexorável do mercado!). O resultado dessa situação foi duplo: de um lado, a notícia é apresentada de forma mínima, rápida e, frequentemente, inexata. (...) De outro, deu-se a passagem do órgão de notícia a órgão de opinião, ou seja, os jornalistas comentam e interpretam as notícias, opinando sobre elas. (p. 12)

Em vez de entrar na questão valorativa no que diz respeito a ser bom ou não, o que se pode constatar é que, de fato, uma mudança ocorreu, surgindo um novo modo de fazer jornalismo. Identificar a mudança como boa ou ruim necessariamente requer que nos perguntemos a partir de que parâmetros estamos julgando. No caso de Chauí, é visível o desconforto porque a autora fala do referencial marxista, para o qual a imprensa é mais um *locus* de luta contra o poder estabelecido e que, por contingência das mudanças atuais, está sendo enfraquecido, ou seja, a luta acaba perdendo o foco.

Keen (2009) também desqualifica o novo jornalismo on-line, mas sob um argumento diferente. Enquanto Chauí sustenta que nesse novo modelo o jornalismo perde a sua função (de luta), para Keen, abre-se um espaço imenso ao amadorismo. O autor é ainda mais radical e salienta que a internet “pode ser um pesadelo cultural – um acúmulo inabarcável de tolices criadas por uma multidão de narcisistas ansiosos para se expressar on-line”. Em *O Culto do Amador*, ele responsabiliza a rede pela queda na circulação dos grandes jornais americanos e anuncia “a morte da cultura” como um risco iminente para a dita sociedade da informação.

Não compartilho das proposições de Keen nem de Chauí, mas acho importante, nessa discussão, apontar o contraditório, sobretudo para tentar compreender de que modo todas essas mudanças repercutem na prática jornalística em geral, e na cobertura do meio ambiente e aquecimento global, mais especificamente. Fato é que neste momento há mais perguntas do que respostas, a despeito de algumas sinalizações. Decerto, a liquidez da informação característica do jornalismo on-line levou os veículos impressos a se reestruturarem. Os principais jornais do Brasil “encolheram”, alguns acabaram com as editorias de ciência/meio ambiente, e as notícias relativas a esses temas foram deslocadas.

Em outras palavras, as marcas do jornalismo têm a sua função alterada. O escrutínio transformou o leitor em um agente mais exigente, eliminando tudo aquilo que

não passa no seu crivo de legitimidade. Ou seja, de provedores exclusivos de informação por eles escrutinizadas, os grandes grupos passam agora a ser legitimadores de uma informação que circula a despeito de seu escrutínio. Nessa perspectiva, por todas as questões levantadas ao longo do trabalho e nestas considerações finais, acredito que a cobertura do lançamento do AR-5 será emblemática para a ciência, para o jornalismo e para a sociedade, em termos de abordagem e de espaço nos veículos, incluindo-se aí o tempo para os desdobramentos.

Minha expectativa, como jornalista e como cidadã, é de que, a despeito dos meios (impressos ou digitais), da linguagem (mais formal ou mais líquida) e das incertezas científicas, o relatório seja mais um instrumento de conscientização da população e sobretudo da classe política, no sentido de promover condições melhores para o **futuro da Terra**. Caso contrário, continuaremos assistindo a uma disputa desigual e ineficaz entre *países desenvolvidos e países em desenvolvimento*, e, ao invés de promovermos um desenvolvimento de fato sustentável, estaremos apenas mudando a cor da poluição falseando a realidade, como mostram, respectivamente, as epígrafes deste trabalho. E não avançaremos em nada, apenas nos debateremos sobre **discursos inconvenientes**.

Quando esta tese estava sendo formatada para a impressão dos exemplares da Banca Examinadora, chegou às minhas mãos um exemplar da revista *Época*, edição nº 784, de 3 de junho de 2013. Logo na capa, a chamada à esquerda, no alto da página: “EDIÇÃO VERDE: *O aquecimento global parou. Cadê o apocalipse?*”. Quem lê a manchete da página dupla interna tem a impressão de que a matéria apenas dará voz aos “céticos”, mas, diferentemente do que fazem supor título (“*Cadê o apocalipse?*”) e subtítulo (“*Nunca os céticos do aquecimento global pareceram estar tão certos – e nunca estiveram tão errados*”), traz novamente a “polêmica”, porém alternando informações sobre os dados científicos que sustentam o discurso (pre)dominante (de que a ação humana está contribuindo de maneira significativa para o aquecimento do planeta) e questões levantadas pelos que refutam essa tese, os chamados céticos.

Diz o texto que “*Uma revisão de 12 mil estudos científicos revela que 97% dos autores concordam sobre o aquecimento*”. A afirmação é, na verdade, um

questionamento (“*Estão loucos?*”), tendo em vista que “... desde 1998, as temperaturas médias da atmosfera do planeta não subiram”. A fonte dessa informação, segundo a matéria, é um blog do climatologista britânico Ed Hawkins, da Universidade de Reading. Ele publicou um gráfico mostrando que “...as temperaturas estão quase abaixo da curva ascendente traçada pelos modelos de computador que projetam o clima da Terra”. Em outras palavras, “*Se a Terra não esquentou, a polêmica pegou fogo*”, para usar a expressão do editor.

Um detalhe chama a atenção nesse texto assinado por Claudio Angelo: as referências ao IPCC são sempre positivas. Em uma delas, ele fala dos índices “de acerto” (uma falta que identifiquei na cobertura da divulgação do AR-4 e seus desdobramentos, analisadas nos capítulos 2 e 3): “*O IPCC tem um bom histórico de acerto. No último relatório, entre milhares de dados, o único incorreto era uma previsão sobre o ritmo de derretimento do Himalaia*” (p.50). Contudo, essa informação não foi destacada como manchete ou mesmo como *olho* (informações tipo *highlight*, em corpo maior e geralmente fonte diferenciada) na edição. Inclusive, na sequência, o parágrafo não faz muito sentido na relação com o que se afirma sobre os acertos do IPCC: começa com a pergunta “*Como os cientistas podem ter tanta certeza, então, de que o aquecimento atual é responsabilidade humana?*”.

Ora, o autor da matéria diz, no parágrafo anterior ao da pergunta, que a proporção de erros do IPCC, no AR-4, foi mínima. Logo, esse “*então*” no parágrafo seguinte parece estar fora de lugar. A proposta de uma matéria interpretativa alternando dados do IPCC e questões levantadas pelos “céticos” nesse texto, a meu ver, esbarra em um estilo confuso e por vezes ambíguo. Obviamente, não vou fazer uma análise do discurso de *Época*. O que eu quero mostrar, com esse exemplo, é que a proposta deste trabalho é atual e, principalmente, que o *corpus* nunca se esgota. Concluo salientando que muitas das “desconfianças” em relação ao aquecimento do planeta são consequência de “confusões” como essa que a edição de *Época* apresenta: uma (re)formulação ambígua ou enviesada do discurso científico. Em outras palavras, muitas vezes o discurso da mídia se torna ele próprio mais um entre tantos discursos *inconvenientes* sobre o futuro da Terra.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Walmir. *A Comunicação Transfronteira e a Amazônia como Novo Éden do Mundo*. In PERUZZO, CMK. **Comunicação e Multiculturalismo**. Manaus: EDUA, 2000 p.153-159.

ARRAUT, Josefina Moraes ; Nobre, Carlos ; BARBOSA, H. M. J. ; Obregon, Guillermo ; Marengo, José . **Aerial Rivers and Lakes: Looking at Large-Scale Moisture Transport and Its Relation to Amazonia and to Subtropical Rainfall in South America**. *Journal of Climate*, v. 25, p. 543-556, 2012.

AUTHIER, Jacqueline. **Les formes du discours rapporté. Remarques syntaxiques et sémantiques à partir des traitements proposés**. DRLAV. 17. p 1-87, 1978.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive : éléments pour une approche de l'autre dans le discours**. DRLAV. 26. p 91-151, 1982.

_____ A encenação da comunicação no discurso de divulgação científica. Tradução Claudia R. C. Pfeiffer. IN: AUTHIER-REVUZ, J. **Palavras incertas: as não-coincidências do dizer**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1988.

_____ **Dialogismo e Divulgação Científica**. *Revista Rua*, n. 5, p. 9-15, 1999

_____ **Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004

BAKHTIN, Mikail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 6ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1992.

_____ **Estética da criação verbal**. 4ª Ed. São Paulo: M Fontes, 2003.

BARNHURST, Kevin e NERONE, John. **The Form of News: A History**. London and New York: Guilford Press, 2002.

BORGES, Luiz C. *A língua geral: revendo margens em sua deriva*. In FREIRE, J. R. B.; ROSA, M. C. **Línguas gerais: política lingüística e catequese na América do Sul no Período Colonial**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Tradução de Jeni Vaitsman. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero Limitada, 1983.

_____. *“A influência do Jornalismo”*. In: BOURDIEU, P. **Sobre a televisão**. Tradução de Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1997.

_____. **O poder simbólico**/ Trad. Fernando Tomaz. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

_____. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. Tradução de Denice Barbara Catani. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
BOBBIO, Norberto. *Intelectuais e poder* In BOBBIO N. **Os intelectuais e o poder**, São Paulo: Unesp, 1997

BUCCI, Eugenio. *O jornalismo ordenador* In GOMES, M.R. **Poder no Jornalismo**, São Paulo: Hacker, 2002

BUENO, Wilson C. **Jornalismo Científico no Brasil: aspectos teóricos e práticos**. 1. ed. São Paulo: Escola de Comunicações e Artes da USP, 1988

_____. **Comunicação, Jornalismo e Meio Ambiente**. 1. ed. São Paulo: Mojoara Editorial Ltda., 2007.

_____. **O Jornalismo Científico e o compromisso das fontes**. Portal do Jornalismo Científico, São Paulo, 2004.

_____. **Jornalismo Científico, lobby e poder**. Parcerias Estratégicas (Brasília), Brasília, n.13, p. 168-200, 2001.

BURKETT, Warren. **Jornalismo científico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990

CALABRESE, Omar. *Pormenor e Fragmento*. In **A Idade Neobarroca**. Tradução de Carmem Carvalho. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1987, pp.83-104.

_____. *A citação neobarroca*. In **A Idade Neobarroca**. Tradução de Carmem Carvalho. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1987, pp. 187-192.

CALDAS, Graça. *Comunicação, Educação e Cidadania: o papel do jornalismo científico*. In GUIMARÃES, Eduardo (Org.) **Produção e circulação do conhecimento: Política, Ciência, Divulgação**. Campinas, SP: Pontes, 2003

CAMPBELL, Richard. **60 minutes and the News; a mythology for Middle America**. Urbana & Chicago: University of Illinois Press, 1991.

CANGUILHEM, George. **Le cerveau et la pensée**. Paris: Murs, 1980.

CAREY, James. *Why and how. The dark continent of American Journalism*. In MANOFF, R.K. & SCHUDSON, M. (Orgs.). **Reading the News: a pantheon guide to popular culture**. New York: Pantheon Books, 1997.

CARNEIRO, Carolina M.Z. **Caos no clima**. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: UFF, 2008.

CASTELLS, Manuel. “**Les médias entre les citoyens et le pouvoir**” («A mídia entre os cidadãos e o poder»), apresentação em seminário organizado pelo Fórum Mundial da Política e a província de Veneza, em San Servolo (Itália), em 23 e 24 de junho de 2006.

_____. “Internet e sociedade em rede”. In MORAES, D. (Org.) **Por uma nova comunicação**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

_____. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHALABY, Jean. **Journalismo as an Anglo-American invention: a comparison of the development of French and Anglo-American Journalism**. London: European Journal of Communication, 1996.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. Tradução: Angela S. M. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2007.

CHARTIER, Roger. **O mundo como representação**. Estudos avançados, São Paulo, 11(5), p.173-191, 1991.

CHAUÍ, Marilena. **Simulacro e poder – uma análise da mídia**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

COSTA, Luciana. **Comunicação e meio ambiente: a análise das campanhas de prevenção a incêndios florestais na Amazônia**. Belém: UFPA/NAEA, 2006

DAVIDSON, Erik. A., A. C. de Araújo, P. Artaxo, J. K. Balch, I. F. Brown, M. M. da C. Bustamante, M. T. Coe, R. S. DeFries, M. Keller, M. Longo, J. W. Munger, W. Schroeder, B. S. Soares-Filho, C. M. Souza Jr., S. C. Wofsy. **The Amazon Basin in Transition**. Nature, 481, 321-328, 2012.

DEJAVITE, Angelica. **Infotimento: informação + entretenimento no jornalismo**. São Paulo: Paulinas, 2006.

DINIZ, Augusto (org.). **Comunicação da Ciência: análise e gestão**. Taubaté: Cabral, 2004.

DINIZ, Vinícius W.B.; LEAL, Paulo R.F. **Ideologia e discurso no TV – o horário eleitoral gratuito nas eleições municipais de 2004 em Juiz de Fora**. Disponível em <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R0346-2.pdf>. Acesso em 14/07/2011.

DISCINI, Norma. *Estilo e totalidades*. In **O estilo nos textos**. São Paulo: Contexto, 2003.

ENTMAN, Robert. **Frame U.S. Coverage of international News: contrats in narrative of the KAL and Iran air incidentes**. *Journal of Communication*, V.41, n° 4, p.6-27, 1991.

- FAIRCLOUGH, Norman. **Discourse and social change**. Izabel Magalhaes (coordenadora), Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2001, 316 p.
- FEARNSIDE, Philip. *Mudanças climáticas globais e a floresta amazônica*. In: . BUCKERIDGE, M.S. (ed.). **Biologia e Mudanças Climáticas Globais no Brasil**. São Paulo: RiMa Editora, 2008. pp. 131-150.
- FERREIRA, Gilvandro. *Contribuições da Análise do Discurso ao estudo de jornalismo*. In FRANÇA, Vera, WEBER, Maria Helena PAIVA, Raquel, e SOVIK, Liv (Orgs.). **Livro do XI Compós 2002: estudos de comunicação ensaios de complexidade 2**. Porto Alegre: Sulina, 2003.
- FIORIN, José Luiz. **Elementos de análise do discurso**. 10ª Ed. São Paulo : Ática, 2001.
- _____ **Dialogismo, polifonia, intertextualidade**. São Paulo: Edusp, 2003.
- _____ **Linguagem e ideologia**. São Paulo: Editora Ática, 2004.
- FIORAVANTE, Carlos. *O papel da mídia na formulação da agenda política sobre mudanças climáticas*. In BUCKERIDGE, M. **Biologia & Mudanças climáticas no Brasil**. São Paulo: RiMa Editora, 2008. pp. 259-274
- FLAUSINO, Márcia. *Notícia: conduzindo a compreensão da realidade – cotidiano, imaginário e representações sociais*. In BARROS, A., DUARTE, J. & MARTINEZ, R. (Orgs.) **Comunicação: Discursos, Práticas e Tendências**. São Paulo: Rideel; Brasília: UniCEUB, 2001, pp. 103-118.
- FOSSEY, Marcela F. **A semântica global em duas revistas de divulgação científica: Pesquisa FAPESP e Superinteressante**. Dissertação de Mestrado, Campinas, UNICAMP, 2006
- FOUCAULT, Michel (1969). **A ordem do discurso**. 4ª Ed. São Paulo: Loyola, 1998
- _____ **A arqueologia do saber**. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997
- FREGAPANI, Gelio. **Amazônia: A grande cobiça internacional**. Brasília: Thesaurus, 2000.
- GITLIN, Todd. **The whole world is watching. Mass media in the making and unmaking of the new left**. Berkeley, University of California, 2010
- GOMES, Mayra R. **Poder no Jornalismo**, São Paulo: Hacker, 2002
- GONÇALVES, Carlos W. **Amazônia, Amazônias**, São Paulo: Contexto, 2001

- GOULART, Ana Paula. **Discurso e poder – a contribuição barthesiana para os Estudos da linguagem**. Artigo apresentado na 22a Compós, Recife: 2003.
- GUIMARÃES, Eduardo. *O acontecimento para a grande mídia e a divulgação científica*. In GUIMARÃES, Ed. (org.) **Produção e Circulação do Conhecimento**. Campinas: Pontes Editores, 2001 pp.13-19.
- HACKETT, Robert A. *Declínio de um paradigma? A parcialidade e a objetividade nos estudos dos media noticiosos*. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. Lisboa: Vega, 1993.
- HANKS, William. F. **Língua como prática social: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin**. São Paulo: Cortez, 2008.
- HENRY, Paul. **A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992
- _____ *A história não existe?* In ORLANDI, E. (org). **Gestos de leitura**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994
- HERNANDO, Manuel C. **Teoria e técnica do jornalismo científico**. São Paulo: ECA-USP, Série Jornalismo e Editoração, 1970.
- KEEN, Andrew. **O culto do amador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- LAGE, Nilson. **Linguagem jornalística**. São Paulo: Ática, 1985
- LEVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.
- MACHADO, Angelo. *Biodiversidade ameaçada*. In NUSSENZVEIG, H.M. **O futuro da Terra**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em Análise do Discurso**. 3ª Ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1997.
- _____ **Análise de textos de Comunicação**. São Paulo: Cortez, 2001, 238p.
- _____ **Gênese do Discurso**. Tradução de Sírio Possenti. Curitiba: Criar Edições. 2005, 189 p.
- _____ *Situação de Enunciação*. In: POSSENTI, S.; SOUZA-E-SILVA, M. C. (Orgs.). Dominique Maingueneau Curitiba: Criar Edições, 2006.
- _____ **Cenas da enunciação**. São Paulo: Parábola, 2008.
- MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia**. 2ª. Ed São Paulo: Ática, 1986.

_____ **A saga dos cães perdidos.** São Paulo: Hacker, 2000.

MARCUSCHI, Luiz. A. **A ação dos verbos introdutórios de opinião.** Intercom, São Paulo, ano XIV, n. 64, p.74-92, jan/jun1991.

MARIANI, Bethania. **O PC do B e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais.** Rio de Janeiro: Revan; Campinas: Editora da UNICAMP, 1998

MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. **A árvore do conhecimento.** 5 ed. Campinas, Editorial PsyII, 2005.

MEDEIROS, Rodrigo A.L. **Decodificando a internacionalização da Amazônia em narrativas e práticas institucionais: governos da natureza no Brasil e nos EUA.** Tese de doutorado, UnB, 2012.

MEDINA, Cremilda C.A. **Notícia: um produto à venda.** São Paulo: Summus Editorial, 1978

MENDONÇA, Kleber. **A punição pela audiência: um estudo do Linha Direta.** Rio de Janeiro: Quartet, 2002.

MOIRAND, Sophie. **Discours, mémoires et contextes: à propôs du fonctionnement de l'allusion dans l'apresse.** In Milanez, N. et al. (Orgs). Estudos da língua(gem). Vol. 6 (I), Vitória da Conquista: UNESB, 2008, p.7-26

MOREIRA, Ildeu; MASSARANI, Luíza. *Aspectos da divulgação científica no Brasil.* In MASSARANI, L.; MOREIRA, I. BRITO, F. (Orgs). **Ciência e público: caminhos da divulgação científica no Brasil.** Rio de Janeiro: Casa da Ciência, UFRJ, Série (Terra Incognita, Vol. 1), 2002.

NOBRE, Carlos. & SAMPAIO, Gilvan. *Mudanças Climáticas.* In RUTKOWSKI, E.W. **Mudanças Climáticas e Mudanças Socioambientais Globais.** Brasília: Unesco, IBECC, 2008, pp. 15-31

NOBRE, Carlos ; BORMA, Laura De Simone. **Tipping points for the Amazon forest. Current Opinion in Environmental Sustainability** (Print), v. 1, p. 28-36, 2009.

NOBRE, Gabriella M. & MANSUR, Yolanda Corrêa. **Discursos sobre a internacionalização da Amazônia e Relações Internacionais: um prisma do debate internacionalização versus soberania.** EXAMÁPAKU, Revista Eletrônica de Ciências Sociais, História e Relações Internacionais. V.1 n° 2, 2008.

NUNES, José H. *Discurso de divulgação.* In GUIMARÃES, Ed. (org.) **Produção e Circulação do Conhecimento.** Campinas: Pontes Editores, 2001 pp.31-40

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos.** 3ª Ed. Campinas: Pontes 2001.

_____ **Interpretação.** 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____ **As formas do silêncio.** 3 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

ORTEGA, Felix e HUMANES, Maria Luisa. **Algo más que periodistas - sociología de una profesión.** Barcelona (Espanha): Editora Ariel, 2001.

PARK, Robert. *A notícia como forma de conhecimento* In: STEINBERG, Charles S. (Org.). **Meios de comunicação de massa.** São Paulo, Cultrix, 1976.

PÊCHEUX, Michel & FUCHS, C. *A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas.* In: F. GADET & T. HAK. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux.** 3ª Ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993, pp.163-252

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

_____ **O discurso: estrutura ou acontecimento?** Campinas: Pontes, 1990.

PEDROSO, Rosa N. **A construção do discurso de sedução em jornal sensacionalista.** São Paulo: Annablume, 2001

PEREIRA, Fábio H. **Da responsabilidade social ao jornalismo de mercado.** Lisboa: Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, 2004. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/pereira-fabio-responsabilidade-jornalista.pdf>
Acesso em 17 de abril de 2011.
<http://www.bocc.ubi.pt/pag/pereira-fabio-responsabilidade-jornalista.pdf>

PETRACA, Fernanda R. **Construção do estado, esfera política e profissionalização do jornalismo no Brasil.** Rev. Sociol. Polit. vol.18 no.35 Curitiba Feb. 2010
PINTO, Lúcio F. **Riquezas ocultas e cobiça mundial,** 2006. Disponível em <http://fragmentosdenatalie.blogspot.com.br/2006/10/riquezas-ocultas-e-cobia-mundial.html>
Acesso em 11 de julho de 2011.

PINTO, Milton J. **Comunicação e discurso.** São Paulo: Hacker, 1999

RAMONET, Ignacio. **A tirania da comunicação.** 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

ROSEN, Jay. *Para além da objetividade.* In **Revista Comunicação e Linguagens – Jornalismo.** Lisboa: Relógio d' Agua Editores, 2002, D027

SARLO, Beatriz. **Intelectuais** SARLO, B. Em *Cenas da vida pós-moderna,* Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000

SCHAFF, Adam. **A sociedade informática**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SCHOR, Tatiana. **Reflexões sobre a imbricação entre Ciência, Tecnologia e Sociedade**. *Scientiae Studia*, Vol. 5, N° 3, São Paulo, FFLCH, USP, 2007

_____ **Ciência e tecnologia: uma interpretação da pesquisa na Amazônia – o caso do experimento de grande escala da biosfera-atmosfera na Amazônia (LBA)**. São Paulo: Annablume-FAPESP, 2008

SCHUDSON, Michael. **Discovering the News: A Social History of American Newspapers**. New York: Basic Books, 1978

SODRÉ, Muniz. **Reinventando a cultura**. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

_____ **A comunicação do grotesco**, Petrópolis: Vozes, 1972

SOLOSKI, John. *O jornalismo e o profissionalismo: alguns constrangimentos no trabalho jornalístico*. In TRAQUINA, N. (Org) **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. Lisboa: Vega, 1989

SOUZA, Ana P.F. **Intelectuais, política e mídia na contemporaneidade**. Manaus: Valer, 2008.

SOUZA, Sérgio. **Discurso científico e Discurso de Divulgação Científica**. Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação, UFAM, 2010. Mimeografado.

THOMPSON, John B. **O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia**.

Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.

_____ **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____ **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Tradução do Grupo de Estudos sobre Ideologia, Comunicação e Representações Sociais da PUC-RS. Petrópolis: Vozes, 2002.

TUCMAN, Gaye. *A objetividade com ritual estratégico: uma análise das noções da objetividade dos jornalistas*. In TRAQUINA, N. (Org.) **Jornalismo: Questões, teorias e estórias**. Lisboa: Vega, 1993.

ZAMBONI, Lílian M.S. **Cientistas, jornalistas e a divulgação científica: subjetividade e heterogeneidade no discurso de divulgação científica**. Campinas: Editora Autores Associados, 2001.

Outros:

FOLHA DE S. PAULO. **Manual de Redação**. 17a. edição, São Paulo: Publifolha, 2011

O ESTADO DE SÃO PAULO. **Manual de Redação e Estilo**. 3ª Ed. São Paulo: Moderna Editora, 1997.

ANEXOS

FOLHA DE S. PAULO

DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FRIAS FILHO

SÁBADO, 3 DE FEVEREIRO DE 2007
ANO 86 • Nº 28.430

EDIÇÃO SÃO PAULO/DF, CONCLUÍDA ÀS 23H15 • R\$ 2,50

Inteligência dos EUA avalia que Iraque já vive uma guerra civil

Relatório sobre o Iraque preparado pelo Conselho Nacional de Inteligência dos EUA fala em guerra civil e estima que a violência sectária hoje supera a do terrorismo. O texto, feito por especialistas das 16 principais agências de inteligência, é o primeiro documento oficial a usar o termo "guerra civil". O Instituto Internacional para Estudos Estratégicos disse que os EUA já não são o pólo hegemônico global e que "vivemos em um mundo não-polar". Pág. A17-A18

Computador deve ter venda quase igual à de TV em 2007

As vendas de computadores devem encontrar nas de TVs em 2007, com a perspectiva de os PCs se tornarem o meio de comunicação de massa mais consumido do país até o fim da década. A Eletros (Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletrônicos) estima que 11,7 milhões de TVs serão vendidas no ano. As vendas de PCs devem ser 11 milhões, diz a Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica. Pág. 29

EDITORIAIS Pág. A2
Leia "Andar no plantão", sobrevivência de Chingaglia; "Visões obscuras", acerca de concessões rodoviárias em SP.

folhinha
Saiba como encarar mudanças na volta às aulas
Págs. 4 e 5

ilustrada
Para crítico, cinema brasileiro reflete momento político
Pág. B1

Esta edição tem 98 páginas
127.540 exemplares

© 2007 Folha de S. Paulo. Todos os direitos reservados. Reprodução sem autorização é proibida.

ISSN 0101-066X
CNPJ 07.000.000/0001-91
F071614572070



Filós no que restou de Ipreja na Flórida (EUA) após tornado que matou 19 Pág. A22

especial

Cientistas prevêem futuro sombrio para a Terra

Temperatura mais alta derreterá geleiras, e nível do mar subirá

MARCELO LEITE
ENVIADO ESPECIAL A PARIS

A temperatura da Terra subirá até o fim do século, diz o mais importante relatório sobre o aquecimento global, produzido por 600 cientistas de 40 países.

A geleira sobre a Groenlândia pode sumir em milênios, os furacões ficarão mais fortes e o nível do mar subirá pelos próximos mil anos — de 18 cm a 59 em até 2100. O relatório responsabiliza a ação humana pelo aquecimento global. Clima

Variação da temperatura média do planeta



BRASIL
Especialistas defendem "redução de danos"

REAÇÕES
França quer "revolução", e EUA, "estudar e reagir"

DESAFIO
Emissão de gás carbônico deveria ser cortada à metade



Elana Azeiteiro/Reuters

IRA
Palestino discute com soldado israelense durante protesto contra o muro erguido por Israel na Cisjordânia; em Gaza, ao menos 17 pessoas morreram em conflitos entre Hamas e Fatah Pág. A31

Comissão veta obra e Pan pode ficar sem iatismo

O iatismo, esporte que mais medalhas olímpicas deu ao Brasil, pode ficar fora do Pan. A comissão de inspeção vetou o projeto "reduzido" proposto pelo Rio para a Marina da Glória, cuja obra foi embargada pela Justiça. O fiasco pode inviabilizar a candidatura do Rio à Olimpíada-2016. Pág. 01

ATMOSFERA Pág. C2
Deve chover na Grande SP
máxima 19°C
mínima 28°C
há um ano máx. 29°C mín. 21°C

Presidente da Câmara diz que há corrupção no mundo inteiro

O novo presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, diz não saber como resgatar a imagem do Congresso. "Corrupção tem no mundo inteiro. É algo feito nas sombras, na escuridão. É muito difícil controlar. Não sei como fazer, gostaria de saber." Chinaglia quer definir em sua primeira reunião com líderes partidários, na terça, o aumento dos parlamentares. Ele defende reajuste pela inflação, elevando os salários de R\$ 12.750 para cerca de R\$ 16.700. Pág. A4

Universidades de SP só podem remanejar verba com autorização

O governo José Serra (PSDB) proibiu USP, Unesp e Unicamp de remanejarem livremente seus orçamentos, como faziam desde 1989, quando elas obtiveram a autonomia universitária. Agora as instituições terão de pedir permissão à Secretaria do Planejamento para fazer as mudanças. O secretário do Planejamento, Francisco Vidal Luna, disse que os pedidos não irão demorar mais que 24 horas para serem atendidos. Pág. C1

cotidiano
Seis pessoas são mortas em chacina na zona norte de São Paulo Pág. C4

REDUZIR,
REUTILIZAR,
RECICLAR,
REINVENTAR.

VEJA
NO ESPECIAL
CLIMA
(PÁG. 8).

Parceiro para quem a natureza importa
BANCO REAL

VOCÊ VIU NO BIG BROTHER, VOCÊ COMPRA AQUI!

BIG NEGOCIAÇÃO

ULTRAMICRO PHILIPS
Modelo: BT-100
Cabo de áudio: 1,5m
Potência: 10W x 2
Cabo de áudio: 1,5m

R\$24,90
12x SEM JUROS E SEM ENTRADA
de R\$ 2,08
ou 1x de R\$ 31,25
de R\$ 2,08

COBRIMOS QUALQUER OFERTA ANUNCIADA A VISTA OU A PRAZO COM O PRIMEIRO PAGAMENTO EM ABROL

PHILIPS

PONTO FRIO
Só quem é Big pode ter preço tão Brother.

S.O.S. planeta

Cientistas culpam homem pelo caos no clima: 'É preciso agir já'



DESTRUIÇÃO: um tornado ataca neste bairro em Ledy Lake, na Flórida. A superintemperatura atingiu o centro do estado e matou 19 pessoas

Com a divulgação, ontem, em Paris, do relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas, da ONU, o que era discurso de ambientalistas radicais se tornou uma agenda urgente e oficial. De acordo com o documento, o homem transformou o planeta e sofrerá nas próximas décadas consequências cada vez mais graves das mudanças climáticas, como o aumento da temperatura, a intensificação de tempestades e a elevação do nível do mar. Não há mais dúvidas de que as emissões de indústrias e veículos são a causa do aquecimento global. Os cientistas alertaram que os governos precisam agir agora, senão evitarão consequências dramáticas. Os EUA, maiores poluidores do mundo, reafirmaram, porém, que não vão impor limites às suas emissões.

- Páginas 37 a 43

EDITORIAL

• Ainda há tempo para evitar grandes catástrofes, mas ele é cada vez mais curto. Só resta agir. **Página 6**

O cenário global prevê

- A temperatura aumentará entre 1,8 e 4 graus Celsius, podendo chegar a 6,4 graus Celsius. O aumento médio mais provável é de 2 graus.
- O nível do mar subirá entre 1,8cm e 59cm.
- O gelo desaparecerá do Ártico no verão na segunda metade do século.
- Chuva de café muito provavelmente, tornando mais comuns e intensas.
- Tempestades tropicais devem se tornar mais frequentes.

O impacto do aquecimento

Um aumento global de 2 graus Celsius, porém, não é suficiente para causar alterações profundas. No último Dia do Gelo, que ocorreu há cerca de 12 mil anos, a temperatura global era 9 graus mais baixa que a atual e o nível do mar era 65 metros. As pesquisas se estendem por áreas muito maiores e tentam hoje no fundo do mar estudar as eras.



O aumento da temperatura neste século



- UMA OCEANIZAÇÃO COM O 2000 ANOS
- Maior taxa média recente de subida oceânica entre 1994 e 2005
 - Extensão mais rápida do nível do mar
 - Mais ondas
 - Redução global de gelo
 - Chuva mais intensa
 - Aumento de frequência de furacões, tufões e ciclones

PROSA & VERSO

Chinaglia já pede aumento para deputado

Um dia após se eleger presidente da Câmara, o deputado Afrânio Chinaglia (PT-SP) convocou reunião de líderes para discutir o reajuste dos subsídios dos parlamentares, que deverá chegar a 16%. **Página 3, Merval Pereira e Tereza Cruvinel**

ELA

A top Daria Werbowy posou para o ELA, visita ONG e recomenda vodca.

Jorge Picciani agora quer CPIs na Alerj

Releito ontem para presidir a Alerj pela terceira vez, o deputado Jorge Picciani anunciou a abertura de sete CPIs neste ano. Nas duas outras vezes em que presidiu a Alerj, Picciani brejou a abertura de 60 CPIs. **Página 18**

ASA CRISTINA REG

"Enfim, li o 'Kama Sutra' e descobri que é um livro pró-mulher".

Vinho gaúcho ganha padrão internacional

Os vinhos do Vale dos Vinhedos, no Rio Grande do Sul, entraram para a lista das indicações geográficas reconhecidas pela União Europeia, como Champagne, Bordeaux e Douro. Negocium pela Jora da Europa tinha esse status. **Página 31**

SEGUNDO CADERNO

Diretor premiado nos ELA com filme sobre o Brasil fala de sua experiência.

Blocos mudam o trânsito na Zona Sul

Distões de bandas, como a de Ipanema, e de blocos, como o Imprensa Que Eu Quero, mudaram o trânsito na Zona Sul hoje e amanhã. Bairros como Lúcio e Laranjeiras serão ruas interditadas. **Página 30 e Cesar Tartaglia, na página 29**

GLOBINGO

Criado para crianças. Gigantes da Lira completa nove anos de vida.

CARNIVAL 2007

PONTO VERDE

Unimed

PREZUNIC

CIÊNCIA E VIDA

crises **clima**



O TOPO DA atmosfera absorve e balança entre a energia recebida e refletida determina a temperatura do planeta

O homem muda o planeta

Relatório diz que aquecimento global causado pela atividade humana é irreversível

A Terra mudou para pior e o principal responsável é o homem. O mundo hoje é mais quente, seco e sujeito a catástrofes climáticas. O relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) das Nações Unidas, divulgado ontem em Paris, reafirma que o aquecimento global é inevitável e "muito provavelmente" provocado pelas atividades humanas.

O relatório, elaborado por 2.500 cientistas de 130 países, não deixa margem de dúvida sobre a nova realidade climática mundial: secas mais frequentes, ondas de calor intensas e elevação do nível do mar podem perdurar por mais de mil anos, mesmo se as emissões de gases-estufa fossem totalmente suspensas hoje. O aquecimento é "inequívoco", afirmam os cientistas. Nem sentido, o documento é, na verdade, um apelo à ação política imediata para impedir que a situação se deteriore ainda mais.

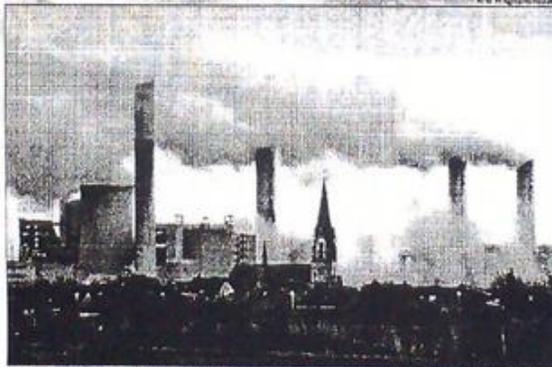
— O relatório é um severo alerta de que o potencial impacto será muito dramático, mais rápido e mais drástico em termos de consequências do que imaginávamos — afirmou Achim Steiner, coordenador do Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas. — Isso vai alterar de forma fundamental a maneira de viver nas muitas partes do mundo.

Nas palavras de uma das coordenadoras do documento, Susana Solomon, "hoje temos uma certeza muito maior do que está ocorrendo no planeta" do que no relatório anterior, de 2001, e existe uma probabilidade de pelo menos 90% de que o aumento da temperatura da Terra se deve à concentração excessiva de gases do efeito estufa provocada, principalmente, pelo uso de combustíveis fósseis. No relatório anterior, esse percentual era de 65%.

Temperatura pode aumentar 6,4 graus

• Segundo o painel, a temperatura média do planeta aumentará localmente de 1,8 a 4 graus Celsius nos próximos anos podendo variar de 1,1 a 6,4 nas projeções consideradas possíveis. Pode não parecer muito, mas é importante lembrar que na última Era do Gelo o planeta era, em média, 5 graus Celsius mais frio do que hoje.

Um aumento de 3,3 grau, a serbido uma hipótese, só seria possível se houvesse uma mudança muito rápida e radical nas estruturas eco-



FABRIL EM GRSIDORE, na Alemanha: concentração global de CO2 passou de 280 para 379 partes por milhão em 250 anos

"O relatório é um severo alerta de que o potencial impacto (do aquecimento global) será mais dramático e mais rápido do que imaginávamos"

ACHIM STEINER, do Programa de Meio Ambiente da ONU

"Chegou a hora de uma revolução. Se aproxima o dia em que o desajuste climático fugirá totalmente do controle, estamos no limiar do irreversível"

JACQUES CHIRAC, presidente da França

nômicas de forma a torná-las sustentáveis. Mas, se a população e a economia continuarem crescendo rapidamente e se for mantido o uso intensivo dos combustíveis fósseis, o aumento ultrapassará os 6 graus. Uma elevação de 3 graus Celsius é considerada a mais provável pelos especialistas e já seria capaz de provocar mudanças bastante significativas e, provavelmente, catastróficas insustentáveis.

Seja qual for o cenário, haverá consequências diretas como a redução da camada de neve dos pólos a um ponto em que o Ártico poderia ficar totalmente sem gelo durante o verão. Em razão dos diversos cenários, o nível dos mares pode aumentar de 18 centímetros a 59 centímetros — o que muitos especialistas consideram uma previsão muito otimista do IPCC por não levar em conta parte do degelo da Groenlândia e da Antártida.

O aumento do nível do mar representa uma grave ameaça para todas as cidades costeiras do mundo, de Xangai a Rio de Janeiro, para países

localizados abaixo do nível do mar, como Bangladesh, e, sobretudo, para nações insulares. O mundo terá que lidar com a nova categoria de refugiados climáticos. Milhões de pessoas devem se deslocar. Fenômenos climáticos extremos como ondas de calor, secas e enchentes serão cada vez mais frequentes neste planeta alterado e os rios tropicais, a velocidade dos ventos e as precipitações serão mais intensas. As chuvas aumentam nas latitudes mais altas e diminuem nas áreas subtropicais. O Brasil pode enfrentar secas mais prolongadas e a desertificação de grandes extensões de terras tropicais.

O aquecimento da Terra não será homogêneo. Será mais agudo nos continentes do que nos oceanos e mais sentido no Hemisfério Norte do que no Sul. A Corrente do Golfo, do Atlântico Norte, responsável por trazer o clima da Europa mais ameno, deve perder um pouco de sua intensidade, embora seja improvável que desapareça.

As projeções feitas pelos cientis-

tas se baseiam em dados climáticos coletados nos últimos anos que já apontam uma mudança considerável do clima da Terra. Dos 12 anos mais quentes dos registros — que tiveram início em 1850 —, 11 ocorreram a partir de 1995. A elevação do nível do mar no século passado foi de 17 centímetros.

"O aquecimento do sistema climático é inequívoco, como agora é evidente pelas observações dos aumentos das temperaturas médias do ar e dos oceanos, o derretimento generalizado de neve e gelo e o aumento global médio do nível do mar", ressalta o texto do relatório.

O aumento da concentração de dióxido de carbono (CO2) na atmosfera também foi constatado. Antes da Revolução Industrial, o volume era de 280 partículas por milhão. Em 2005, a concentração já era de 379 partes por milhão, com um aumento anual registrado a partir de 1995.

— O sinal que estamos recebendo dos cientistas é cristalino e é importante que a resposta política seja

laçada rapidamente — afirmou Yvo de Boer, um dos maiores especialistas em clima das Nações Unidas.

De Boer propôs a realização de uma reunião ambiental de emergência reunindo líderes de todo o mundo para determinar uma política mais ampla e eficaz para o problema. A União Europeia lidera a proposta mais forte de resposta apressada e quer um corte de emissões de CO2 de até 30% — muito acima dos simbólicos 5% determinados pelo Acordo de Kyoto. O presidente da França, Jacques Chirac, foi o líder mundial a acordar o assunto antes com mais contundência, ao propor uma revolução ecológica ao planeta.

— Diante da urgência, já passou o momento de ações paliativas. Chegou a hora de uma revolução no verdadeiro sentido do termo: uma revolução das consciências, da economia e da ação pública — afirmou.

— Se aproxima o dia em que o desajuste climático fugirá totalmente do controle, estamos no limiar do irreversível.

Chirac participou da abertura da conferência internacional "Clima para a Terra", cujo principal objetivo era propor a criação de uma Organização da ONU para o Meio Ambiente, que teria mais força política do que o atual Programa de Meio Ambiente.

— É mais urgente do que nunca que a comunidade internacional se concentre em negociações sérias para um novo acordo internacional para deter o aquecimento — disse o comissário europeu de Meio Ambiente, Stavros Dimas.

EUA dizem que poluem pouco

• Os EUA, que são contrários a metas de redução de emissões embora sejam responsáveis pelo lançamento de 1/4 dos gases poluentes, defendem um "debate global".

— Contribuímos pouco (com as emissões) se compararmos com o resto do mundo — afirmou o secretário de Energia, Sam Bodman, que, no entanto, admitiu que o aquecimento é causado pelo homem, o que era questionado pelo governo Bush há até bem pouco tempo.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva criticou antes os países ricos, dizendo que eles assinam tratados mas não têm coragem de cobrar as indústrias poluidoras.

— Estou cansado do nosso terreno — disse — (É preciso que) eles cuideem do terreno dele. ■

clima

Entenda as mudanças climáticas

A transformação do planeta

O IPCC prevê que a temperatura média anual entre 1,8 grau e 6,4 graus Celsius entre 2100. Um aumento de pelo menos 3 graus é considerado certo. Para os autores do estudo do IPCC, há 90% de chances de o aquecimento registrado nas últimas décadas ser consequência da ação humana.

Principais pontos

- A temperatura aumentará entre 1,8 e 6,4 graus Celsius, podendo chegar a 6,4 graus Celsius. O aumento médio mais provável é de 3 graus.
- O nível do mar subirá entre 18 e 59 cm.
- O gelo derreterá de Ártico no verão na segunda metade do século.
- Ondas de calor, muito provavelmente, se tornarão mais comuns e intensas.
- Tempestades tropicais devem se tornar mais comuns.
- Aumento das áreas afetadas por secas.
- Mais dias de chuvas muito intensas.
- Mais noites quentes e menos dias frios.

O impacto de um aumento de 3 graus Celsius

A temperatura média da Terra tem sido cerca de 14 graus Celsius. Esse valor é resultado da média das zonas de regiões frias. Por isso, um aumento de 3 graus pode parecer pequeno, mas tem enormes impactos. A falta de compensação na cobertura do gelo, que tem derretido na taxa de 12 mil anos, (verões muito quentes e invernos muito frios) provoca uma elevação da planície em 5 graus Celsius nas baixas. Isso, ao lado, como essa mudança torrada a Terra drasticamente diferente. Gelo derretido, oceanos mais quentes e a terra com uma atmosfera quentíssima, já que o nível do mar estará mais baixo.

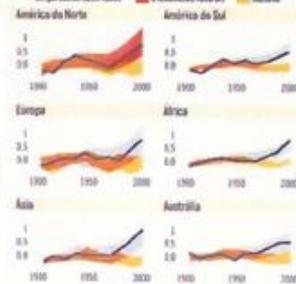
Maioria extensa dos países

Terra quente pelo nível do mar mais baixo do que o atual



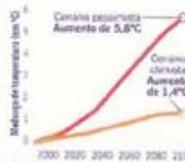
As alterações climáticas no mundo

— Evolução média de temperatura observada — Impacto humano e fenômenos naturais — Sem impacto humano



Os cenários para o Brasil

Os pesquisadores trabalham com dois cenários para as mudanças climáticas no Brasil, na segunda metade deste século. O primeiro foi chamado de A2 e é o mais pessimista. Ele prevê enchentes maiores e uma elevação global de temperatura de 5,8 graus Celsius. Isso vai variar uma de acordo com a região do Brasil. O segundo cenário chama-se B2 e é mais otimista, com enchentes menores e uma situação de 3,4 grau.



Norte
A2 Aumento de 4 a 6 graus Celsius, com redução de 35% a 20% de volume de floresta através do estresse climático. Uma mudança assim afeta a biodiversidade e desmata a nível dos rios mais baixos. Mudanças na Amazônia influenciam a circulação de umidade para as regiões Sul e Sudeste, com consequências para a saúde e a geração de energia hidrelétrica.

B2 Diminuição de 2 a 3 graus Celsius e redução de 3% a 15% nas chuvas. O impacto não é muito diferente daquele previsto pelo cenário A2.

Centro-Oeste
A2 De 2 a 4 graus Celsius mais quente, redução de biodiversidade da Pantanal e do Cerrado, e impacto na agricultura.
B2 De 2 a 4 graus mais quente, redução de biodiversidade da Pantanal e do Cerrado, e impacto na agricultura.



Nordeste
A2 2 a 4 graus Celsius mais quente e de 20% a 20% mais seca. Diminuição do nível das águas, impactos na agricultura de subsistência e na saúde. Perda de biodiversidade da Caatinga.
B2 De 2 a 2 graus mais quente. Chuvas alteradas, especialmente no seu verão.

Sudeste
A2 2 a 4 graus mais quente. Extensão de chuvas, seca e temperatura, impactos na agricultura, na saúde da população e na geração de energia.
B2 De 2 a 2 graus mais quente. Chuvas alteradas, especialmente no seu verão.

Sul
A2 A temperatura pode subir de 2 a 3 graus. O clima pode se tornar de 5% a 10% mais chuvoso, mas a alta evaporação devido ao calor pode afetar a disponibilidade hídrica. Mais enchentes de chuvas e temperatura, impactos na saúde da população, na agricultura e na geração de energia.
B2 Diminuição de 1 a 2 graus Celsius na temperatura. Aumento de até 5% no volume de chuvas. As consequências são semelhantes com o cenário A2, embora a intensidade possa variar.

Sinais de alerta

Entre as mais significativas estão o degelo nos pólos e das geleiras das montanhas, secas e extremos de frio. Nos últimos meses, foram descobertos sinais impressionantes da perda das grandes massas de gelo da Terra.

ALASKA
Derretimento das geleiras e do permafrost (solo congelado).

MONTANHA QUELU
O Párcou Nacional na Índia perdeu 30% do seu gelo, que poderia proporcionar até 2000.

GRONDLÂNDIA
A região de gelo está em expansão e os glaciares derretem cada vez mais água na mar.

ÁRTICO
A camada de gelo sobre o mar derreteu em tamanho e espessura. A temperatura do mar está a subir.

OUTROS INDÍCIOS SÃO
Aumento de chuvas sobre 1000 a 2000.
Aquecimento das secas.



clima

FOLHA DE S. PAULO

São Paulo,
sábado
3 de fevereiro
de 2007

Relatório feito por painel de cientistas da ONU comprova que **AQUECIMENTO GLOBAL** é causado por atividades humanas e prevê que temperaturas subirão de 1,8°C a 4°C até o final deste século



MARCELO LEITE
ENVIADO ESPECIAL A PARIS

Agora tem força de lei: não importa o que façam homens e mulheres daqui para a frente, seu planeta ficará bem menos hospitaleiro. Tempestades e secas serão mais frequentes. Furacões e tufões, mais intensos. O nível do mar subirá pelos próximos mil anos — mesmo que a espécie desapareça da face da Terra nesse meio tempo.

Esta é a mensagem da primeira parte do quarto relatório de avaliação da saúde da atmosfera produzido pelo IPCC (Intergovernmental Panel on Climate Change, ou Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática). O órgão criado pela ONU congregou 600 especialistas de 40 países para redigir o sumário executivo divulgado ontem em Paris.

A temperatura da atmosfera subirá pelo menos

mais 1,8°C além do 0,76°C já escalado desde tempos pré-industriais. O mais provável é que totalize 3°C até o fim deste século, mas não está de todo descartado que galope para mais de 4°C.

A imensa geleira sobre a Groenlândia pode desaparecer em alguns milênios, como há 125 mil anos, elevando os mares em 7 m. No século 20, o nível do mar subiu 17 cm, mais aceleradamente após 1993.

O IPCC prevê que subirá 18 cm a 59 cm daqui para a frente até 2100. Seria devastador para a população de milhares de cidades costeiras. Só uma elevação de meio metro, como a prognosticada pelo IPCC, cobriria dezenas de metros de praias em Recife. Com 10 cm a mais, o metrô de Nova York alagaria em ressacas.

Onze dos últimos 12 anos foram os mais quentes jamais registrados desde 1850. Nada de semelhante aconteceu nos últimos 20 mil anos, ou talvez 650 mil anos, como revela a composição de bolhas de ar aprisionadas no gelo da Antártida.

aprimadas no gelo da Antártida.

A história que essas bolhas contam é a de uma concentração inédita de gases do efeito estufa na atmosfera, como dióxido de carbono (CO₂) e metano, produzidos pela queima de petróleo e derivados, carvão, agricultura e destruição de florestas tropicais. As emissões humanas desses gases, no entanto, só fazem aumentar. Elas cresceram de 6,4 bilhões de toneladas anuais em 1990 para 7,2 bilhões nesta década.

Governos do mundo inteiro reagiram ao relatório. O presidente francês Jacques Chirac disse ontem que é hora de uma "revolução" nos padrões de produção e consumo de energia. A declaração contrasta com o anúncio, antecorrente, de que a Exxon, maior petrolífera do mundo, teve no ano passado o maior lucro da história do capitalismo: US\$ 39,5 bilhões.

No que depender de cifras como essa, o termômetro e os mares continuarão subindo.



► Torres de resfriamento em usina termelétrica a carvão em Raddcliffe, Reino Unido; e carvão mineral, usado na maior parte do mundo para gerar energia, é o combustível fóssil mais sujo

Aquecimento é "inequívoco", diz painel

DE ENVIADO APFARI

A maratona do IPCC para fechar o documento "Mudança Climática 2007: A Base da Ciência Física" terminou 40 minutos depois da meia-noite ontem em Paris (23h40 de antemão em Brasília). Seus termos para o grau de certeza sobre o aquecimento global e a responsabilidade humana no fenômeno são fortes. "Inequívoco" e "muito provável" foram os qualificativos mais usados. "Muito provável", no caso, se refere à segurança de mais de 90% de que o clima não mudaria como tem malandado não fosse a humanidade. A climatologista norte-americana Susan Solomon, coordenadora do texto final que contém 21 páginas, pronunciou duas vezes seguidas a palavra "inequívoco" quando se referia ao aquecimento. Foi um raro momento em que acrescentou ênfase à sua exposição relativa à torrente de dados do sumário executivo do AR4, sigla pela

O mais aguardado prognóstico da saúde do clima no planeta encerra de vez o debate sobre se os humanos têm ou não culpa pelo efeito estufa

qual é conhecido o quarto relatório do IPCC. Nessas negociações multilaterais, a escolha das palavras tem muito peso. No relatório anterior, de 2001, o IPCC dizia que a contribuição humana era apenas "provável". No código climático político, isso quer dizer "mais de 66% de certeza". Já se sabia que o documento aprovado ontem iria vitimizar o vocabulário sobre certeza, sendo mais pressado sobre governos para que enfrentem o problema. Por isso o relatório era tão aguardado. Mas ele também alterou significativamente as projeções de 2001. "O aquecimento do sistema do clima é inequívoco e agora se torna evidente, a partir de observações de acréscimos nas temperaturas globais médias do ar e do oceano, derretimento disseminado de neve e gelo e elevação do nível médio global do mar", afirma o quarto relatório do IPCC. O físico brasileiro Paulo Artaxo, da USP, que participou

dos trabalhos em Paris, recorda da qualificação de "catastrófico" para descrever as projeções. "Não é o fim do mundo, nem o caso de ser alarmista", afirmou. Artaxo defende, porém, que se passe à ação, agora que não há mais dúvidas sobre a responsabilidade humana. "Como o mundo vai lidar com isso num espaço de tempo curto, até 2020 ou 2030?". **Melhores dados** O que reforça a segurança dos especialistas são centenas de dados medidos por instrumentos que não estavam disponíveis na época do relatório de 2001. Os modelos climáticos — programas de computador que simulam o clima da Terra — também estão mais precisos e poderosos. Eles são capazes de "enxergar" com mais detalhe os processos que ocorrem na atmosfera e nos oceanos. O aumento de temperatura projetado até o final do século é de aproximadamente 3°C, como valor mais provável. Não

há uma indicação de números exatos como esse no documento de 2001, só uma faixa de valores (de 1,4°C a 5,8°C). Agora, o IPCC indica duas faixas de valores. Uma é a série de números redondos fixados ("melhores estimativas") para cada cenário das simulações, que vai de 1,8°C no mais otimista até 4°C no menos otimista. A outra é um intervalo de aquecimento com chance menor de acontecer, mas não descartado (de 1,1°C até 6,4°C). No caso da elevação prevista do nível dos mares até 2100, a diminuição da incerteza levou a um resultado contra-intuitivo. De 0,9 cm a 88 cm em 2001, o intervalo foi "rebaixado" para 18 cm a 59 cm. Parece menos, porque há uma tendência a reparar somente no dado mais alto, mas tanto 18 cm quanto 59 cm são valores muito altos — e, agora, muito mais prováveis. "O ponto de interrogação foi removido", afirmou Achim Steiner, diretor-executivo do Pnuma (Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas). Para Rajendra Pachauri, presidente do IPCC, o documento aponta claramente "o caso da inação". Ele se referia aos dois novos termos que passam a dominar o debate internacional sobre o clima: mitigação (como diminuir emissões de CO₂ ou retirar-o da atmosfera) e adaptação (proteger as populações dos efeitos inevitáveis). É no campo da mitigação que se dão os embates políticos. Países ricos, os que mais contribuem para o aquecimento global, querem que nações em desenvolvimento também aceitem compromissos de redução. Seria para o segundo período do Protocolo de Kyoto, depois de 2012 (os resultados do primeiro são em geral considerados um fracasso). O governo brasileiro bateu pé na questão do desmatamento, ponto sensível para o Brasil nas negociações. José Domingos Miguez, do Ministério da Ciência e Tecnologia, insistiu que se criasse no texto a estimativa de que ele lança 1,6 bilhão de toneladas anuais de carbono na atmosfera — 15% das emissões globais. A objeção impediu que ficasse só a faixa de previsão, de 0,5 bilhão a 2,7 bilhões de toneladas. Nesse caso, haveria a chance de que o segundo valor — que corresponde a 25% das emissões mundiais — chamasse mais a atenção. **OSCAR LOTTI**

Falta coragem para os países ricos, diz Lula

DA AGENCIA FOLHA EM CAMPINAS DA REPORTAGEM LOCAL

Para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, os países ricos não estão levando a sério a questão do ambiente. "O mundo rico está cansado de assinar protocolo" e não cumprir as metas de redução da emissão de gases na atmosfera por não ter "coragem de enfrentar as indústrias poluidoras", disse Lula ontem em visita a Campinas (SP). Para o presidente, "o governo americano, o governo francês e o governo inglês estão preocupados e, no Brasil, nesses últimos dois anos, nós diminuímos o desmatamento da Amazônia em 52%, e preciso eles [países desenvolvidos] cuidarem do terreno deles também", afirmou. Em entrevista à Folha, a ministra do Meio Ambiente Marina Silva fez eco às declarações de Lula no interior de São Paulo. "A mitigação e a adaptação às mudanças do clima precisam ser feitas de forma global. É preciso que os países parem de fazer o jogo do empurra-empurra. Aqueles que já fazem algo, como o Brasil, precisam fazer mais, os que não fazem nada devem se sentir constrangidos eticamente a fazer", afirmou. A ministra admitiu ter ficado preocupada com os resultados apresentados ontem pelo IPCC (Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas), na cidade de Paris. "Todos nós estamos preocupados. As informações exibem um cenário muito difícil. Mesmo tomando as medidas existe a previsão de que o aquecimento poderá continuar por séculos. Temos agora a confirmação de que o resultado das intervenções humanas no ambiente", **OSCAR LOTTI**

O QUE É O IPCC

O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas foi criado em 1988, pela ONU. Seu objetivo é compilar a informação científica existente no mundo sobre mudança global do clima e produzir relatórios de avaliação que informem o estado da arte do conhecimento sobre o assunto.

Sediado na Suíça, o IPCC conta hoje com 2.500 cientistas. A brasileira Thelma Krug é uma das vice-presidentes do painel.

► Os relatórios do IPCC

1º Relatório de Avaliação (IAR)	1990
2º Relatório de Avaliação (IAR)	1995
3º Relatório de Avaliação (IAR)	2001
4º Relatório de Avaliação (IAR)	2007

O 4º Relatório de Avaliação (AR4) será lançado em 4 partes

INTERM Grupo de Trabalho 1
A base física

AR4L Grupo de Trabalho 2
Impactos, adaptações e vulnerabilidades

MIAD Grupo de Trabalho 3
Mitigação

NOVEMBRO Síntese

Fonte: www.ipcc.ch



► Rajendra Pachauri, climatologista-chefe do IPCC, em entrevista na sede da Unesco, em Paris

Pequenas nações-ilhas diriam que já ultrapassamos o estado de perigo. Com as pessoas mais pobres do mundo alimentadas por agricultura de chuva, já é perigoso para elas também

RAJENDRA PACHAURI
presidente do IPCC

OPINIÃO

O nascimento do Homo planetaris

CARLOS NOBRES JOSÉ MARENGO
ESPECIAL PARA A FOLHA

É COMUM ouvir de pessoas com mais de 50 anos, especialmente do Sul e Sudeste, a observação de que não faz mais frio como antigamente. Essa percepção é correta. As temperaturas estão subindo em todo país já aumentaram de 0,6°C a 0,7°C nos últimos 50 anos. As temperaturas mínimas subiram quase 1°C durante o mesmo período. Há um menor número de noites muito frias. Tudo isso é principalmente consequência das crescentes emissões de gases de efeito estufa por atividades humanas.

A física que embasa o efeito estufa da atmosfera terrestre é robusta e bem conhecida desde o final do século 19. Torna-se até surpreendente notar que se levou tanto tempo para atingir o quase consenso atual sobre a enorme gravidade disso. O 4º relatório de avaliação sobre a base científica das mudanças climáticas (AR4), produzido por centenas de cientistas do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática, divulgado ontem, não deixa dúvida de que a maior parte do aquecimento dos últimos 50 anos se deve exatamente às

emissões de gases-estufa por atividades humanas. No entanto, a receptividade às conclusões deste quarto relatório na sociedade é misto. A percepção da sociedade e o conceito de que mudanças climáticas são coisas do presente. Deve-se enfatizar que não é mais possível reverter completamente o aumento do aquecimento global. Os gases de efeito estufa em excesso continuarão aquecendo a baixa atmosfera e superfície terrestre por séculos, muito provavelmente. No tocante à redução das emissões, é indiscutível que

um grupo cada vez menor de críticos que falam que aquecimento global é "bobagem", de que somos excessivamente alarmistas. Consolidou-se na percepção da sociedade o conceito de que mudanças climáticas são coisas do presente. Deve-se enfatizar que não é mais possível reverter completamente o aumento do aquecimento global. Os gases de efeito estufa em excesso continuarão aquecendo a baixa atmosfera e superfície terrestre por séculos, muito provavelmente. No tocante à redução das emissões, é indiscutível que

nessa grande contribuição de ver o radical decréscimo dos desmatamentos amazônicos, para nos tirar da rãda horrosa posição no bloco de fronte dos países que mais emitem gás carbônico por essa via. A queda das taxas de desmatamento dos últimos dois anos traz no seu bojo a esperança esperança esta que incutida até alguns anos atrás — de que é, sim, factível reduzir a derrubada de florestas para áreas próximas de zero, baseando o desenvolvimento sustentável da Amazônia na recuperação de áreas degradadas.

Além disso, é preciso uma profunda transformação, talvez sem paralelo na história da civilização, uma evolução não biológica, mas filosófica e cultural, do *Homo sapiens* para algo novo, que podemos chamar de *Homo planetaris*. Essa nova humanidade deve ser guiada pelo conhecimento e pela ciência e ter respeito e solidariedade com os menos afortunados.

CARLOS A. NOBRES é professor titular do Ins. de Física do Instituto de Física de São Carlos, SP, e do Instituto de Física de São Carlos, SP, e do Instituto de Física de São Carlos, SP. **JOSÉ MARENGO** é professor titular do Ins. de Física do Instituto de Física de São Carlos, SP, e do Instituto de Física de São Carlos, SP.



► Morador de Passo de Torres, Santa Catarina, tenta reconstruir casa destruída pelo furacão Catarina, em 2004; fenômeno foi o primeiro ciclone tropical registrado no Atlântico Sul



► Avenida Aricandura, São Paulo, alagada em chuva de verão

Crise climática pega Brasil desprevenido

Infra-estrutura urbana e saúde pública deverão ser repensadas

DEBORTAGAMENSO

O Brasil precisa conhecer as vulnerabilidades à mudança climática de suas várias regiões, para adotar uma política pública de "redução de danos".

"A mudança climática já está aqui. Não tem mais o que combater. Temos de avançar a situação e propor medidas para poder reduzir o prejuízo", afirma José Marengo, pesquisador do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais).

"Por enquanto, o Brasil não tem um plano nacional de vulnerabilidade, como existe em outros países do mundo", diz. Na Holanda, por exemplo, um plano de reordenamento territorial e agrícola já está em curso. O país fica abaixo do nível do mar e deve deixar a água invadir parte de seu território.

Um modelo feito por Marengo mostra que, no pior cenário, as temperaturas vão subir em até 6°C na maior parte do Brasil durante o próximo século.

Segundo Marengo, é bom que se entenda que a mudança de clima está perto das pessoas.

"Uma zona com bastante risco é o Semi-Árido. As secas mais frequentes poderão gerar refugiados do clima. Grandes ondas de migração".

No caso do Sudeste, como os episódios das chuvas intensas

deverem aumentar (mesmo que não ocorra uma elevação do volume total de precipitação no ano), a potencialização de problemas já conhecidos dos moradores das grandes cidades parece inevitável.

"São Paulo com qualquer chuvinha vira 'uma Venezia'. Isso é resultado de uma mistura dos efeitos das mudanças do clima com coisas que não têm a ver", explica o peruano Marengo, com sotaque carregado.

"As pessoas moram nas encostas e nos leitos dos rios. A cidade está muito impermeável, com muito lixo. Tudo isso precisa ser analisado".

Para Ulisses Confalonieri, pesquisador da Fiocruz e membro do Grupo de Trabalho 2 do IPCC – voltado para adaptação e vulnerabilidade –, a imaginação de que alguns problemas serão potencializados é mais correta.

"Temos um mapa de vulnerabilidade sobre o impacto do clima nas doenças que é válido hoje. E daqui a 30 anos?"

Os casos de malária, dengue e diarreia tendem a aumentar onde as doenças já existem: o aquecimento diminui mais ainda as diferenças de temperatura entre inverno e verão, facilitando a reprodução de insetos vetores de doenças.

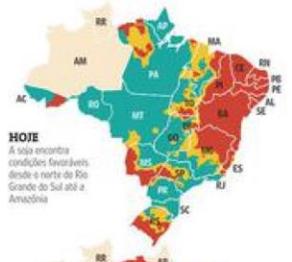
O pesquisador diz que haverá um risco maior nas zonas urbanas de deslizamentos e leptospirose. "Isso vai ocorrer. Como vamos nos virar? Na verdade, a pergunta é outra. Temos de saber como o poder público vai acudir as pessoas." 960

COLHENDO TEMPESTADES

Soja e café serão as culturas mais afetadas pela mudança climática no Brasil

SOJA A soja vai perder área em termos nacionais. Ela ficará confinada à porção norte do Centro-Oeste

- Áreas ideais para o plantio
- Zonas intermediárias
- Áreas problemáticas
- Sem dados



HOJE A soja encontra condições favoráveis devido à morte do Rio Grande do Sul até a Amazônia



AMANHÃ No pior cenário, que prevê aumento na temperatura de 5,8°C, a soja fica viável só no Centro-Oeste e em parte do Sul e da Amazônia

- Área para plantio
- Injeção intermediária
- Zona de queda
- Áreas que não deram



HOJE As áreas "vermelhas" para o café paulista estão reduzidas. Em boa parte do Estado a produção ainda é rentável

AMANHÃ No pior cenário, que prevê aumento na temperatura de 5,8°C e de 15% nas chuvas, o café paulista praticamente desaparece

Pais não tem um plano de adaptação à nova situação climática, que já faz seringueira substituir café em SP e trará perdas às lavouras de soja

EDUARDO GERAQUE DA PORTAGUELA

São Paulo da guerra e do café não existe mais. As goeiras paulistas, com o passar dos anos, viraram fenômenos esparsos. No noroeste do Estado, o café está deixando de ser plantado devido ao calor em excesso.

Com esse clima, quem ganha espaço são as seringueiras, nativas da região amazônica.

Para quem acha que o impacto das mudanças climáticas em São Paulo e no Brasil virá apenas daqui muitas décadas, os cálculos do pesquisador Hilton Pinto, do Cepagri (Centro de Pesquisas Meteorológicas e Climáticas Aplicadas à Agricultura), da Unicamp, são um verdadeiro balde de água fria — quer dizer, quente, no caso.

O governo deveria se interessar por esses números e por outros, que vêm sendo produzidos pelos cientistas. Mas o Brasil não tem um plano de adaptação para a mudança climática.

"As políticas são insuficientes", admite Luiz Pinguelli Rosa, professor da Coppe (Coordenação de Programas de Pós-Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro) e Secretário Executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, órgão cujo chefe é o presidente Lula.

Para o pesquisador, falta uma cultura que envolva as mudanças do clima no dia-a-dia das cidades e do país. "O tema das adaptações aos impactos é onde estamos pior. É preciso colocar essas previsões até no âmbito das empresas que ocorrem nas cidades", afirma Pinguelli.

Número mágico

Pouca gente cria essa cultura que é Pinto, da Unicamp, especialista em ligar dados do clima com a agricultura, prefere olhar para o passado e o presente.

"No Estado de São Paulo, nos últimos cem anos, as médias das temperaturas mínimas subiram de 2,5°C a 3°C. Ou seja, as madrugadas ficaram mais quentes. Isso é bem perceptível pelos dados que temos", diz.

Segundo Pinto, a migração das culturas na agricultura paulista é uma realidade. Na cidade São José do Rio Preto, o café está abrindo passagem para as seringueiras, que prosperam sob o clima amazônico.

"No caso do café, o 34 é um número mágico. Na época do florescimento, não podem ocorrer mais do que cinco dias com temperaturas superiores aos 34°C. Se isso ocorre, a produção é perdida. As flores e os frutos não são produzidos".

São Paulo da borracha

Se antes o noroeste paulista estava na fronteira da cultura do café, hoje, tudo mudou.

"Em 1990, havia 2,3 mil hectares de seringueiras plantadas naquela região. Em 2005, a área dessa cultura já era de 20 mil hectares. Essa cultura terá um bom futuro", diz Pinto.

De seu computador da Unicamp (que tem como fundo de tela um pôr-do-sol onde o astro está trocado pelo símbolo do Corinthians), Pinto tira dados que mostram o fenômeno em outros pontos do Estado. Os seringueiros, entre 1990 e 2005, pularam dos 3,7 mil hectares para 37 mil hectares.

"Não tem escapatória. O aumento de 3°C nas temperaturas máximas do Brasil, apenas no caso do café, significa um prejuízo de R\$ 2 bilhões. No total, para todos os grãos, a perda do potencial de plantio no país será de 25%", afirma Pinto.

"No prazo entre 20 anos e 45 anos teremos um cenário agrícola bastante diferente."

O efeito passado e presente das mudanças climáticas no Brasil, percebidos principalmente no campo, reforça uma perspectiva sinistra.

O modelo feito pela Unicamp, em parceria com a Embrapa Informática Agropecuária, mostra que as perdas econômicas, para a maior parte dos agricultores, aumentariam.

Em termos nacionais, o café continua um exemplo emblemático. "Caso a temperatura aumente em média 5,8°C, vamos perder 92% da área útil de plantio em São Paulo, Minas Gerais e Paraná", explica Pinto.

Os cenários futuros construídos pelos pesquisadores consideram aumentos de temperatura da ordem de 1°C, 3°C e 5°C. Um aumento nos níveis de chuva em 5%, 10% e 15%. O índice de acerto das previsões é de 80%, que também considera os tipos de solo para o plantio.

Depois do café, que tende a migrar para o Rio Grande do Sul, Uruguai e Argentina, a soja também será impactada. Ela poderá perder até 60% de área, com um aumento de 5,8°C.

"A cultura da soja depende muito de água. Por isso, no Rio Grande do Sul, por causa da maior quantidade de secas, ela deverá desaparecer por completo", profetiza Pinto.



Urso polar devora restos de foca sobre pequena plataforma de gelo flutuante; área habitável para a espécie está diminuído por causa da mudança climática acentuada no Ártico



Turbinas para geração de energia em Narbonne (França)

Usa ativos da natureza para deixar a pele macia.

natura bem estar bem

Emissão precisa cair pela metade

RAFAEL GARCIA DA REPORTAGEM LOCAL

Detar o aquecimento global vai ser difícil, os resultados vão demorar a aparecer e vai ser preciso negociar muito para que o potencial de redução na emissão de gases-estufa nos países em desenvolvimento possa ser aproveitado. Segundo o IPCC, o maior volume das oportunidades mais fideis para tentar frear a mudança climática está nas nações pobres.

Os números divulgados ontem indicam que para evitar o pior cenário possível em 2100 — um aumento maior que 4,5°C na temperatura média global —, a humanidade teria de cortar pela metade a emissão de gás carbônico prevista para esse século. Um desafio e tanto.

“Se quisermos limitar o aquecimento a 2°C, podemos jogar ‘apenas’ 750 bilhões de toneladas de CO₂ na atmosfera

neste século”, disse à **Folha** Meinrad Andreas, climatologista do Instituto Max Planck de Química, da Alemanha. Se não fizermos nada, emitiremos no fim do século até 1,4 trilhão de toneladas.

Impossible? “Não há um momento a partir do qual a coisa se torna impossível, mas ela fi-

ca mais difícil à medida que o tempo passa”, diz Andreas.

Para ter uma ideia do tamanho do problema que é evitar a emissão de 650 bilhões de toneladas de CO₂, basta saber que o Protocolo de Kyoto — tratado assinado em 1997 para cortes de emissão — previa conter só 5 bilhões em emissões até 2012.

Para traçar um panorama maior de mitigação (medidas para reduzir o gás carbônico na atmosfera), o chamado Grupo de Trabalho 3 do IPCC prepara um relatório para maio. Uma versão preliminar do trabalho obtida pela **Folha** mostra que os cientistas já estimam como evitar a emissão de até 40 bi-

QUANTO CUSTA?

Quanto teremos de pagar para tirar até 40 bilhões de toneladas de gás carbônico da atmosfera (100 vezes a meta do Protocolo de Kyoto) até 2030 (estimativas preliminares)

Quantidade de CO ₂ que pode deixar de ser emitida, em toneladas		
DE GRACIA! 4,2 bilhões de toneladas podem deixar de ser emitidas com investimentos que pagam a si próprios ao longo do tempo. São medidas que envolvem desde a troca de lâmpadas por fluorescentes até leis que proíbem a produção de carros que “bebem” muito.	BAIXO CUSTO 10,7 bilhões de toneladas é a emissão que pode ser evitada a custos de até US\$ 20,00 por tonelada de CO ₂ que deixa de ir ao ar. A maior parte das medidas está em setores como substituição de máquinas industriais e uso de técnicas agrícolas menos agressivas.	ALTO CUSTO 25 bilhões de toneladas é o potencial de redução de emissões com custo de US\$ 20,00 a US\$ 100,00 por tonelada de CO ₂ . Entre incluem máquinas para capturar o gás carbônico de termelétricas e injetá-lo no subsolo ou o desenvolvimento de tecnologias como a de carros a hidrogênio.

lhões de toneladas de CO₂ até 2030 (veja quadro acima).

O trabalho do Grupo 3 está deixando três ideias claras.

A primeira delas é que não vai adiantar tentar concentrar mudanças apenas na política de geração de energia. A indústria e a agricultura têm uma grande contribuição a dar. “E o

relatório está mostrando que o potencial na parte de edificações [residências e comércio] é abundantemente grande”, diz Roberto Schaeffer, economista da UFRJ que integra o grupo.

A segunda é uma das poucas boas notícias relativas a mitigação e se refere aos custos para cortar emissões.



Usa menos recursos naturais para conservar o planeta.

USE REFIL

A embalagem do refil usa menos matéria-prima para ser feita. Por isso, produz menos lixo. Por isso, custa menos. É bom para você. É bom para o planeta.

www.natura.net



Chirac, presidente da França, pede "revolução" em discurso

ONG tentou subornar cientista para questionar IPCC, diz jornal

DA REDAÇÃO
No dia em que o IPCC divulgou seu relatório sobre aquecimento global, o jornal britânico "The Guardian" publicou reportagem que diz que um grupo de lobby ligado à administração Bush pagou a cientistas e economistas para que minimizassem o impacto do texto.

Segundo o jornal, o AEI (American Enterprise Institute), financiado pela petrolífera ExxonMobil, a maior do mundo, ofereceu pagamentos individuais de US\$ 10 mil para artigos que enfatizassem os defeitos do relatório. O AEI recebeu mais de US\$ 16 milhão da Exxon e mais de 20 de seus integrantes já trabalharam como consultores da administração do presidente dos EUA, George W. Bush. O vice-presidente do conselho de gestão do instituto, Lee Raymond, já comandou a Exxon.

Em cartas enviadas a cientistas nos EUA, no Reino Unido e em outros países, o AEI define o painel da ONU como "resistente à crítica construtiva e tendencioso a tomar conclusões que têm pouca sustentação em trabalho de análise". As cartas pedem artigos que evidenciem as limitações dos modelos climáticos do relatório.

"Egoísmo"
Em Paris, entretanto, o tom oulter foi outro.
"Em face dessa urgência, não é mais hora de médias-medidas. É hora de uma revolução." Com essa declaração, o presidente francês Jacques Chirac ressoou como deve ser encarado o novo relatório do IPCC.
"Por que somos tão lentos em tomar as medidas necessárias?", perguntou a si próprio, em discurso. "Porque, com egoísmo nos recusamos a reconhecer as consequências."
Chirac já havia criticado a inação dos EUA a respeito do problema. Segundo ele, é "inevitável" a perspectiva que produtos americanos têm para o futuro no mercado europeu: inabilidade de impostos sobre a emissão de carbono.

"Valioso"
Em Washington, procurado pela imprensa para comentar o relatório do IPCC, o presidente George W. Bush se pronunciou por meio de seu porta-voz Tony Fratto, que classificou o documento de "valioso" com "conclusões significativas".
"Este informe contribuirá para o conjunto de compromissos que temos para estudar e compreender a melhor maneira de reagir aos desafios da mudança climática", afirmou Fratto. O porta-voz lembrou na entrevista que Bush prometeu um corte no consumo de gasolina de 20%, apesar de o país ainda se recusar a assinar qualquer acordo internacional.

"Somos um contribuinte pequeno se você olhar para o resto do mundo", disse o secretário de energia dos EUA, Sam Bodman, minimizando a recusa do país ao Protocolo de Kyoto. Ele não criticou, porém, o relatório do IPCC. "Estamos felizes com ele. Nós aceitamos e concordamos com ele."
Para o secretário-geral do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, Achim Steiner, é hora de ampliar Kyoto. "É mais urgente do que nunca que a comunidade internacional entre em negociações sérias para um novo tratado mundial abrangente para deter o aquecimento global", disse.



Uma boa parte do trabalho pode ser feita por meio de investimentos que retornam, resultando em custo zero ao final. "Em geral são melhorias em eficiência energética", diz Scharffer. Para simplificar, basta pensar que economizar energia significa economizar dinheiro também. "Existem in-

clusive medidas que têm custo negativo (ou seja, dão lucro)".
O terceiro e mais complicado aspecto apontado pelo relatório peçoivista, porém, é uma constatação que já estava esboçada pelo Protocolo de Kyoto: as melhores oportunidades para cortar emissões estão nos países em desenvolvimento.
"A razão desse potencial, de maneira geral, é que a infraestrutura desses países ainda não foi totalmente construída", diz Scharffer. "Quem ainda está por fazer usinas e indústrias ainda tem a opção de escolher tecnologias mais limpas", explica. "Para quem já tem tudo instalado, fica mais difícil."
Diante desse cenário, os países industrializados poderiam tentar empurrar a responsabilidade para os pobres, exceto por uma razão. "A responsabilidade histórica dos países desenvolvidos é muito maior do que a nossa, e hoje eles emitem muito mais", diz Suzana Kahn Ribeiro, também da UFPA e do Grupo do IPCC.
Kyoto desbriga os países de reduzir de emissões, mas a pressão para que isso ocorra no futuro é cada vez maior.
Há uma corrente de acadêmicos que é contra isso. "Impor metas do tipo 'Kyoto' a um país como o Brasil não funcionaria, porque o governo não tem tanto controle sobre o desmatamento da Amazônia, que é a nossa maior fonte de emissão", diz o físico Luiz Gylvan Meira Filho, da USP.
Como, então, criar um incen-

tivo para que nações pobres aproveitem seu potencial? Meira Filho foi um dos artífices chamado Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), ferramenta do acordo de Kyoto que gera um mercado no qual países ricos podem buscar medidas de mitigação para os pobres em troca de abatimento nas suas cotas de redução.
"Com todo esse potencial nos países em desenvolvimento, com as opções mais baratas aqui, nossos projetos de mitigação são muito mais atraentes", diz Khan Ribeiro. "O problema é que se todos esses projetos forem feitos gerando créditos para países desenvolvidos, eles bancarão apenas a parte mais fácil da solução."
Se os países em desenvolvimento tiverem de assumir metas, a parte mais fácil do trabalho já vai ter entrado na conta das nações ricas, raciocina Ribeiro. "Ai só nos restariam as opções mais caras". O problema seria contornável se a mitigação nos países pobres fosse bancada por fundos internacionais. Desatar esse nó demandará muita discussão na formulação de um acordo pós-Kyoto (o protocolo expira em 2012).

Carta aberta à presidenta Dilma Rousseff
Mudanças climáticas: hora de se recobrar o bom senso
São Paulo, 14 de maio de 2012

Exma. Sra.
Dilma Vana Rousseff
Presidenta da República Federativa do Brasil

Excelentíssima Senhora Presidenta:

Em uma recente reunião do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, a senhora afirmou, oportunamente, que a fantasia não tem lugar nas discussões sobre um novo paradigma de crescimento - do qual a Humanidade necessita, de fato, para proporcionar a extensão dos benefícios do conhecimento a todas as sociedades do planeta. Com igual propriedade, a senhora assinalou, também, que o debate sobre o desenvolvimento sustentado precisa ser pautado pelo direito dos povos ao progresso, com o devido fundamento científico.

Assim sendo, permita-nos complementar tais formulações, observando que as discussões sobre o tema central da agenda ambiental, as mudanças climáticas, têm sido pautadas, predominantemente, por motivações ideológicas, políticas, econômicas e acadêmicas restritas. Isto as têm afastado, não apenas dos princípios basilares da prática científica, como também dos interesses maiores das sociedades de todo o mundo, inclusive a brasileira. Por isso, apresentamos-lhe as considerações a seguir.

1) Não há evidências físicas da influência humana no clima global

A despeito de todo o sensacionalismo a respeito, não existe qualquer evidência física observada no mundo real, que permita demonstrar que as mudanças climáticas globais, ocorridas desde a Revolução Industrial do século XVIII, sejam anômalas em relação às ocorridas anteriormente, no passado histórico e geológico – anomalias que, se ocorressem, caracterizariam a influência humana.

Todos os prognósticos que indicam elevações exageradas das temperaturas e dos níveis do mar, nas décadas vindouras, além de outros efeitos negativos atribuídos ao lançamento de compostos de carbono de origem humana (antropogênicos) na atmosfera, baseiam-se em projeções de modelos matemáticos, que constituem apenas simplificações limitadas do sistema climático – e, portanto, não deveriam ser usados para fundamentar políticas públicas e estratégias de longo alcance e com grandes impactos socioeconômicos de âmbito global.

A influência humana no clima restringe-se às cidades e seus entornos, em situações específicas de calmarias, sendo esses efeitos bastante conhecidos, mas sem influência em escala planetária. Para que a ação humana no clima global ficasse demonstrada, seria preciso que, nos últimos dois séculos, estivessem ocorrendo níveis inusitadamente altos de temperaturas e níveis do mar e, principalmente, que as suas taxas de variação (gradientes) fossem superiores às verificadas anteriormente.

O relatório de 2007 do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) registra que, no período 1850-2000, a temperatura média global aumentou 0,74°C, e que, entre 1870 e 2000, os níveis do mar subiram 0,2 m.

Ora, ao longo do Holoceno, a época geológica correspondente aos últimos 12.000 anos em que a Civilização tem existido, houve diversos períodos com temperaturas mais altas que as atuais. No Holoceno Médio, há 6.000-8.000 anos, as temperaturas médias chegaram a ser 2°C a 3°C superiores às atuais, enquanto os níveis do mar atingiram até 3 metros acima do atual. Igualmente, nos períodos quentes conhecidos como Minoano (1500-1200 a.C.), Romano (séc. VI a.C.-V d.C.) e Medieval (séc. X-XIII d.C.), as temperaturas foram mais de 1°C superiores às atuais.

Quanto às taxas de variação desses indicadores, não se observa qualquer aceleração anormal delas nos últimos dois séculos. Ao contrário, nos últimos 20.000 anos, desde o início do degelo da última glaciação, houve períodos em que os gradientes das temperaturas e dos níveis do mar chegaram a ser uma ordem de grandeza superiores aos verificados desde o século XIX.

Entre 12.900 e 11.600 anos atrás, no período frio denominado Dryas Recente, as temperaturas caíram cerca de 8oC em menos de 50 anos e, ao término dele, voltaram a subir na mesma proporção, em pouco mais de meio século.

Quanto ao nível do mar, ele subiu cerca de 120 metros, entre 18.000 e 6.000 anos atrás, o que equivale a uma taxa média de 1 metro por século, suficientemente rápida para impactar visualmente as gerações sucessivas das populações que habitavam as margens continentais. No período entre 14.650 e 14.300 anos atrás, a elevação foi ainda mais acelerada, atingindo cerca de 14 metros em apenas 350 anos – média de 4 metros por século.

Tais dados representam apenas uma ínfima fração das evidências proporcionadas por, literalmente, milhares de estudos realizados em todos os continentes, por cientistas de dezenas de países, devidamente publicados na literatura científica internacional. Desafortunadamente, é raro que algum destes estudos ganhe repercussão na mídia, quase sempre mais inclinada à promoção de um alarmismo sensacionalista e desorientador.

Por conseguinte, as variações observadas no período da industrialização se enquadram, com muita folga, dentro da faixa de oscilações naturais do clima e, portanto, não podem ser atribuídas ao uso dos combustíveis fósseis ou a qualquer outro tipo de atividade vinculada ao desenvolvimento humano.

2) A hipótese “antropogênica” é um desserviço à ciência:

A boa prática científica pressupõe a busca permanente de uma convergência entre hipóteses e evidências. Como a hipótese do aquecimento global antropogênico (AGA) não se fundamenta em evidências físicas observadas, a insistência na sua preservação representa um grande desserviço à Ciência e à sua necessária colocação a serviço do progresso da Humanidade.

A História registra numerosos exemplos dos efeitos nefastos do atrelamento da Ciência a ideologias e outros interesses restritos. Nos países da antiga URSS, as Ciências Agrícolas e Biológicas ainda se ressentem das consequências do atraso de décadas provocado pela sua subordinação aos ditames e à truculência de Trofim D. Lysenko, apoiado pelo ditador Josef Stálin e seus sucessores imediatos, que rejeitava a Genética, mesmo diante dos avanços obtidos por cientistas de todo o mundo, inclusive na própria URSS, por considerá-la uma “ciência burguesa e antirrevolucionária”. O empenho na imposição do AGA, sem as devidas evidências, equivale a uma versão atual do “lysenkoísmo”, que tem custado caro à Humanidade, em recursos humanos, técnicos e econômicos desperdiçados com um problema inexistente.

Ademais, ao conferir ao dióxido de carbono (CO₂) e outros gases produzidos pelas atividades humanas o papel de principais protagonistas da dinâmica climática, a hipótese do AGA simplifica e distorce um processo extremamente complexo, no qual interagem fatores astrofísicos, atmosféricos, oceânicos, geológicos, geomorfológicos e biológicos, que a Ciência apenas começa a entender em sua abrangência.

Um exemplo dos riscos dessa simplificação é a possibilidade real de que o período até a década de 2030 experimente um considerável resfriamento, em vez de aquecimento, devido ao efeito combinado de um período de baixa atividade solar e de uma fase de resfriamento do oceano Pacífico (Oscilação Decadal do Pacífico-ODP), em um cenário semelhante ao verificado entre 1947 e 1976. Vale observar que, naquele intervalo, o Brasil experimentou uma redução de 10-30% nas chuvas, o que acarretou problemas de abastecimento de água e geração elétrica, além de um aumento das geadas fortes, que muito contribuíram para erradicar o café no Paraná. Se tais condições se repetirem, o País poderá ter sérios problemas, inclusive, nas áreas de expansão da fronteira agrícola das regiões Centro-Oeste e Norte e na geração hidrelétrica (particularmente, considerando a proliferação de reservatórios “a fio d’água”, impostos pelas restrições ambientais).

A propósito, o decantado limite de 2oC para a elevação das temperaturas, que, supostamente, não poderia ser superado e tem justificado todas as restrições propostas para os combustíveis fósseis, em âmbito internacional, também não tem qualquer base científica: trata-se de uma criação “política” do físico Hans-Joachim Schellnhuber, assessor científico do governo alemão, como admitido por ele próprio, em uma entrevista à revista Der Spiegel (17/10/2010).

3) O alarmismo climático é contraproducente:

As mudanças constituem o estado permanente do sistema climático – pelo que a expressão “mudanças climáticas” chega a ser redundante. Por isso, o alarmismo que tem caracterizado as discussões sobre o tema é extremamente prejudicial à atitude correta necessária diante dos fenômenos climáticos, que deve ser orientada pelo bom senso e pelo conceito de resiliência, em lugar de submeter as sociedades a restrições tecnológicas e econômicas absolutamente desnecessárias.

No caso, resiliência significa a flexibilidade das condições físicas de sobrevivência e funcionamento das sociedades, além da capacidade de resposta às emergências, permitindo-lhes reduzir a sua vulnerabilidade às oscilações climáticas e outros fenômenos naturais potencialmente perigosos. Tais requisitos incluem, por exemplo, a redundância de fontes alimentícias (inclusive a disponibilidade de sementes geneticamente modificadas para todas as condições climáticas), capacidade de armazenamento de alimentos, infraestrutura de transportes, energia e comunicações e outros fatores.

Portanto, o caminho mais racional e eficiente para aumentar a resiliência da Humanidade, diante das mudanças climáticas inevitáveis, é a elevação geral dos seus níveis de desenvolvimento e progresso aos patamares permitidos pela Ciência e pela Tecnologia modernas.

Além disso, o alarmismo desvia as atenções das emergências e prioridades reais. Um exemplo é a indisponibilidade de sistemas de saneamento básico para mais da metade da população mundial, cujas consequências constituem, de longe, o principal problema ambiental do planeta. Outro é a falta de acesso à eletricidade, que atinge mais de 1,5 bilhão de pessoas, principalmente na Ásia, África e América Latina.

No Brasil, sem mencionar o déficit de saneamento, grande parte dos recursos que têm sido alocados a programas vinculados às mudanças climáticas, segundo o enfoque da redução das emissões de carbono, teria uma destinação mais útil à sociedade se fosse empregada na correção de deficiências reais, como: a falta de um satélite meteorológico próprio (de que dispõem países como a China e a Índia); a ampliação e melhor distribuição territorial da rede de estações meteorológicas, inferior aos padrões recomendados pela Organização Meteorológica Mundial, para um território com as dimensões do brasileiro; o aumento do número de radares meteorológicos e a sua interligação aos sistemas de defesa civil; a consolidação de uma base nacional de dados climatológicos, agrupando os dados de todas as estações meteorológicas do País, boa parte dos quais sequer foi digitalizada; e numerosas outras.

4) A “descarbonização” da economia é desnecessária e economicamente deletéria:

Uma vez que as emissões antropogênicas de carbono não provocam impactos verificáveis no clima global, toda a agenda da “descarbonização” da economia, ou “economia de baixo carbono”, se torna desnecessária e contraproducente – sendo, na verdade, uma pseudo-solução para um problema inexistente. A insistência na sua preservação, por força da inércia do status quo, não implicará em qualquer efeito sobre o clima, mas tenderá a aprofundar os seus numerosos impactos negativos.

O principal deles é o encarecimento desnecessário das tarifas de energia e de uma série de atividades econômicas, em razão de: a) os pesados subsídios concedidos à exploração de fontes energéticas de baixa eficiência, como a eólica e solar - ademais, inaptas para a geração elétrica de base (e já em retração na União Europeia, que investiu fortemente nelas); b) a imposição de cotas e taxas vinculadas às emissões de carbono, como fizeram a União Europeia, para viabilizar o seu mercado de créditos de carbono, e a Austrália, sob grande rejeição popular; c) a imposição de medidas de captura e sequestro de carbono (CCS) a várias atividades.

Os principais beneficiários de tais medidas têm sido os fornecedores de equipamentos e serviços de CCS e os participantes dos intrinsecamente inúteis mercados de carbono, que não têm qualquer fundamento econômico real e se sustentam tão-somente em uma demanda artificial criada sobre uma necessidade inexistente. Vale acrescentar que tais mercados têm se prestado a toda sorte de atividades fraudulentas, inclusive no Brasil, onde autoridades federais investigam contratos de carbono ilegais envolvendo tribos indígenas, na Amazônia, e a criação irregular de áreas de proteção ambiental para tais finalidades escusas, no estado de São Paulo.

5) É preciso uma guinada para o futuro:

Pela primeira vez na História, a Humanidade detém um acervo de conhecimentos e recursos físicos, técnicos e humanos, para prover a virtual totalidade das necessidades materiais de uma população ainda maior que a atual. Esta perspectiva viabiliza a possibilidade de se universalizar – de uma forma inteiramente sustentável – os níveis gerais de bem-estar usufruídos pelos países mais avançados, em termos de infraestrutura de água, saneamento, energia, transportes, comunicações, serviços de saúde e educação e outras conquistas da vida civilizada moderna. A despeito dos falaciosos argumentos contrários a tal perspectiva, os principais obstáculos à sua concretização, em menos de duas gerações, são mentais e políticos, e não físicos e ambientais. Para tanto, o alarmismo ambientalista, em geral, e climático, em particular, terá que ser apeado do seu atual pedestal de privilégios imerecidos e substituído por uma estratégia que privilegie os princípios científicos, o bem comum e o bom senso. A conferência Rio+20 poderá ser uma oportuna plataforma para essa necessária reorientação.

Kenitiro Suguio

Geólogo, Doutor em Geologia

Professor Emérito do Instituto de Geociências da Universidade de São Paulo (USP)

Membro titular da Academia Brasileira de Ciências

Luiz Carlos Baldicero Molion

Físico, Doutor em Meteorologia e Pós-doutor em Hidrologia de Florestas

Pesquisador Sênior (aposentado) do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)

Professor Associado da Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Fernando de Mello Gomide

Físico, Professor Titular (aposentado) do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA)

Co-autor do livro *Philosophy of Science: Brief History* (Amazon Books, 2010, com Marcelo Samuel Berman)

José Bueno Conti

Geógrafo, Doutor em Geografia Física e Livre-docente em Climatologia

Professor Titular do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (USP)

Autor do livro *Clima e meio ambiente* (Atual, 2011)

José Carlos Parente de Oliveira

Físico, Doutor em Física e Pós-doutor em Física da Atmosfera

Professor Associado (aposentado) da Universidade Federal do Ceará (UFC)

Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)

Francisco Arthur Silva Vecchia

Engenheiro de Produção, Mestre em Arquitetura e Doutor em Geografia

Professor Associado do Departamento de Hidráulica e Saneamento da Escola de Engenharia de São Carlos–USP

Diretor do Centro de Recursos Hídricos e Ecologia Aplicada (CRHEA)

Ricardo Augusto Felício

Meteorologista, Mestre e Doutor em Climatologia

Professor do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (USP)

Antonio Jaschke Machado
Meteorologista, Mestre e Doutor em Climatologia
Professor do Departamento de Geografia da Universidade Estadual Paulista
"Júlio de Mesquita Filho" (UNESP)

João Wagner Alencar Castro
Geólogo, Mestre em Sedimentologia e Doutor em Geomorfologia
Professor Adjunto do Departamento de Geologia da Universidade Federal do
Rio de Janeiro (UFRJ)
Chefe do Departamento de Geologia e Paleontologia do Museu Nacional/UFRJ

Helena Polivanov
Geóloga, Mestra em Geologia de Engenharia e Doutora em Geologia de
Engenharia e Ambiental
Professora Associada do Departamento de Geologia da Universidade Federal do
Rio de Janeiro (UFRJ)

Gustavo Macedo de Mello Baptista
Geógrafo, Mestre em Tecnologia Ambiental e Recursos Hídricos e Doutor em
Geologia
Professor Adjunto do Instituto de Geociências da Universidade de Brasília
(UnB)
Autor do livro Aquecimento Global: ciência ou religião? (Hinterlândia, 2009)

Paulo Cesar Soares
Geólogo, Doutor em Ciências e Livre-docente em Estratigrafia
Professor Titular da Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Gildo Magalhães dos Santos Filho
Engenheiro eletrônico, Doutor em História Social e Livre-docente em História
da Ciência e Tecnologia
Professor Associado do Departamento de História da
Universidade de São Paulo (USP)

Paulo Cesar Martins Pereira de Azevedo Branco
Geólogo, Pesquisador em Geociências (B-sênior) do Serviço Geológico do Brasil
– CPRM
Especialista em Geoprocessamento e Modelagem Espacial de Dados em
Geociências

Daniela de Souza Onça
Geógrafa, Mestra e Doutora em Climatologia
Professora da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

Marcos José de Oliveira
Engenheiro Ambiental, Mestre em Engenharia Ambiental e Climatologia
Aplicada
Doutorando em Geociências Aplicadas na Universidade de Brasília (UnB)

Geraldo Luís Saraiva Lino
Geólogo, coeditor do sítio Alerta em Rede
Autor do livro A fraude do aquecimento global: como um fenômeno natural foi
convertido numa falsa emergência mundial (Capax Dei, 2009)

Maria Angélica Barreto Ramos

Geóloga, Pesquisadora em Geociências (Senior)
do Serviço Geológico do Brasil – CPRM
Mestre em Geociências – Opção Geoquímica Ambiental e Especialista em
Geoprocessamento e9 Espacial de Dados em Geociências